

*Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Centro de Ciências Sociais Aplicadas  
Programa de Pós-Graduação em Educação*

*Aquelas leituras formadoras de culturas  
(Caicó-RN, século XIX)*

*Franselma Fernandes de Figueirêdo*

*Natal – Rio Grande do Norte  
2010*

Franselma Fernandes de Figueirêdo

*Aquelas leituras formadoras de culturas*  
*(Caicó-RN, século XIX)*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Orientadora | Prof.<sup>ª</sup> Dr.<sup>ª</sup> Marta Maria de Araújo

Natal – RN  
2010

Catálogo da Publicação na Fonte. UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA  
Divisão de Serviços Técnicos

Figueirêdo, Franselma Fernandes de.

Aquelas leituras formadoras de culturas (Caicó-RN, século XIX) / Franselma Fernandes de Figueirêdo. - Natal, RN, 2010.  
205 f.

Orientadora: Profa. Dra. Marta Maria de Araújo.

Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Educação.

1. Educação - Tese. 2. Prática de leitura - Tese. 3. História da leitura - Tese. 4. Caicó - RN - Tese. 5. Século XIX - Tese. I. Araújo, Marta Maria de. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 37.091.39(813.2)

Franselma Fernandes de Figueirêdo

*Aquelas leituras formadoras de culturas*  
*(Caicó-RN, século XIX)*

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, como requisito para obtenção do título de Doutora em Educação.

Banca Examinadora

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Maria de Araújo (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Yolanda Lima Lobo (Titular)  
Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Cesar Augusto Castro (Titular)  
Universidade Federal do Maranhão

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marly Amarilha (Titular)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof. Dr. Tarcísio Gurgel dos Santos (Titular)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ana Maria de Oliveira Galvão (Suplente)  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dr. Muirakytan Kennedy de Macêdo (Suplente)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Natal – RN  
2010

*Ao povo seridoense,  
dedico.*

*A meus familiares, a minha  
orientadora, aos professores,  
amigos e pesquisadores,  
agradeço.*

## Resumo

A leitura que fizemos do livro *Seridó – século XIX (fazendas & livros)*, dos historiadores Medeiros Filho e Faria, foi o que sugeriu a escrita desta tese de doutorado. A leitura intensiva desse livro conduziu ao *corpus* documental da investigação (livros escolares, religiosos e laicos, crônica, discursos, documentos eclesiásticos, inventários, testamentos, memórias de infância, matérias jornalísticas, relatórios) e também ao *corpus* do referencial teórico-metodológico da história cultural da leitura, em concordância com Roger Chartier e Robert Darnton. No rigor da escrita da tese, a investigação concernente à temática leitura e absorções culturais conduziu-nos a definir como objeto de estudo as práticas culturais apropriadas pertinentemente dos ensinamentos das leituras feitas, ouvidas, murmuradas, muitas vezes repetidas e memorizadas, de livros impressos escolares, religiosos e laicos que circulavam em Caicó, nos oitocentos. Em vista da leitura intensiva e da extensiva, o objetivo é analisar, por um lado, indícios de absorções ou apropriações culturais dos ensinamentos daquelas práticas de leitura e, por outro, os entrelaces dos ensinamentos relativos à oralidade, à leitura, à escrita e à escolarização. A tese defendida é que a história da leitura em Caicó, no século XIX, é a história da leitura feita, ouvida, murmurada, repetida e, ainda, memorizada, que, apoiada sobre textos de livros escolares, religiosos e laicos, convertia-se na produção de bens culturais específicos, como cartas, inventários, remédios homeopáticos e caseiros, testamentos, rezas fortes de cura, versos de cordel, dentre muitos outros. Começando com o propósito de escrever uma história da leitura em Caicó, no século XIX, alcançamos o entendimento de que as práticas culturais, especialmente as práticas dos costumes seridoenses, são, sobremaneira, resultado das apropriações de leituras de textos escolares, religiosos e laicos, incentivadoras de outras práticas de leitura intensivas e extensivas. Se a leitura feita, ouvida, repetida, memorizada e reconhecida é encadeadora de práticas de costumes universais e locais, não obstante teria sido a força da oralidade a pedra de toque da reprodução e da longevidade dessa leitura, bem como de sua travessia do século XIX para o XX e, ainda, dos resquícios de certas permanências neste século XXI. Em parte, essa rede de práticas culturais, reproduzida pela força da transmissão oral, persiste desde os tempos de nossos trisavôs.

Palavras-chave: Caicó-Rio Grande do Norte. Século XIX. História da leitura. Práticas de leitura.

## Résumé

La lecture faite du livre *Seridó – XIXème siècle* (Fazendas & livros), des historiens Medeiros Filhos et Faria, a été ce qui a déclenché l'écrit de cette thèse de doctorat. La lecture intensive de ce livre a conduit au *corpus* documentaire de la recherche (livres scolaires, religieux et laïques, chronique, discours, documents ecclésiastiques, inventaires, testaments, mémoires d'enfance, articles journalistiques, rapports), et aussi au *corpus* du référentiel théorico-méthodologique de l'histoire culturelle de la lecture, en correspondance avec Roger Chartier et Robert Darnton. Dans la rigueur de l'écriture de la thèse, la recherche relative à la thématique lecture et absorptions culturelles nous a menés à définir comme objet d'étude les pratiques culturelles appropriées pertinemment aux lectures faites, entendues, murmurées, de nombreuses fois répétées et mémorisées, de livres scolaires imprimés, religieux et laïques qui circulaient à Caicó, dans les années mille huit cents. En vue de la lecture intensive et de l'extensive, l'objectif est d'analyser, d'une part, des indices d'absorptions ou appropriations culturelles des enseignements de ces pratiques de lecture et, d'autre part, les entrelacements des enseignements relatifs à l'oralité, à la lecture, à l'écrit et à la scolarisation. La thèse défendue est que l'histoire de la lecture à Caicó, au XIXème siècle, est l'histoire de la lecture faite, entendue, murmurée, répétée et, encore, mémorisée, qui, soutenue par des textes de livres scolaires, religieux et laïques, se convertissait dans la production de biens culturels spécifiques, comme des cartes, inventaires, remèdes homéopatiques et faits maison, testaments, prières fortes de cure, vers de cordel, parmi beaucoup d'autres. En commençant avec l'intention d'écrire une histoire de la lecture à Caicó, au XIXème siècle, nous comprenons que les pratiques culturelles, spécialement les pratiques des coutumes seridoenses, sont, excessivement, le résultat des appropriations de lectures de textes scolaires, religieux et laïques, stimulatrices d'autres pratiques de lectures intensives et extensives. Si la lecture faite, entendue, répétée, mémorisée et reconnue est liée à des pratiques de coutumes universelles et locales, malgré cela la force de l'oralité aurait été l'élément essentiel de la reproduction et de la longévité de cette lecture, ainsi que de son passage du XIXème siècle au XXème et, encore, des vestiges de certaines permanences de ce XXIème siècle. En partie, ce réseau de pratiques culturelles, reproduit par la force de la transmission orale, persiste depuis l'époque de nos arrière-arrière-grand-parents.

Mots-clés: Caicó-Rio Grande do Norte. XIXème Siècle. Histoire de la lecture. Pratiques de lecture.

## Lista de ilustrações

Figura 01. Capa do livro <i>Seridó</i> – séc. XIX (fazendas & livros), de Padre João Medeiros Filho e Oswaldo Lamartine de Faria	11
Figura 02. Folha de rosto das <i>Reflexões às minhas alunas</i> , de Isabel Gondim	42
Figura 03. Folha de rosto da <i>Imitação de Cristo</i> , de Tomás de Kempis	86
Figura 04. Folha de rosto do <i>Adoremus</i> , de Frei Eduardo Herberhold	87
Figura 05. Folha de rosto da <i>História Sagrada do Antigo e Novo Testamento</i> , de Frei Bruno Heuser	88
Figura 06. Folha de rosto do <i>Lunário e prognóstico perpétuo</i> , de Jerônimo Cortês Valenciano	137
Figura 07. Folha de rosto do <i>Formulário e guia médico</i> – Guia Chernoviz, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz	138

## Sumário

Capítulo um	
Nos entrelaces da cultura da leitura com a oralidade, a escrita e a escolarização	10
Capítulo dois	
As eminentes leituras dos livros escolares d'antes	41
Capítulo três	
Essas sagradas leituras de ensinamentos ditos corretos e aceitáveis	85
Capítulo quatro	
Leituras de ciências empíricas para viver saudável e fervorosamente	136
Conclusões	179
Referências	183

Capítulo um

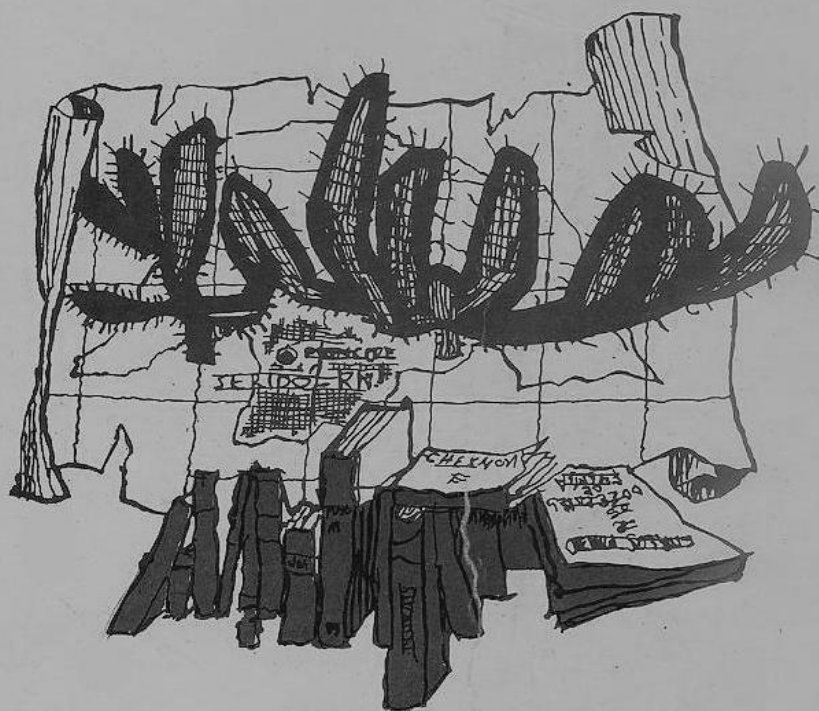
---

*Nos entrelaces da cultura da leitura com a oralidade, a escrita e a escolarização*

Pe. João Medeiros Filho  
Oswaldo Lamartine de Faria

# SERIDÓ. SÉC. XIX

## (FAZENDAS & LIVROS)



2ª Edição  
2001

Figura 01 | Capa do livro *Seridó – séc. XIX (fazendas & livros)*, de Padre João Medeiros Filho e Oswaldo Lamartine de Faria

Fonte | Acervo de Franselma Fernandes de Figueirêdo

## **Nos entrelaces da cultura da leitura com a oralidade, a escrita e a escolarização**

Nossa inserção inicial na pesquisa começou em 1997, como graduanda no curso de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e bolsista de Iniciação Científica no Projeto de Pesquisa Literatura e Memória Cultural: Produções em Diferentes Momentos do Século XX, no qual, sob a orientação do Prof. Dr. Humberto Hermenegildo de Araújo (Departamento de Letras), foi feito um levantamento do modernismo literário no Rio Grande do Norte. Também em 1997 integramos a então Base de Pesquisa Práticas Culturais, Agentes Sociais e Produções Modernas, coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Maria de Araújo.

Em função do referido projeto de pesquisa, realizamos um levantamento de fontes sobre a produção literária do estado entre 1920 e 1976, observando as condições e as motivações da existência da obra literária moderna nesse período assim como as viagens de Mário de Andrade pelo Brasil e pelo Nordeste. A análise das fontes documentais e dos textos desse modernista de destaque na produção nacional revelou a presença das tradições e dos costumes que referenciaram a formação cultural e literária no Brasil e no Rio Grande do Norte.

Especificamente em relação a nosso trabalho de iniciação científica, analisamos a obra do escritor e poeta seridoense José Bezerra Gomes, natural da cidade de Currais Novos, o qual apresenta, em suas obras, a cultura matriz do povo nascido na região do Seridó, Rio Grande do Norte e, por extensão, a nossa própria, uma vez que nascemos em São João do Sabugi, cidade do sertão seridoense que surgiu, como povoado, em 1832, foi elevada à categoria de distrito com o nome de São João do Príncipe em 1868 e, em 1890, passou a se chamar São João do Sabugi, em referência ao rio que deu início ao povoamento. Em nossa infância e adolescência, vivemos e estudamos em território seridoense desse estado, nas cidades de Serra Negra do Norte e Caicó. Nesta última, permanecemos até os 14 anos.

Posteriormente, já na capital, Natal, o contato com a poesia popular, com a literatura de cordel e, até mesmo, com a literatura erudita brasileira, outrora já vivenciado no cotidiano seridoense, incitou mais e mais nosso desejo de ingressar no curso de Letras, o que aconteceu em 1995. Em 1999, logo após concluirmos esse curso de graduação (1998), ingressamos no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFRN.

No Mestrado, nossa dissertação, intitulada *Nas veredas da tradição seridoense: uma introdução à leitura da obra de José Bezerra Gomes*, trouxe a lume a análise de fatos, costumes e vivências da cultura tradicional sertaneja e seridoense, dando, assim, continuidade

à pesquisa anterior, e teve como objeto de estudo a produção literária que se seguiu ao período considerado modernista no Rio Grande do Norte, especificamente na década de 1930.

Modernista, a obra literária de José Bezerra Gomes insere-se no contexto do romance regionalista de 1930, podendo esse autor ser lido ao lado de romancistas nordestinos como José Lins do Rego (paraibano), Rachel de Queiroz (cearense) e Graciliano Ramos (alagoano). Respalhada pelas noções de tradição e modernidade, em conformidade com Antonio Candido (1976), a investigação, cujo objetivo foi apresentar uma análise geral da obra daquele poeta e romancista seridoense, destacou aquilo que ele nomeava como cultura de tradição e como experiências modernas na região do Seridó. Em relação à cultura de tradição, apresentamos fatos da sociedade patriarcal que regeu por muito tempo o Seridó, mostrando como essa sociedade foi dando lugar à moderna tradição seridoense. (FIGUEIRÊDO, 2002).

As conclusões de nossa dissertação de mestrado anunciaram uma intrigante correspondência entre a tradição e a modernidade no Seridó, apontando, no passado, uma cultura, diversificadamente rica, que buscava na instrução e na educação os meios para o fortalecimento da fé e para o crescimento cultural, social, político e econômico nas distintas esferas sociais.

O apego à instrução, recorrente nas observações que fizemos, levou-nos a pensar o contexto de onde se expandiu o aprendizado da leitura e da escrita pelos seridoenses dos séculos passados, qual seja, o lugar onde hoje é Caicó, no século XIX. Para entender tal contexto, passamos, então, a investigar os ensinamentos muitas vezes repetidos nos livros de leituras escolares, religiosos e laicos lidos e relidos, ditados e recitados por uma parcela da população que lá viveu, observando como aconteciam as possíveis apropriações e como os ensinamentos dessas obras permaneceram na formação educativa, ao longo do período estudado.

Em 2003, no intuito de ingressar no doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, passamos a frequentar os seminários do Grupo de Pesquisa Estudos Histórico Educacionais, coordenado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marta Maria de Araújo. Participar dos seminários desse Grupo de Pesquisa sugeriu-nos um projeto de pesquisa com o título inicial *Maneiras de letramentos no Caicó (RN) antigo – 1700 a 1889*, com o qual fomos selecionada para o curso de doutorado desse programa de pós-graduação, nele ingressando no ano de 2006.

Investigar um período certamente longo, na história das leituras e da cultura dos caicoenses antigos, seria, então, o primeiro desafio a ser vencido, o que intensificou nosso

interesse de pesquisadora. Pensando acerca da história da educação escolar e da cultura no lugar onde hoje é Caicó, especialmente no que diz respeito às leituras realizadas e conhecidas por seus moradores no século XIX e a suas maneiras de letrar-se, constatamos como eram poucos os livros e os textos voltados para a história da leitura articuladamente com a oralidade e, ainda, com a escolarização.

No levantamento empreendido, tão somente encontramos o livro de Medeiros Filho e Faria (2001) e um artigo de Araújo (2003). Os historiadores Medeiros Filho e Faria (2001) ordenam os livros lidos e relidos que circulavam nas fazendas do sertão seridoense, especialmente ao longo do século XIX, classificando-os como livros de gaveta, livros de prateleira e livros de oratório. Esses três tipos de livros são adiante categorizados como parte do *corpus* documental pesquisado. Os livros levantados por esses historiadores, na obra *Seridó – século XIX (fazendas & livros)*, orientaram e acalentaram muitos leitores e perpetuaram-se na cultura, dita sertaneja, dos seridoenses, especialmente dos fazendeiros criadores de gado, de seus familiares e seus agregados, e dos plantadores de algodão, principais gestores econômicos da época. Foram esses livros, diga-se, que levaram à escrita desta tese.

Partindo da obra dos historiadores Medeiros Filho e Faria (2001), Araújo (2003) avança, em sua investigação historiográfica, pelas experiências de oralidade, de leitura, de escrita e, ainda, as educativas em Caicó, nos séculos XVIII e XIX. Essa historiadora da educação defende que foram os livros de natureza escolar, os de literatura infanto-juvenil, a literatura católica, os livros de cavalaria e os almanaques instrutivos que transmitiram aos antepassados os saberes da cultura erudita e da popular, as crenças e os credos religiosos, as crendices populares e a sensibilidade estética e moral. Essas investigações permitem entender que o desejo de conhecer ou memorizar os enredos de ensinamentos das obras que circulavam na Caicó de então levou uma parte de seus moradores a afeiçoar-se à leitura oralizada ou silenciosa, reunindo repertórios de natureza religiosa, escolar, romanesca, cortesã, médica, instrutiva e popular.

O registro historiográfico das obras literárias nos domínios caicoenses do século XIX realizado por Medeiros Filho e Faria (2001), atrelado à investigação da leitura dessas obras em suas possíveis relações com as experiências educativas e educacionais do caicoense feita por Araújo (2003), indicaram a direção que conduziu à problemática desta tese de doutorado, a qual consiste na pressuposição de que a leitura em Caicó, no século XIX, situava-se sobre o livro de circulação em ampla escala.

A busca pelos vestígios das fontes documentais (livros de leitura escolares, religiosos e laicos, testamentos, inventários, documentos eclesiásticos e oficiais, matérias de jornais, crônica, entre outros) levou-nos, ao mesmo tempo, a percorrer uma bibliografia que permitisse, por seu escopo historiográfico, interrogar sobre o estado do conhecimento atingido pela história da leitura (especialmente no século XIX), em sua necessária ligação com a cultura da oralidade e a da escolarização das primeiras letras ou primária. Por outras palavras, o propósito é perscrutar certa historicidade do progressivo avanço da oralidade para a leitura e a escrita, e destas para a escolarização. Para isso, recorreremos a Duby (1987), Ginzburg (1995), Cervantes de Saavedra (1981), Rousseau (1994), Flaubert (2003) e Villalta (1997).

No período da chamada Idade Média, havia, no Ocidente, uma intrigante correspondência entre oralidade e cultura da sociedade circundante. A despeito de haver um progresso das línguas vernáculas no tocante à leitura e à escrita, a oralidade mantinha sua legitimidade cultural, mesmo no seio dos nobres e das camadas de prestígio social.

A história do ritual de morte principesca do Conde Guilherme Marechal em 1219, relatada por Duby (1987), expressa singularmente a predominância da oralidade sobre a leitura e a escrita. Pressentindo a morte chegar, o Conde Guilherme Marechal reuniu a parentela a sua volta, em sua casa, em Reading (Inglaterra), no interior de um grande mosteiro real. No leito de morte, dirigiu-se, em primeiro lugar, ao filho primogênito, seu herdeiro, para determinar a divisão de sua herança, conforme o costume – a lei não escrita, mas tão impositiva quanto os códigos mais rígidos, no meio aristocrático da Inglaterra. Acompanhemos o relato do historiador Duby:

*Palavras, acima de tudo, e públicas.* Já bastariam. Mas além disso se toma o cuidado de confiá-las ao texto escrito, para que tudo fique bem estabelecido. Não há tabelião aqui, na época. *O ato é redigido na própria casa, por servidores que saibam escrever.* Guilherme manda apor-lhe seu selo privado, e que também aponham os seus a esposa e o primogênito, que são, além dele, os únicos possuidores de todo o restante: o que ele legou ele lhes tirou. [...] Munida dessas garantias a peça é guardada num cofre. É pouco provável que seja preciso lê-la algum dia. Mas as palavras congeladas, que ela conserva feito relicário, pertencem agora ao tesouro da família. (DUBY, 1987, p. 17, grifo nosso).

Cavaleiro da Ordem dos Templários, possuidor da cultura da cavalaria, o conde havia rivalizado, dentre muitos outros, com Ricardo Coração de Leão. Para resistir ao devir dos tempos dos feitos geniais do cavaleiro Guilherme Marechal, o filho primogênito, Guilherme, o Moço, mandou erigir por escrito a história de seu pai, que foi feita na forma de um poema-canção, por um trovador que entendia da linguagem oral e popular dos súditos. A

história-memória de Marechal, escrita com rimas para ser recitada em espaço privado ou público, propagada para homens e mulheres que sabiam ou não ler ou escrever, foi tributária da escrita de João, o Trovador, por meio de fontes orais e escritas.

Guilherme Marechal não era um conde afinado com a leitura e a escrita; ao contrário. Entrou para a história como o melhor cavaleiro do mundo de torneios, de andanças, de façanhas esplêndidas para “abater” o jogador adversário com um golpe de lança. Observa Duby que a história do conde Guilherme Marechal, escrita por João, o Trovador, celebrava, acima de tudo, as virtudes humanas, a valentia de cavaleiro andante e a moral do conde, bem próprias dos bravos guerreiros que faziam sobreviver a sociedade da cavalaria no século XIII, seu gosto pelos torneios, pela geografia destes, pelos cavalos competidores, com seus arreios. Por fim, por sua prosa e suas rimas fáceis, fontes da tradição oral, para guardá-las e declamá-las em lugares públicos ou privados.

E por que não fariam sobreviver também uma narrativa rítmica escrita imbuída da preservação da cultura da oralidade, da tradição oral de contar e recontar uma mesma narrativa ou um conto popular assaz fragmentados? E por que não motivar nesses leitores de contos populares a iniciação na escolarização?

Com a invenção da tipografia por João Gutenberg, no século XV (por volta de 1450), trazendo a lume o livro impresso, herdeiro do texto manuscrito, houve, como movimento correspondente, uma progressiva ampliação do universo de livros e leitores de obras eruditas, populares, religiosas, e também escolares. A cultura escrita teve sua condição de privilégio de poucos e foi flagrantemente abalada (mas não eliminada) quando da invenção da imprensa.

Evidentemente, os fatores para aquisição do livro impresso variaram de lugar para lugar, de época para época, quando da inserção da palavra impressa tanto nos grandes centros editoriais quanto nas sociedades coloniais mais afastadas, das maneiras de ler em grupo ou individualmente. Escritores de livros produziram obras em quantidade hoje considerada razoável para a época. Produtores de uma literatura popular diretamente endereçada ao povo compilaram: a Bíblia em escrita vulgar; folhetos de cordel, almanaques; canções; brochuras com narrações de prodígios, de mistérios; opúsculos sentimentais, de piedade e de vidas de santos, de reis e de pessoas comuns, vendidos por mercadores de cidade em cidade bem como por ambulantes de festa em festa, nas comunidades rurais da antiga Europa. Produziu-se também uma literatura de cavalaria, uma juvenil e uma escolar.

No século seguinte, o XVI, nobres, intelectuais, homens de negócio, clérigos, professores, alunos, homens e mulheres do povo seriam, indubitavelmente, tributários da

difusão do texto impresso. Os sinais de profusão do texto impresso aparecem mesmo em sociedades camponesas oralizadas, como a aldeia italiana de Montereale dos domínios de Veneza. Nessa aldeia, nasceu o moleiro Domenico Scandella (1532-1599), conhecido por Menocchio, que, ao contrário do Conde Guilherme Marechal, sabia ler bem, escrever, como era costume na época, as palavras coladas umas às outras, bem como sabia um mínimo de latim.

Autodidata, Menocchio chegou a ser professor primário e tocador de violão nas festas locais. Suspeito de ideias heréticas, foi interrogado, torturado e queimado vivo pelo tribunal do Santo Ofício de Aquileia e Concórdia. Para Ginzburg (1995, p. 128), ele se situa na convergência entre dois saltos de vida e dois eventos históricos: o primeiro é a “[...] vitória da cultura escrita sobre a oral [ou] a vitória da abstração sobre o empirismo.”; o segundo diz respeito à invenção da imprensa e à Reforma protestante.

*A imprensa lhe permitiu confrontar os livros com a tradição oral em que havia crescido e lhe forneceu as palavras para organizar o amontoado de idéias e fantasias que nele conviviam. A Reforma lhe deu audácia para comunicar o que pensava ao padre do vilarejo, conterrâneos, inquisidores – mesmo não tendo conseguido dizer tudo diante do papa, dos cardeais e dos príncipes, como queria. (GINZBURG, 1995, p. 33, grifo nosso).*

Tanto é que o quadro parcial dos livros de leitura de Menocchio, inventariado por seus inquisidores, compreende: a *Bíblia* (em língua vulgar), *Decameron*, de Boccaccio, *Cavallier Zuanne de Mandevilla*, *Historia del Giudiciol Legendario delle vite de tutti li santi*, *Lunario al modo di Itália calculato composto nella città di Pesaro dal ecc<sup>mo</sup> dottore Marine Camilo de Leonardis*, *Cavallier (viagens) de sir John Mandeville*, dentre outros. Muitos dos livros lidos por Menocchio eram empréstimos de amigos e de parentes, tanto homens como mulheres. Por tal razão, é plausível o reconhecimento, como faz Ginzburg (1995, p. 84): “Numa aldeia tão pequena como Montereale, tais dados são significativos e apontam para uma rede de leitores que superam o obstáculo dos recursos financeiros exíguos, passando os livros de mão em mão.”

Em sendo assim, há de se perguntar: em que plano havia uma conjugação entre a vida aldeã (em que a leitura fazia parte do dia-a-dia dos habitantes) e a escolarização? Sobre isso, dirá Ginzburg que, em Montereale e em seus arredores, havia escolas de nível elementar, para ensinar, sem exceção, aos moradores crianças e jovens, sem nenhum tipo de pagamento. Na experiência cotidiana de vida desses aldeãos, muito certamente a contiguidade da oralidade, em longa duração, potenciaria, por meio da leitura, e também da escrita, certa

“linguagem culta”, que seria reforçada pela escolarização. Sendo assim, podemos dizer que a interseção entre oralidade, leitura e escolarização, para Menocchio (personagem aldeã singular), veio a ser de ativa intercomplementaridade.

No século XVII, a vigorosa linguagem oral ia, aos poucos, cedendo espaço à linguagem escrita, embora circunscrita à difusão da cultura da época, a exemplo da cultura da cavalaria, que é preservada e até perpetuada por meio de romances modernos, como *O Engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha* (1605 e 1615), da autoria do espanhol Miguel de Cervantes.

No período do Renascimento, movimento cultural dos séculos XIV a XVI, nasceu Miguel de Cervantes de Saavedra (1547-1616), na cidade de Alcalá de Henares, perto de Madri (Espanha). Quarto filho do modesto cirurgião Rodrigo de Cervantes e da nobre empobrecida Leonor de Cortinas, estudou em um colégio de jesuítas, provavelmente localizado na cidade de Valladolid, onde morou com sua família de 1551 a 1561. Nesse colégio, Miguel de Cervantes aprendeu a ler, escrever, contar, Gramática e Retórica.

Em Madri (Espanha), Miguel de Cervantes estudou no Colégio Estúdio de La Villa, instituição de ensino ortogada pelo rei Afonso XI, a 7 de dezembro de 1346. Foi um dos alunos do humanista Juan López de Hoyos (1511-1583), escritor espanhol e catedrático mestre dessa instituição, autor das obras *Declaração das armas de Madri e algumas antiguidades* (15-?), *Relação da morte e honras funerais do Sereníssimo Príncipe dom Carlos* (1568), *História e relação verdadeira da enfermidade, felicíssima passagem e suntuosas exéquias da sereníssima rainha da Espanha Dona Izabel de Valois, nossa senhora...* (1569), *Carta ao ajuntamento da Villa de Madri* (1569) e *Real aparato e suntuoso recebimento com que Madri... recebeu a Sereníssima Rainha Dona Ana de Áustria* (1572). No Colégio Estúdio de La Villa, Miguel de Cervantes recebeu uma formação intelectual intensa, necessária, à época, para ingresso na Universidade de Alcalá, como sugerem alguns de seus biógrafos.

Em 1569, Miguel de Cervantes, na função de camareiro do cardeal italiano Júlio Acquaviva, em Roma, leu intensamente as obras clássicas da Renascença. Em 1570, alistou-se nas tropas pontifícias para lutar contra os turcos, que ameaçavam a Europa. Na Batalha de Lepanto (1571), perdeu a mão esquerda, o que lhe conferiu o apelido de “manco de Lepanto”. Após passar cinco anos prisioneiro dos turcos em Argelina, retornou a sua terra natal, dedicando-se intensamente à literatura, nos gêneros romance, poesia, novela, comédia, dentre outros.

Com o romance moderno *O engenhoso fidalgo Dom Quixote de la Mancha* (1605 e 1615), Miguel de Cervantes de Saavedra ganhou prestígio nos universos da literatura, da pintura, da escultura, da dramaturgia e da música. Cada domínio da cultura possibilitou, a sua maneira, versões da história do cavaleiro da triste figura e de seu fiel escudeiro Sancho Pança, um simples lavrador que largou a esposa e os filhos para servir a Dom Quixote, iludido pelas promessas de governar uma ilha, que seria a ele concedida, como prêmio, no final de suas conquistas de cavaleiro andante.

Ao contrário de seu amo, Sancho Pança é realista, mas, à medida que o relato de aventuras avança, ele passa a acreditar nos delírios do cavaleiro andante Dom Quixote, que saiu três vezes de sua terra para conquistar o quimérico Império de Trapisonda. Enlouquecido pelas leituras dos intermináveis feitos dos cavaleiros andantes da literatura medieval, Dom Quixote, montado no pangaré Rocinante, dedica seus feitos à donzela Dulcineia del Taboso, simples camponesa que sua prodigiosa fantasia transforma na mais digna das damas.

Narrado na mais fina prosa castelhana, o romance é composto de 126 capítulos e dividido em duas partes: a primeira, publicada em 1605; e a segunda, em 1615. Considerado o marco fundador do romance moderno, *Dom Quixote de la Mancha* desperta a natureza antipoética do gênero, uma prosa, de narrativa longa, na qual são relatados fatos imaginários, ou reais, trabalhados por uma fabulação autoral em que a verossimilhança é imprescindível, assim como um trabalho de estruturação.

A inspiração literária do escritor Miguel de Cervantes está representada por um caso real de loucura. A história trata do fidalgo Alonso Quijano, chamado pelos vizinhos de “o bom”, cujo passatempo preferido era a leitura de livros de cavalaria. À medida que suas leituras iam mais e mais se intensificando, Alonso Quijano ia passando a acreditar, literalmente, nas aventuras escritas, decidindo, enfim, tornar-se um cavaleiro andante.

Em suma, *tanto naquelas leituras se enfrascou*, que passava as noites de claro em claro e os dias de escuro em escuro, e assim, *de pouco dormir e de muito ler se lhe secou o cérebro*, de maneira que chegou a perder o juízo. Encheu-se-lhe de fantasia de tudo que achava nos livros, assim de encantamentos, como pendências, batalhas, desafios, feridas, requebros, amores, tormentas, e disparates impossíveis; e assentou-se-lhe de tal modo na imaginação ser verdade toda aquela máquina de sonhadas invenções que lia, que para ele não havia história mais certa no mundo. (CERVANTES DE SAAVEDRA, 1981, p. 30, grifo nosso).

Alonso Quijano, personagem principal da narrativa em prosa, obstinado pela leitura compulsiva de livros de cavalaria, vendeu muitos trechos de suas terras de semeadura para

comprar livros, o que resultou numa diversificada biblioteca particular, com vários títulos de cavalaria, entre os quais: *História do famoso cavaleiro Tirante o branco* (1490), *Amadis de Gaula* (1508) – primeiro livro de cavalaria impresso na Espanha, *Palmerim de Olívia* (1511), *Lisuarte de Grécia* (1514), *Palmerim de Inglaterra* (1527), *Amadis de Grécia* (1530), *Florisel de Niqueia* (1532), *Espelho de cavalarias* (1533), *Rogel de Grécia* (1535), e *Dom Olivante de Laura* (1564), que lhe encheram o pensamento de fantasias de cavaleiros andantes, de aventuras, de batalhas e de amores idealizados.

O sempre fiel escudeiro de Dom Quixote, Sancho Pança, embora não soubesse ler nem escrever, era primoroso contador de estórias, anedotas, contos, começando sempre com a fórmula “era uma vez...” e, a exemplo dos antigos, seguindo o traquejo dos contos sentenciados por Catão Zonzorino, da época de Cervantes. Tal modo de contar preserva o ritmo de uma oralidade pausada.

Disse-lhe Dom Quixote que referisse algum conto para o entreter, como tinha prometido; ao que Sancho respondeu que de boa vontade o fizera, se o medo do que estava ouvindo lho consentisse [...] – Mas enfim – disse ele – seja como for, farei deligência para contar uma história que, se atino com ela, e me não forem à mão, é a rainha das histórias. Dê-me vossa Mercê toda a atenção, já que principio. Era uma vez... o que era; se for bem, por todos seja, se mal, para quem o buscar ... E advirta Vossa Mercê, senhor meu, que o modo com que os antigos começavam os seus contos não era assim coisa ao acaso [...]. (CERVANTES DE SAAVEDRA, 1981, p. 109).

Contar histórias de cavaleiros andantes, novelas, contos ou anedotas requeria a arte de pausar o tom da voz, ritmar as frases antes, suspirar e intercalar os saberes aprendidos, de modo a não comprometer a sequência da narrativa de tão primorosas histórias. Essas narrativas eram contadas com rigor sequencial e através dos livros impressos, de papéis manuscritos, ou da tradição da leitura oralizada, como acontecia com a novela do curioso impertinente, lida em voz alta por um cura para entreter os ouvintes, prática comum no século XVII, por meio da qual numerosos leitores aprendiam os textos. A leitura em voz alta estabelecia uma relação de imbricamento entre o oral e o escrito, realçando a importância e a diversidade da leitura comunitária mediada por uma voz que lia.

O hábito de ouvir os outros lerem ou contarem histórias preservava e perpetuava, através da cultura da oralidade, narrativas milenares que diziam das tradições e dos costumes dos antepassados. A leitura em voz alta, nos círculos de sociabilidades, possibilitava àqueles ouvintes que não tinham os conhecimentos rudimentares do ler e do escrever, o acesso ao universo da cultura da leitura, em sua intrínseca relação com a oralidade. A oralização dos

textos pelos que sabiam ler permitia àqueles “leitores” que não o sabiam tornarem-se ouvintes da palavra lida, dirigida tanto ao ouvido como ao olho.

Nos contos de cavalaria, de vez em quando, a oralidade, a leitura e a escolarização ligavam-se e reforçavam-se pelo sequioso desejo de aprender as histórias de cavaleiros andantes, os rudimentos da cultura escrita, ou mesmo de adquirir a condição de distinção, atributos caros aos guerreiros, homens das armas.

O homem letrado fazia-se necessário para escrever e para manter as leis sobre as armas. Dessa maneira, estabelecia-se entre armas e letras um vínculo, por vezes conflituoso, por vezes harmônico, numa evidente linha de interdependência, para permanecerem e se solidificarem. Numa época de guerras e de cavaleiros andantes, a leitura e a escolarização se faziam necessárias à aprendizagem da religião católica, da arte de guerrear, das aventuras de reis e rainhas, de cavaleiros andantes e de comportamento humano e costumes.

Ouçamos o que dizem as letras quando afirmam que sem elas as armas não podem sustentar-se, porque também a guerra tem as suas leis, às quais está sujeita, e que estas leis devem pertencer à inspeção das letras e dos letrados, que são em tal caso os juizes competentes: ouçamos agora o que respondem as armas, as quais dizem que sem elas não podem manter-se as leis, porque são as armas defensoras naturais da república [...]. É coisa bem averiguada e certa que aquilo que mais custoso é em maior estima deve ser tido: alcançar alguém a eminência das letras coisa é que custa tempo, vigílias, fome, nudez, vagados de cabeça, padecimentos de estômago e outras semelhantes a estas, que já em parte deixo apontadas; mas chegar a ser um bom soldado custa isto por que passa o estudante, e em grua tanto mais subido, porque cada um passo se acha no risco de perder a vida [...]. (CERVANTES DE SAAVEDRA, 1981, p. 229).

A escrita, prática cultural ainda restrita nos seiscentos, era entendida como guardadora de histórias íntegras e inevitavelmente necessárias à propagação da cultura de um povo. Seu registro conferia veracidade aos fatos, aos saberes aprendidos e repassados, garantindo sua permanência, ao ponto de os cavaleiros andantes sempre carregarem consigo um sábio que lhes escrevesse seus feitos, para posteriormente serem lidos, aprendidos, contados e recontados oralmente entre gerações e gerações.

Causou-me isto grande pena, porque o gosto de ter lido aquele pouco que se me devolvia em desgosto, pensando no meu caminho que se oferecia para se achar o muito que em meu entender faltava ainda a tão saboroso conto. Parecia-me coisa impossível e fora de todo o bom costume que a tão bom cavaleiro tivesse faltado algum sábio, que tomasse a cargo algumas das suas nunca vistas façanhas; coisa que não minguou a nenhum dos cavaleiros andantes [...] pois cada um deles tinha um ou dois sábios que pareciam talhados para isso mesmo, os quais não somente escreviam os seus feitos,

senão que pintavam até os seus mínimos pensamentos e ninharias, por mais ocultos que fossem. (CERVANTES DE SAAVEDRA, 1981, p. 59).

O apego dos leitores seiscentistas à escrita desvela-se especialmente através da leitura oralizada, ouvida por cidadãos, viajantes e camponeses. A intrigante interseção entre a oralidade e a escrita já indiciava o anseio por uma escolarização, elementar que fosse, para ler o ABC, romances de cavalaria e até contos e romances proibidos pela Santa Sé.

As cartas, trocadas entre os cavaleiros andantes, familiares e amantes, eram manuscritos que testemunhavam a intensa interdependência entre a oralidade e a escrita, ou mesmo entre a leitura oralizada e a linguagem escrita. Comumente ditadas a escribas, outras vezes escritas a próprio punho pelo remetente, além de relatarem fatos e façanhas acontecidos, saudades e amores, traduziam gêneros poéticos da época e estilos prosaicos herdados dos grandes trovadores e escribas sábios do passado. Em sua maior parte, essas cartas e esses bilhetes em prosa ou em verso eram lidos em voz alta, por algum familiar ou amigo que dominasse a leitura oralizada de cunho popular. Nesta passagem do romance *Dom Quixote de la Mancha*, Cervantes se refere às cartas:

Vê-lo-ás quando levares a minha Senhora Dulcinéia del Taboso uma carta minha escrita em verso do princípio até o fim, porque hás de saber, Sancho, que todos ou quase todos os cavaleiros andantes dos passados tempos eram grandes trovadores e grandes músicos, que ambas estas habilidades ou graças infusas, por melhor dizer, andam anexas aos namorados andantes [...]. (CERVANTES DE SAAVEDRA, 1981, p. 130).

Atrelado ao manejo manuscrito das cartas, dos contos e das novelas, o sequioso desejo da aprendizagem da leitura e da escrita era testemunhado pela crescente cultura do impresso. Os livros só podiam ser publicados com a licença dos reis. Lidos e ouvidos pelos mais distintos leitores, eles proporcionavam o prazer da leitura oralizada aos letrados e a seus ouvintes. Leiam livros e sintam o prazer da leitura, aconselhava Cervantes:

[...] os livros que estão impressos com licença dos reis, e com a provação daqueles a quem se enviem, e que com gosto geral são lidos e celebrados por grandes e pequenos, pobres e ricos, letrados e ignorantes, plebeus e cavaleiros, e finalmente, por todo o gênero de pessoas de qualquer estado ou condição que sejam [...] leia-os e veja o prazer que a sua leitura lhe dá. (CERVANTES DE SAAVEDRA, 1981, p. 290).

O prazer de ler, de ensinar a leitura oralizada e de aprender os saberes dos que liam consagrava o desejo de leitores e de ouvintes seiscentistas pela escolarização. A publicação de livros como *Dom Quixote de La Mancha* e suas sucessivas edições registram um aumento de

leitores ao longo do século XVII, quando era comum as pessoas reunirem-se para ouvir alguém ler em voz alta, fosse nas reuniões em família, nas igrejas, nas estalagens e hospedarias, nas casas de campo, nos locais de trabalho, embaixo de árvores, nas vigílias noturnas, ou mesmo ao redor das fogueiras, nas noites de lua cheia, especialmente. Ler ou ouvir alguém ler tinha não apenas o propósito de purificar o corpo e a alma ou de buscar prazer nas horas de folga, mas, acima de tudo, o de o indivíduo instruir-se a si mesmo, anunciando o cultivo de aprendizagens diversas e da escolarização, posteriormente consolidada no século XVIII, o século da Ilustração.

Nesse século da Ilustração, nasceu Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em Genebra. Seu pai era um relojoeiro culto, e a mãe, que faleceu no parto de Rousseau, possuía uma rica biblioteca. Assim, nascido numa família em que reinava o costume de se ler em demasia, Rousseau foi educado pela leitura dos livros de cultura artística, educacional, filosófica, histórica, linguística, literária, política e religiosa. Por seu lado, educou-se pelo saber ouvir os outros lerem no tom da palavra oralizada e através da leitura dos clássicos, para aprender a conhecer o encadeamento entre homem, natureza, educação, cultura, sociedade, ciências, artes e política.

O genebrino Rousseau dominou a leitura fora da escola, especialmente no trato íntimo com seu pai, ao passarem horas a fio lendo um para o outro os romances deixados pela mãe de Rousseau, após a morte. As leituras intensivas de Bossuet, Molière, La Bruyère, Ovídio e Plutarco eram acompanhadas por profundas discussões e mergulhos no mundo imaginário e, às vezes testemunhavam o raiar do dia, anunciado pelo canto das andorinhas.

Pelo espírito do século do pensamento ilustrado, o escritor, filósofo, pensador e preceptor Jean-Jacques Rousseau entregar-se-ia, na maturidade, à escrita de obras de literatura epistolar, como o romance *Júlia ou a nova Heloísa* (1761), de obras educacionais (*Emílio ou da educação*, 1762), de teoria política (*Do contrato social*, 1762), de conhecimento musical (*Dicionário de Música*, 1767), dentre muitas outras.

Casado com Thérèse Levasseur, com quem teve cinco filhos, impossibilitado de criá-los e educá-los por si só, preferiu colocá-los, um a um, na roda de expostos de um asilo de enjeitados. Apesar desse gesto de fraqueza paternal, o século XVIII é indiscutivelmente agraciado pelo pensamento filosófico rousseaniano, inclusive o gênero romance.

Nesse século de Rousseau, o livro, à medida que avançava como objeto instrutivo de lições gerais e de lazer prazeroso, era vendido, emprestado e muitíssimo alugado. Na França pré-revolucionária, foi demasiadamente crescente o público de leitores de livros proibidos,

chamados *libelles* – gênero que se caracterizou por difamar personalidades públicas e cortesãs.

De 1761 a 1800, vêm a público nada menos que cem edições do romance *Júlia ou a nova Heloísa*, da autoria de Rousseau, um dos maiores *best-sellers* do século XVIII. Foi lido e ouvido nos serões noturnos e tornou-se uma das leituras silenciosas das carruagens, da intimidade do quarto de dormir de jovens e de adultos, de mulheres e de homens. Mas, seria possível esse romance de escrita epistolar laica trazer à luz elementos estruturantes de uma correspondência entre leitura, oralidade e escolarização no século XVIII?

Para escrever o romance *Júlia ou a nova Heloísa*, Rousseau instalou-se, em 1756, com sua esposa Thérèse Levasseur, no Ermitage, uma das “casas” anexas à residência da senhora d’Epinay, que o havia convidado. Foi nesse ambiente, próximo da floresta de Montmorency, norte de Paris, que ele escreveu esse romance epistolar, centrado em lugares franceses, italianos, ingleses, suíços, e cujos personagens (Júlia d’Etange, Clara, o Barão d’Etange, a Sra. d’Etange, Saint-Preux, Milorde Eduardo, o Sr. de Wolmar... ) são dotados de virtudes humanas [quase] inigualáveis.

O desejo de aprender e o desafio de aproximar uns dos outros fazia com que o Sr. Saint-Preux escrevesse para Júlia d’Etange, que escrevia para Saint-Preux e para Clara, que, por sua vez, escrevia para Júlia d’Etange, para Milorde Eduardo e para o Sr. d’Orbe, que, ainda, escrevia para Júlia d’Etange, suíça nascida em Etange e posteriormente moradora do belo lugarejo camponês de Clarens, nas proximidades de um lago, em Genebra.

Nessa obra de gênero literário e estilo epistolar, Rousseau subordina o enredo, em parte, à semelhança da vida cotidiana da época. Toma como foco principal as interações dos indivíduos, o costume de viajar ao campo, às montanhas, aos pequenos lugarejos e às grandes cidades, os círculos de convivências sociais e festivas, as maneiras de sentir, de comportar-se, de estudar, de trabalhar, de brincar, de vestir-se, de ornar-se e de amar, acima de tudo.

A bela Júlia d’Etange era uma moça aristocrata educada nos bons costumes, nos gostos refinados, no prazer de viajar, no hábito de ler e de manter correspondência escrita, primeiramente com Saint-Preux – seu professor de espírito ilustrado, mas plebeu –, que a amava e era correspondido. O pai de Júlia, o barão d’Etange, um altivo fidalgo proprietário do Castelo de Etange, era profundamente vaidoso dos talentos perceptíveis da filha única. Posteriormente, Júlia tornou-se esposa do Sr. Wolmar – homem de idade avançada, mas ilustre de nascimento. Mantendo-se, após o casamento, observador silencioso do amor da esposa culta por seu ex-professor, o Sr. Wolmar soube em parte conquistá-la.

Leitura individual e leitura coletiva de livros clássicos – para se reverter no próprio uso diário, para refinar-se, meditar e discernir o que é bom e belo, distinguir a oralidade erudita da popular, para procurar falar bem na transmissão de ideias em certas línguas – constituíram uma parte do plano de estudo do preceptor Saint-Preux para sua discípula Júlia d’Etange. A descrição de Rousseau, pela voz de seu personagem, é deveras didática:

Eis, minha encantadora Aluna, por que limito todos os vossos estudos a livros de bom gosto e de bons costumes. Eis por que, transformando todo o meu método em exemplos, não vos dou outra definição das virtudes a não ser pinturas de pessoas virtuosas, nem outras regras para bem escrever a não ser livros bem escritos. (ROUSSEAU, 1994, p. 67).

A educação intelectual de Júlia d’Etange, ditada metodicamente por seu preceptor, harmonizava-se com a precisão de uma oralidade erudita, a modulação da língua falada e a reflexão filosófica das leituras praticadas. Numa palavra, a leitura bem feita de livros bem escritos, ao lado da discussão erudita oral sobre eles, tornou-se procedimento para atingir o âmago de suas mensagens, de seus saberes e de seus ensinamentos. Ao ler refletindo, comentando, Júlia, acima de tudo, formava-se moralmente, para viver: “Portanto, comunicarmos-nos nossas ideias, eu vos direi o quanto os outros tiverem pensado, vós me direis, sobre o mesmo assunto, o que pensais vós mesma e frequentemente, após a lição, sairei mais instruído do que vós.” (ROUSSEAU, 1994, p. 66).

Dessa partilha metódica, resultava o enriquecimento da imaginação e da sensatez, o aprimoramento dos sentidos humanos, o gosto pela sabedoria, a sensibilidade para a autoestima, as regras éticas, as virtudes, a honestidade, a convivência social e a iluminação para uma razão intelectual sólida. A leitura reflexiva de obras clássicas diversas teria como correlato o bem falar, o bem escrever e a perfeição das virtudes e sensibilidades gerais dos aprendizes. A educação completa de cada menino e de cada menina, por meio da leitura, da oralidade e da escrita erudita – metodicamente inseparáveis –, convertia-os de alguma maneira em bons, belos e virtuosos.

Esse método, é verdade, não forma pequenos prodígios e não faz brilhar as governantas e os preceptores mas forma homens sensatos, robustos, são de corpo e de entendimento que, sem serem admirados quando jovens, fazem-se honrar quando adultos. (ROUSSEAU, 1994, p. 501).

O culto à escrita era propalado pela leitura individual e coletiva do romance epistolar do filósofo genebrino – circundado pelo sagaz envolvimento entre o autor e incontáveis

leitores e leitoras, principalmente. A ideia condutora desse envolvimento parecia corresponder ao anseio de enaltecer a educação escolar completa, a educação intelectual individual.

O século XIX fez-se o século da potencialização da leitura e de se trazer com mais intensidade a escrita para a vida escolar. Prenunciado pelos romances epistolares, como *Júlia ou a nova Heloísa*, pela imprensa feminina, e pelos salões, como lugares de encontros e conversação em torno de romances – por exemplo, o salão de Madame Staël (1766-1817), o de Madame d’Epinay (1726-1783), o de Madame Doublet de Persan (1677-1771) e o de Madame Holbach ou L’abbet Morellet (1723-1789) – o romance *Madame Bovary* é escrito pelo francês Gustave Flaubert (1821-1880), de 1851 a 1856.

Filho de um médico de família abastada, Gustave Flaubert foi educado segundo os pressupostos das ideias ilustradas e da estética romântica, e começou a escrever romances em 1843, após abandonar o curso de Direito (em Paris), para isso, dedicando-se então à escrita de *Madame Bovary* (1857), *Salambô* (1862), *Educação sentimental* (1869), *A tentação de Santo Antônio* (1874) e *Três contos* (1877).

Para escrever o romance *Madame Bovary*, publicado em 1856 pela revista *Revue de Paris*, Flaubert instalou-se na casa de campo de Croisset (França). Esse romance narra a história de Ema Rouault, posteriormente chamada de Ema Bovary, após o casamento com o médico Carlos Bovary. Quando moça, Ema teve uma educação escolar requintada, no convento das ursulinas, em Tostes (França), passando a idealizar sua vida e as paixões através das narrativas dos romances lidos e absorvidos.

No convento das ursulinas, para onde foi levada aos treze anos pelo pai, o Sr. Rouault, Ema Rouault teve uma rigorosa educação intelectual enciclopédica, religiosa, doméstica e artística (aprendeu a desenhar, dançar, cantar romanças e tocar piano). Tão esmerada e completa educação foi permeada pela leitura de livros religiosos e romances, estes últimos nem sempre permitidos no convento, e muitos deles trazidos clandestinamente para as alunas no bolso do avental de uma “velha” senhora que lá trabalhava oito dias em cada mês, exercendo função na rouparia. Leitora de romances, essa senhora, que pertencia a uma família de nobres arruinados na Revolução Francesa, conhecia de cor as canções galantes do passado e sabia narrar às meninas do convento as histórias sentimentais que lia nos romances.

A educação religiosa norteava o dia-a-dia no convento das ursulinas, com horário de aulas de catecismo, de orações e idas à capela para assistir à missa ou confessar-se. Antes das orações, proferidas pelas alunas no início da aula, era feita uma leitura religiosa da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* ou das *Conferências*, do abade Frayssinous, e aos

domingos trechos do *Gênio do cristianismo*, obras que se destinavam ao desenvolvimento do saber ler recitando, do saber interpretar as leituras, aprendizagens oferecidas pela escolarização.

Aos quinze anos, Ema passou a dedicar-se inteiramente à leitura de romances, permanecendo horas nos gabinetes de leitura e se apaixonando inteiramente pelas heroínas das histórias que lia, idealizadoras de suas fugas e fantasias juvenis:

Durante seis meses, aos quinze anos, Ema sujou as mãos nos velhos gabinetes de leitura. Mais tarde, com Walter Scott, apaixonou-se por coisas históricas, sonhou com armários, salas de guardas e menestréis. Quizera viver em algum velho solar, como aquelas castelãs de corpetes compridos [...]. Por esse tempo teve verdadeiro culto por Maria Stuart e veneração entusiástica pelas mulheres ilustres ou infelizes. (FLAUBERT, 2003, p. 48).

Posteriormente, casada com o médico Carlos Bovary, a quem as primeiras letras foram ensinadas pelo vigário da paróquia local, através de lições curtas dadas em pé na sacristia, Ema Bovary, para fugir do tédio da vida provinciana, sonhava com a vida nos salões de festas parisienses e com as paixões proibidas, aprendidas nas páginas dos romances devorados em suas leituras compulsivas. Nem o nascimento de sua filha Berta a transportou para a vida real de esposa e mãe.

À medida que lia, ela transformava seus hábitos e costumes. Constituíam novos ideais, advindos das leituras de autores como Walter Scott, Balzac e George Sand, responsáveis principais por sua formação leitora. Era leitora de jornais e periódicos – *Corbeille*, *Jornal das Senhoras*, *A Silfide dos Salões* –, apaixonando-se perdidamente pelos acontecimentos sociais da época e sonhando com uma vida completamente diferente daquela que levava na província. Era, enfim, uma leitora voraz de livros variados, figurinos de moda e jornais que tratavam da vida nos salões parisienses.

Devorava, sem perder uma palavra, todas as notícias das primeiras representações, das corridas e das sessões de gala, interessando-se pela estréia de uma cantora e pela abertura de uma casa de modas. Estava a par do último figurino, sabia o endereço dos melhores costureiros e quais os dias de passeio e de ópera. [...] Até para a mesa levava o livro, do qual ia virando as folhas, enquanto Carlos comia e conversava. A lembrança do visconde voltava-lhe sempre durante as suas leituras. Entre o marido e as personagens inventadas, punha-se a estabelecer confrontos. (FLAUBERT, 2003, p. 72).

Mulher intelectual, ao mudar-se com o marido para Yonville, nos arredores de Neuchâtel, Ema introduziu-se nos saraus literários dedicados às discussões e confrontos de ideais teológicos, filosóficos e literários, promovidos pelo farmacêutico Homais,

correspondente do jornal *O farol de Rouen*, e um estudante de Direito chamado Leon Dupuis, que nutria uma paixão, recíproca, por Ema, com quem apreciava discutir sobre literatura. Nesses saraus literários, em que prevalecia uma oralidade erudita, a madame Ema desfrutava de admirações, e até de paixões. Quis o autor nutrir, quase de forma irrestrita, o gosto pela leitura extensiva de impressos, pela escrita com fins escolares e não escolares, e pelo prazer de comentar literatura, filosofia, religião, ciência natural, entre outros assuntos aprendidos nos livros e periódicos, pelo cultivo da oralidade erudita.

No Brasil colônia e no imperial, o avanço paulatino da palavra oral para a escrita, e desta para a escolarização, desenvolveu-se, segundo o historiador Villalta (1997, p. 343), sob a égide da imposição do ler, do escrever e do pensar em língua portuguesa, da crença nos dogmas do catolicismo, da obediência às leis, aos dirigentes e à política mercantilista “[...] para que se estabelecessem trocas culturais consistentes [...], ademais práticas permitidas de sociabilidades na longa duração.”

Em face dessas circunstâncias, a propagação da leitura foi tarefa árdua dos primeiros jesuítas aqui aportados com o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, que se lançaram a copiar à mão livros escolares e aqueles que auxiliavam no trabalho missionário de conversão: as obras mais lidas de vidas de santos e santas, manuais de confissão, catecismos e sermões da doutrina cristã.

Em que pesam as observações da cultura da leitura sobre o texto lido, ouvido ou recapitulado no Brasil oitocentista? É possível dizer, segundo Villalta, com base em indicativos de registros em testamentos, dentre outros recenseamentos, que há uma predominância de obras religiosas sobre as laicas, portanto de leituras relacionadas às histórias de santos e santas, as dirigidas às orações comuns e sumas católicas.

No século XVIII, e notadamente nas primeiras décadas do XIX, a palavra lida ou escutada sobre o livro tinha a propriedade de fazer com que se aprendesse o que dantes se desconhecia. Era, acima de tudo, “[...] fonte de saber, num mundo de instrução escassa, que fazia do autodidatismo um meio importante de acesso aos conhecimentos.” (VILLALTA, 1997, p. 373).

Na disputa da cultura da leitura intensiva sobre a oralidade, o século XIX ensinou certos padrões de sociabilidade doméstica: os livros escolares, religiosos e laicos foram ganhando mobílias e cômodos especialmente reservados para eles, muitas vezes ao lado de canetas, escrivatinhas, folhas de papel, e até mapas. No Brasil colônia e no imperial, malgrado a difusão limitada da escolarização,

[...] a escola foi objeto de valorização, que se distribuiu de forma irregular pelos grupos sociais, concentrando-se entre os bens situados na ordem social e crescendo a partir do século XVIII. Na falta de escolas públicas, a instrução escolar veio a se agasalhar no espaço privado, repousando em vínculos mais ou menos formais que ligavam um mestre a aprendizes, fossem eles de primeiras letras, ou de outros níveis, ou ainda de ofícios. (VILLALTA, 1997, p. 383).

No século XIX, o acesso a uma leitura – intensiva ou extensiva, escolar ou informal – possibilitava, ao mesmo tempo, a propriedade de reproduzir a ordem social, de disseminar um modo coletivo de conduta pessoal bem como de instruir acerca das convivências diferenciadas e hierarquizadas, nas casas, nas ruas, igrejas, nas repartições públicas e privadas.

Em cada leitura de livros escolares, religiosos ou laicos que circularam em Caicó oitocentista, há uma história da leitura intensamente humana, social, política, enfim cultural, a ser decifrada nesta tese de doutorado. Tendo por pressuposto que essas obras escritas que o tempo preservou possibilitam a reconstrução de uma história da leitura em Caicó ao longo do século XIX, especialmente, as teorizações permitem pensar o ato da leitura – silenciosa, em voz alta, pública, privada, litúrgica, declamada ou comentada – como ordenador de práticas culturais de uma época que simboliza ensinamentos e aprendizagens várias e, portanto, interrogar sobre os entrelaces entre oralidade, leitura, escrita e escolarização.

O entendimento da leitura como um ato produtor e reproduzidor de ensinamentos e aprendizagens de vários matizes é hoje uma das hipóteses dos teóricos da história cultural da leitura Roger Chartier (1990, 1999 e 2001) e Robert Darnton (1992, 1995, 1998 e 2000). Mediante tal referencial teórico-metodológico, analisaremos as fontes documentais desta investigação.

Pensar uma história da leitura mediada por obras impressas suscetíveis de repetidas leituras, memorizadas, aprendidas de cor, recitadas, tomadas de empréstimos, como já observara Chartier (2001, p. 86), requer que, necessariamente, essa história da leitura seja investigada entendendo-se o ato de ler como situado “[...] numa rede de práticas culturais apoiadas sob o livro: a escuta de textos lidos e relidos em voz alta, na família ou na Igreja, a memorização desses textos ouvidos, mais reconhecidos do que lidos, sua recitação para si e para os outros.”

Evidentemente, para escrever uma história cultural da leitura apoiada sobre livros escolares, religiosos e laicos, não obstante inscrita numa rede de práticas culturais, em que

também se enlaçam a oralidade, a escrita, a escolarização e os modos de vida privada e comunitária, pareceu-nos primordial a utilização da noção de apropriação, tal qual abordada por Roger Chartier. Para ele, essa noção “[...] põe em relevo a pluralidade dos modos e empregos e a diversidade das leituras, que não forçam o texto [...] e inscritas nas práticas específicas que as produzem.” (CHARTIER, 1990, p. 26). Daí o reconhecimento das práticas culturais de uma comunidade específica como sendo suas maneiras diferenciadas de recepção ou de absorção de aprendizagens, geralmente pertinentes.

Nessa rede de práticas culturais próprias do século XVIII e também do XIX, a leitura também é entendida como reverência e respeito ao livro. Isso porque o livro

[...] é raro, porque está carregado de sacralidade mesmo quando é profano, porque ensina o essencial. Essa leitura intensa produz a eficácia do livro, cujo texto torna-se uma referência familiar, cujas fórmulas dão forma às maneiras de pensar e de contar. Uma relação atenta e diferente liga o leitor àquilo que lê, incorporando em seu ser mais íntimo a letra do que leu. (CHARTIER, 2001, p. 86).

Enredando aprendizagens gerais e específicas, a leitura coletiva exercida no mundo rural antigo da Europa, que reunia “[...] idades e condições ao redor do livro decifrado” (CHARTIER, 2001, p. 94), pode, provavelmente, ser encontrada nas vivências geralmente rotineiras de moradores da Caicó oitocentista. Em suma, sendo os livros, outrora, mestres da vida, a leitura de um livro escolar, religioso ou laico gerava práticas culturais criadoras, inventivas, portanto práticas sociais produtoras e reprodutoras de assimilações e de aprendizagens específicas ou gerais.

Por sua vez, interpretar a história das leituras ordinárias dos caicoenses no século XIX como uma prática cultural exige, com efeito, que se levem em consideração as instruções implícitas ou explícitas endereçadas pelo autor ou editor a seus leitores, inscrevendo no texto as convenções sociais e literárias que “[...] deverão produzir efeitos obrigatórios, garantindo a boa leitura.” (CHARTIER, 2001, p. 96-97).

Não obstante, a leitura da narrativa circunscrita no objeto cultural livro se desdobraria na constatação dos demais estilos de produção: artigo manufaturado, mercadoria comercial, obra de gênero específico e veículo de ideias religiosas ou laicas, com ensinamentos para serem absorvidos e apropriados no horizonte de uma história da leitura.

As práticas de leitura em tal dimensão, material e simbolicamente, gestam e ordenam formas de linguagem oral e escrita, apreciações do mundo exterior, modalidades de ensino, técnicas e tecnologia de trabalho, organização da vida comunitária. As disposições formais e

materiais geralmente encerram em si mesmas os índices de diferenciação cultural, com intervenções editoriais “[...] operadas sobre os textos a fim de torná-los legíveis para as largas clientelas a que são destinados.” (CHARTIER, 1999, p. 20). Evidentemente, sob tal rede de interações e de práticas sociais em circulação, vão-se criando novos públicos e novos usos socioculturais, que permitem entender uma história da leitura portadora de uma sucessão de apropriações múltiplas e diferenciadas em cada meio social.

Para se pensar uma história da leitura, todavia, exige-se o entendimento da moldura dos leitores – que eram diferentes – e das práticas variáveis de leituras. Pelas palavras de Chartier, tem-se o seguinte:

[...] a leitura é sempre uma prática encarnada em gestos, em espaços, em hábitos. [...] Aqueles que são capazes de ler textos não o fazem da mesma maneira, e há uma grande diferença entre os letrados talentosos e os leitores menos hábeis, obrigados a oralizar o que lêem para poder compreender, ou que só se sentem à vontade com algumas formas textuais ou tipográficas. (CHARTIER, 1999, p. 13).

Dessa maneira, escrever uma história da leitura da Caicó do século XIX desafia o pesquisador a fazer emergirem, em meio a diferentes leitores e a práticas variáveis de leitura, as possíveis apropriações dos ensinamentos contidos nos livros escolares, religiosos e laicos, que afetavam as próprias maneiras de viver comunitariamente e seus empregos familiar e social, encobertos quando não se investiga.

A leitura dos livros, que outrora, de algum modo, entende-se ter tido um lugar de destaque no centro dos veículos de comunicação escrita de uma sociedade, pode ser um indicador de preferências literárias úteis, mesmo em meio a uma censura cerrada no mercado livreiro.

Nos termos de Darnton (1998, p. 203), a leitura, especialmente no século XVIII, era “[...] duplamente determinada pela natureza do livro como veículo de comunicação e pelos códigos gerais que o leitor internalizou [...]”, que geralmente tendiam a uma intensa permanência das apropriações requeridas e internalizadas. Mas, graças à invenção da imprensa, as leituras de livros e libelos, permitidos ou não, poderiam, nos séculos XVIII e XIX, como menciona Darnton (1998, p. 96), metamorfosear-se “[...] da palavra oral à escrita e finalmente à palavra impressa.”

A leitura, silenciosa ou em voz alta, individual ou coletiva, era entendida, ao longo dos oitocentos principalmente, como o meio mais eficaz de se ter acesso aos vários domínios do conhecimento cultural de então e de se educar no “santo” temor de Deus, atuando como

mecanismo de aprendizagens e como auxílio à memória, numa época em que o aprendizado se dava, ainda, em grande parte, pela leitura, pela repetição e pela memorização de um mesmo texto. Tanto em Caicó quanto em lugares diversos, por leituras iguais ou diferentes, e por leitores, diferentemente, pode-se, assim, supor que estas vinham a ser um primeiro momento de aprendizagem das práticas culturais dominantes, portanto de outras práticas sociais.

De modo geral, era comum os leitores da época moverem os lábios palavra por palavra durante a leitura, meditarem cada frase lida, memorizarem e recitarem silenciosamente ou em voz alta os textos lidos, revelando uma intensa tradição arraigada às leituras intensivas e às aprendizagens escolares ou não escolares, outrora extensivas. Entretanto, muito pouco se sabe sobre a maneira como os livros saíam das gráficas e chegavam às mãos dos leitores mais distantes dos centros editoriais. A constatação de Darnton (1995, p. 125) é que a força da “[...] barcaça, do navio mercante, do correio e da estrada de ferro sobre a história da literatura pode ter sido maior do que se imaginava.” E a esses meios ainda acrescentamos as malas e os baús dos primeiros povoadores portugueses do sertão seridoense, onde está localizado Caicó.

Conforme Darnton (1995), no século XIX, com a passagem da leitura intensiva para a extensiva, a sociedade moderna começou a confundir as habilidades de leitura e escrita, e os textos passaram a ser tratados como mercadoria. A palavra impressa, com concessões à oralidade, afetaria a maneira de pensar, de agir e de viver de homens e mulheres, e não dispensaria aos governantes todo um sistema complexo de controle administrativo, até porque, nesse século, e no anterior, “[...] os leitores tentavam ‘digerir’ os livros, absorvê-los em sua totalidade, corpo e alma [...]”. (DARNTON, 1995, p. 160).

Darnton (1998, p. 234) afirma que, pela quantidade de livros consumidos no século XVIII, especialmente na França, houve uma “revolução da leitura”, basicamente intensiva, que data do final do século XVIII, tornando-se extensiva a partir do início do século XIX. Assim como nossos antepassados, aqueles que viviam em mundos mentais diferentes provavelmente liam de maneira bem diversa, e a história da leitura não deixava de ser complexa. Pelas palavras desse autor,

A ‘intensidade’ devia-se à prática de ler algumas palavras, sobretudo a Bíblia, várias vezes, geralmente em voz alta e em grupo. Quando passaram à leitura ‘extensiva’, os leitores puseram-se a devorar uma ampla variedade de material impresso, especialmente periódicos e ficção trivial, sem considerar o mesmo texto mais de uma vez. (DARNTON, 1998, p. 234).

De igual maneira, Cavallo e Chartier (1998, p. 28) acreditam que, a partir da segunda metade do século XVIII, a leitura intensiva foi pouco a pouco sucedida pela leitura extensiva, de modo que aqueles leitores fechados em seu *corpus* limitado de livros lidos e relidos cederam lugar aos leitores mais abertos para diferentes impressos, que eram lidos com rapidez. Enquanto isso, o leitor intensivo, mais próximo do povo caicoense e, por extensão, do seridoense,

[...] era confrontado com um *corpus* limitado e fechado de livros, lidos e relidos, memorizados e recitados, compreendidos e decorados, transmitidos de geração a geração. Os textos religiosos, em primeiro lugar a Bíblia em terra reformada, eram os objetos privilegiados dessa leitura fortemente marcada pela sacralidade e pela autoridade [...]. Uma relação com escrito, comunitária e respeitosa, feita de reverência e de obediência, daria assim lugar a uma leitura livre, desenvolta, irreverente. (CAVALLO; CHARTIER, 1998, p. 28).

Se as práticas de leitura passaram da intensiva à extensiva em larga escala, seja em face do barateamento do papel, seja em vista da crescente produção de impressos de cunho popular, seja devido à ampliação das oportunidades escolares, com suas leituras regradas, isso requer, nesta investigação de tese doutoral, que elas sejam pensadas, prioritariamente, em face das fontes documentais analisadas, apresentadas adiante.

Como sugere Darnton (2000, p. 259), uma história da leitura como apropriação ativa que se inscreve nas práticas sociais específicas nos induz também a examinar as fontes impressas como interpenetradas de ensinamentos variados, de apropriações misturadas, numa época em que “[...] as pessoas simplesmente não dividiam o mundo do mesmo modo que o fazemos [...]”, pois organizavam o viver associativo e comunitário de maneira diferente daquela que conhecemos no mundo atual, extraindo apropriações distintamente apossadas de um mesmo texto.

Portanto, as leituras escolares, as religiosas, as laicas, bem como as cultas ou as populares, somente poderão ser apreendidas mediante uma rede de sociabilidades instrutivas que elas vão formando pelo que ensinam e reproduzem: da leitura em casa para a leitura na Igreja, e desta e daquela para a leitura escolar. Uma inserção dos caicoenses passados nessa rede de sociabilidades instrutivas circulantes, por meio da intervenção da leitura desses livros impressos, anuncia uma história da leitura como uma prática cultural, mediante aproximações das tramas e nuances das narrativas com a atmosfera e a sensibilidade da época, numa interface em que são cruzados testemunhos, crônicas, livros e sensibilidades epocais. A história da leitura

[...] não se desenvolveu numa só direção [...]. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas. Homens e mulheres leram para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, [...] para tomar conhecimento dos acontecimentos do seu tempo [...]. (DARNTON, 1992, p. 212).

Sem dúvida, para sublinhar as apropriações culturais, materiais ou mesmo simbólicas feitas por meio da leitura dos livros impressos que circularam em Caicó no século XIX é preciso perceber suas associações com os costumes sociais e individuais da época, comunitários ou domésticos, o que permite fazer conexões entre as leituras feitas e os ensinamentos mais ou menos aprendidos, empregados, formalizados e igualmente transmitidos.

A análise dos livros de leitura dos caicoenses no século XIX exigirá sensibilidade analítica sobre a teia social e cultural que a circunscreve. No rigor da escrita de uma tese, a investigação referente à temática leitura e absorções culturais levou-nos a definir como objeto de estudo as práticas culturais apropriadas pertinentemente dos ensinamentos das leituras feitas, ouvidas, murmuradas, muitas vezes repetidas e memorizadas, de livros impressos escolares, religiosos e laicos que circulavam em Caicó, nos oitocentos.

O século XIX, período delimitado da investigação, foi o século da instalação da imprensa gráfica no Brasil, da circulação do livro impresso – e, com ele, a palavra leitora escrita –, da expansão da leitura intensiva e, sobretudo, da extensiva. Nesse século, a cidade hoje denominada Caicó recebeu as denominações de Cidade do Príncipe (1868), Seridó (1890) e Caicó (1890). Neste trabalho decidimos por uma única denominação – Caicó.

Portanto, em vista de ter havido uma leitura intensiva e, ainda, extensiva no século XIX, o objetivo é analisar, por um lado, indícios de absorções ou apropriações culturais dos ensinamentos daquelas práticas de leitura e, por outro, os entrelaces dos ensinamentos relativos à oralidade, à leitura, à escrita e à escolarização.

A leitura intensiva, e relativamente restrita aos livros escolares, religiosos e laicos, que se situava numa rede de práticas culturais de apropriações multivariadas, nos permite levantar a hipótese de que, pouco a pouco, ia se formando uma rede de leituras ordenadoras de práticas culturais e sociabilidades instrutivas.

A tese defendida é que a história da leitura em Caicó, no século XIX, é a história da leitura feita, ouvida, murmurada, repetida e, ainda, memorizada, que, apoiada sobre textos de livros escolares, religiosos e laicos, convertia-se na produção de bens culturais específicos,

como cartas, inventários, remédios homeopáticos e caseiros, testamentos, rezas fortes de cura, versos de cordel, dentre muitos outros.

Nos testamentos e inventários *post mortem*, principalmente, as evidências e os indícios sublinhados ou quase imperceptíveis para muitos podem revelar, em última instância, manifestações de práticas culturais apropriadas pelos ensinamentos das leituras feitas ou ouvidas, da transmissão social oral, das variações da mentalidade luso-brasileira e, outrossim, da sertaneja. São eles, portanto, documentos relevantes para a análise proposta nesta tese, uma vez que apresentam indícios fundamentais sobre a cultura leitora, a listagem e a partilha dos bens materiais e, ademais, sobre a sociedade em que se vivia comunitariamente.

Constatar os pormenores tidos e inscritos em cada *corpus* documental permite, portanto, desvelar as práticas culturais cotidianas do lugar onde hoje é Caicó. Muitas vezes, pouco notados ou, por vezes, despercebidos, esses pormenores, quando observados, analisados, interpretados e historiados, possibilitam a escrita “de histórias verdadeiras” (GINZBURG, 2007), em grande parte anunciadas na vida comunitária social e familiar daqueles leitores e ouvintes, dos ensinamentos ligados à oralidade, à leitura, à escrita e à escolarização pretendidos nos livros de leitura outrora lidos.

Quiçá a escrita de uma história cultural da leitura está em grande parte sublinhada pelo trajeto da palavra leitora escrita dos livros de leitura escolares, religiosos e laicos, e pelas aprendizagens para si, apreendidas por leitores e ouvintes do texto lido, recitado e ditado em voz alta que induzia o “[...] acesso a determinadas experiências [...] cada vez mais mediado pelas páginas dos livros.” (GINZBURG, 1989, p. 168).

Por ser assim, para a escrita da história cultural da leitura em Caicó é imprescindível decifrar sinais, esses “[...] indícios mínimos [...] assumidos como elementos reveladores de fenômenos mais gerais [...]” (GINZBURG, 1989, p. 178) e de manifestações pertinentes de práticas culturais apropriadas pelos enraizamentos culturais. Estes anunciam não somente as práticas de leitura de si mesmo, mas tais práticas associadas com a oralidade recitada, com a escrita normatizada e com a escolarização regulada, para um viver social religioso e comunitário moderno em vilas e cidades distintas, como a Vila e Cidade do Príncipe de então e seus arredores.

Decerto, nos testamentos *post mortem*, quando interrogados os indícios, mesmo que mínimos, e/ou traços quase imperceptíveis para muitos, e quiçá os sintomas indiciários, revelam-se, na acepção de Ginzburg (1989), como elementos indelévels de fenômenos mais gerais: a visão de mundo de uma classe social, as vivências sociais, religiosas e cotidianas. E,

como sublinha Pierre Bourdieu (1997, p. 74), o *cursus* diverso de uma vida é “[...] inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa dessa história.”

Espécie de narrativa de si mesmo para *outrem*, os testamentos trazem registros escritos que evidenciam sintomas de enraizamentos culturais do indivíduo na terra, assim como sua mentalidade social e religiosa perante as leis de Deus e as dos homens – caso das Ordenações Filipinas, legislação oficial portuguesa em vigor nas terras brasílicas, de 1603 a 1916, pelo menos, visto que eram obrigatórias para as terras de aquém e de além-mar.

No período de tempo entre 1580 e 1640, a União Ibérica das Coroas Portuguesa e Espanhola esteve sob o governo dos monarcas Filipe II, Filipe III e Filipe IV da Espanha, ou Filipe I, Felipe II e Felipe III de Portugal. Por decisão de Filipe II (Filipe I em Portugal), as Ordenações Manuelinas, compiladas no reino de Dom Manoel (1495-1521), ou seja, a legislação oficial do reino português, teve uma nova compilação, com base no Direito Romano, no Canônico e no Germânico. Esse código legislativo, que recebeu a denominação de Ordenações Filipinas, foi aprovado a 5 de junho de 1595, durante o reinado de Filipe I, mas somente passou a vigorar em 1603 (século XVII), após sua impressão. Constam nas Ordenações Filipinas, por exemplo, as determinações para a escrituração de testamentos:

Querendo alguma pessoa fazer testamento aberto por Tabelião público, podê-lo-á fazer, com tanto que tenha cinco testemunhas varões livres, ou tidos por livres e que sejam maiores de quatorze anos. De maneira que com o Tabelião, que fizer o testamento, sejam seis testemunhas. [...] E querendo o Testador fazer testamento cerrado, o poderá fazer desta maneira. Depois que escrever, ou mandar escrever seu testamento em que declare sua vontade, o assinará, não sendo escrito por sua mão, por que sendo escrito por sua mão, abastará, ainda que não seja por ele assinado. (ORDENAÇÕES FILIPINAS, 1603, 1870, p. 901).

Ao serem descritos e comentados pelos historiadores, os testamentos são apontados como ricos em registros de ordem cultural, econômica e política, e seguem padrões mais ou menos homogêneos. Como visto por Macêdo (2007, p. 85), ali são “[...] reconhecidos filhos legítimos e naturais, precedendo também a declaração de dívidas que não deveriam ser esquecidas a seus pares, escravos e dependentes.”

De todo modo, a essa vontade do testador sobrepunha-se uma atitude de cunho individual e, acima de tudo, uma manifestação da mentalidade coletiva da época, por “força latente” do Código Legislativo português, pelo menos. Conforme atesta a historiadora Santos

(2005), na circunscrição da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, nos séculos XVIII e XIX, os testamentos ainda incluíam a

Invocação aos santos da corte celestial, especialmente à Santíssima Trindade, ao santo do nome e do dia do nascimento do testador, rogações, pedidos e encomendações da alma, geralmente a Jesus Cristo e Maria Santíssima, não sendo esquecidos os santos padroeiros e/ou protetores. Em seguida, vinham as determinações a serem cumpridas no tocante ao corpo, ao sepultamento, ao funeral e todos os cuidados especiais após a morte. O testador seguia declarando seus bens, apresentando dívidas ou declarando não tê-las, e encarregando alguém – geralmente homem – de cumprir suas últimas vontades. (SANTOS, 2005, p. 53).

Do ponto de vista narrativo, podemos inferir que os testamentos são registros escritos de testemunhos orais que narram as histórias resumidas de si mesmo do testador para *outrem* face às coisas existenciais e materiais, transitórias, revelando, portanto, uma espécie de “tessitura de si [mesmo]”. (BARBOSA; PASSEGI, 2006). Essas histórias tecidas, contadas e escritas iluminam uma rede de sociabilidades apoiada sobre o livro, captando, de maneira geral, as práticas culturais de leitura, e suas redes de apropriações múltiplas e diferenciadas de acordo com cada meio social; e por que não, as aquisições de práticas sociais, específicas ou gerais.

Assim sendo, essas histórias resumidas de si mesmo para *outrem* são entendidas, nesta tese de doutoramento, como uma continuidade cultural de um ambiente comunitário formativo mediado pela palavra leitora do texto escrito – religioso ou laico – em contextos públicos ou privados, de maneira que elas se apresentam ao outro em formas socioculturais e em representações, pondo em evidência os registros das experiências conhecidas ao longo da vida de cada narrador investigado. (JOSSO, 2004).

Nesse lugar de outrora – Caicó –, a constatação, sobretudo, de livros religiosos e laicos em circulação no século XIX está alicerçada em títulos localizados, por Medeiros Filho e Faria, em algumas fazendas seridoenses, como antes frisado. Dentre outros títulos impressos, esses livros se distribuem em duas ordens literárias: livros religiosos – *Imitação de Cristo* (1419 e 2005), *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* (16-? e 1984) e *Adoremus* (187? e 1962) – e livros laicos – *Lunário perpétuo* (1703 e 1980) e o *Formulário e guia médico - Guia Chernoviz* (1841 e 1920). Há, ainda, os livros escolares, que foram compilados dos discursos de presidentes da Província do Rio Grande do Norte e dos relatórios dos diretores-gerais da Instrução Pública.

Além dessas fontes de natureza cartorial, de ordem literária e dos discursos e relatórios oficiais, utilizaremos fontes eclesásticas (Livro de Tombo da Paróquia de Sant’Ana em Caicó e os Compromissos das Irmandades da Freguesia de Sant’Ana do Seridó), bem como matérias da imprensa escrita (o jornal *O Povo*, que circulou em Caicó, de 1889 a 1892). Outra fonte documental de repercussão literária é a crônica de Manoel Antônio Dantas Corrêa, que traz indícios das leituras, feitas pelo autor, de livros religiosos, como a Bíblia e a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, e laico, como o *Lunário e prognóstico perpétuo*.

É inerente a um trabalho acadêmico de tese seguir um roteiro técnico que subsidie a seleção, a delimitação e o tratamento do *corpus* documental a ser analisado. Em linhas gerais, o *corpus* das fontes documentais desta tese estará em interação articulada com o referencial teórico-metodológico da história da leitura utilizado.

As fontes de natureza literária foram adquiridas em bibliotecas públicas e privadas, sebos, fundações, museu e livrarias. O conjunto de fontes documentais que diz respeito aos discursos de presidentes da Província do Rio Grande do Norte, os relatórios dos diretores da Instrução Pública e os textos de memórias, a crônica e as matérias do jornal *O Povo* pertencem a acervos particulares; o que engloba os testamentos e inventários do 1º Cartório de Caicó está sob a custódia do Laboratório de Documentação (LABORDOC) do Centro de Ensino Superior do Seridó (CERES), Campus de Caicó, da UFRN. Especialmente para proceder à triagem dessas fontes cartoriais, elaboramos um roteiro técnico que foi integralmente cumprido, conforme descrevemos a seguir:

Primeiro: entre os dias 11 e 21 de agosto de 2008 estivemos no LABORDOC, para contato com os testamentos e inventários ali albergados. Nesses dias, localizamos 29 caixas e mais um maço de testamentos avulsos, do século XIX. Segundo: procedemos a uma leitura generalizante dessas fontes cartoriais, visando conhecer seu conteúdo, século, ano da escrituração e testador, segundo o gênero. Terceiro: voltamos a fazer mais uma leitura, para selecionar aqueles mais representativos de uma história de “si” em face das coisas existenciais e materiais. Quarto: a par dessa diretriz, selecionamos 9 testamentos e 39 inventários, para fotografia.

A triagem permitiu-nos selecionar testamentos e inventários que abrangem do ano de 1803 ao de 1890, seguindo o gênero, que incluiu 28 mulheres e 35 homens. Quanto à amostra representativa que serviu de análise, compreende 2 mulheres e 7 homens, cujos testamentos (alguns com auto de contas) e inventários foram do ano de 1844 ao ano de 1890. Essa

amostra representativa somente foi estabelecida após a transcrição e a atualização da escrita. A ela, somam-se, ainda, 12 testamentos do acervo particular do historiador Helder Macêdo e 2 transcritos no livro de Medeiros Filho (1983).

É possível, contudo, assegurar a materialidade da circulação das obras escolares, religiosas e laicas entre os segmentos caicoenses de outrora? Os historiadores da cultura local Padre João Medeiros Filho, Oswaldo Lamartine de Faria e Olavo de Medeiros Filho evocaram parentes que conheceram outro parente que, por sua vez, tinha um conhecido que possuía, que leu por empréstimo ou que guardava na banca do oratório ou no “armário” do baú alguns livros impressos.

Empréstimos de livros talvez sempre existiram, notadamente a partir da invenção da tipografia, no século XV. Já no século seguinte, na aldeia italiana de Montereale, onde viveu o já citado moleiro Menocchio, uma rede de leitores foi sendo formada por empréstimo de livros a amigos e parentes, homens e mulheres. Jorge Araújo (1999) constatou, nos livros de Notas e Testamentos pertencentes ao Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), que, no testamento de Albino Duarte de Oliveira (aparentemente redigido entre 1767 e 1800), na cidade de Natal-RN, constam, entre os bens arrolados, livros emprestados a *outrem*. Para esse pesquisador, trata-se do primeiro registro declarado em testamento de uma verdadeira biblioteca volante com livros emprestados de mão em mão. Na apreciação de Jorge Araújo, o inventariado possuía:

1 livro antigo, uma obra portuguesa, 3 espanholas dos reis de Toledo, 1 Histórico de Toledo [...] está emprestado ao Capitão Bernardo Castro Freire, Outro livro já velho. Entre mais livros religiosos como a Imitação de Cristo, 1 Mestre da vida, O pecador convertido e um livro popular de retórica, 2 profanos Livro de divertimento de estudiosos. [...] A História do futuro, emprestado ao reverendo vigário desta cidade, 1 Larraga que emprestei a muitos anos ao Capitão Manuel Pinto de Castro quase novo e 1 A Vida da venerável madre Mariana da Purificação emprestado a Antonio Gomes Freire oficial. (ARAÚJO, 1999, p. 335).

Assim, livros escolares, religiosos e laicos, testamentos, inventários, documentos eclesiásticos, crônica, matérias da imprensa bem como discursos de presidentes da Província do Rio Grande do Norte e relatórios dos diretores gerais da Instrução Pública compõem uma história da leitura em Caicó oitocentista, como moduladora das apropriações de práticas culturais apossadas distintamente, duradouras ou pouco duradouras, mas produtoras e reprodutoras da assimilação de ensinamentos populares, específicos e, mais ou menos, homogêneos.

Esta tese de doutoramento está estruturada em quatro capítulos, deslindados pela análise metodológica em face das fontes documentais. O presente capítulo, *Nos entrelaces da cultura da leitura com a oralidade, a escrita e a escolarização*, apresenta a infraestrutura da tese em seus elementos constitutivos: revisão bibliográfica, referencial teórico-metodológico, temática, objeto de estudo, delimitação histórico-temporal, objetivo, hipótese, tese e *corpus* documental.

O segundo capítulo, *As eminentes leituras dos livros escolares d'antes*, descreve a história da leitura escolar em Caicó, entendida como história de uma prática cultural apoiada sobre o livro. Para isso, observam-se os procedimentos oficiais homogeneizadores da educação em nível primário e a correspondente materialidade na sala de aula.

O terceiro capítulo, *Essas sagradas leituras de ensinamentos ditos corretos e aceitáveis*, enveredando pela palavra leitora dos livros religiosos comumente lidos e relidos em Caicó, analisa a materialidade dessas obras, buscando apreender, no seu conjunto, a cosmovisão instrutiva ensejada por uma história da leitura nas suas apropriações de outras práticas culturais, desveladas nas linhas dos protocolos testamentais, dos inventários *post mortem*, dos documentos eclesiásticos, entre outros.

O quarto capítulo, *Leituras de ciências empíricas para viver saudável e fervorosamente*, destaca os ensinamentos do tipo “faça você mesmo”, prescritos nos almanaques ou manuais laicos *Lunário e prognóstico perpétuo* e *Formulário e guia médico – Guia Chernoviz* e que remete para aquela associação entre texto escrito, vida em sociedade e leitura lida, escutada e recitada, perceptível nos indícios, pormenores inscritos em testamentos, inventários *post mortem*, crônica, entre outros escritos.

Capítulo dois

---

*As eminentes leituras dos livros escolares d'antes*

37  
G 637 n  
2. ed  
OR

REFLEXÕES  
A'S  
MINHAS ALUMNAS

PARA  
Leitura nas escolas primarias do sexo feminino

OFFERECIDAS AO GOVERNO DO BRAZIL

POR  
D. Isabel Gondim

NATURAL DO RIO GRANDE DO NORTE

SEGUNDA EDIÇÃO

Mais correcta e augmentada, adoptada na provincia do  
RIO GRANDE DO NORTE  
por unanimidade da Assembléa Provincial

340



RIO DE JANEIRO

Typographia Popular, \*de C. Vasconcellos, rua Nova do Ouvidor 6

1879

Figura 02 | Folha de rosto das *Reflexões às minhas alunas*, de Isabel Gondim  
Fonte | Acervo da Biblioteca Central Zila Mamede (UFRN)

## As eminentes leituras dos livros escolares d'antes

Ao se voltarem para o século XIX com o intento de interrogar acerca das particularidades formais das leituras escolares dirigidas aos alunos da educação em nível primário da cidade de Caicó- RN, especialmente no período de 1827 a 1900, os historiadores deparam com vestígios dispersos distribuídos num *corpus* documental, como os discursos dos presidentes da província, os relatórios dos diretores gerais da Instrução Pública, os orçamentos de despesas provinciais, os textos de memória e matérias de jornais.

À luz desses vestígios históricos, objetivamos escrever uma história da leitura escolar, entendida como história de uma prática cultural apoiada sobre o livro, conforme as proposições teóricas de Chartier (1999), que indiciam a examinar as determinações que governam a leitura em geral, e a leitura escolar, em particular, como aqui tratada. Pensar, analítica e historicamente, a história da leitura escolar é uma atitude investigativa que exige observar os procedimentos oficiais homogeneizadores da educação em nível primário e a correspondente materialidade na sala de aula.

Em um mundo sujeito a mudanças, a escolarização primária em Caicó, nas primeiras décadas do século XIX, mantinha-se heterogeneamente propagada por meio das aulas públicas, para meninos, e nas escolas domésticas, geralmente mistas. A Carta de ABC, a tabuada, as cartas, por vezes os catecismos e opúsculos instrutivos e religiosos, referenciavam as apropriações decorrentes da leitura, da escrita (esta minimamente: vale lembrar que papel era raro, por ser muito caro), e da oralidade (que a vida local julgava dever persistir). Examinar a história da leitura escolar no século XIX é refletir sobre sua interação com a história da educação, a infância social (como é denominada), as sociabilidades minimamente cimentadas e a essencialidade da prática leitora.

### Antes, domínio da leitura

Em 15 de outubro de 1827, o Imperador Dom Pedro I sancionou a Lei Imperial que organizava, nacionalmente, a escolarização primária no Brasil. Esse texto legal já continha a indicação de um “plano de estudo” diversificado, no qual constavam leitura, escrita, aritmética, gramática da língua nacional, princípios de moral cristã e de doutrina da religião católica, dentre outras matérias. Passados sete anos da aprovação dessa Lei Imperial, a Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834, autorizou adições à Constituição de 1824, como Ato Adicional,

dentre as quais estava a escolarização primária e secundária, que foi matéria legislativa das Assembleias provinciais.

Baseada em tal prerrogativa constitucional, a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte aprovou a Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836, que regulamentava os Estatutos para todas as aulas de primeiras letras da província. A uniformização da escolarização primária derivaria, particularmente, do “plano de estudo” que fazia parte da Lei Imperial de 15 de outubro de 1827. Em decorrência da Lei de 1827, Caicó foi contemplada com uma classe de primeiras letras para o sexo masculino (Lei de 14 de setembro de 1833) e, posteriormente, com a decretação do Ato Adicional de 1834 (Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834), com uma classe de primeiras letras para o sexo feminino (Lei nº 478, de 13 de abril de 1860).

Todavia, passaram-se quase dez anos para que os governantes abrissem uma discussão acerca da uniformidade pedagógica da escolarização primária. Assim, no ano de 1845, o presidente do Rio Grande do Norte, Dr. Casimiro José de Moraes Sarmento, reclamou por uma reforma da educação escolar em nível primário, em face da necessidade pedagógica de uma uniformidade proporcional à capacidade mental e física do aluno. E proclamou a escola como instância declaradamente capacitada para a veiculação do livro escolar impresso de utilidade comum, nacionalmente, em circulação.

Com posições distintas sobre política, crença, sociedade moderna, os dirigentes provinciais absolutamente concordavam com essa matriz pedagógica reformadora, que, a princípio, regulava de uma só vez o tempo das lições, a simultaneidade e a metodicidade que subscreviam a escolarização primária moderna. Acima de tudo, o livro escolar impresso (re)modelava os costumes da infância social e guiava o roteiro do trabalho do professor, contra a monotonia e a inércia. Como parecia ser naqueles anos pós-independência do Brasil, a materialidade do livro escolar

[...] sobressaía-se, da mesma forma que a bandeira ou a moeda, na esfera do simbólico. Depositário de um conteúdo educativo, [o livro] tem, antes de mais nada, o papel de transmitir às jovens gerações os saberes, as habilidades (mesmo o ‘saber ser’) os quais, em uma dada área e a um dado momento, são julgados indispensáveis à sociedade para perpetuar-se. [...] O livro de classe veicula, de maneira mais ou menos sutil, mais ou menos implícita, um sistema de valores morais, religiosos, políticos, uma ideologia que conduz ao grupo social de que ele é a emanção: participa, assim, estreitamente do processo de socialização, de aculturação (até mesmo de doutrinação) da juventude. (CHOPPIN, 2002, p. 14).

No decorrer do século XIX, no Rio Grande do Norte e, particularmente, em Caicó, a educação de nível primário teve a referência daquela matriz pedagógica reformadora, como também da cosmovisão do livro escolar como veículo de socialização da leitura, em parte de uniformização educativa. A primeira educação, para iniciar a infância social no aprendizado gradual e simultâneo da leitura, da escrita caligráfica, de cálculos aritméticos e da doutrina cristã católica, dirigia-se para reformar atitudes, mentalidades e inteligências. Apesar da grande precariedade das casas de funcionamento das aulas públicas, alguns utensílios materiais faziam-se indispensáveis, ao lado de algum texto manuscrito, carta de ABC, cartas, caderno de folha de papel pautado cortado e costurado, lápis, borracha, mata-borrão e, por vezes, uma pequena lousa.

Em 1848, o presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques acrescentaria a essa matriz pedagógica a essencialidade da ciência da pedagogia e, principalmente, mais de um livro escolar para estudo. Assim, no ano de 1850, esse presidente consignou no orçamento provincial a importância de 300\$000 réis para a compra de livros escolares e utensílios estritamente necessários às aulas em nível primário, sem menção dos títulos.

Em alguma medida, ao efetuar a destinação dessa quantia para a compra de livros escolares e objetos necessários às aulas primárias, o presidente Benvenuto Taques, a um só tempo, postulava regular a dita uniformidade, a simultaneidade, a metodicidade e a materialidade da escola moderna. Porém as sucessivas secas, epidemias, fome e indigências que assolavam as famílias sertanejas obrigavam, necessariamente, os governantes a reverterem grande parte dos recursos para a caridade pública (alimentos, remédios, roupas, frentes de trabalho).

A destinação de livros escolares mais ou menos comuns seguia, primeiramente, a rota da escola pública dos núcleos urbanos maiores, como Caicó. Numa província onde a maioria da população residia nos sítios, uma parte das crianças campesinas exercitava, sobretudo, a leitura no recinto das escolas domésticas mistas, apoiada em folhas de papel soltas, cartas – bem ou mal escritas –, recortes de jornais, trechos da Sagrada Escritura e almanaques diversos.

Não se pode dizer, portanto, que os pais de família moradores de Caicó e de seus arredores não tivessem, mais ou menos, uma sensibilidade para com a educação escolar de seus filhos. Não era a escola que ensinava o menino, sobretudo, a ler, a escrever (minimamente), cálculos aritméticos e um conjunto de preceitos morais e religiosos? O

normal era que, em face da insuficiência das escolas públicas, pais de família “abrissem” uma escola particular, como elucida o relato do memorável Juvenal Lamartine de Faria:

No velho sertão do meu tempo, o ensino primário era em geral, ministrado por mestres-escolas, contratados pelos fazendeiros, uma vez que, além de as escolas oficiais serem em números insuficientes e sediadas nas vilas e cidades, a grande distância das residências dos fazendeiros, tornava-se impossível alfabetizar *as crianças em idade escolar* [em derredor dos 7 para os 8 anos ou mais cedo] sem o concurso dos mestres-escolas que faziam da profissão de professores, o seu ganha-pão. Esses mestres-escolas eram contratados pelos fazendeiros para ensinar, durante três ou quatro meses por ano, a dois mil réis (2\$00) por mês e por aluno, tendo mais, casa e comida e se recomendavam, quase todos, pelo excessivo rigor, nos castigos corporais infligidos aos alunos. (FARIA, 1996, p. 37, grifo nosso).

Outra modalidade de escolarização da criança é ilustrada no relato de Artéfio Bezerra da Cunha, nascido no ano de 1888, que foi, juntamente com seus irmãos, “desasnado” pela mãe, no ambiente doméstico, com o apoio de alguns poucos livros escolares:

Sinhá, mulher ativa e de projeção para a educação doméstica de seus filhos, [...] com a rigidez de seu interesse, colocou a *Carta de ABC* na mão de cada filhinho, que aprendeu até com facilidade as primeiras letras cada um, nos cadernos, cartas e tabuadas de Laudelino Rocha, compradas numa das primeiras livrarias instaladas à época, em Recife. Depois dos meninos bem orientados no  $b + a = ba$ , já soletrando nomes e contando até 100, Dona Sinhá matricula os dois na escola do professor José Paulino; depois de um ano, mais ou menos, Pacatônio de acordo com a esposa, envia o menino mais velho, Antônio, para o Acari, em direção de um tio, Francisco Bezerra, comerciante de tecidos acolá, onde o menino de dez anos tomara prática no balcão e freqüentava a escola do maior mestre da vila, o professor Tomaz Sebastião. O menino Artéfio, porém, fica transferido para a escola do professor Ezequiel Lucena, porque o mestre José Paulino fora nomeado escrivão do 1º Cartório em Serra Negra e deixara de ensinar. (CUNHA, 1971, p. 30).

As costumeiras e duradoras Cartas de ABC, que serviram para ensinar a ler, na década de 1880, a Juvenal Lamartine, a Artéfio Bezerra da Cunha e a muitas outras crianças em Caicó, continham usualmente o abecedário, sílabas, palavras e pequenas frases com conteúdos religioso e moralizante.

Ora, se a educação escolar em nível primário destinava-se à primeira tarefa educativa de reformar homogeneamente atitudes, mentalidades, inteligências, a época reclamava pela indispensável aquisição das habilidades de ler de maneiras diversas, de escrever extensivamente segundo a norma culta da língua portuguesa, de falar corretamente com proveito para o desenvolvimento de hábitos consentâneos aos costumes dignificantes e aos sentimentos cívicos, morais e religiosos nobres. Mas, basear em que a transmissão desses

ensinamentos, se o trabalho do professor continuava vencido pelo espírito da monotonia e da inércia?

Leitura, escrita à parte

Em 1858, o Diretor da Instrução Pública José Moreira Brandão Castelo Branco anunciava os títulos dos livros escolares adquiridos, de utilidade comum, para a uniformidade de hábitos e sentimentos à altura da civilização moderna, sem desconhecer o mérito de outros igualmente apreciáveis em circulação pelo Brasil, recomendados pelo Ministro dos Negócios do Império Luiz Pedreira do Couto Ferraz. Produzir uma uniformidade de sentimentos, do conhecimento das verdades, de condutas morais e sociais virtuosas correspondeu, progressivamente, a chegarem às mãos do aluno pobre livros escolares juntamente com papel para escrever, tinta para a caneta de escrita e outros objetos, para o que fora votada a quantia de 400\$000 réis. Os livros eram os seguintes:

O catecismo histórico do Padre Claude Fluery [traduzido em 1843 pelo diretor das escolas primárias da Corte, Joaquim José de Silveira].

O catecismo do Padre Muller.

Harmonias de criação pelo Dr. Caetano Lopes de Moura.

O curso de estudos elementares publicado por Camillo Trinoeq.

(RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1858, p. 47).

A perenidade da unidade moral, religiosa e social da nação estava, assim, condicionada à uniformidade da educação escolar pública, que seria encorajada pela rota e pela utilidade comum da leitura do livro escolar e, através dele, pelos exercícios de escrita. Não por acaso, coincidiam muitos dos títulos. Os historiadores da educação Galvão (2009), Tambara (2002) e Teixeira e Schueler (2009), ao indicarem os títulos de livros escolares adotados em Pernambuco (primordialmente, na década de 1840), no Rio Grande do Sul (especialmente na década de 1850) e na cidade do Rio de Janeiro (por volta da segunda metade dos oitocentos) fazem referência a títulos também adotados nas salas de aula primárias de Caicó, dentre outras cidades: *Catecismo histórico do Padre Claude Fluery e Harmonias de criação pelo Dr. Caetano Lopes de Moura* (exceto este em Pernambuco).

Por sua vez, assegura Tambara (2002, p. 40, grifo do autor): “O manual de caráter mais religioso muito utilizado nas escolas primárias no Brasil foi o *Catecismo histórico* do padre e escritor francês Claude Fluery publicado pela primeira vez na França em 1679.” Esse

catecismo e outros similares geralmente continham lições de ensinamentos sobre os princípios do cristianismo, preceitos básicos da religião católica e máximas morais para serem memorizadas. Conforme Galvão (2005), tais catecismos deveriam ser lidos e memorizados pelos alunos, pelos professores e, ainda, pelas mães de família.

Até a década de 1850, pelo menos, ocorria uma multicomposição na produção do livro escolar. Segundo Tambara (2002), houve livros cuja primeira edição foi feita no Brasil; a seguinte, na França; e a terceira, em Portugal. Outras vezes, a impressão era feita na França e a encadernação no Brasil. Acima de tudo, a tecnologia proporcionava a transição da leitura variada em folhas soltas de cartas, jornais, papéis e almanaques, para a leitura do texto escrito impresso, mais ou menos uniforme, do qual se apropriava, pouco a pouco, direta ou indiretamente, a criança em idade escolar.

Não é por acaso que o alicerce da leitura escolar estava, indispensavelmente, posto nos preceitos da religião católica – um conjunto de ensinamentos mais ou menos encarnados nas orações murmuradas, ouvidas e repetidas, nas práticas habituais e na tradição das sociabilidades cimentadas. Do ponto de vista de Chartier,

As obras impressas para um maior número de leitores apostam no pré-conhecimento desses leitores. Pela recorrência de formas muito codificadas, pela repetição de temas semelhantes de um título ao outro, pelo reemprego das mesmas imagens, o conhecimento do texto já visto é utilizado para a compreensão de novas leituras. (CHARTIER, 1999, p. 20).

O século XIX foi o século da acepção simbólica da escola como instância que deveria representar, diante do aluno, as conquistas da inteligência humana, da comunhão de ideais e costumes, da leitura como hábito condigno e da linguagem escrita como sistema de comunicação. Além do mais, a unidade moral, religiosa e social dependia da homogeneidade do ensino oficial, principalmente. Ora, a própria ideia de escola moderna trazia implícita uma concepção de cultura urbana, cujo alicerce era, acima de tudo, a cultura da escrita imersa na cultura da oralidade incentivada pela leitura. Entre essa acepção de escola moderna e a prática social, a demanda da leitura prevalecia sobre a demanda da escrita, como mostra Magda Soares:

Historicamente, a demanda de leitura foi sempre maior que a demanda de escrita: poucos dominavam a tecnologia da escrita, poucos tinham condições e possibilidades de escrever, sobretudo poucos tinham necessidade de escrever. A situação era diferente com relação à leitura: muitos precisavam ou desejavam ler, por razões religiosas – a necessidade e o desejo de ler a Bíblia foi um dos grandes motores da aprendizagem da leitura na história da

alfabetização – ou por razões comerciais e mesmo por motivação para ler folhetins, romances populares. (SOARES, 2005, p. 247).

As políticas educativas das autoridades corroboravam as determinações que governavam a leitura escolar? Sem dúvida, sim. Para o ano letivo de 1860, o presidente João José de Oliveira Junqueira autorizou, para uso em todas as salas de aula públicas, a distribuição de 400 exemplares do livro intitulado *Íris clássico*, da autoria do Conselheiro José Feliciano de Castilho, livro que também era adotado na Bahia, em Pernambuco, no município da Corte e, logo depois, conforme Xavier (2007), em Mato Grosso. Pelo visto, as autoridades estavam convictas de que as leituras comuns de livros escolares adotados nacionalmente reverteriam em apropriados aproveitamentos educacionais por parte de mestres e discípulos. Observemos o fragmento abaixo:

[...] fora ele [*Íris clássico*] adotado para as aulas públicas da Bahia, Pernambuco e outras províncias, mandei buscar sob proposta do Dr. Diretor Geral de Estudos, 400 exemplares desse livro, que assim ficou adotado também para as aulas desta província. Já chegaram, e foram distribuídos esses exemplares. (RELATÓRIO COM QUE O EXMO. SR. DR. JOÃO JOSÉ DE OLIVEIRA JUNQUEIRA..., 1860, s.n., grifo nosso).

Sem dúvida alguma, tinha-se, até então, descuidado da ciência da pedagogia dos professores primários – a didática escolar. O século XIX, evolucionista, reclamava de certa padronização do ato de ensinar e de aprender. Talvez tenha sido esse sentimento que levou o presidente Luiz Barbosa da Silva a adquirir 60 exemplares do livro *Curso prático de pedagogia destinado aos alunos-mestres das escolas normais primárias*, redigido por Mr. Daligault, diretor de Escola Normal na França. (RELATÓRIO DO DIRETOR INTERINO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1867). A leitura desse livro prático de pedagogia, em uso nas escolas normais de Salvador (Bahia) e Florianópolis (Santa Catarina), levaria o professorado primário a interiorizar uma experiência didática em disseminação, tendo em vista que, no Rio Grande do Norte, ainda não havia sido criada a Escola Normal, conforme o trabalho de Araújo, Aquino e Lima (2008).

É evidente a procura por uma uniformidade escolar por meio da leitura dos livros reconhecidos nacionalmente. Ocorre que, entre os diversos cantos da província, existiam dissonâncias concernentes à natureza física, ao trabalho na lavoura pela mão infantil, à posição de cada um na teia do social, com suas desigualdades, seus desajustes, injustiças, preconceitos. Isso é o que explica, parcialmente, a subestimação da escolarização primária da

criança campestre, por parte dos governantes, mesmo com seu reconhecimento dos benefícios da escolarização contra os malefícios da ignorância generalizada.

Pensar a história da leitura escolar no século XIX é refletir sobre como ela interage com a teia social que a moldura – a história e a denominada infância social. A escola primária era, pois, tida e havida como instância das primeiras aproximações do aluno com as lições da cultura dominante e, ainda, como reguladora da atitude leitora – o que ler, quanto ler, como ler, para que ler. Nesses anos, aqui, alhures e em Portugal, as autoridades governamentais tinham a absoluta convicção do alcance cultural da leitura regrada:

O costume de ler estruturaria práticas de meditação, desenvolveria a perspicácia do raciocínio, a retidão nos modos de julgamento sobre os homens e sobre os fatos, o abandono de maus modos, ligados, na grande maioria das vezes, a práticas de sociabilidades de setores tidos por menos civilizados. Além de código moral, a leitura residia portanto em veículo de urbanidade, de controle das paixões. (BOTO, 1999, p. 46).

Muito mais do que escolarizar a criança e o jovem pela leitura e, menos, pela escrita, a atitude leitora das camadas majoritárias da população em idade escolar era tarefa educativa que irradiava das nações desenvolvidas. No Rio Grande do Norte, parece que: o livro impresso obrigava os dirigentes a abrirem escolas primárias, a trazerem os meninos para a escola. Especialmente em Caicó, alguns pais organizavam salas de aulas, em sua casa de fazenda ou da “rua”, para fazerem também ingressar as meninas na leitura de livros escolares. Esse alargamento da escolarização é notório, pois, justamente nessa inevitável situação social em ascensão, o presidente Gustavo Adolfo de Sá (1868, p. 11, grifo nosso) anunciou “[...] que fez vir da Bahia *várias obras disciplinares*, aprovadas ali pelo conselho superior de estudos, para serem, como logo o foram, *distribuídas aos alunos pobres*.”

Nas escolas de Caicó, a despeito da pobreza de muitos alunos, das precárias salas de aula masculinas e femininas (nas casas de aulas públicas, as crianças permaneciam por seis horas sentadas em duros bancos, sem encosto, apertadas umas contra as outras) e da distante articulação entre uma escola e outra, as lições, pela leitura dos livros escolares, evidenciam alguma uniformidade, nomeadamente com a seleção das lições, previamente realizada.

Naquela altura do século XIX, muito do que se refletia acerca da infância social, em relação aos deveres a cumprir e aos direitos a exercer na fase adulta, dependia da eficácia das lições dos livros escolares – objetos culturais pelos quais a criança estudaria durante todo o período letivo. Aliás, a meta dos governantes era atingir certa homogeneização da escolarização primária nos núcleos urbanos maiores, o que necessariamente se subordinava à

existência de mais livros escolares nas mãos e sob as vistas da criança e do professor. Por essa razão e por outras análogas, era necessário ampliar a habilidade leitora de cada aluno, para capacitá-lo a uma linguagem comum, a uma linguagem socialmente aceita, em conformidade com os progressos civilizatórios do século, e, acima de tudo, para cada aluno saber ler o texto impresso, que socializava leituras comuns.

A distribuição ampliada e equitativa do livro escolar impresso – que levaria para o aluno e a aluna de Caicó e de outras municipalidades uma bem dirigida socialização das leituras pelos textos eleitos – constituiu-se em prioridade nos governos do Dr. Delfino Augusto Cavalcanti de Albuquerque (1871-1872) e do Dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho (1873-1875). O Relatório da Instrução Pública elaborado, no ano de 1874, pelo Dr. Francisco Gomes da Silva declarava que, durante esses governos, tinham sido fornecidos, para as escolas públicas de toda a província, 4.881 livros escolares, de 15 títulos diferentes dos já até então adotados. Eram os seguintes:

Resumo da Gramática Portuguesa para uso nas escolas de primeiras letras por José Alexandre Passos	100 exemplares
Geografia do Brasil por Constantino do Amaral	100 exemplares
Lições de Corographia do Brasil pelo Dr. Joaquim [Manuel] de Macêdo	18 exemplares
Compêndio de Aritmética por Philogonio Avelino Jucundiano de Araújo	100 exemplares
Opúsculo de Moral Religiosa por Ambrozio Rendu	700 exemplares
Resumo de História Bíblica pelo Ex. Bispo do Pará [D. Antonio de Macedo Costa]	50 exemplares
Catecismo da Doutrina Cristã	1.000 exemplares
Primeiro, Segundo e Terceiro livros de leituras pelo Dr. Abílio Cezar Borges	400 exemplares
Gramática da língua portuguesa	300 exemplares
Gramática da língua francesa	100 exemplares
Tesouro das Meninas de Leprince de Beaumont	13 exemplares
Tabuadas e Abecedários	2.000 exemplares

(RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1874, p. 11).

#### A imersão da leitura na escrita

A década de 1870 despontou como um período em que a escolarização já não podia ser de natureza rudimentar – diga-se, predominantemente calcada na leitura. A vida moderna exigia da criança e do jovem aluno um repertório de matérias variadas e certo domínio da

linguagem escrita na norma culta. Sob tal prisma, constata-se, no Amazonas, em Pernambuco, no Rio Grande do Sul e no Rio Grande do Norte, uma renovação das matérias de estudo, com a introdução de livros escolares de gramática da língua portuguesa e da francesa, geografia e história, os quais serviam de contraponto à hegemonia dos catecismos e compêndios católicos. Ademais, de muitos dos livros escolares produzidos no Brasil, de acordo com os contratos firmados entre autor e editor certa quantidade estava geralmente destinada a distribuição gratuita. Esse foi o caso, por exemplo, do acordo firmado na cidade do Rio de Janeiro, em 1873, entre o autor de *Lições de corographia do Brasil*, Joaquim Manuel de Macedo, e o editor-livreiro Baptiste Louis Garnier. Os termos do contrato foram assim redigidos:

1. O Dr. Joaquim Manuel de Macedo cede a B.L. Garnier sua obra intitulada *Lições de corographia do Brasil* mediante as seguintes condições.
  2. B.L. Garnier retribuirá ao autor a quantia de quinhentos réis (500) por cada exemplar da dita obra, pagáveis no ato de expor à venda cada edição.
  3. A primeira edição será de três mil exemplares, e as seguintes do número de exemplares que o editor julgar conveniente.
  4. O autor não poderá publicar outra obra sobre o mesmo assunto.
  5. E por terem assim convencionado, passarão dois contratos de igual teor, por cujo cumprimento obrigam-se, para si e seus bens, bem como por seus herdeiros e sucessores, cujos contratos entre si trocarão depois de assinados.
- Em adendo: *Ficou entendido que desta primeira edição se imprimirão mais cem (100) exemplares para serem distribuídos gratuitamente e sem indenização do autor.*
- (Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1873. (MACEDO & GARNIER, 1873, 1998, p. 90, grifo do contrato).

Considerando-se a distância que separa o Rio de Janeiro do Rio Grande do Norte e examinando-se o Relatório do Diretor Geral da Instrução Pública do ano de 1874, constata-se que, no ano da publicação de *Lições de corographia do Brasil* (1873) e da quinta edição de *Catecismo da doutrina cristã* (1873), já haviam sido distribuídos às escolas primárias das principais cidades norte-rio-grandenses, respectivamente, 18 e 1000 exemplares. A respeito da brevidade da distribuição e da circulação do livro escolar nacionalmente, Lajolo e Zilberman (1998, p. 91) destacam que a profissionalização, no mercado de livros, primeiramente se firmou no universo dos livros escolares, “[...] onde o retorno do investimento financeiro se assegurava pela importância que o livro didático desfrutava na paisagem da educação brasileira [...].”

É, mais ou menos, nas décadas de 1840 e 1850 que o livro escolar principia seu exercício didático e disciplinar nas salas de aulas de todo o Brasil. Ao professor,

primeiramente destinou-se o livro escolar para transmitir lições a seus alunos. Mas, conforme Bittencourt (2004, p. 438), teria sido na segunda metade dos oitocentos que o livro escolar começara a deixar de ser “[...] um material de uso exclusivo do professor, que transcrevia ou ditava partes do livro nas aulas [...]” para ir diretamente às mãos dos alunos.

Para isso, por um lado, inúmeras foram as iniciativas dos autores e editores; por outro, urgentes foram as diretrizes oficiais dos governantes nessa direção. Na tessitura de uma rede complexa de inter-relacionamentos – em favor de títulos específicos –, imediatamente sobressaem, segundo Teixeira e Schueler (2009), autores, autoridades políticas, autoridades eclesiásticas, editores, livreiros, articulistas de jornais de circulação nacional e, muitas vezes, alguns renomados diretores de escolas particulares.

Inegavelmente, a uniformização cultural dependia dos conteúdos ensinados constantes nos livros escolares, que tentavam corrigir o atraso da educação escolar. Há, pois, que se reforçar que todos os que compõem aquela rede complexa de inter-relacionamentos “dão-se as mãos” no intento da familiaridade da criança com a leitura do livro escolar, incluindo-se os tratados de boas virtudes e de boas maneiras, como o *Tesouro dos meninos* e, o *Tesouro das meninas* e, ainda, o *Opúsculo de moral religiosa*.

Aprender a ler e a escrever passou a ocorrer entre o padrão da soletração antiga, com base no tradicional abecedário e em materiais manuscritos, e o padrão da soletração moderna, com o apoio de cartilhas e livros impressos de leitura. Mas como observar, pela história da leitura escolar no Rio Grande do Norte e em Caicó, essa passagem dos materiais manuscritos para as cartilhas e os livros impressos de leitura? Com o apoio das teorizações de Chartier (1999), é possível evocar pelos menos duas explicações. A primeira é que, graças à modernização técnica da confecção do livro e do impresso em geral, houve uma redução nos custos e, conseqüentemente, ele passou a ser confeccionado em função do modo de leitura a que era destinado – por exemplo, os catecismos. A segunda explicação se reporta à leitura potencializada pelo texto do livro escolar, que orientava a linguagem escrita.

Evidentemente, muitos fatos colaboram para dar-se essa passagem, gradualmente. Num exame atento da documentação analisada, chamam a atenção os anos de 1873 e 1874 por terem ocorrido durante eles os primeiros ensaios da alternância do padrão do aprender a ler. De fato, nesses anos, chegava às mãos de professores e de muitos dos alunos do Brasil – também do Rio Grande do Norte, e de Caicó – a série *Primeiro livro de leitura* (1860), *Segundo livro de leitura* (1866 e 1869) e *Terceiro livro de leitura* (1872 e 1890), de autoria do educador Abílio Cezar Borges (Barão de Macahubas), editados no Brasil pela Livraria de

Francisco Alves e em Paris pela Editora Aillaud, Guillard. (TAMBARA, 2003; BITTENCOURT, 2004). Uma parte dessa série foi distribuída, gratuitamente, por Abílio Cezar Borges, às escolas primárias, ao longo do Brasil, gesto amplamente reconhecido nos meios políticos e culturais. Em razão de seu empenho pela educação escolar e pelo trabalho de renovação pedagógica (Diretor da Instrução Pública na Bahia, proprietário de colégios em Salvador, Rio de Janeiro e Barbacena-MG), Abílio Cezar Borges foi agraciado, pelo Imperador Dom Pedro II, com o nobre título de Barão de Macahubas. (SAVIANI, 2000; BITTENCOURT, 2004).

Desde então, a partir das salas de aula dos centros urbanos maiores, como Caicó, convinha conduzir a criança e o jovem aluno ao exercício assíduo da leitura e da escrita apoiado em cartilhas e livros inovadores bem como na gramática da língua portuguesa. Atentos à dinâmica técnico-pedagógica educacional, os dirigentes políticos harmonizavam-se nesse esforço de levar o livro escolar às mãos dos alunos, para o proveito de suas leituras úteis e virtuosas, talvez um pouco de escrita, malgrado os inúmeros problemas rotineiros de cada cidade, vila ou povoado, de ordem humana, física, social. O relatório qualitativo e quantitativo do presidente José Bernardo Galvão Alcoforado Junior é, desse ponto de vista, esclarecedor:

A contar de agosto de 1873 até esta data têm sido distribuídos com as escolas da província 9.203 exemplares de livros apropriados ao ensino, dos quais foram em diferentes ocasiões por mim oferecidos 5.113. Também fiz o donativo de 1.000 exemplares de *traslados caligráficos* e ultimamente o de 23 exemplares do *Catecismo de agricultura* do Dr. Antonio de Castro Lopes. No número de exemplares fornecidos estão incluídos 800 da preciosa obrinha '*Conselhos as minhas alunas*' pela distinta professora desta capital, D. Isabel Gondim.

[...]

Pendem também de execução os projetos de casas para escola e *biblioteca* na Vila de Canguaretama e da *Cidade do Príncipe* [Caicó], tendo sido agenciados donativos para a realização destes cometimentos da iniciativa particular. Para auxílio da obra que tem de *ser efetuada na Cidade do Príncipe mandei entregar, em data de 22 de agosto do ano passado, a quantia de 1:000\$000 ao Tenente-Coronel José Bernardo de Medeiros, um dos seus promotores.* (RELATÓRIO COM QUE AO EXMO. DR. JOSÉ BERNARDO GALVÃO ALCOFORADO JUNIOR..., 1875, p. 29, 30-31, grifo nosso).

O livro *Catecismo de agricultura para uso das escolas da instrução primária do Brasil*, também adotado em Pernambuco (de autoria de Antonio de Castro Lopes e publicado em 1861), por exemplo, era uma leitura que ensinava conhecimentos práticos de agricultura (para os meninos), assim como *Reflexões às minhas alunas* (da Prof.<sup>a</sup> Isabel Gondim)

ensinava valores morais (para as meninas), como veremos adiante. De muitas maneiras, um e outro tendem a estimular a aquisição da habilidade de ler corretamente (sem redundâncias próprias da oralidade corrente) e, igualmente, de escrever gramaticalmente correto. Como bem explica Anne-Marie Chartier (1995), ler e escrever são práticas sociais ligadas à linguagem, sendo que a leitura supõe a escrita. Entretanto,

Como as nossas competências em leitura excedem sempre nossas capacidades de escrita – e lê-se mais rapidamente do que se escreve –, a leitura parece corresponder bem ao primeiro dos dois saberes elementares. [...] O ato fundador de uma ‘outra ordem da língua’ não é, logo, a leitura, e sim a escrita [...]. A escrita introduz uma modalidade nova de pensamento, uma ‘razão gráfica’ irreduzível à lógica da oralidade. (CHARTIER, 1995, p. 40).

Sem dúvida alguma, a inserção do aluno na leitura escolar dirigida representaria, similarmente, o ingresso numa comunidade de leitores, simbolicamente compartilhando sociabilidades, mediante a palavra escrita, e, igualmente, gestos nacionais ante os locais e provinciais. Mais ainda: do ponto de vista das políticas educativas públicas, os dirigentes esforçavam-se para o alcance da meta da homogeneização da escolarização primária a partir dos núcleos urbanos maiores, pela materialidade pedagógica intrínseca ao objeto cultural livro escolar. Tanto era que, comparado às províncias do norte do Brasil, aparecia a do Rio Grande do Norte como aquela que relativamente destinava uma quantia razoável de recursos para a instrução pública, assim como para a compra de livros escolares.

Por volta de 1874, os habitantes da província perfaziam mais ou menos 233.979 almas: livres 220.959, e escravas 13.020. Pelo Relatório de 1874, do Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Francisco Gomes da Silva, a população escolar entre 6 e 15 anos totalizava 43.265 pessoas (21.350 homens e 21.915 mulheres), estando matriculados nas 82 escolas públicas 5.041 alunos, de idades diferentes. Cinquenta e cinco escolas eram frequentadas por meninos e 27 por meninas. Havia, ainda, 26 instituições particulares de turnos diurno e noturno, com 1.041 alunos (23 destinadas para meninos e 3 para meninas), e uma parte considerável estudava em escolas domésticas; porém a maioria da população em idade escolar, infelizmente, era analfabeta.

Esse século XIX, tempo do regime imperial e, depois, do republicano, era um tempo de políticas liberais concorrenciais, de urbanidade fortemente regulamentada, de imposição dos padrões de comportamento considerados aceitáveis, de manifestações de segmentos intelectuais e esclarecidos em defesa da ampliação das oportunidades educacionais para todos os brasileiros. Engajado pela concretização do princípio liberal de ampliação do número de

escolarizados, indistintamente, Manoel Pinheiro do Coração de Maria, professor da Escola de Gramática Latina de Caicó, solenemente instalou, nessa cidade, no dia 2 de fevereiro de 1874, uma escola primária gratuita, no horário noturno “[...] *para a classe indigente de meninos adultos e escravos* [...]” (NOBRE, 1971, p. 68, grifo nosso), que deve ter funcionado na Matriz da Gloriosa Sant’Ana.

Como destaca Hébrard (2004), no século XIX ocorreu a propagação da cultura do livro e da leitura do livro impresso nas camadas pouco letradas. No Rio Grande do Norte, as autoridades políticas arbitraram em favor desse movimento, desencadeado em grande parte dos países europeus, decidindo pela abertura de bibliotecas populares e públicas.

As cidades de Natal, Açu, Mossoró, São José de Mipibu e Caicó foram as primeiras a enviar esforços coletivos para a instalação de suas respectivas bibliotecas. Com exceção da de Natal, as demais nasceram da iniciativa de cidadãos beneméritos em defesa da causa da educação, e já reuniam um total de 1.137 livros e opúsculos. Seriam elas que chamariam a população em geral para assimilar o hábito de leitura: subliminarmente incutiam o gosto pela escrita, pelo falar bem. O discurso que o presidente José Nicolau Tolentino de Carvalho dirigiu à Assembleia Provincial, em 1877, já continha uma apreciação das iniciativas particulares para propagação do progresso educativo:

A iniciativa particular, concorrendo ativa e eficazmente para seu engrandecimento, procura também levar às diferentes classes sociais os necessários conhecimentos; e inúmeros são os resultados que até hoje se há obtido dessas associações propagadoras do ensino, *bibliotecas populares*, escolas noturnas, *conferências* e muitos outros meios tendentes ao mesmo fim. (FALA COM QUE O EXMO.SR. DR. JOSÉ NICOLAU TOLENTINO DE CARVALHO..., 1877, p. 30, grifo nosso).

Por um lado, bibliotecas populares e conferências públicas vinham ao encontro dos fins associativos de impulsionar a leitura não escolar, tida como instrutiva e remediadora do mal do analfabetismo. Por outro, a escola primária diurna (mais) e a noturna (bem menos) consagravam esforços para a disciplina do hábito da leitura de livros escolares reconhecidos de matriz universalizante. Porém, para o Diretor Geral da Instrução Pública Inácio Tavares da Silva, os professores estavam muito mais envolvidos em transmitir as coisas, e menos em praticar os preceitos da moral e da religião católica que algumas leituras ofereciam. Mas, acima de tudo, a escolarização primária já reclamava por reformas mais complexas, considerando o desenvolvimento da inteligência da criança:

Formar o homem nas idéias e no sentimento, nas aptidões e nas virtudes, ainda quando essa função se limita a incutir-lhe os germens de tudo isso, é

tarefa que demanda habilitações mais complexas do que as imperfeitamente dadas de ordinário nos estabelecimentos de instrução primária. (RELATÓRIO DO DR. DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1879, p. 494).

Ora, para o Diretor Geral da Instrução Pública Inácio Tavares da Silva, a educação escolar precisava ser reformada, assim como acontecia com todo e qualquer ramo do conhecimento humano. Havia pressa em educar a criança, aprimorando suas habilidades cognitivas, perceptivas, valorativas e motoras. Como se pode observar, as teorias pedagógicas em voga eram matéria de estudo das autoridades educacionais.

Na verdade, a proposta de reformar a educação escolar primária vinha sendo debatida nas altas esferas políticas da nação. É tanto que, em 3 de novembro de 1882, o Ministro dos Negócios do Império, Pedro Leão Vellozo, expediu um Aviso, para todos os presidentes de províncias, sugerindo a decretação de algumas medidas profícuas para o progresso da instrução pública. Dentre essas medidas, ele determinava às

[...] escolas existentes e as que se criarem [...], quanto for possível, atenderem-se as necessidades provinciais, possuam material técnico correspondente aos métodos pedagógicos de que depende a eficácia do ensino; e que sobre elas se exerçam constante inspeção, a qual importa confiar a pessoas de reconhecida idoneidade. (VELLOZO, 1883, p. 26, grifo nosso).

Vinte anos antes, como presidente do Rio Grande do Norte, Pedro Leão Vellozo (1861-1863) já chamara a atenção dos deputados provinciais para a complexidade de uma reforma educacional, cuja eficácia dependia “[...] da ação do tempo e do concurso simultâneo de muitas outras reformas”, que não competia a eles realizar. Ademais, plano de tamanha magnitude – a reforma da educação escolar, por estar ligada ao futuro do país – não deveria ser entregue a retalhos aos poderes públicos provinciais. (RELATÓRIO APRESENTADO À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO NORTE..., 1862, p. 41).

Acontece que a ausência de uma rede nacional de ensino e, igualmente, de uniformidade dos livros escolares obstaculizava os esforços políticos pedagógicos do pilar da hegemonização da habilidade leitora e da unidade do método simultâneo, o qual consistia em o professor instruir e dirigir simultaneamente todos os alunos, que realizavam os mesmos trabalhos, ao mesmo tempo. Posteriormente, observou o Diretor Geral da Instrução Pública Manoel Hemetério Rapozo de Mello (1883, p. 8), que o método individual havia “[...] muito condenado pela experiência [...]”, pouco admitia o simultâneo, em face da diversidade dos

livros e de suas lições. Em matéria de pedagogia moderna, a deficiência de livros escolares sem uniformidade indicava um desregramento na educação primária provincial.

As recomendações emanadas das autoridades nacionais e as preconizações teóricas do Dr. Manoel Hemetério Rapozo de Mello parece terem sensibilizado ou persuadido lideranças políticas e educacionais para o apressamento da abertura de bibliotecas públicas ou populares nas municipalidades.

O entendimento do progresso material atado, ou mesmo subordinado, ao progresso moral já vinha traduzindo-se em Caicó num ato de fé pela leitura de livros que instruíam, educava e universalizava linguagens. Para isso, por iniciativa do Intendente Olegário Gonçalves de Medeiros Vale (1882-1884; 1885-1887 e 1888-1889) – antes nomeado por ato de 23 de agosto de 1882, do presidente Dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto, para exercer a função de Delegado Escolar de Caicó –, foi inaugurada, no dia 31 de março de 1884, a primeira biblioteca pública de Caicó – *Club 20 de Janeiro* – mantida pela Sociedade Literária Santa Cecília, contendo um acervo inicial de 200 livros.

Se o Intendente José Bernardo de Medeiros (1863-1864; 1873-1875) foi um dos promotores desse projeto de propagação da cultura leitora, como antes anotado, o Dr. Antonio de Aladim Araújo (nomeado por ato de 21 de outubro de 1885, do presidente Dr. José Moreira Alves da Silva, para exercer a função de Delegado Escolar de Caicó) inscreve-se entre aqueles que deram continuidade a esse projeto cultural.

As escolas primárias – templos da infância –, a partir da necessidade das localidades maiores, deveriam adquirir feições e feitos renovados, *pari passu* com as teorias preconizadas pelos mestres da pedagogia. O posterior balanço efetuado pelo Diretor Geral da Instrução Pública Antonio de Amorim Garcia (1886, p. 3) indicava que a escolarização da criança estava em estado estacionário: “Não é somente a falta de pessoal idôneo, mas também a de material técnico, que se deve atribuir o atraso em que se acha a instrução primária na província.” De muitas maneiras, a leitura e a escrita demandavam simultaneamente uma diversificação de utensílios pedagógicos – livros impressos, lápis, cadernos, lousas, penas, papel almaço, tinta –, que também ordenavam a vida escolar, individual e coletivamente.

Acima de tudo, pesava sobre esse estado de atraso educacional o não uso pedagógico, pelos professores, do método intuitivo, em aplicação em muitas escolas primárias ao longo do Brasil. Ora, de muitas maneiras fiscalizado e subordinado aos diretores da instrução pública, aos delegados escolares, às câmaras municipais, mesmo assim e em alguma medida, o professor primário, a partir das lições dos livros escolares comuns e dos não

comuns, tinha sobre ele a tarefa pedagógica de fazer a travessia da infância social para a vida adulta. O professor precisava ser bem mais afeiçoado à leitura dos livros de pedagogia, para reconhecer que a criança tinha uma individualidade, um ritmo de aprendizagem, uma condição social, prontidão para aprender mais uma matéria do que outra e, ainda, para ler e escrever simultaneamente.

Às vésperas da proclamação da República, ocorreria perceptível crescimento da população escolar. Apesar da deficiência dos dados estatísticos, o presidente Dr. José Marcelino da Rosa e Silva declarou haver, no ano de 1888, 145 escolas públicas, com 4.460 alunos matriculados (85 eram frequentadas por 2.703 meninos e 60 por 1.757 meninas). Nas 9 instituições particulares, havia 143 alunos matriculados (8 eram frequentadas por 72 meninos e 1 por 71 meninas). Nas públicas noturnas, estudavam 564 meninos. Acreditando que a escolarização primária tinha em si o segredo da prosperidade dos povos modernos, uma parte considerável da população escolar da Província do Rio Grande do Norte continuava estudando em escolas domésticas, e outra parte permanecia analfabeta.

Para esse último presidente da província, no regime imperial a escola primária pretendida era aquela em que o mestre garantisse, por seus conhecimentos, sua metodologia ativa ou intuitiva e materiais pedagógicos adequados (como livros escolares comuns), uma profícua aprendizagem por parte de cada discípulo. Ainda que os professores

[...] estejam bem teoricamente habilitados, [isso] não é suficiente, desde que se trate de trabalhos de preparação dos alunos. É preciso que, além d'isto, saibam ensinar, saibam transmitir aos alunos com método e prendendo-lhes a atenção, os conhecimentos da matéria que aprendem. (FALA LIDA À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA..., 1889, p. 9).

Afinal, julgavam os governantes que os alunos necessitavam aprender mais e melhor os conhecimentos culturais ensinados à luz da leitura dos livros escolares, mas cadenciados por um único método – o ativo, ou intuitivo. Acreditavam, demasiadamente, que a habilidade leitora era o mais notável legado cultural da passagem da criança para a vida social adulta. Incessantemente, a primeira educação escolar das gerações novas entrelaçava-se com o desenvolvimento mental e material de cada povo.

Essa visão educativa é que levaria o último Diretor da Instrução Pública do regime imperial, Dr. Antonio de Amorim Garcia, a elaborar uma sugestiva reforma da educação escolar em nível primário, em correspondência com certos fundamentos básicos e consensuais da pedagogia moderna. A reforma educacional, na interlocução com as pedagogias modernas da época, postulava uma escolarização calcada no método ativo, ou intuitivo, em classes

mistas, na obrigatoriedade da presença do aluno na sala de aula e numa rigorosa uniformidade da leitura de livros escolares, ao lado da escrita. Afirmava esse Diretor da Instrução Pública:

[...] algumas das cadeiras de primeira entrância do sexo masculino vagas ultimamente, tem sido preenchidas por professoras, sendo que para atender às necessidades peculiares aos povoados, onde só existe uma escola, passaram logo a ser mistas. Reformada, como se acha a instrução pública provincial parece que se deve aguardar o resultado dessa reforma, em cujo plano predominou o pensamento de acautelar inauferíveis interesses, na esfera da instrução popular. (RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA..., 1889, p. 2).

Entretanto, atento aos fatos da política imperial, Dr. Antonio Garcia entendia que as reformas educacionais estavam assaz sujeitas aos ditames da evolução dos tempos. Conforme Marta Araújo (1999), na tarde do dia 15 de novembro de 1889, foi anunciado, em Natal, o advento do regime republicano. Os primeiros anos desse regime no Rio Grande do Norte foram absolutamente difíceis: governos provisórios, sucessivas substituições de dirigentes, lutas entre facções do Partido Republicano pela direção política do estado, hegemonia política da família Albuquerque Maranhão, liderada pelo médico Pedro Velho de Albuquerque Maranhão. Eleito governador, Pedro Velho (1892-1895) dirigiu a organização político-jurídica republicana do Rio Grande do Norte.

A organização político-jurídica republicana do Rio Grande do Norte se iniciou pela educação escolar (primária, secundária e normal), por meio do Regulamento da Instrução Primária e Secundária (aprovado pelo Decreto nº 18, de 30 de setembro 1892), o qual foi formulado pelo então Diretor Geral da Instrução Pública, Dr. Antonio José de Mello e Souza, um conhecedor da educação escolar e das pedagogias modernas.

A escola primária, em correspondência com os padrões de ordem, progresso, regularidade e uniformidade requeridos pelo novo regime republicano, cumpriria um programa de estudos constando de 10 matérias, a saber: Leitura e escrita (simultaneamente); Gramática nacional; Aritmética elementar; Geometria e desenho linear (simultaneamente); Lições de Coisas; Noções de geografia e história do Brasil (simultaneamente); Educação moral e cívica (simultaneamente); Elementos de música (hinos e cantos escolares); Trabalhos manuais (compreendendo trabalhos de agulha, para o sexo feminino) e Ginástica. (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE..., 1892).

Para conferir homogeneidade à escolarização primária e, por extensão, à unificação da pátria, os professores deveriam lecionar pelos livros competentemente aprovados pelo Conselho Literário, conforme a determinação seguinte:

Não poderão ser adotados nas escolas primárias senão os livros aprovados pela Diretoria Geral. Desses os professores serão livres de escolher os que lhes parecerem melhores. O livro será apenas um guia: ao professor caberá aplicá-lo e desenvolvê-lo, animando o ensino e provocando a inteligência, a iniciativa e o desenvolvimento da individualidade do aluno. (REGULAMENTO DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA E SECUNDÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE..., 1892, p. 226).

Durante o governo de Joaquim Ferreira Chaves Filho (1896-1899), o Conselho Literário, coordenado pelo Diretor da Instrução Pública Manoel Gomes de Medeiros Dantas aprovou por volta de 13 títulos de livros escolares para emprego nas escolas primárias de todo o estado, cujo levantamento já fora iniciado durante o governo Pedro Velho:

Para Leitura e escrita (exercícios simultâneos) – Livros de leitura de Felisberto de Carvalho.

Para Leitura e escrita – Cartilha nacional para ensino simultâneo da leitura e caligrafia de Hilário [de Andrade e Silva] Ribeiro.

Para Língua Nacional – Gramática elementar de Hilário de [Andrade e Silva] Ribeiro.

Para estudo de Aritmética – Exercícios de numeração de Francisco Pinto de Abreu.

Para estudo de Aritmética – Aritmética primária de [Antonio Bandeira] Trajano.

Para Desenho linear – Compêndio de Abílio [Cezar] Borges.

Para Geografia (ensino concreto) – Mapas e murais de Olavo Freire.

Para Geográfica – Atlas de Couturier (tradução de Alfredo Moreira Pinto).

Para História do Brasil – Compêndio de história do Brasil de Dr. Joaquim [Maria de] Lacerda.

Para Educação moral e cívica – A obra *Coração* de Edmundo de Amicis [traduzida por João Ribeiro em 1891].

Para Educação moral e cívica – A Constituição do Estado do Rio Grande do Norte.

Para Música – Cânticos escolares de Joaquim [José] de Menezes Vieira.

Para Ginástica – Tratado elementar da ginástica escolar de Pedro [Manoel] Borges. (INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1896, p. 2, grifo nosso).

No segundo semestre de 1890, o *best-seller* italiano *Cuore* (*Coração*, de autoria de Edmundo de Amicis, publicado em 1886), o qual era recomendado para a leitura de rapazes de 9 a 13 anos de idade, foi publicado no jornal *A República* (de 16 de agosto, aproximadamente, até 12 de novembro de 1890), como romance de folhetim, com tradução do

italiano para português feita por Manuel Dantas. Sendo os folhetins subordinados ao bom gosto literário de seus leitores, *A República* anunciava:

No próximo número começaremos a publicar em folhetim uma verdadeira jóia literária, um primor de sentimento e estilo; um livro que desperta no coração as mais doces e delicadas notas na gama dos afetos humanos: o carinho, o entusiasmo, a abnegação, tudo ali se encontra. É feito para as crianças e chama-se – Coração. (CORAÇÃO, 1890, p. 2).

Com o advento do regime republicano, leituras de formação educativa, cívica, moral e patriótica do gênero literário de *Coração* atraíram enormemente a atenção das elites dirigentes. O menino-aluno Câmara Cascudo leu *Coração*, livro escolar obrigatório. Diz ele:

O livro italiano, libro per i ragazzi, mais lido no Brasil, foi ‘Cuore’, de Edmundo de Amicis. [...] Na Itália, ultrapassou o milhão de exemplares e, nas 26 versões estrangeiras, ignoro o número atingido. Oficializado nas escolas brasileiras, *meu livro de classe*, quem não o leu no Brasil alfabetizado de outrora? (CASCUDO, 1972, p. 75, grifo nosso).

Nessa década e na anterior, os livros de leitura escolares tendiam, cada vez mais, à uniformidade, nacionalmente. Os trabalhos de Galvão (2005), sobre a circulação de livros escolares em Pernambuco, de Corrêa (2007) no Amazonas e de Tambara (2008) no Rio Grande do Sul evidenciam uma hegemonia dos *livros de leitura* de Hilário Ribeiro, seguidos dos de Felisberto de Carvalho. Na verdade, as autoridades do Rio Grande do Norte acompanhavam mais ou menos as decisões de Pernambuco, em matéria de educação escolar – lembrando, com base em Hallewell (1985), que Recife, ao lado de São Luís, eram dois dos notáveis centros impressores do país. Especialmente na avaliação de mérito dos livros de leituras de Hilário Ribeiro pelo Conselho Literário de Pernambuco (1886), podem-se observar os parâmetros da indicação:

[...] excelentes nos exercícios de leitura gradual e preciosismos lições de moral, estão todos eles escritos em estilo fácil e agradável com a necessária clareza [...], desde o primeiro [livro] que contém avantajado método para o ensino simultâneo da leitura e caligrafia até o quarto, que encerra os mais essenciais rudimentos de educação moral e cívica. Atendendo a todos esses predicados e à incontestável utilidade de obras verdadeiramente didáticas ou antes lidas lições que ministram à infância que principia a balbuciar os primeiros rudimentos de leitura [...]. (PARECER DO CONSELHO LITERÁRIO apud GALVÃO, 2005, p. 10-11).

O professor Hilário Ribeiro tinha a plena convicção de que as lições de seus livros escolares vinham orientadas pela pedagogia moderna, em consecutivos progressos teóricos e

metodológicos. Logo, os livros escolares eram sempre contemporâneos de uma ciência pedagógica. Diz esse professor:

Se eu me desvanecesse ante a aceitação que tem tido os meus livros didáticos atualmente adotados em várias províncias, certo não me daria ao trabalho de estudar um novo método de leitura, nem escreveria outros livros que estão no prelo. [...] Entendo que certos livros escolares não podem suportar uma longa existência; eles tem uma duração limitada pela ciência pedagógica que todos os dias progride e apodera-se de novos processos. (RIBEIRO, 1884, 1936, p. 5-6).

A prática assídua da leitura escolar era cada vez mais estimulada pela obrigação das lições diárias, simultaneamente com a escrita, dos exercícios de classe e de casa, das provas orais e escritas. Em face de tudo isso, bem como do intento de padrões de uniformidade, regularidade e simultaneidade, o Conselho Literário, presidido pelo Diretor Geral da Instrução Pública Manuel Gomes de Medeiros Dantas, reunido em 25 de fevereiro de 1898 e em 19 de maio de 1900, deu parecer favorável a que fossem adotados, nas escolas primárias do Estado, os seguintes livros escolares:

O livro América do escritor Henrique Maximiano Coelho Neto.  
 Cartilha mestra de Samorin Gustavo de Andrade.  
 Compendio da ortografia da língua nacional.  
 Segundo e terceiro livros de leitura [possivelmente de Felisberto de Carvalho].  
 Explicador de aritmética de Samorin Gustavo de Andrade. (RELATÓRIO DO DIRETOR GERAL DA INSTRUÇÃO PÚBLICA, 1899; 1900).

Há evidência, porém, de que outros livros escolares foram utilizados em Caicó, entre eles *O manuscrito. Compêndio dedicado às escolas elementares para estudo de todos os caracteres de letras escritas* (publicado por uma Lithographia de Lisboa, s.d.). Esse compêndio, conseguido pela Prof.<sup>a</sup> Marta Araújo, pertenceu a Bernadina Liberalina da Nóbrega, falecida aos cem anos de idade, como está escrito na capa do livro. Ajusta-se muito bem ao modelo de livro de leitura manuscrito feito pelo processo litográfico. Assim sendo, Batista e Galvão (2009) o definem como conjugando leitura formativa e textos para escrita em distintas formas de letras caligráficas. Para esses historiadores, o compêndio – gênero mais comum então – reunia sínteses de conhecimentos cívicos, gramaticais, históricos e religiosos. Muitos deles traziam, ainda, atividades de memorização da leitura pelo exercício da escrita.

A história da leitura escolar não pode prescindir de quaisquer anotações de livros e compêndios lidos por estudantes do século XIX. Os historiadores Medeiros Filho e Lamartine de Faria (2001, p. 7), para entenderem o alicerce cultural da região do Seridó, reconstituíram

“[...] volumes esparsos, aqui-acolá encontrados numa ou mais fazendas daqueles tempos. Títulos lembrados por alguns memorialistas e evocados nas conversas dos mais velhos.” Pela classificação desses historiadores (livros de gaveta, livros de prateleira e livros de oratório), os dicionários, compêndios, gramáticas, manuais e opúsculos geralmente eram guardados em gavetas. Pareceu não surpreenderem os dois títulos localizados ou evocados – *Dicionário da língua portuguesa*, do brasileiro Antônio de Moraes Silva (publicado em Lisboa, em 1789, pela Typographia Lacerdina, por licença da Mesa do Desembargo do Paço) e *Estudo moral e político sobre os Lusíadas*, da autoria do português José Silvestre Ribeiro (publicado em Lisboa, em 1853, pela Imprensa Nacional).

A historiadora Mattos (1985), investigando os fatores que frearam o desenvolvimento socioeconômico do município de Caicó no período 1850-1890, a partir do nível de vida da população, consultou 308 autos de inventários do 1º Cartório de Caicó (160 de homens, 147 de mulheres e um sem especificação). Nos autos do inventário (1860) da maior proprietária de escravos (possuidora de 31 cativos), Isabel Maria da Conceição, constava um dicionário. Já no inventário do Padre Gil Braz de Figueirêdo (proprietário de fazendas, escravos e emprestador de dinheiro), datado de 1878, aparecem arrolados livros de teologia, de filosofia e de medicina.

Nesse século XIX, a leitura escolar, e mesmo a não escolar, certamente mais do que antes, já reclamavam por móveis para se guardarem os livros e, ainda, por objetos facilitadores da leitura do livro (carteiras, cadeiras, sofás, óculo-de-alcance). Pelas pesquisas de Chartier (2004), no curso do século XIX propagou-se o gosto inglês de uma leitura solitária, ou de foro privado, com o apoio de mobiliário utilitário e confortável – mesinhas, carteiras de prolongamento e espreguiçadeiras.

No decorrer de nossa pesquisa, identificamos, nos autos do inventário do cônego Manuel José Fernandes, datado de 1859: uma livraria, diga-se biblioteca, no valor de duzentos e cinquenta mil réis (250\$000); duas carteiras escolares; uma cômoda de escrever, com quatro gavetas; uma escrivaninha; uma mesa pequena de escrever; cinco estantes; dois sofás cobertos de sola; uma espreguiçadeira coberta de sola; cinco cadeiras de encosto; e um óculo-de-alcance. No do Comandante-Superior da Guarda Nacional Antônio Álvares Mariz, datado de 1860: livros no valor de cento e sessenta e três e setecentos e quarenta mil réis (163\$740); duas carteiras escolares homeopáticas; duas mesinhas; doze cadeiras cobertas de sola; e um óculo-de-alcance. E no do Capitão Cosme Pereira da Costa, datado de 1866: cinco livros,

ditos velhos, no valor de cinco mil réis (5\$000); dez cadernos de papel; giz; e uma mesa com quatro gavetas.

Ao longo do século XIX, é notório o sucessivo aumento principalmente dos títulos mencionados nas listas publicadas pelos Diretores da Instrução Pública. Particularmente em Caicó, alguns livros tiveram longa existência, adotando-se por mais duas décadas do século XX. A Sr.<sup>a</sup> Guilhermina da Silva Araújo (Babica), nascida, a 13 de agosto de 1907, na Fazenda Umarizeiro (município de Caicó), foi alfabetizada por sua irmã mais velha, através da Carta de ABC, para, depois, exercitar a leitura e a escrita pela *Cartilha nacional ou o novo método de silabar*, de Hilário Ribeiro. (ARAÚJO, 2004). O professor pernambucano Laudelino Rocha indica, no *Segundo livro de leitura para uso da infância brasileira* (1883), que este foi adaptado para as escolas primárias de Alagoas, Ceará, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. (TAMBARA, 2003). Ocorre, contudo, que ele não está nas últimas listas de livros arrolados.

Podemos até arriscar dizer – como fez prudentemente Corrêa (2007) em relação aos livros escolares do Amazonas – do caráter lacunar e impreciso do conjunto dos livros escolares usados nas salas de aula do Rio Grande do Norte – muito particularmente, em Caicó. Com a consulta ao repertório de textos escolares compilado por Tambara (2003), tornou-se possível conferirmos e complementarmos os nomes dos autores e dos títulos de muitos livros que, na documentação pesquisada, estavam identificados de maneira abreviada ou genérica demais.

É possível dizermos, ainda, que os livros aqui listados representam uma amostra significativa da totalidade dos oficialmente adotados no Rio Grande do Norte ao longo do século XIX. Em última instância, cumpriu-se, em parte, a política de uniformização da educação escolar primária. Finalmente, diríamos que, para a história da leitura escolar em Caicó, no século XIX, a escola, como instituição de transmissão de conhecimentos mais ou menos uniformes e de moralização das camadas juvenis, lentamente foi sendo reformada, fundamentalmente nos aspectos consentâneos ao conhecimento transmitido, ao espaço de ensino, a materiais técnicos, duração das aulas, pedagogia. Mas, acima de tudo, como salienta Faria Filho (2000, p. 136), “[...] a escola teve também de inventar, de produzir o seu lugar próprio, e o fez, também, em íntimo diálogo com outras esferas e instituições da vida social [...]” sem dúvida alguma a própria família, a Igreja católica, os folhetins, os jornais, os romances, os livros pedagógicos.

Na fronteira do século XIX com o XX, a leitura escolar estava inscrita nas sociabilidades leitoras de uma parte – mesmo que razoavelmente pequena – da população de Caicó. Tendencialmente, podemos conceber a escolarização primária – em Caicó, principalmente – como possuidora de uma uniformidade em face dos livros estudados. Nesse século XIX, de expansão da escolarização, as autoridades políticas estavam plenamente convencidas de que a leitura de livros escolares comuns ordenava uma uniformidade educacional e irrigava apropriações de práticas culturais produtoras de muitas outras práticas de pertencimento. Com efeito, ordenavam uma unidade nas relações socioculturais, justamente pela intencionalidade que governava as lições dos textos escritos.

Leitura de escola, leitura de biblioteca, leitura de jornal

No Rio Grande do Norte, nos anos 1880, ocorreram extraordinárias iniciativas em direção à propagação de certas sociabilidades leitoras, quanto ao incentivo à oralidade, à escrita e à escolarização. Em Caicó, como antes visto, por força da liderança de Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, foi criada, a 31 de março de 1884, a primeira biblioteca pública – *Club 20 de Janeiro* –, mantida pela Sociedade Literária Santa Cecília, contendo um acervo inicial composto de 200 livros.

Entretanto, cada terra tem seu uso, dizia um provérbio popular catalão, exaustivamente repetido nos sertões nordestinos com o acréscimo “e cada povo tem seu fuso.” Portanto, para escrever uma história da leitura em Caicó no século XIX, assumimos que é preciso apreendê-la mediante as redes de sociabilidades formadas na interlocução com sua época. Há nisso uma dimensão mais ampla, que nos reporta ao jornal *O Povo* (1889-1892).

Nos termos da época, o livro era um sinal do progresso da humanidade, tendo-se em vista suas teorias, suas ideias e fatos gerais. Mas, para Machado de Assis (1986, p. 945), ao que parece, a imprensa-jornal era verdadeiramente a voz do mundo civilizado, levando a linguagem escrita para todos os lugares: “Era a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções.” O jornal, literatura cotidiana, trazia em si o gérmen do espírito moderno da discussão ampliada, como fazia acreditar Machado de Assis?

Em lugares remotos do Brasil, como Caicó, o jornal *O Povo* levou adiante o trabalho instrutivo de anunciar a venda de livros escolares e papéis impressos. A título de lembrete histórico, convém registrar que esse jornal foi fundado no dia 9 de março de 1889, 57 anos após a criação do primeiro veículo impresso do Rio Grande do Norte, *O Natalense* (1832-1837), este fundado por iniciativa do Padre Francisco de Brito Guerra (organizador de uma sociedade mercantil), o qual era vigário da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó e, à época, deputado geral na Câmara do Império pelo Rio Grande do Norte (1831-1837).

Em seu primeiro número (possivelmente em 2 de setembro de 1832), o *Natalense* já anunciava que, no Rio de Janeiro, “[...] achava-se a venda nas lojas de livros dos Srs. João Batista dos Santos, rua da Cadeia, e Evaristo da Veiga & Cia., rua dos Pescadores.” (AVISO, 1832, p. [1]). O livreiro, político e poeta Evaristo Ferreira da Veiga e Barros é o autor do Hino da Independência (cujas músicas são de Dom Pedro I) e foi deputado geral na Câmara do Império, por Minas Gerais, na legislatura 1830-1837, juntamente com o Padre Francisco de Brito Guerra, no período regencial (1831-1840).

De circulação semanal e tribuna de debates políticos, econômicos, sociais e educacionais, *O Povo* (órgão do Partido Liberal e ligado ao Centro Republicano Seridoense, instalado a 7 de abril de 1889, por iniciativa do acadêmico de Direito Janúncio da Nóbrega Filho) vinha a público nos meios de comunicação impressos, com o princípio da solidariedade humana, que se combinava com a evolução social e o desenvolvimento intelectual, moral e físico de um povo. (PROGRAMA, 1889).

Condizente com esse princípio democrático, *O Povo* veiculou anúncios de venda de impressos em circulação, assinatura de jornais de moda, encomenda e venda de livros, inclusive escolares, serviços, esses, a cargo da Tipografia Democrata de J. Renaud. Por seus anúncios, é possível “sentir” a atmosfera literária, mental e social dessa época, consagrada à leitura como um ato de desvendamento do mundo moderno e de desenvolvimento individual e social:

Esta tipografia colocada no alto sertão encarrega-se de QUALQUER SERVIÇO. [...] Tem material suficiente e escolhido para CARTÕES DE VISITA, COMUNS, E DE FANTASIA [...]. Na mesma oficina carimba-se papel e envelope. *O proprietário encarrega-se de compras de livros na praça, entregando-os aqui pelo preço dali.* (TIPOGRAFIA DO POVO, 1889, p. 130, grifos do texto e nosso).

[...]

Para esta tipografia acaba de chegar papel de diversas qualidades e marca, inclusive para ofício, tintas, *gramáticas, aritmética*, cartões de visita comuns e fantasiados de papel extrafino que se vende e imprime-se pelos preços do Recife. (TIP. RENAUD, 1890, p. 142-143, grifo nosso).

[...]

Belarmino de Oliveira Leal faz ciente aos pais de família que tem expostos à venda uns exemplares — *Reflexões às Minhas Alunas*, adotados pela Instrução Pública desta Província; preço 1\$500 cada um, vende-se na Rua do Rosário. (JORNAL O POVO, 1889, p. 194, grifo nosso).

O século XIX foi, em grande parte das nações modernas, o século da estruturação dos sistemas nacionais de educação pública e da expansão da escola, para ensinar ao menino e à menina hábitos de conduta social. Isso significaria – acreditavam educadores e publicistas – a presteza de todos para uma educação integral. Nessa direção, manuais de ensinamento de preceitos de condutas morais e regras sociais para todas as circunstâncias da vida tornaram-se absolutamente bem-vindos.

O jornal *O Povo* veiculou o anúncio, para venda, do livro *Reflexões às minhas alunas*, de autoria da professora, escritora, historiadora e jornalista norte-rio-grandense Isabel Urbana de Albuquerque Gondim (1839-1933). Segundo Morais (2006), tratava-se de um manual de conduta destinado à primeira educação da mulher de escolas e classes primárias femininas. Teria sido recomendada pela Lei nº 717, de 4 de setembro de 1874, a distribuição de 2.000 exemplares nas escolas públicas, o que possivelmente corresponderia à primeira e à segunda edições (essa última, de 1879, aqui utilizada), já que a terceira data de 1910. Esse manual ajusta-se, pois, ao modelo de livro instrutivo de transmissão de valores e condutas social e moralmente aceitáveis, segundo a definição de Batista e Galvão (2009).

Esse livro-manual não tinha apenas o intuito da leitura instrutiva da “menina escolar” mas também ensinava noções elementares de educação em sentido amplo. Isabel Gondim prezava, acima de tudo, a dimensão do conhecimento cultural, ou do conhecimento das letras, posto seu espectro formativo.

A educação da menina pela escola haveria que se repartir pelos conhecimentos/aprendizados das matérias de estudo (leitura, escrita, gramática, aritmética, educação moral e cívica, geografia, história do Brasil), da crença religiosa (ensinadora da resignação, que acalma o sofrimento, e do temor a Deus), do respeito e obediência às autoridades eclesiásticas, civis e políticas (a sociedade seria uma grande cadeia que tenderia a realizar o destino de mulheres e homens), de condutas morais e sentimentos nobres que ilustram a reputação feminina (designam abnegação, por maneiras urbanas e magnânimas virtudes cristãs) e de hábitos de higiene e elegância decente (que se relacionam, respectivamente, à saúde e à educação estética). A leitura escolar desse livro-manual persuadia a menina estudante para os lastros e laços formativos dos ensinamentos.

Desempenhando todos os deveres, escolares, tereis aproveitado as lições que vos houverem ensinado, e assim adquirido noções exatas das matérias que na escola se explicam, para o que é necessário que a tudo presteis a maior atenção. (GONDIM, 1879, p. 30-31).

Esses lastros e laços formativos permitiriam, ao mesmo tempo, uma interpretação mais ampla da escola como instituição social eminentemente educativa. Se, em certa medida, ela retratava e recompunha a vida social – conforme as palavras de Boto (2002) –, haveria, pois, que conferir tal confluência. Na edição de 1º de maio de 1891, *O Povo* divulgou o anúncio de que, na Tipografia Democrata, de J. Renaud estavam à venda livros escolares adotados pela Instrução Pública do Rio Grande do Norte:

Primeiro Livro de Leitura – Abílio [Cezar Borges].  
 Segundo Livro de Leitura – Abílio [Cezar Borges].  
 Gramática Nacional – Castro Nunes.  
 Aritmética.  
 Cartas de ABC.  
 Tabuadas Completas.  
 Novas Cartas do ABC e Tabuadas – Laudelino Rocha.  
 Gramática da Língua Portuguesa Nacional – L’Eraistre. (TIPOGRAFIA DEMOCRATA J. RENAUD, 1891, p. 193).

Pensar uma história da leitura como situada numa rede de práticas culturais apoiada sobre o livro e nos demais textos impressos, como compreende Chartier (2001), é, necessariamente, interligá-la com outras sociabilidades leitoras, notadamente aquelas próprias da época.

Detendo-se especialmente nos anúncios do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro, nas décadas de 1840 e 1850, a pesquisadora Silva (2006, p. 5) percebeu que a assinatura de obras para ler em casa e, acima de tudo, a oferta de livros era “[...] constante e a diversidade de estabelecimentos, títulos e autores divulgados, assim como as diferentes possibilidades de interpretação e agrupamento, condiziam para a mesma conclusão: o romance cairia definitivamente no gosto do público.”

Foi, pois, por meio dessas sociabilidades compartilhadas e de empréstimo de gestos nacionais, e até internacionais, que *O Povo* publicou uma literatura romanesca no gênero romance-folhetim (sucedâneo das novelas inglesas), por meio de capítulos semanais de títulos – *História da bela princesa grega* (de autoria do francês Xavier Marmier), *A toalha de crivos e ainda bleck* (do maranhense Arthur Nebalino Gonçalves de Azevedo) e *Nini, noiva e relíquia* (três romances-folhetins do acadêmico de Direito e chefe da redação *d’O Povo*

Manoel Dantas, sob o pseudônimo Mário D’Almeida). Quase na mesma proporção, divulgou poesias de letras românticas (*Sub umbra noctis*, Adormecida, O meu desejo) da autoria de Manoel Dantas (pseudônimo Mário D’Almeida) e do professor Leônidas Monteiro de Araújo. (MEDEIROS FILHO; FARIA, 2001; MEDEIROS FILHO, 2004). Nos termos de Peter Burke (1989), nas comunidades de tradição oral – como era o caso então de Caicó – muitos folhetins eram lidos com a rítmica de melodia poética.

A publicação do romance-folhetim (e a autoria do folhetinista) de matrizes europeias e brasileiras e de poesias de letras românticas não teria implicitamente como destinatárias as senhorinhas e as senhoras caicoenses e brasileiras? Em linhas gerais, é o que sugerem Morais (2002) e Vasconcelos (2002), quando apontam que, a partir da segunda metade do século XIX, as mulheres tornaram-se um segmento leitor por demais desejado, no universo dos empreendimentos comerciais, nacionalmente.

Em meados do século XIX, a leitura de cunho laicizante era considerada um bem cultural do qual não se podia prescindir para o progresso material e o moral. Nessa ambiência de leitura extensiva e simultaneamente laicizante, a mulher, como mãe, professora, escritora, jornalista, por exemplo, não seria a potencial educadora e formadora de cordialidades sociais e morais, conforme os parâmetros burgueses da época?

Em Caicó, conforme já anunciamos neste capítulo, a leitura de livros instruíra, educava e universalizava linguagens. Conforme as historiadoras Araújo e Medeiros (2008, p. 188-189), a *Biblioteca Club 20 de Janeiro* nasceu com “[...] a possibilidade de ampliar o acesso da comunidade escolar pública e dos cidadãos caicoenses ao mundo do impresso [...] promovendo, mais facilmente, o encontro do leitor com o livro [...]”. Há, pois, evidências de um expressivo número de empréstimos, mas sem a devida devolução. A respeito disso, um anúncio de seu diretor, nas páginas d’*O Povo*, não deixa dúvida:

Convida-se a todas as pessoas, que têm obras da Biblioteca para virem no prazo de quinze dias recolhê-las, sob pena de serem consideradas – filantes – e, debaixo deste título verem seus nomes estampados na imprensa. (BIBLIOTECA ‘CLUB 20 DE JANEIRO’, 1889, p. 194).

Face à civilização da palavra escrita e da cultura leitora, em Caicó e nas vizinhas povoações de Flores e de Currais Novos, moradores escolarizados não hesitaram em levar adiante a instrução primária para segmentos populares, como atitude de cidadania republicana.

Os cidadãos abaixo assinados convidam a todos os cidadãos desta localidade que não souberem ler e escrever, que estejam em condições de receber

instrução, para comparecerem em casa do cidadão João Toscano de Medeiros na sede desta Povoação, que aí encontrarão ensino grátis, luz etc., das 6 às 9 horas da noite até que o Governador do Estado se compenetre desta tão palpitante necessidade de uma aula noturna. Flores, 27 de janeiro de 1890. Silvino Garcia do Amaral – João Toscano de Medeiros Filho – João Toscano de Medeiros. (CONVITE, 1890, p. 192-193).

[...]

O cidadão abaixo assinado, residente na Povoação de Currais Novos, da comarca do Acari, considerando que o desenvolvimento moral e material de um povo livre tem por base a instrução, considerando que todo cidadão tem o dever sagrado de promover o melhoramento de seu País, conforme sua possibilidade e desejando entrar no número do mais humilde serventuário do nosso edifício social resolve abrir uma aula noturna na casa de sua residência todos os dias úteis, das 7 às 9 horas da noite, grátis aos pobres. (AULA NOTURNA, 1890, p. 191-192).

[...]

O capitão Antônio José de Oliveira acaba de abrir uma aula particular de instrução primária nesta cidade. As habilitações do capitão Oliveira fazem esperar um bom resultado para os seus alunos. (CONVITE, 1891, p. 193).

A julgar pelos anúncios do jornal *O Povo* que se destinavam à venda de livros, à devolução de empréstimos concedidos na Biblioteca *Club 20 de Janeiro* e à oferta de aulas gratuitas e particulares, se é levado a pensar nas sociabilidades inter-relacionadas com as habilidades de leitura, escrita e oralidade que iam, pouco a pouco, sendo entretecidas, seja pela literatura romanesca, seja pela escolarização formal e informal, seja pela distribuição gratuita de livros escolares e manuais de condutas. Ademais, a oferta de livros nos faz crer que a capitalização comercial desse ramo se apoiava em índices palpáveis da existência de um público de fiéis leitores. Os atos de leitura de textos – pela análise de Chartier (2001) – estariam substantivamente ligados às maneiras de ler individual ou coletivamente, mas sempre em conformidade com os moldes do tempo e das formas tipográficas. Especialmente na cidade de Caicó, há de se reconhecer a materialização da prática da leitura escolar, de maneira que tal prática cultural e o próprio aluno destinatário fossem devidamente conduzidos a uma possível homogeneidade.

Para Chartier (1990), portanto, abordar uma história da leitura é, contudo, atentar para a liberdade dos leitores para ler (silenciosamente, em voz alta, individual ou coletivamente) e, igualmente, para os condicionamentos, subliminarmente revestidos de contenção e, ainda, de incitação. Há de se convir que a leitura extensiva de livros de gêneros diversos era, acima de tudo, utilitária, laicizada, moralizadora, enfim (re)formadora. Era, pois, produtora de comportamentos ou condutas tidos por legítimos, de uma linguagem universal, de modo que impressos como romances de cavalaria, manuais de civilidade, ou mesmo livros

para destinos escolares “[...] pretendiam incorporar nos indivíduos os gestos necessários ou convenientes.” (CHARTIER, 1990, p. 135).

Todavia, os repertórios dos livros diferenciavam-se, as camadas sociais dos leitores destinatários distinguiam-se, as sociabilidades formadas com o apoio da publicidade e das fórmulas legais complexificavam-se e, por conseguinte, as preferências alteravam-se nos segmentos masculino e feminino. Os romances de cavalaria não parecem condizer muito mais com a sensibilidade masculina? Admitimos que, nos círculos masculinos, eles se tornaram bem mais socializados.

Dentre os *best-sellers* desse gênero frequentemente apreciados pelos brasileiros, destaca-se a *História do Imperador Carlos Magno e os doze pares de França* (de autoria desconhecida). Esse *best-seller*, como anotou Abreu (2003), teria sido um dos mais requisitados dentre os 800 enviados para o Rio de Janeiro no período de 1808 a 1826, ao lado de *As aventuras de Telêmaco* (de François de Salignac de la Mothe-Fénelon), *O feliz independente do mundo e da fortuna, ou arte de viver contente em quaisquer trabalhos da vida* (do Padre Theodoro de Almeida) e *Dom Quixote de La Mancha* (de Miguel de Cervantes).

A predileção do público (preferencialmente masculino) brasileiro, especialmente o caicoense, pelo enredo instrutivo e formativo do romance de cavalaria *História do Imperador Carlos Magno e os doze pares de França* leva-nos a imaginar duas possíveis explicações para isso. A primeira seria o fato de os moradores de Caicó serem, naquela época, em sua maioria, agricultores, fazendeiros, vaqueiros, artesãos e militares, profundamente católicos e enormemente cultuadores das histórias de célebres guerreiros, os quais homenagearam, de certo modo, batizando os filhos homens com os nomes de Dario, Epaminondas Thebano, Carlos Magno, Roldão. A segunda, de acordo com Medeiros Filho; Lamartine de Faria (2001) e Medeiros Filho (1981), seria o fato de os sertanejos de antanho lidarem cotidianamente com as coisas originárias da natureza, alinhadas com o pastorear do rebanho e o cavalgar destemidamente.

É provável que as leituras e releituras de *História do Imperador Carlos Magno e os doze pares de França*, dentre outras de célebres guerreiros, tenham contribuído para que algumas palavras e expressões do falar medieval, associadas ao falar culto, fossem transladadas para a linguagem corrente do caicoense. O historiador da cultura local Santa Rosa (1979) anotou algumas dessas palavras e expressões orais, a saber: *alpendrada*, *arreio*, *à rédea solta*, *besta-fera*, *dar fé*, *dar de esporas ao cavalo*, *de roldão*, *estrupeado de cavalo*,

*garbo, magote de gente, meter o bedelho, missa do galo, mouco, rápido como o pensamento, se Deus quiser, tenho por certo etc.*

Em Caicó, homens, mulheres e jovens que apenas ouviam a leitura de livros romanescos no gênero do romance-folhetim ou de obras volumosas do tipo da *História do Imperador Carlos Magno e os doze pares de França* conviviam lado a lado com os escolarizados e leitores. A convivência com a cultura letrada passava, em grande parte, pela oralidade; em parte, pela leitura do livro lido e escutado; e, em parte, pela leitura escolar, apesar da reduzida rede de escolas primárias públicas. (FIGUEIRÊDO; ARAÚJO, 2009).

A onipresença de livros variados, dos jornais com publicidade a respeito deles (por exemplo, o jornal *O Povo*) e dos romances-folhetins, ditados pelas exigências imperativas do tempo do livro impresso, dispersaram infinitamente a população leitora por redes de sociabilidades instrutivas e formativas e, em alguma medida, segmentaram a apropriação de bens culturais concernentes à aquisição da boa oralidade e da escrita correta, geralmente proporcionada pelo estatuto da escolarização formal e informal. O parecer de Jorge Araújo, sublinhado a partir dos dados oferecidos pelos inventários analisados, é tão elucidativo quanto a dimensão cultural e simbólica da leitura de textos impressos e, quiçá, da escuta bem atenta:

[...] o processo de leituras oitocentistas acentua e horizontaliza uma certa preferência de assuntos ou autores correntes desde o século anterior, embora em número bem maior e já evidenciando alguma variação de títulos ou matérias. [...] Muitos desses títulos, em quantidade nada desprezível e que enseja uma clara dimensão do interesse público em livros e temas de sua contemporaneidade. (ARAÚJO, 1999, p. 314-315).

Em matéria de livros escolares, adotaram-se aqueles explicitamente mais propagados. Leitura primordialmente para aquisição do abecedário e de palavras comuns; leitura para desenvolver a linguagem oral, a linguagem escrita e a língua nacional, em conformidade com as normas gramaticais; leitura, acima de tudo, para apropriação de condutas e hábitos corretos e sentimentos morais, pátrios e devocionais; leitura silenciosa (bem menos) e leitura em voz alta (bem mais) para entender o que se lê e desenvolver uma boa pronúncia. Assim, as práticas de leitura iam, progressivamente, complexificando-se. Não obstante, a escola, pouco a pouco, ia convergindo para o patamar da homogeneidade, como instituição educativa, ante a diversidade derivada da função familiar de ensinar e educar.

A história da leitura, especialmente relativa à cidade de Caicó, no decorrer do século XIX, entretecida por uma rede de sociabilidades formada a partir da leitura do livro escolar e do não escolar, do jornal impresso e de outros manuscritos lidos e também escutados,

inscreve-se numa sucessão de práticas culturais historicamente circunscritas, como a ampliação da escolarização primária para segmentos antes excluídos. De alguma forma, somos hoje herdeiros legítimos da extensão dessas sociabilidades formadoras, dentre muitas práticas culturais cristãs católicas, para as quais deslocaremos, no próximo capítulo, nossa observação analítica.

#### Na ordem do testamento e inventário do Padre Francisco de Brito Guerra

No século XIX, homens e mulheres pertencentes às elites socioeconômicas do município de Caicó e de lugares que dele faziam parte registraram seus testamentos em cartórios judiciais. Por sua vez, os autos de um inventário são um documento muitíssimo peculiar: neles sumariam-se todos os bens acumulados e as dívidas (caso existam) do falecido, para atribuição de valores, com fins de partilha entre herdeiros.

Em princípio, uma ponderação: muitas vezes, no conjunto de bens culturais descrito num inventário, supervalorizavam-se alguns, em detrimento de outros. Na pesquisa de Abreu (2003), geralmente o livro aparece avaliado como um bem de menor valor unitário, podendo até ser tachado de “sem serventia” pelos louvados (funcionários encarregados da avaliação dos bens deixados pelo falecido). Enquanto isso, livros novos a adquirir eram caros e era enormemente trabalhoso consegui-los. Apesar de todas as dificuldades, havia, no Brasil oitocentista, um crescente interesse pela leitura de livros diversos.

Conforme Chartier (2004, p. 183), “[...] a ausência de livros nos inventários nobiliários não significa necessariamente sua ausência real, longe disso.” Daí a necessária prudência em relação a esse fato, a julgar pelo inventário de Padre Francisco de Brito Guerra, fundador da Escola de Gramática Latina de Caicó, possuidor de uma excepcional cultura intelectual e em cujo inventário não constavam seus livros escolares nem os não escolares.

Foi em nome da Santíssima Trindade – do Padre, do Filho e do Espírito Santo – que o padre e então senador imperial pelo Rio Grande do Norte, temendo a morte, esteve na cidade de Recife (Pernambuco), no dia 20 de novembro de 1844, para proceder à escrituração de seu testamento, com o advogado José Antonio Pereira Ibiapina (posteriormente Padre Ibiapina).

O Padre Francisco de Brito Guerra, natural da Fazenda Jatobá (povoação de Campo Grande, hoje Augusto Severo-RN), a qual pertencia à capela da Senhora Sant’Ana, nasceu a

18 de abril de 1777, no seio de uma família numerosa e humilde. Seus pais, Manuel da Anunciação Lira e Ana Filgueira de Jesus, o iniciaram na escolarização das primeiras letras (ler, escrever e contar) pelos ensinamentos do Padre Luís Pimenta de Santana, na então Vila Nova da Princesa (hoje cidade de Açu). A continuidade de sua educação escolar deu-se em Pasmado (hoje Abreu e Lima), povoação da capitania de Pernambuco. Seu pai levou-o para morar na casa do Sr. Manoel Antônio, conhecido professor de Gramática Latina, que o iniciou no ensino das humanidades. Por volta dos 16 ou 17 anos de idade, Francisco de Brito Guerra regeu uma cadeira de Latim, a convite do seu tio-avô, o Padre Manoel Luis de França, vigário da então Vila Real de Monte-mór-o-Novo (hoje Baturité), no Ceará.

Apoiado numa sólida base de inventários de bens para referendar sua pesquisa, Jorge Araújo (1999) faz menção a de seu tio-avô o Padre Manoel Luis de França. Possuidor de uma cultura erudita e de uma razoável fortuna, ele incentivou a entrada do jovem Francisco de Brito Guerra no Seminário-Colégio de Nossa Senhora da Graça, de Olinda. Nos autos do inventário dos bens de Padre Manoel Luis de França (datado de 1797) consta uma biblioteca, formada basicamente de livros de conteúdo doutrinário e místico (breviários, báculo pastoral, crônicas de São Francisco, casos de consciência, desenganos místicos, *hymnodia Luzitana*, meditações de Manoel Bernardes, mística cidade de Deus, ofício de Maria Santíssima (em latim), regras da Ordem Terceira de São Francisco, trezenas de santo Antônio, tomos do Padre Calatayude, voz do pastor e livros de uso).

No ano de 1800, com 23 anos de idade, o jovem Francisco de Brito Guerra ingressou na primeira turma do Seminário-Colégio de Nossa Senhora da Graça de Olinda. Matriculado no curso de Retórica, foi contemporâneo de Joaquim do Amor Divino Caneca (Frei Caneca), principal líder revolucionário da “Confederação do Equador”.

No início do ano de 1802, ordenado no regime de presbítero secular do Hábito de São Pedro, celebrou sua primeira missa, a 2 de fevereiro, na capela da Senhora Sant’Ana da povoação de Campo Grande, na qual se batizara havia 25 anos. Também em 1802, foi empossado como pároco (o décimo nono) da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó (com sede em Caicó), assumindo no primeiro domingo do Advento. Dom José Adelino ([1961], p. 39) considera que o Padre Guerra iniciou “[...] um capítulo novo na história religiosa, cultural e política do Seridó.” Ele Logo começou a ultimar a construção da matriz, obra iniciada em 1748, sob o paróquiato do Padre Francisco Alves Maia.

Como pároco dessa freguesia, possivelmente no ano de 1803 – conforme investigações de Araújo (2009) –, o Padre Guerra abriu a Escola de Gramática Latina, sob a

inspiração do Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça de Olinda. Mediante concurso, tornou-se vigário colado (a 1º de novembro de 1810) da dita Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, substituindo o Padre Fabrício da Porciúcula Gameiro.

O Padre Francisco de Brito Guerra também cumpriu mandatos de Visitador Apostólico e Delegado do Crisma nas Províncias do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba (atribuição outorgada pelo bispo diocesano de Pernambuco, Dom João da Purificação Marques Perdigão), de membro da comissão eclesiástica em Pernambuco e, ainda, de deputado geral na Câmara Federal do Império (1831-1833 e 1834-1837), deputado provincial (1835), senador imperial pela Província do Rio Grande do Norte (1837-1845), e foi fundador da imprensa norte-rio-grandense (*O Natalense*, 1832-1837). Faleceu em 1845, no Rio de Janeiro, no exercício do mandato de senador imperial pelo Rio Grande do Norte.

Durante o mandato de deputado geral, o Padre Francisco de Brito Guerra apresentou um projeto criando, oficialmente, a Escola de Gramática Latina em Caicó (à época, Vila do Príncipe). A matéria veio a debate em julho de 1832, para ser aprovada e sancionada pela Regência, em nome do Imperador Dom Pedro II, a 7 de agosto de 1832. Quem primeiro assumiu a direção da Escola foi um parente do Padre Guerra, Joaquim Apolinar Pereira de Brito, aprovado em concurso público, com 20 anos e 9 meses, o qual foi empossado no dia 1º de agosto de 1836. Seus sucessores imediatos foram os professores Manuel Pinheiro Brasil e Manoel Augusto Bezerra de Araújo. Provavelmente em razão dos altos postos exercidos, o Padre Francisco de Brito Guerra conseguiu construir um sobrado, onde manteve a Escola de Gramática Latina, que perdurou por mais de 50 anos e em que, posteriormente, passou-se a ensinar também o francês.

No momento da escrituração de seu testamento (14 de novembro de 1844), o Padre Guerra, com a idade de 67 anos, tinha tremores nas mãos (possivelmente, sofria da doença de Parkinson, ou mal de Parkinson, doença descrita pela primeira vez em 1817, pelo médico inglês James Parkinson).

Assim como os demais testadores, o Padre Guerra (1844, 2002, p. 286) exteriorizava a atitude de encomendar sua alma a Deus, “[...] Arbítrio Supremo do meu destino na outra vida, e a minha Padroeira, a Senhora Santa Anna a quem imploro proteção, e por cuja intervenção espero alcançar a vida eterna.”

Espécie de carta de consciência, o testamento sublinha uma postura cristã de resignação diante da inconstância moral quanto a abstinência dos prazeres amorosos entre um homem e uma mulher, pois o padre fora amante de duas mulheres (Joanna Maria da Rocha e

Maria José), com as quais teve seis filhos. Por deslizes de seus deveres com o ministério apostólico da religião de Jesus Cristo, não guardou o juramento de castidade perpétua professado. Pecador e penitente, confessava, por palavras ditas e escritas:

[...] por fragilidade humana tive seis filhos; a saber: Manoel Daniel, de Joanna da Rocha, em tempo em que ela era solteira, o qual já faleceu, mas existe um filho dele do mesmo nome, havido na constância do matrimônio com Thereza, minha sobrinha; Izabel, Theodora, Alexandrina, Jacinto, e Francisco, filhos de Maria José, aos quais todos reconheço pelo presente Testamento por meus filhos, e os instituo, únicos e universais herdeiros de minha fazenda. (GUERRA, 1844, 2002, p. 286).

O vigário Francisco de Brito Guerra vivenciou muito bem os costumes de sua época. Como visto, tornou-se amante, amado e pai de seis filhos. Não estaria ele, assim, visando a sua perpetuação? Seu primeiro filho, Manoel Daniel Simões, tido com Joanna Maria da Rocha, nasceu em 23 de abril de 1805 e foi criado na própria casa do Padre Guerra, em Caicó, auxiliado pela mãe deste, dona Ana Filgueira de Jesus. (MEDEIROS FILHO, 2002). Quando rapaz, Manoel Daniel casou-se com a prima Thereza, sobrinha do Padre Guerra.

No primeiro mandato de deputado geral (1831-1833) do Padre Guerra, a Câmara Federal do Império aprovou a Lei de 7 de novembro de 1831, determinando que todos os escravos que entrassem no Brasil seriam livres e que os contrabandistas seriam severamente punidos. No entanto, ele já havia falecido à época da promulgação da chamada Lei Eusébio de Queirós (Lei nº 581 de 4 de setembro de 1850, apresentada pelo Ministro da Justiça Eusébio de Queirós Coutinho Matoso Câmara), proibindo o tráfico negreiro para o Brasil.

Sacerdote, educador e intelectual de mentalidade liberal, o Padre Guerra reverteu a terça parte de suas posses para a liberdade de seus escravos angolanos: José (50 anos), Joanna (50 anos) e Antonio (30 anos). A seu primeiro testamenteiro (o reverendo Manoel José Fernandes, que, presume-se, também teve filhos), o Padre Guerra delegou passar, conforme suas próprias palavras, as “[...] *Cartas de liberdade* para gozarem dela, como se de livre ventre nascidos fossem, em remuneração dos serviços bons, que me prestaram por todo o tempo que me serviram.” Já os crioulos sadios Gertrudes (12 anos), Lino (20 anos) e João (20 anos) ele transferiu aos herdeiros. E todo o restante de sua terça parte destinou, também conforme suas próprias palavras, “[...] aos pobres de minha Freguesia, recomendando aos meus Testamenteiros a mais religiosa observância nesta disposição.” (GUERRA, 1844, 2002, p. 287).

Na ordem de preferência de seus testamenteiros, o Padre Guerra nomeou o reverendo Manoel José Fernandes – o Visitador Fernandes, que o substituiu no exercício de Visitador

Apostólico e Delegado do Crisma nas Províncias do Rio Grande do Norte e, segundo a tradição oral, era pai, pelo menos, de uma menina, chamada Raquel Francisca das Chagas – e os reverendos Francisco Justino Pereira de Brito – que declarou herdeiros, diga-se, filhos – e José Modesto Pereira de Brito – que também deixou herdeiros. Todos eram seus sobrinhos e ex-alunos da Escola de Gramática Latina de Caicó. Os testamenteiros deveriam levar a bom termo o seguinte:

1. Falecendo [o Padre Guerra] na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó, cabia-lhes sepultá-lo na capela-mor, envolto com suas vestes sacerdotais, segundo as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia;
2. Falecendo na corte do Rio de Janeiro, deveriam sepultá-lo na Igreja da Senhora Sant’Ana, na catacumba que lhe destinarem;
3. Falecendo em outro lugar, cumprir-lhes-ia proceder à celebração de duas capelas de missas; mais duas pelas almas daqueles falecidos na Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó até o dia de sua morte, e mais uma capela de missa pelas almas em geral, com esmolas de seiscentos e quarenta réis. Como membro das Irmandades de Sant’Ana da Freguesia do Seridó, do Santíssimo Sacramento e das Almas, deveriam destinar uma esmola para todos os ofícios a que tinha direito;
4. No sétimo dia de seu falecimento, impreterivelmente, deveriam efetuar

Ofício Solene [...] e não podendo ser no Sétimo dia, terá ele lugar no primeiro dia desimpedido, no qual todos os sacerdotes que se acharem presentes dirão missa por minha alma, com a esmola de mil réis por cada Missa. (GUERRA, 1844, 2002, p. 286).

O Padre Francisco de Brito Guerra faleceu no dia 26 de fevereiro de 1845, no Rio de Janeiro, vítima de congestão cerebral, na casa do comendador Joaquim Inácio da Costa Miranda. Na residência deste, o corpo do Padre Guerra foi solenemente encomendado pelo vigário Fernando Pinto de Almeida, auxiliado por oito sacerdotes e um sacristão. Na Igreja da Freguesia da Senhora Sant’Ana (Rio de Janeiro), após a celebração da missa de corpo presente, o padre foi sepultado, envolto em vestes sacerdotais. (ASSENTO DE ÓBITO, 1845).

Segundo seus biógrafos José Melquíades (1987) e Dom Adelino Dantas ([1961], os despojos do Padre Guerra foram trasladados da Igreja de Senhora Sant’Ana, na capital do Império, para a Matriz da Senhora Sant’Ana de Caicó, tendo à frente o cônego sisitador Manoel José Fernandes, seu sobrinho, discípulo predileto e substituto, e as exéquias solenes (a 3 de agosto de 1847) foram oficiadas, em Caicó, por dezesseis sacerdotes, muitos dos quais

eram seus ex-alunos e sobrinhos, como os padres Francisco Justino Pereira de Brito e José Modesto Pereira de Brito.

É, obviamente, relevante observar as rubricas pelas quais se distribuía o patrimônio do Padre Guerra (calculado pelos louvados em 10.745\$060). Nos autos do inventário, seus bens arrolados eram: dinheiro (638\$000), prata (468\$820), cobre (18\$000), ferro (31\$080), móveis (544\$160), gado (702\$000), cavalariço (208\$000), escravos (1.750\$000) e bens de raiz (6.385\$000, envolvendo um sobrado com cinco varandas, onde mantinha a Escola de Gramática Latina; uma casa contígua ao sobrado; uma casa contígua à dos párocos; um sítio de nome Pedra Branca, com casa, açude e roçado; um sítio de nome Mundo Novo, com casas, casa de farinha, currais, roçados, fruteiras; seis partes de terras no Itans, na Barra Nova, em Santa Rita, na Serra da Forquilha e na data do Rio Seridó).

O gosto pelo bem-estar, pela comodidade funcional e a vaidade podem ser flagrados nos móveis e nos objetos úteis ou decorativos constantes nos autos do inventário do Padre Guerra. Estes sugerem uma rede de convergências e afinidades com as elites, em torno de mudanças culturais apropriadas, entre outros meios, por intermédio da leitura, por exemplo. Nessa rede de convergências e afinidades, que unia sensibilidade interior (hábitos de certos grupos sociais) e vida cultural exterior (demandas urbanas inovadoras e mudanças comportamentais), alguns dos móveis e dos objetos úteis ou decorativos aparecem assim descritos nos autos do inventário: móvel de jacarandá; mesa grande de jantar; cadeiras de encosto cobertas de sola; cômoda grande com três gavetas; aparelho de chá; peças de louça preta; castiçais de ramalhetes; cálices; cama, colchão e travesseiro de marroquim; espelho grande; frisqueira; colheres de sopa e de chá de prata; garfos e facas de prata; estribos e esporas de prata; xales de seda e lã; e imagens de Jesus Cristo crucificado.

Esses bens arrolados, por si, são uma boa amostra do patrimônio material e cultural de certas elites norte-rio-grandenses da época. Com a morte do proprietário, os bens deixados dividiam-se em partes iguais, ou mesmo desiguais, entre herdeiros. O Padre Guerra repartiu ou compartilhou seu valioso patrimônio com seus sobrinhos padres, com ônus e bônus. Reza seu testamento:

Deixo a meu Sobrinho o Reverendo Manoel José Fernandes Manoel, a casa térrea contigua ao meu Sobrado, com o ônus de dizer ele por minha alma tantas missas quantas lhe recomendei. Deixo aos meus Sobrinhos o Reverendo Francisco Justino Pereira de Brito, e o Reverendo José Modesto Pereira de Brito o meu sobrado, no qual já lhes fiz Patrimônio para se ordenarem de Sacerdote. (GUERRA, 1844, 2002, p. 287).

As dívidas passivas declaradas pelo testamenteiro (possivelmente o visitador Fernandes) estavam, uma a uma, sumariadas, com os respectivos valores.

1. Irmandade de Sant'Ana da Freguesia do Seridó (dez mil réis)	10\$000
2. Irmandade do Santíssimo Sacramento (seis mil réis)	6\$000
3. Irmandade das Almas (mil e quarenta réis)	1\$400
4. Ofícios e missas de corpo presente (cento e trinta mil réis)	130\$000
5. Esmola a três órfãos da Freguesia para casamento (trezentos mil réis)	300\$000
6. Missas em cinco capelas (cento e sessenta mil réis)	160\$000
7. Uso paroquial da Matriz da Senhora Sant'Ana (dez mil réis)	10\$000
Total (seiscentos e setenta mil e quatrocentos réis)	670\$400

Igualmente comum entre as elites locais era a atitude de modéstia, ou melhor, de humildade em relação a si mesmo, no momento de ler e de assinar seu testamento. A escrita do testamento do Padre Guerra ilustra bem essa atitude:

E por não poder escrever por me tremer a mão pedi ao Advogado José Antonio Pereira Ibiapina este por mim escrevesse, no qual me assino depois de o haver ditado, e lido, e o achar conforme ao que ditei. Recife de Pernambuco, vinte de novembro de mil e oitocentos quarenta e quatro. Francisco de Brito Guerra. (GUERRA, 1844, 2002, p. 287).

No inventário de bens acumulados pelo Padre Guerra, como dissemos anteriormente, não há nenhuma referência a seus livros acadêmicos nem aos não acadêmicos. É bem provável que tenha sido por perceber essa estranha ausência que o historiador e escritor norte-rio-grandense Jaime Santa Rosa (1976) decidiu publicar uma lista dos livros-compêndios estudados por seu pai, o fazendeiro Cipriano Bezerra Galvão Santa Rosa, na Escola de Gramática Latina de Caicó, por volta de 1870, época em que a Escola estava sob a direção e a docência do professor Manoel Pinheiro Brasil. Presume Araújo (2009) que esses livros-compêndios tenham sido indicados principalmente pelo próprio Padre Guerra, quando esteve à frente da instituição, entre 1803 e 1831. Essa suposição é corroborada pelo próprio Santa Rosa:

Alguns destes livros pertenciam antes a outros estudantes, o que se compreende, pois na primeira metade do século XIX um volume custava em torno de 3\$000 (três mil réis), quase o preço de um boi. A seguir vão os nomes de alguns possuidores, escritos no próprio livro: Manoel Tertulliano

de Figueiredo; Francisco Jorge de Souza, em 1835; Manoel de Souza Monteiro; Idalino S. Rafael; Thomaz Epaminondas Pereira de Araújo; Cícero Antonio Pereira de Araújo e seus irmãos; Horácio Antonio Eduardo de Araújo e Cipriano Bezerra Galvão Santa Rosa. (SANTA ROSA, 1979, p. 123-124).

Do mesmo modo, fosse o aluno residente em Caicó, fosse de fora, fosse um daqueles que se hospedavam gratuitamente no sobrado do mestre Padre Guerra (local da Escola), para todos era invocada a autoridade dos autores clássicos latinos, conforme títulos transcritos abaixo, em latim ou em português.

*Marco Túlio Cícero (106-43 a.C.)*

Marco Tullii Ciceronis. *Orationes selectae ad usum scholarum lusitanarum*. Lisboa: Typographia Regia, 1827. 424p.

Marco Túlio Cícero. *Orações selecionadas para uso das escolas lusitanas*. Lisboa: Typographia Regia, 1827. 424p.

*Públio Virgílio de Marão (70-19 a.C.)*

Publio Virgilli Maronis. *Opera — Bucólica, Georgica, Appendix*. Pararisis: J. P. Aillaud, Guillard et Sem, 1871. 447 p. (Tomus primus).

Publio Virgilio de Marão. *Obras — Bucólicas, Geórgicas, Apêndice*. Paris: J. P. Aillaud, Guillard e Sem, 1871. 447 p. (Tomo I).

Publio Virgilli Maronis. *Opera — Aeneidos*. Pararisis: J. P. Aillaud, Guillard et Sem, 1871. 467 p. (Tomus secundus).

Publio Virgilio de Marão. *Obras — Eneida*. Paris: J. P. Aillaud, Guillard e Sem, 1871. 467 p. (Tomo II).

Publio Virgilli Maronis. *Opera — Aeneidos*. Pararisis: J. P. Aillaud, Monlon et Cos, Brasiliensis Imperatoris, Lusitanique Regis Bibliopolas, 1860. 404 p. (Tomus tertius).

Publio Virgilio de Marão. *Obras — Eneida*. Paris: J. P. Aillaud, Guillard e Cós; Bibioteca do Imperador do Brasil e do Rei de Portugal, 1860. 404 p. (Tomo III).

*Quinctus Horatius Flaccus (65-8 a.C.)*

Quinctus Horatius Flaccus. *Carmina expurgata* — Ode, Ars Poetica. Pararisis: J. P. Aillaud, Guillard et Sem, 1869. 363 p. (Tomus primus).

Quinctus Horatius Flaccus. *Carmina expurgata* — Ode, Arte Poética. Pararisis: J. P. Aillaud, Guillard et Sem, 1869. 363 p. (Tomo I).

Quinctus Horatius Flaccus. *Carmina expurgata* — Satyra Epistola. Pararisis: J. P. Aillaud, Guillard et Sem, 1869. 364 p. (Tomus secundus).

Quineto Horacio Flacco. *Poemas expurgados* — Carta Satyra. Pararisis: J. P. Aillaud, Guillard et Sem, 1869. 364 p. (Tomo II).

*Tito Lívio Patavium (59 a.C.-17 d.C.)*

Tito Livii Patavini. *Historiarum ab urbe condita*. Olyssipone: Typographia Nationali, 1854. 478p.

Tito Lívio de Pádua. *História da fundação de Roma*. Lisboa: Tipografia Nacional, 1854. 478p.

*Fedro Augusto Liberto (15 a.C.-50 d.C.)*

Phaedri Avhvsti Liberti. *Fabulae Aesopiae*. Olyssipone: Typographia Rollandiana, 1819. 260p.

Fedro Augusto Liberto. *Fábulas de Esopo*. Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1819. 260 p.

Phaedri Avhvsti Liberti. *Fabularum* (cum fabellis novis, accedit appendix de Diis et Heroibus Poeticis). 9. ed. Paris: J. P. Aillaud, Guillard; Monlon e Ca; Livreiros de Sua Majestade Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1856. 205 p. (*Libri quinque* e publicado com várias notas em português).

Phaedri Avhvsti Liberti. *Fábulas de Fedro*. (com fábulas novas e um apêndice sobre os deuses e heróis da poesia). 9. ed. Paris: J. P. Aillaud, Guillard; Monlon e Ca; Livreiros de Sua Majestade Imperador do Brasil e El-Rei de Portugal, 1856. 205 p. (5 livros publicados com várias notas em português).

*Martini di Sulpicii Severi (c.360-c.420)*

Martini di Sulpicii Severi. *Sacrae historiae*. Pernambuco: Extipsis Vulgo de Santos & Cia., 1840. 382 p. (Pars prima).

Martini di Sulpício Severo. *Modelos selecionados da língua latina*. Pernambuco: Typographia Vulgo de Santos & Cia, 1840. 382 p. (Primeira parte).

*Pierre Chompré (1698-1760)*

Pierre Chompré. *Selecta latina: sermonis exemplaria*. Nyon: Editio Novissima/Lutetiae. Parisiorum, 1779. (6 tomos).

Pierre Chompré. *Modelos selecionados de língua latina*. Nyon: Editora Novíssima/Lutetiae: Paris, 1779. (7 volumes).

No século XIX, a criança-aluna era iniciada na escolarização primária através da mãe, do irmão ou da irmã mais velhos, de um professor particular, de um mestre-escola ou, ainda, de um professor público. Com aproximadamente 15 ou 16 anos de idade, o jovem estudante (filho das elites dirigentes, principalmente) ingressava no curso de Humanidades (Latim, Filosofia, Retórica), para isso chegando até a morar na residência do próprio professor ou, interno, num seminário. A iniciação na escolarização primária e no curso de Humanidades era quase uma obrigação para a renovação das elites dirigentes.

Na história das reformas educacionais – considerando-se a reforma dos Estudos Menores pelo Alvará de 28 de junho de 1759 –, aquelas decretadas pelo Ministro de Dom José I (1750-1777) Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal, proporcionaram a abertura de escolas públicas e particulares para cursos de humanidades de Filosofia, Gramática Latina, Retórica. Com elas, indiscutivelmente as leituras escolares aumentaram e se complexificaram. Conforme o trabalho da historiadora Abreu (2003), no período de 1769 a 1807, dentre as obras mais adquiridas pelos livreiros do Brasil, seja em Portugal seja a partir de outros países europeus, sobressaíam: *Selecta Latina*, de Pierre Chompré; Fábulas de Fedro; Fábulas de François de Salignac de la Mothe-Fénelon; e as edições abreviadas dos clássicos da Antiguidade, como Marco Túlio Cícero, Quínto Horácio Flaco, Luís Vaz de Camões, Publius Ovidius Naso, Caio Plinius Caecilius Secundus, Publio Virgílio de Marão, Martini di Sulpicii Severi e Tito Lívio Patavium.

Com a transferência da família real para o Brasil, a abertura dos portos e a chegada de negociantes estrangeiros, o comércio de livros escolares cresceu mais e mais, malgrado a fiscalização de rígidos censores. Em relação ao período de 1808 a 1826, Abreu identificou inúmeras versões de livros preferidos para uso da juventude estudiosa (*ad usum studiosae juventutis*) e para uso escolar (*ad usum scholarum*), destacando-se: *Selecta Latina*; de Pierre

Chompré (55 livros); Fábulas de Fedro Augusto Liberto (34); Fábulas de Jean de La Fontaine (28); Orações selecionadas, de Marco Túlio Cícero (24); Arte poética, de Quineto Horácio Flacco (30); Ovídio (26); e obras de Públio Virgílio de Marão (9).

Constatando as leituras correntes de livros escolares do século XVI ao século XIX, muitos deles adaptados, resumidos e explicados, Jorge Araújo (1999) destaca aqueles que estiveram em mãos de brasileiros *ad usum scholarum*.

Virgílio, Cícero, Horácio, Ovídio e Sêneca seriam, então, pais (embora adulterados de sua versão original) de nossa aventura literária. Teriam chegado a fins do século XVI e, seguramente, no Seiscentos e Setecentos decididamente [sido] incorporados em nossa tradição leitora, uma vez integrados às estruturas curriculares obrigatórias do ensino jesuítico e, em seguida, do experimento pombalino. (ARAÚJO, 1999, p. 35).

Pelo fato de a “Escola do Padre Guerra” desfrutar de enorme prestígio, “De longes terras vinham rapazes em procura do padre, que ensinava gratuitamente e hospedava os alunos pobres.” Muitos dos estudantes da Escola do Padre Guerra, que, “[...] mais tarde, influíram na vida pública do Ceará, Paraíba e Pernambuco, aprenderam latim em Caicó.” (MELQUÍADES, 1987, p. 46). Seus alunos, destinados ao ministério clerical e às profissões liberais, leram e releeram aqueles *best-sellers* clássicos.

Ali, na gleba sertaneja, no coração da serra ou na planura do vale, foram muitos que chegaram a ele para serem instruídos. Coube-lhe a honra e o mérito de iniciar os filhos dos fazendeiros nos conhecimentos clássicos, inculcando-lhes o gosto pela leitura das traduções, no ritmo sonoro do idioma de Virgílio. (MELQUÍADES, 1987, p. 45-46).

Escrever o próprio testamento é uma atitude tão encorajadora como a iniciativa de empreender a escrita de uma história resumida de si mesmo, em que se encadeiam e se enfeixam indícios de apropriações culturais, num primeiro plano. A história resumida do Padre Francisco de Brito Guerra é, acima de tudo, sensível à história da leitura feita, ouvida e murmurada que se articulava com as práticas culturais compartilhadas de sua época. E, outrossim, sensível ao padrão da educação escolar, predominantemente, das elites sociais.

Capítulo três

---

*Essas sagradas leituras de ensinamentos ditos corretos e aceitáveis*

# IMITAÇÃO DE CHRISTO

TRADUÇÃO DO TEXTO LATINO  
PELO PRESBYTERO

J.-I. ROQUETTE

NOVA EDIÇÃO  
CORRECTA E SEGUIDA DE UM  
APPENDICE DE ORAÇÕES.



TURNHOUT (BELGICA).  
**Estabelecimentos BREPOLS**  
FUNDADOS EM 1797.  
Livraria Catholica Internacional.

Figura 03 | Folha de rosto da *Imitação de Cristo*, de Tomás de Kempis  
Fonte | *Seridó* – séc. XIX (fazendas & livros)

# ADOREMUS!



MANUAL  
DE  
ORAÇÕES E EXERCÍCIOS PIEDOSOS  
PRINCIPALMENTE PARA USO  
DA JUVENTUDE CHRISTÃ

POR  
FREI EDUARDO HERBERHOLD  
MISSIONARIO FRANCISCANO

COM APPROVAÇÃO ECCLESIASTICA E DOS SUPERIORES  
DA ORDEM.

VI. EDIÇÃO CORRIGIDA.



RATISBONA  
TYPOGRAPHIA DE FREDERICO PUSTET,  
IMPRESSOR DA S. SÉ.

1909.

Figura 04 | Folha de rosto do *Adoremus*, de Frei Eduardo Herberhold  
Fonte | *Seridó* – séc. XIX (fazendas & livros)

HISTORIA SAGRADA

DO

ANTIGO E NOVO TESTAMENTO,

ENRIQUECIDA

COM NOTAS E REFLEXÕES MORAES,  
PARA INSTRUÇÃO E SANCTIFICAÇÃO DOS FIEIS;

Pelo presbytero **J. K. ROQUETTE,**

Cavalheiro da Imperial Ordem da Rosa,  
e Socio correspondente da Academia Real das Sciencias de Lisboa.

—  
TOMO I.  
—

00120

PARIZ,

EM CASA DE J.-P. AILLAUD,  
QUAI VOLTAIRE, Nº 13.

—  
1850

Figura 05 | Folha de rosto da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, de Frei Bruno Heuser  
Fonte | *Seridó* – séc. XIX (fazendas & livros)

## **Essas sagradas leituras de ensinamentos ditos corretos e aceitáveis**

Seguidamente, o único indício do uso do livro, é o próprio livro. Daí os severos limites impostos a toda a história da leitura. Daí também sua imperiosa sedução. (CHARTIER, 2001).

Nos séculos XVIII e XIX, no mundo ocidental, com suas perceptíveis diferenças entre centros culturais e lugares coloniais, entre cidades, vilas, povoações e aldeias – mais ainda, com um resistente sistema de comunicação oral, devido à limitada expansão da alfabetização –, a palavra dita era, muitas vezes, retomada pela palavra escrita, difundida ainda mais longe, em versões impressas em livros, opúsculos, literatura de cordel e crônicas.

É claro que o desenvolvimento demográfico, urbano, comercial e de trocas culturais encorajava e exigia, cada vez mais, a civilização da palavra escrita, da leitura intensiva e, sobretudo, da extensiva, bem como da tecnologia impressa. Certa ânsia pela aprendizagem da palavra leitora manuscrita ou impressa também atingia as camadas sociais populares, afeitas aos contos de cordel e de fadas, aos romances de cavalaria, às vidas de santos e santas, aos livros de horas e de orações para serem oralmente repetidas diariamente.

Porém, antes de tudo, Portugal, como uma nação profundamente católica, favorecia a propaganda de uma literatura laica e, muito mais, a difusão de obras católicas sobre os fundamentos teológicos cristãos. Os livros impressos até 1500, em sua grande maioria, eram de natureza religiosa e, com a passagem do século, especialmente nas primeiras décadas dos quinhentos, essa estimativa foi intensamente ampliada, de modo que os livros de temática religiosa passaram a circular a um preço mais acessível que o daqueles antes copiados à mão pelos escribas ou por pessoas comuns.

O livro, sem dúvida, consubstanciou-se a partir da modernidade portuguesa das reformas políticas, econômicas, sociais e educacionais, implementadas sob a égide de Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, nomeado primeiro ministro por Dom José I (1750-1777), e que esteve à frente da expulsão dos jesuítas do território português e promoveu a reforma dos Estudos Menores (Alvará de 28 de junho de 1759) e dos Estudos Maiores (Lei de 6 de novembro de 1772).

Conforme registros de Maxwuell (1996), na época das chamadas reformas pombalinas a população da colônia brasileira, excluída a indígena, havia chegado a mais ou menos 1,5 milhões de habitantes. Na passagem do século XVII para o XVIII, e deste para o

XIX, a economia de Portugal provinha da abundância das matérias-primas, em sua maioria, extraídas do Brasil-colônia (açúcar, algodão, cacau, couros, madeiras, pau-brasil, ouro, prata, tabaco), que eram importadas principalmente para a Inglaterra.

Ora, Portugal e seus domínios coloniais eram excessivamente dependentes da Inglaterra, potência econômica que então dominava a economia lusitana e proprietária de uma poderosa marinha mercante, dotada de uma elevada frota marítima. Especialmente as frotas marítimas que aportavam no Brasil-colônia, com seus carregamentos de produtos manufaturados ingleses (tecidos, vinhos, espelhos, leques, louças, chapéus, luvas), também transportavam caixotes de livros vindos de Portugal ou via essa nação, em sua maioria de títulos religiosos, educacionais, romanescos, medicinais.

Como bem remarcou Abreu (2003), entre meados do século XVIII e início do XIX a entrada, o trânsito e a circulação de livros na colônia brasileira estavam regulados por organismos censores do governo lusitano (Real Mesa Censória, substituída pela Real Mesa da Comissão Geral para o Exame e a Censura de Livros e, posteriormente, a Secretaria da Censura do Desembargo do Paço de Lisboa e a Mesa do Desembargo do Paço do Rio de Janeiro). Todavia, parece que esses organismos censores muito pouco inibiam o extraordinário movimento de livros em direção ao Brasil, deveras muito mais intenso do que entre as cidades portuguesas e significativamente superior ao registrado em relação às outras colônias portuguesas. Pela exposição de Abreu e pela documentação do período por ela analisada,

Entre 1769 e 1826, registram-se em torno de 700 pedidos de autorização para envio de livros para o Rio de Janeiro, outros 700 para Bahia, 350 para o Maranhão, 200 para o Pará e mais 700 para Pernambuco. Em 50 e poucos anos, por mais de 2.600 vezes, pessoas manifestaram interesse em remeter livros para o Brasil – número que se torna mais impressionante quando se considera que cada um dos pedidos requer autorização para o envio de dezenas e, às vezes, centenas de obras. No total, mencionam-se 18.903 obras nos pedidos de licença, contendo sobretudo textos religiosos e profissionais. (ABREU, 2003, p. 27).

Com a transferência da família real para o Brasil, a abertura dos portos e a liberação da entrada de estrangeiros, remessas de livros, agora em quantidades menores, também foram autorizadas para destinos como São Paulo, Minas Gerais, Piauí, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

Como antes sublinhado, em Portugal e em seus domínios a história da leitura, no século XVIII e até a década de 20 do século XIX, está, em parte, diretamente ligada a uma

tradição católica como também à circulação do livro impresso, à limitada extensão da escolarização, ao poder aquisitivo da população e, não menos, ao regime de censura. Na medida em que o livro impresso se expandia como objeto cultural instrutivo, de lições gerais e de apropriação de práticas sociais e religiosas proíficas, ganhava força formativa nos ambientes citadinos e rurais.

No decorrer do século XIX, a Igreja católica passou a perceber, cada vez mais, que os postulados religiosos passaram a ser bem mais absorvidos com a distribuição autorizada da palavra leitora do credo católico. Assim, ofertava aos fiéis ensinamentos pedagógicos envoltos por mensagens moralizantes, cultuações instrutivas – como a escolarização, as regras de bons costumes ou de civilidade, as condutas respeitáveis, a decifração de si mesmo perante as “leis” de Deus e, fundamentalmente, das “leis” de Deus perante si mesmo.

Como bem advertem Guglielmo Cavallo e Roger Chartier (1998, p. 35), “Os catecismos, os salmos, as histórias bíblicas (que são reescrituras do próprio texto bíblico) constituem em material privilegiado – de resto muito semelhante em ambas as partes da fronteira confessional – dessa mediação de leitura.” Presumem, todavia, Cavallo e Chartier (1998, p. 34) que, através dos tempos modernos, a leitura de livros litúrgicos convencionou um acervo cultural familiar, antes de tudo destinado a “[...] alimentar a existência cristã do fiel, levando para além do livro pelo próprio livro, conduzido, dos textos decifrados, comentados, meditados, para a experiência singular e imediata do sagrado [...] e ainda não sagrado.”

No tocante aos livros religiosos, há que se perguntar: quais seriam os preferidos pelos leitores brasileiros? Antes, é preciso ressaltar que uma parte desses livros que aqui chegaram era comprada nas tipografias portuguesas – dentre elas, a Impressão Régia de Lisboa, fundada em 1768, sob o governo do rei D. José I e de seu primeiro ministro, o Marquês de Pombal. Dentre os livros impressos por essa tipografia, muito possivelmente estariam inclusas a *Imitação de Cristo* e a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, obras religiosas analisadas neste capítulo.

Desde o século XVII até o XIX, as remessas de livros que chegavam ao Brasil denotam que aqui os homens e as mulheres leitores detinham-se em uma literatura de cunho religioso, seja livros devocionários e de orações em geral, seja catecismos, manuais de missa, opúsculos de ladainhas.

A leitura interpretativa da documentação, incluindo inventários criteriosamente analisados por Araújo (1999) e Abreu (2003), assegura que, desde as primeiras remessas para

os suplicantes brasileiros, encontravam-se duas constelações de obras religiosas. No período de 1769 a 1826, os livros de estrato religioso têm títulos gerais e muito pouco conhecidos, como *Meditações sobre as sepulturas*, *Lettres sur la religion essentielle*, *A aparição de Cristo*, *Le Génie du christianisme*, *Bible expliquie*, *Les contes de feés*, *Concílio tridentino* e *A verdade da religião*.

Por outro lado, as remessas mais comuns ou mais conhecidas dessa constelação são de títulos como *Imitação de Cristo*, *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, *Bíblia Sagrada*, *História de Jesus Cristo*, *Catecismo de Montpelleir*, *Livro dos salmos*, *Devoções de Santa Bárbara*, *Novena de São João Batista*, *Ofício da semana santa*, *Mubris eclesiástico*, *Vida de Santa Genoveva* e *Louvores de Maria*. Antes de tudo, tais títulos podem ser incluídos na qualificação de leituras intensivas: eram, pois, lidos, relidos, ouvidos, murmurados e meditados.

A investigação das fontes documentais e bibliográficas permite entender, na longa duração, a religiosidade do caicoense em geral, uma vez que, nos primeiros decênios do século XVIII, os poucos habitantes do Arraial do Queiquó (criado em 1700) começaram a experimentar relativas atividades culturais no universo de suas vivências sociorreligiosas.

No dia 7 de julho de 1735, às 7 horas da manhã, quando o Arraial do Queiquó foi elevado a Povoação do Caicó, foi celebrada uma missa solene na Praça da Capela e da Casa de Suplicação (o mais alto tribunal do reino). A capela, levantada por aqueles primeiros posseiros, depois proprietários de terras, invocava a Gloriosa Senhora Sant'Ana. Tendo sido erguida, por volta de 1695, em lugar acidentado e de acesso penoso às pessoas idosas, tornou-se logo conveniente edificar um templo em lugar de fácil acesso, precisamente onde é hoje a catedral da Senhora de Sant'Ana. (MEDEIROS FILHO, 1984).

Proferindo a instalação da Povoação do Caicó, sob o ritual de celebração de uma missa na Praça da Capela, o Reverendo Messias José Pereira, ao final dessa celebração, abençoou a imagem de Sant'Ana, ofertada por Luiz da Fonte Rangel, “ [...] depois de cujo ato o povo beijou reverentemente o símbolo de nossa fé, ofertando donativos tão próprios de solenidades tais.” (ATA DE INSTALAÇÃO DA POVOAÇÃO DO CAICÓ, 1735, 1984, p. 149).

A festiva inauguração de um povoado colonial já acarretaria, de imediato, a nomeação de uma padroeira ou um padroeiro, símbolo de exaltação da fé comunitária, que, ao mesmo tempo, expressava a onipresença da religiosidade portuguesa. Para essa nova comunidade de fiéis, a transmissão ardorosa da fé católica – a uns mais e a outros menos – apoiava-se na palavra oralizada e, exemplarmente, na palavra escrita de obras religiosas.

Assim sendo, desde os primeiros moradores posseiros, esse lugarejo elevou-se pela materialidade da escrita (segundo a solicitação de data de terras ou sesmarias) e pela materialidade da oralidade, da leitura e da escrita (como o exemplo das palavras indicadas nas Ordenações Filipinas e proferidas pelo coronel de cavalaria Manuel de Souza Forte na ocasião da instalação da Povoação do Caicó), ou mesmo da própria Ata de instalação dessa Povoação, escrita pelo secretário João Leite de Mendonça.

Esse lugarejo português situado na Ribeira do Seridó (assim era chamada aquela faixa de terra) em formação, ou essa nova comunidade de fiéis católicos, seria, em sua nascente urbana, constituída, conforme a Ata de Instalação da Povoação do Caicó, por criadores de gado, agrimensores, militares do Regimento de Cavalaria das Ordenanças do Seridó, vaqueiros, oleiros, mestres de animais, artesãos e professores públicos. Enfim, homens, mulheres e crianças, cumprindo suas obrigações de sobrevivência por meio dos ofícios seculares e dos religiosos.

Por seu turno, o ser humano é sujeito a sua própria construção identitária, ou seja, à natureza, à religião, à cultura material e à reprodução cultural. Sob tal consideração, aqueles primeiros moradores da Ribeira do Seridó compartilharam mais ou menos um entendimento comum de vida em sociedade, sob os marcos dos textos bíblicos, da literatura teológica cristã e do próprio e acidentado percurso da história no Ocidente ao longo de pelo menos treze séculos. (PAIVA, 2004).

O fato é que, com a Povoação do Caicó, o bispo da cidade pernambucana de Olinda (cidade sob cuja jurisdição religiosa a Capitania do Rio Grande estava), Dom Frei Luis de Santa Tereza, ordenou que o Visitador Geral dos Sertões do Norte, Padre Manoel Machado Freire, formalizasse a criação da Freguesia do Seridó, sob a invocação da Senhora Sant'Ana, desligada da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso do Piancó (Paraíba).

Em virtude dessa autorização, o Visitador dos Sertões do Norte escriturou e expediu o Decreto de criação da Freguesia da Gloriosa Sant'Ana do Seridó (depois Caicó) a 15 de abril de 1748, somente instalada a 26 de julho de 1748, pelo Padre Francisco Alves Maia, cura da freguesia recém-criada, que assim assentou no Livro de Tombo da Paróquia o termo de designação da ereção do templo da matriz:

Aos vinte e seis dias do mês de julho do ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo, de mil setecentos e quarenta e oito, em dia da Senhora Sant'Ana, padroeira desta freguesia, eu, o Padre Francisco Alves Maia, Cura desta mesma Freguesia, vim a este lugar do Caicó, onde todos os fregueses desta dita Freguesia, ou a maior parte deles de melhor nota, assentaram por voto unânime que fosse fundada e ereta sua Matriz com a invocação de

Senhora Sant'Ana, por ser este o lugar mais cômodo e para onde podia concorrer o povo com conveniência comum para todos; e ali no dito lugar, acompanhado de grande parte do povo e com consentimento do Tenente José Gomes Pereira, levantei uma cruz no mesmo lugar e terreno, onde os fregueses hão de fundar a Matriz, para cuja fundação deu o dito Tenente José Gomes Pereira e sua mulher Dona Ana Maria da Assunção, a terra que fosse necessária e conveniente para se levantar a dita Matriz [...]. (TERMO DE DESIGNAÇÃO..., 1748, 1928, fl. 2).

Até como anseio de unidade lingüística, a oralidade, a escrita, a leitura ou o ato de ler contemplariam o intento de identificação dos leitores com a cultura portuguesa, e, não menos, com os ensinamentos religiosos do devocionismo piedoso, expresso no culto às santas e aos santos, às relíquias, às confrarias, às doações pias, e até ao *modus vivendi* revestido de práticas religiosas do dia a dia e, mais ainda, dos dias santificados consagrados pelo calendário litúrgico, como o período

[...] do Advento, Quaresma, Pentecostes e Rogações, nas festas das invocações de Cristo e Maria, nos novenários e oitavários das solenidades de Santos, nos tríduos das Almas, [...] e nas inúmeras ações de graças por acontecimentos de natureza muito variada [...]. (HEUSER, 1984, p. 23).

Um trabalho de tese destinado a refletir acerca da história da leitura em Caicó, pertencente à circunscrição da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, deve chamar a atenção para as apropriações concernentes aos ensinamentos do credo católico e de atitudes devocionais, que dependiam, sobremaneira, da própria oralidade, da leitura, da escrita e do livro impresso. O ato de ouvir atentamente (homilias, pregações, orações) convidava à atitude do ler e, assim, despertava um dado interesse pela palavra escrita, estabelecendo uma nova relação dos fiéis leitores com a cultura do escrito.

Como referido no primeiro capítulo, os historiadores da cultura seridoense Medeiros Filho e Faria (2001) classificaram os livros dos caicoenses e seridoenses em três categorias: os de gaveta, os de prateleira e os de oratório. Neste capítulo, analisaremos as obras católicas *Imitação de Cristo*, *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* e *Adoremus*, que se incluem entre os livros de oratório, ao lado da *Bíblia Sagrada*, de catecismos, livros de horas, breviários, vidas de santas e de santos.

Não obstante, é possível supor que alguns dos livros religiosos catalogados por aqueles historiadores da cultura seridoense fossem de propriedade de homens e mulheres sertanejos leitores de outrora, e já tivessem chegado com eles, em sua viagem até Caicó. Também é provável que eles tivessem herdado de parentes próximos ou que os tivessem

adquirido de vendedores ambulantes ou comprado no comércio varejista de Recife (Pernambuco), que, na época, abastecia os sertões das coisas fabricadas e também de livros.

Segundo Hallewell (1985), muito possivelmente a próspera Recife foi a primeira a receber uma impressora no Brasil, a qual funcionou entre 1703 e 1706 e editou, além de orações e estampas religiosas, letras de câmbio. Conforme esse historiador do livro, no século XIX, a partir de 1811, vários foram os tipógrafos portugueses, ingleses e franceses que lá se estabeleceram.

No ano de 1832, o livro da escritora Norte-rio-grandense Nísia Floresta Brasileira Augusta *Direito das mulheres e injustiça dos homens* foi impresso pela primeira vez em Recife, onde ela residia na época. Em 1872, a capital pernambucana possuía oito livrarias, oito oficinas de encadernação e doze tipografias e, devido a seu porto, “[...] representava o centro do comércio da capitania, e era a moradia da grande maioria de negociantes portugueses.” (FRANÇA, 2004, p. 7).

A partir de agora enveredaremos pela palavra leitora dos livros litúrgicos comumente lidos e relidos em Caicó, para apresentar a materialidade de cada obra religiosa e, em seguida, apreender, no conjunto, a cosmovisão instrutiva ensejada por uma história da leitura na apropriação de práticas sociais que, ao fim e ao cabo, precisam ser desveladas nas linhas dos protocolos testamentais, dos inventários *post mortem*, dos documentos eclesiásticos, dentre outros escritos.

Na ordem dos ensinamentos transmitidos

*Imitação de Cristo*, a leitura de adultos

[...] procura antes instruir-te com quem é melhor do que tu, que seguir tuas próprias idéias. [...] A vida virtuosa faz o homem sábio diante de Deus e entendido em muitas coisas. (KEMPIS, 2005).

Os historiadores da cultura seridoense Medeiros Filho e Faria (2001) reportam-se à *Imitação de Cristo* como um dos livros que compunham os oratórios dos caicoenses no século XIX. Muitos eram os caicoenses que pareciam conhecer esse livro, que dele falavam, que por seus ensinamentos postulavam a salvação e, mais ou menos, os seguiam. Afinal, a *Imitação de Cristo* pode ser considerada como um tratado de vida moral e, igualmente, de

espiritualidade cristã, vindo a ser também um dos mais antigos livros religiosos, por excelência, de leitura intensiva, depois da Bíblia, até tido e havido como uma segunda Bíblia, igualmente traduzido para diversas línguas vernáculas e para o latim. (MEDEIROS FILHO; FARIA, 2001; HALE, 1983).

A propósito desse tratado de vida moral e espiritualidade cristã, cabe destacar a percepção do historiador da educação italiano Franco Cambi (1999, p. 181, grifo do autor): “[...] os textos de formação espiritual (tipo *Imitação de Cristo*) agem com fim educativo plasmando a visão da religião, interpretando os valores do cristianismo, propondo modelos de formação cristã.” Um exemplo a respeito disso são os Irmãos de Vida Comum – associação piedosa fundada por volta de 1370, pelo monge Gerard Groote –, assim como Santo Ignácio de Loyola, Santa Teresa de Ávila, dentre muitos outros. (DICKENS, 1972).

Em sua disposição didática, a *Imitação de Cristo* está dividida em quatro partes. A primeira ensina como deve ser a luta ativa do homem para a conversão e para atingir um estado de espiritualidade santificada. A segunda orienta como o cristão leitor deve comportar-se diante das tribulações e dos sofrimentos humanos, em vista do aprofundamento da vida interior. A terceira reflete sobre a santidade como um estado da piedade de Deus, da ajuda ao próximo e do consolo interior. A quarta é um livro dedicado à preparação dos fiéis para a comunhão. Inegavelmente, a *Imitação de Cristo*, ou a segunda Bíblia, perfilava-se nas bancas de oratórios de alguns sertanejos de Caicó e do Seridó. Essa obra de quilate religioso aparenta, por essa disposição didática, certa complexidade que sugere a leitura de trechos da Bíblia, de orações intercessoras de graças e de vivências penitenciais ornadas de perfeição.

Inspirada na *Devotio moderna*, movimento religioso que surgiu no final da Idade Média, em virtude da experiência religiosa vivenciada pelos Irmãos da Vida Comum, a *Imitação de Cristo* destinou-se, até certo ponto, a reproduzir a vida cotidiana santificada daqueles irmãos monges, fazendo com que a casa fosse um lugar de oração e de espiritualidade. Para isso, era preciso erigir oratórios domésticos.

O autor da *Imitação de Cristo*, o monge e escritor místico agostiniano Johann Gerson Tomás de Kempis (1380-1471), um dos membros fundadores dessa associação para a leitura e a meditação de tais leituras, nasceu no povoado de Kempem, na Alemanha, e viveu, desde 1414, quando foi ordenado sacerdote, no Mosteiro de Santa Ana, localizado em Zwolle, distrito de Utrecht, também na Alemanha. Místico, ainda reservou grande parte de seu tempo à orientação espiritual daqueles que buscavam seus corretos conselhos. É tanto que sua leitura inspirou a corrente doutrinal mística presente no Concílio de Trento (1545-1563), que visava,

cada vez mais, à prática da leitura e da oração metódicas (silenciosas), justamente com “[...] a idéia de que é a partir do conhecimento interior que se consegue o conhecimento de Deus [...].” (ALGRANTI, 2004, p. 87).

Com mais de 3.100 edições, em diferentes idiomas, o original latino data do ano de 1419, portanto é manuscrito. O historiador francês Jean Delumeau (2003) afirma ser essa uma obra muito lida e ouvida pelo clero secular e por piedosos leigos, somando, até meados do século XV, cerca de 700 manuscritos em circulação. Com a invenção da imprensa, por João Gutenberg, em torno de 1450, seguiram-se várias publicações e traduções, 85 delas ainda no século XV, o que permite considerá-la como um incunábulo, aquele gênero atribuído a todos os textos impressos antes do ano de 1500. (CHARTIER, 2004; VERRI, 2006). Pelo visto, há de se concordar com Chartier que a *Imitação de Cristo* veio a ser, do século XV ao XVI, a obra mais lida no mundo cristão, excetuando-se a Bíblia.

Entre as várias línguas para as quais a *Imitação de Cristo* foi traduzida, está o francês, na qual até o ano de 1950, havia um total de 105 traduções, destacando-se entre elas a do Padre Gonnelliau, sacerdote jesuíta do século XVII, e, possivelmente em 1817, a do sacerdote Felicité de Lamennais, defensor do ensino laico nas escolas e de outras reformas modernizantes na hierarquia da Igreja católica.

Embora Araújo (1999) se refira a uma tradução da *Imitação de Cristo* em italiano que circulou no Brasil seiscentista, a que mais se propagou aqui foi a do presbítero José Inácio Roquette, em português, datada de 1857, especialmente inspirada numa edição de 1837, feita na Baviera por João Baptista Weigl, na língua alemã. Nessa tradução, foram acrescentadas piedosas reflexões devocionais, orações para a liturgia da missa e uma “tabuada” em que se indicam as leituras a fazer, segundo a situação existencial em que o cristão se encontra. Tais leituras, feitas ou ouvidas, se reverteram no adiantamento espiritual da alma, no aperfeiçoamento da virtude e na consumação da santidade. (MEDEIROS FILHO; FARIA, 2001).

José Inácio Roquette nasceu em Alcabideche, Conselho de Cascais, em 1801, e morreu em 1870. Formado por meio de cursos de Gramática Latina, Retórica, Filosofia e Música, destinou-se ao clero secular e à vida monástica, professando, em 1821, a regra de São Francisco, no Convento de Santo Antônio do Estoril (Província de Algarves, Portugal). Além da tradução a que nos referimos, ele escreveu e compilou livros eclesiásticos, espirituais, de educação e de civilidade, entre eles a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, analisada neste terceiro capítulo, e *Código do bom-tom ou Regras de civilidade e de bem viver*

no século XIX, apontado pelos historiadores da cultura seridoense Medeiros Filho e Faria (2001) como um dos livros de prateleira dos caicoenses.

Outra edição muito difundida entre os leitores católicos brasileiros teria sido a do Dr. Ernesto Adolfo de Freitas, de 1884. Mas somente no ano de 1894 é que se sabe de uma versão propriamente brasileira, editada por Mattos Caminha & Cia., embora não conste autoria da tradução para o português.

Entre essas traduções para a língua portuguesa, Medeiros Filho e Faria (2001) ainda nos dão ciência de uma realizada por Afonso Celso, da Academia Brasileira de Letras, concluída em 1898, toda em versos rimados e, ainda, a do Padre Armando Cardoso, S. J., exímio latinista e profundo conhecedor da espiritualidade medieval. No ano de 1901, aparece uma tradução do latim em prosa para o português em verso, editada pelo barão de Vila Viçosa e impressa na Tipographia Oriente, em Santo Amaro, Bahia.

Em Caicó, a exemplo de outros recantos do Brasil, foi a tradução feita por José Inácio Roquette que teve maior circulação, dentre aqueles livros religiosos, como objetos culturais que se agasalhavam em bancas de oratórios, baús e, possivelmente, em gavetas de acomodar papéis e outros guardados de estimação. Para ler a *Imitação de Cristo*, não era necessária nenhuma autorização eclesiástica, o que facilitava sua intensa e permanente divulgação e o acesso para leitura feita ou ouvida.

O fato de ser um livro de devoção espiritual muito editado, lido e relido, e que muito circulou nos quatrocentos, facilitou a interpretação daqueles que buscavam a verdadeira imitação de Jesus Cristo, à época, constituindo-se numa espécie de “[...] ‘diário íntimo’ de uma alma que se desprende do mundo para conversar com Jesus e melhor se abrir ao amor, único meio de fazer leve o que é passado.” (DELUMEAU, 1984, p. 142).

Transmitindo ensinamentos para uma vida de atitudes devocionais e de profunda fé na palavra dos textos do Evangelho, o perceptível é que, entre os 21 títulos autorizados para entrarem em Pernambuco no ano de 1799, estava inclusa a *Imitação de Cristo*. (VERRI, 2006). Essa era uma obra devocional considerada imprescindível aos ensinamentos apropriados a uma vida que procurava seguir o exemplo de Jesus Cristo, como afirmado.

Com mais de cinco séculos de ensinamentos devocionais, a leitura intensiva da *Imitação de Cristo* declaradamente impunha normas de vida às consciências, aos corações e às almas de seus fiéis leitores. A poetisa Auta de Souza, nascida em 1876, em Macaíba-RN, leu, releu e divulgou a *Imitação de Cristo* no livro *Horto* (1900) – sua única obra, publicada

um ano antes de ela morrer vítima de uma tuberculose – através do poema *Na primeira página de “Imitação de Cristo”*, que revela sua apropriação desse livro de gênero devocional:

Quando meu pobre coração doente,  
Cheio de mágoas, desolado e aflito,  
Sinto bater descompassadamente,  
Abro este livro [Imitação de Cristo] então: leio e medito.

Leio e medito nesta voz celeste  
Quem vem de Além, qual mensageiro santo,  
Trazer um ramo de oliveira agreste  
Aos que navegam sobre o mar do pranto.

Meus pobres olhos sempre rasos d’água,  
Por um instante deixam de chorar;  
E nas asas da Prece a minha mágoa  
Vai-se um momento para além do Mar.  
[...]

E a mesma voz escuto, o mesmo canto,  
De cada vez que o meu olhar ungido  
Cai docemente n’este livro santo,  
Lembrança amiga de um irmão querido.

Amo tanto o meu livro, ele é tão puro,  
Consola tanto o coração aflito!  
Ah! desta vida no caminho escuro  
Ele será meu talismã bendito! (SOUZA, 1970, p. 170-172).

A permanência da leitura intensiva da *Imitação de Cristo*, seja feita ou ouvida, é plenamente atestada, ao longo dos séculos, pelas sucessivas edições, e confirmada por historiadores da cultura local, da leitura, do livro e da educação, entre eles Algranti (2004), Araújo (1999), Araújo (2003), Araújo (2006), Cambi (1999), Chartier (1990, 2004), Delumeau (1984; 2003), Dickens (1972), Duby (1993), Figueirêdo e Araújo (2007), Fischer (2006), Ginzburg (1989), Hale (1983), Medeiros Filho e Faria (2001) e Verri (2006). O exemplar aqui analisado é uma reedição do texto integral escrito por Tomás de Kempis, publicada pela Martin Claret, São Paulo, 2005.

Esse livro de leitura religiosa – *Imitação de Cristo* – indiscutivelmente é de gênero devocional. Ciente de seu pertencimento a esse gênero, indagamos: quais os específicos ensinamentos de atitudes e gestos devocionais por esse objeto cultural apreçados? E, numa indagação mais ampla: quais seriam os laços desses ensinamentos com a leitura para apropriação da oralidade, da escrita e, ainda, da escolarização?

De maneira geral, nos oitocentos, era comum os religiosos e os leigos lerem comentando, ditando ou recapitulando, em vista de sua palavra leitora ensinar um conjunto de

atitudes e gestos devocionais quase encadeados, principiando por um contínuo de ensinamentos inclinados para uma vida espiritual de boa-fé compartilhada de si para si mesmo, e de si mesmo para outrem. Kempis (2005, p. 16) afirma que este deverá “[...] ser o nosso maior empenho: vencermo-nos a nós mesmos, tornarmo-nos a cada dia mais fortes e fazer algum progresso no bem. [...] O homem bom e piedoso dispõe no seu interior as obras que há de fazer externamente.”

Da intensidade da palavra leitora meditada, feita ou ouvida dos textos da *Imitação de Cristo*, provinham, inegavelmente, os primários ensinamentos de atitudes devocionais pios e profanos, para a comunidade de fiéis seguidores do credo católico: buscarem a paz e a perfeição dos santos pela simplicidade de serem, de agirem e de se mortificarem “[...] inteiramente em todos os desejos terrenos e assim poderem, no íntimo de seu coração, unir-se a Deus e atender livremente a si mesmos.” (KEMPIS, 2005, p. 22).

A palavra leitora da *Imitação de Cristo* traduzia-se, assim, num ato de contrição entre a vida terrena e a vida espiritual ante e pós-morte. Pela palavra lida e apreçoada, repetida e mentalmente internalizada, cada cristão, enquanto viver,

[...] estará sujeito ao variável, ainda que não queira; ora te acharás alegre, ora triste, ora sossegado, ora perturbado, umas vezes fervoroso, outras tífico, já diligente, já preguiçoso, agora sério, já leviano. [...] O sábio, porém, é instruído na vida espiritual, está acima dessa inconstância, não cuidando dos seus sentimentos, nem de que parte sopra o vento da instabilidade, mas concentrando todo o esforço de sua alma no devido e almejado fim. [...] Porque assim poderá permanecer sempre o mesmo e inabalável, dirigindo a mim, sem cessar, a mira da sua intenção, entre todas as vicissitudes que lhe sobrevierem. [...] Quanto mais pura for a sua intenção, tanto maior será a tua firmeza durante as diversas tempestades. (KEMPIS, 2005, p. 104).

Por unir reflexões bíblicas, vivências existenciais e meditações devocionais, a *Imitação de Cristo* é, em si, extremamente didática. Evoca apropriações de seus ensinamentos para a vida em comunidade: pontua, define, conduz o leitor, a leitora, enfim o ouvinte e praticante cristão, para inúmeros atos devocionais no decorrer do dia: orar pela manhã, à tarde e à noite; repetir, no dia a dia, o Ofício Divino; recolher-se para exame de consciência; tornar-se fervoroso para com os santos e santas da Igreja católica; assistir piedosamente a missas; ir ao encontro do sacramento da comunhão, “[...] pois não há oferenda mais meritória, nem maior satisfação para apagar os pecados, do que oferecer-se pura e inteiramente a Deus, na missa e na comunhão, juntamente com a oblação do corpo de Cristo.” (KEMPIS, 2005, p. 154).

Por um lado, a *Imitação de Cristo* prega intensamente o desprendimento da vida terrena, evidenciando amarguras, calamidades, misérias e enganos. Por outro, enobrece a “santa” disciplina de vida, de atitudes sublimadas e contritas e gestos devotos louváveis:

E como se pode amar uma vida cheia de tantas amarguras, sujeitas a tantas calamidades e misérias? [...] Como se pode chamar vida o que gera tantas mortes e desgraças? [...] aqueles que perfeitamente desprezam o mundo e procuram viver para Deus, em santa disciplina, experimentam a doçura divina, prometida aos verdadeiros abnegados e mais claramente conhecem os erros grosseiros do mundo e seus vis enganos. (KEMPIS, 2005, p. 88).

Entre tantos ensinamentos de atitudes e gestos devocionais do credo católico, apostólico e romano, essa obra procura firmar e confirmar o exercício da leitura meditada em proveito comum: “Devemos ler, com igual boa vontade, os livros simples e piedosos como os sublimes e profundos.” (KEMPIS, 2005, p. 18).

De igual modo, devia-se ler ou ouvir a leitura do texto, para que homens e mulheres, indistintamente, cumprissem o dever de batizar as crianças recém-nascidas, seguir os sacramentos da eucaristia e do matrimônio e penitenciar o corpo pelo jejum. Igualmente, devia-se ter prontidão para a obediência, abnegação para a disciplina, perseverança e paciência para sofrer em proveito da salvação eterna. E, acima de todas as coisas, dos Anjos e dos Arcanjos, das riquezas e ciências, perfilava-se o Senhor Deus.

Só Vós sois altíssimo, só Vós, poderosíssimo, só Vós, suficientíssimo e planíssimo, só Vós, suavíssimo e verdadeiro consolador, só Vós formosíssimo e amantíssimo, só Vós, nobilíssimo e gloriosíssimo sobre todas as coisas, em que se olham, a um tempo e plenamente, todos os bens passados, presentes e futuros. (KEMPIS, 2005, p. 89).

A obra orienta, ainda, os devotos dos muitos santos da Igreja Católica Apostólica Romana a participarem de vigílias com orações e cantos, enterrarem dignamente os mortos, construïrem capelas, fundarem irmandades e estarem presentes nos atos litúrgicos e festividades religiosas.

À volta das festas principais devemos renovar os nossos bons exercícios e com mais fervor implorar a intercessão dos santos. [...] De uma para outra festividade devemos preparar-nos, como se então houvéssemos de sair deste mundo e chegar à festividade eterna. (KEMPIS, 2005, p. 32).

No século XIX, mulheres e homens acumularam uma parte considerável de conhecimentos práticos e teóricos e, outrossim, de hábitos de vida comunitários por sua inserção numa rede de relações sociais muito mais intrincada do que diversificada, de modo

que cada vez mais rareava apartar a leitura da oralidade, da escrita e da escolarização. Essa mesma concepção já era pregada pelo monge agostiniano Tomás de Kempis, que viveu nos séculos XV e XIV:

Não é reprovável a ciência ou qualquer outro conhecimento das coisas, pois é boa em si e ordenada por Deus; sempre, porém, devemos preferir a boa consciência e a vida virtuosa. [...] Muitos, porém, estudam mais para saber, que para bem viver, por isso erram amiúde e pouco ou nenhum fruto colhem. [...] Oxalá a sua vida tenha correspondido à sua ciência; porque, destarte, terão lido e estudado com proveito. (KEMPIS, 2005, p. 16-17).

Assim sendo, em suas linhas, e por vezes nas entrelinhas, a *Imitação de Cristo* apregoava a seus inúmeros leitores católicos ensinamentos culturais gerais, pelo encontro da leitura com a oralidade, a escrita e uma exemplar educação escolar. E Jesus Cristo – senhor dos anjos – elevava-se como o mestre dos mestres, aquele que tomava a lição de todos: mestres e discípulos. Com sutileza, era aquele que ensinava “[...] ao homem a ciência e dava aos pequeninos mais clara compreensão do que os homens são capazes de ensinar.” (KEMPIS, 2005, p. 113).

Treinar a oralidade, com a leitura e a escrita era, principalmente, ensinar, pela palavra lida, ouvida e compreendida, as letras ou os conhecimentos escritos da ciência, com inúmeros aproveitamentos mentais e espirituais. A leitura de *Imitação de Cristo* é, pois, pretensiosa por querer incutir no *habitus* do leitor ou do ouvinte regras de conduta e gestos de convivência social tidos como cristãmente legítimos e úteis para uma boa vida comunitária e uma boa morte. Esse rol de ensinamentos de atitudes sublimadas e contritas bem como de gestos devocionais louváveis em grande parte apropriados pelos caicoenses do credo católico tiveram como principais veiculadores pais, padres, mestres-escolas, e tantos outros professores e professoras, leitores prudentes e exemplares.

*Adoremus*, a leitura de jovens e crianças

Morrendo assim antes da confissão, serás salvo pela graça de Deus que recuperaste pela contrição perfeita e pelo sincero desejo de te confessar. (HERBERHOLD, 1962).

A oração, rezada com os lábios silenciosos ou em voz alta – “Santo Anjo do Senhor / meu zeloso guardador / se a ti me confiou a piedade divina / sempre me rege e guarda / governa e ilumina, amém” – a cada repetição angariava, para quem a proferisse, trezentos dias de indulgências parciais, espécie de absolvição das punições na vida, para após a morte.

Qual menino ou menina próximo ou distante da fase da adolescência não rezou – ou melhor, não repetiu – a oração ao Santo Anjo da Guarda, declamada pelas mães e pelas avós, na aula de catecismo, para a primeira comunhão, e pelo padre, na hora do sermão? Teriam nossas avós e nossas mães aprendido da mesma maneira a oração ao Santo Anjo da Guarda?

Embora não haja registro da data precisa da primeira publicação do *Adoremus* em língua estrangeira, o que pode ter acontecido ainda no século XVIII ou em século anterior, os indícios levantados por Medeiros Filho e Faria (2001) levam a crer que essa obra foi publicada em língua portuguesa somente entre 1878 e 1880, já contendo orações determinadas pelo Papa Leão XIII, Sumo Pontífice da Igreja de 1878 a 1903. Foi compilada para jovens e crianças maiores, por Frei Eduardo José Herberhold, missionário alemão da Ordem Franciscana, ou de São Francisco de Assis, que nasceu em Lippstadt, na Westfália, Alemanha, em 28 de junho de 1876. Segundo Moya (1952), Frei Eduardo José Herberhold (O.F.M.) veio a ser o segundo bispo de Ilhéus (Bahia), de 1931 a 1939, ano em que morreu.

Por ser de fácil leitura, essa obra foi prontamente aceita em distintos lugares do Brasil – entre eles, em Caicó e seus arredores –, o que fez com que em 1909 chegasse à quarta reedição. Sua circulação em fazendas e vilarejos e seu agasalhamento em bancas de oratórios estão registrados por historiadores da cultura e da educação, como Algranti (2004), Araújo (1999), Araújo (2003), Araújo (2006), Figueirêdo (2005, 2006), Figueirêdo e Araújo (2007), Medeiros Filho e Faria (2001) e Verri (2006).

O *Adoremus* – podemos dizer – vinha a público pela força da linguagem oral, mas dela distinguindo-se pela maneira didática como orientava e exercitava as práticas específicas que o cristão deveria produzir e reproduzir, para delas apropriar-se devidamente. Ora, naquela altura do século XIX, a quantidade e a qualidade das leituras intensivas e das extensivas não mais admitia que a memória continuasse a ser tida e havida como a quase única faculdade das apropriações mentais.

Esse manual de gênero piedoso era destinado à leitura de orações, cânticos, *officium* e preces para exame de consciência, como também à prática de atos e gestos de contrição, perseverança, humildade, esperança e confiança numa boa morte. Enfim, como lembram Medeiros Filho e Faria (2001), abastecia a banca dos oratórios de muitos caicoenses, dado seu

elenco de orações rotineiras e o *Officium Parvum*, ou Ofício da Imaculada Conceição, intensamente cantado pelas irmandades da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana. Na partilha articulada de tais leituras, a indução de exercícios penitentes ou de arrependimento dos pecados cometidos. Haveria, talvez, um intento de subordinar a leitura à palavra escrita ensinada, diferentemente de antes, quando aquela era feita e repetida de cor.

O historiador Chartier (1999), referindo-se aos livros e manuais impressos para a leitura intensiva – como o *Adoremus* –, afirma que escritores e editores apostavam na tradição dos destinatários daquelas leituras. Há de se convir, pois, que o leque de leituras feitas e ouvidas, entre elas as catequéticas, as devocionais e as piedosas, já demonstra a força das sociabilidades partilhadas em torno da religião católica, entre as crianças, os jovens e os adultos moradores de Caicó e arredores. E, por que não, essas sociabilidades poderiam ser inscritas e intervenientes nas práticas sociais que reproduzem comunitariamente tais leituras.

A leitura laica e a leitura religiosa são modeladoras de práticas culturais ditas de bons costumes socialmente aceitáveis, dentre todos os bons costumes da tradição cristã católica. Mas quais seriam esses ensinamentos de bons costumes da tradição cristã católica pregados às crianças e aos jovens que, na leitura do *Adoremus*, aprendiam a exercitar atos e gestos penitentes e de contrição? Numa indagação mais específica, quais seriam os laços da leitura dos ensinamentos de bons costumes com a oralidade, a escrita e a escolarização?

Os primeiros textos de leitura do *Adoremus* eram aqueles destinados à preparação para a primeira comunhão da criança e do jovem, que abarcavam: i) orações diárias (Pai Nosso, Ave Maria, Glória ao Pai, jaculatórias etc.); ii) orações para acompanhar a Santa Missa (intróito, *kyrie eleison*, glória, *sanctus*, credo e *agnus dei*); iii) preces destinadas ao exame de consciência, antes e depois da confissão (a Deus Pai, a Deus Filho, a Deus Espírito Santo, à Santíssima Trindade, a Maria Santíssima, aos Santos Anjos), embora o perdão dos pecados somente acontecesse após o cumprimento das penitências sentenciadas pelo padre confessor (orações, privações, jaculatórias, arrependimentos); e iv) reflexões para o sacramento da Eucaristia (sermão de Jesus Cristo sobre a sagrada comunhão e palavras do apóstolo São Paulo sobre a sagrada comunhão).

Em especial, pelo sacramento da Eucaristia, o jovem e a criança recebiam a graça espiritual, a força da plenitude da piedade, a purificação do corpo e da alma, renunciavam aos maus costumes e às fraquezas dos pecados. Assim, nessa linha de ensinamentos para orientar a vida social, o temor dos maus costumes pecaminosos era ditado pela leitura enaltecida da entrega de si mesmo a Jesus Cristo e, para essa entrega, o leitor havia de murmurar seguidas

vezes: “Meu Jesus, eu me entrego todo a Vós, e Vos consagro meu corpo, minha alma e toda a minha vida; disponde de mim segundo a vossa santíssima vontade, no tempo e na eternidade.” (HERBERHOLD, 1962, p. 120).

Os textos intermediários e os seguintes prendiam-se a ensinamentos de exercícios apropriados para o dia da primeira comunhão. Nesse “grande” dia, o neocomungante havia que recitar, com uma vela acesa na mão, a oração da renovação do Batismo e a oração da consagração ao Santíssimo Coração de Jesus e ao Coração Imaculado de Maria. Por essa recitação, os jovens comungantes gozariam, desde então, de indulgências concedidas pelos pontífices, assim especificadas:

1ª) Uma indulgência plenária para os meninos e meninas que fazem a primeira comunhão, orando segundo as intenções do Santo Padre.

2ª) Uma indulgência plenária a seus parentes consanguíneos até no 3º grau, que, confessados, comungarem e orarem segundo as intenções do Santo Padre.

3ª) Uma indulgência de 7 anos e 7 quarentenas a todos os fiéis que, de coração contrito, assistirem à solenidade da primeira comunhão. (HERBERHOLD, 1962, p. 138).

Na interface entre o ato de ensinar à criança e ao jovem o exercitamento de atos e gestos penitentes e a indução da prática da leitura, incitava-se metodicamente a aprendizagem do escrever corretamente, do falar com elegância todas as sons da palavra e, no mesmo sentido, do controlar as mutações do corpo, frear as paixões, combater a ociosidade e a preguiça. No propósito de ser firme nos bons costumes cristãos, advertidamente a criança ou o jovem eram chamados a: “[...] guardar sempre a pureza do coração, um exterior modesto, uma conversação edificante e uma conduta exemplar.” (HERBERHOLD, 1962, p. 147).

Incitava-se, ainda, a repetir diariamente preces para o bem viver, jaculatórias destinadas à Virgem Imaculada Conceição e igualmente a, antes de iniciar os estudos escolares do dia a dia, de mãos postas e olhos fechados, a criança ou o jovem deveria murmurar sempre e sempre a oração do estudante.

Debaixo do vosso patrocínio, ò Mãe diletíssima, e invocando o mistério da vossa Imaculada Conceição, quero prosseguir os meus estudos e trabalhos literários; e protesto fazê-lo principalmente a fim de servir melhor para propagar a honra divina e o vosso culto. Rogo-Vos, pois, Mãe, amantíssima, sede da sabedoria, que favoreçais benigna os meus trabalhos; e eu, de boa vontade, piedosamente Vos prometo o que é justo: todo o bem que me provier dos meus estudos, hei de atribuí-lo inteiramente à vossa intercessão diante de Deus. (HERBERHOLD, 1962, p. 24).

Nesse caso específico, para animar a disposição diária e para dar mais força para os estudos, a recompensa seria de 300 dias de indulgência, período em que o jovem estudante teria o perdão das penas temporais devidas a Deus pelos pecados anteriormente cometidos.

Erasmus de Rotterdam (1467-1536), no século XVI, alertava que a criança, quando ensinados os rudimentos de piedade, deles se apropria pelo esforço da repetição. Assim, quando levada à Igreja com frequência, ela “[...] aprende como fazer genuflexão, juntar as mãozinhas, descobrir a cabeça, tomar a posição de recolhimento piedoso, silenciar-se enquanto acontecem as funções litúrgicas e ter os olhos voltados para o altar.” (ROTTERDAM, s.d., p. 64). No século seguinte, o XVII, o pedagogo João Amós Comênio (1592-1670) continuava a alertar que a convicção da criança para as boas virtudes e para os bons costumes devia ser infundida pela força da repetição:

[...] assim como as crianças aprendem facilmente a caminhar caminhando, a falar falando, a escrever escrevendo, etc., assim também aprenderão a obediência obedecendo, a abstinência abstenendo-se, a veracidade, dizendo a verdade, a constância sendo constantes etc., desde que não falte quem lhes abra o caminho, com palavras e com exemplos. (COMÊNIO, 1985, p. 349).

Logo, a leitura de orações, preces, ladainhas, *officium* e da Via-Sacra, com ganhos de indulgências parciais e plenárias concedidas pelos Sumos Pontífices, habituará o jovem e a criança, pela repetição, aos exercícios do dom da vivência da fé católica, da piedade e do respeito a Deus, a Jesus Cristo, a Maria Santíssima, à corte dos Anjos, Arcanjos, Serafins e Querubins. De igual alcance, ao dom da inteligência e da sabedoria humanas. Em palavras silenciosas ou murmuradas em voz baixa, a criança e o jovem cristão estudante deveriam sempre repetir piedosamente:

Espírito Santo, concedei-me ‘o dom da inteligência’, para que eu, iluminado pela luz celeste de vossa graça, bem entenda as sublimes verdades da doutrina cristã. [...] Espírito Santo, concedei-me ‘o dom da sabedoria’, a fim de que eu cada vez mais goste das coisas divinas e, abrasado no fogo do vosso amor, prefira com alegria o caminho do céu a tudo o que é mundano, e me una pra sempre a Jesus, sofrendo tudo neste mundo por seu amor. (HERBERHOLD, 1962, p. 153).

E, assim, o exercício de atos e gestos piedosos revela-se, em muitos casos, como prática de bons costumes sociais, com a intenção de sua apropriação universalizante, daí os ganhos de indulgências parciais ou plenárias. Daí também o incentivo à leitura frequente oralizada e silenciosa, aquela mais do que esta. Mas se havia que repetir declamando:

Ajudai-nos, Senhor, com o auxílio da vossa graça para que possamos, como é nosso firme propósito, com a viveza da fé, com a pureza dos costumes,

com a fiel observância da lei e da caridade evangélicas, reparar todos os pecados cometidos por nós e por nossos próximos, impedir, por todos os meios, novas injúrias à vossa infinita Majestade e atrair ao vosso serviço o maior número de almas possível. [...] Recebei, benigníssimo Jesus, pelas mãos de Maria Santíssima reparadora, a espontânea homenagem deste nosso desagravo, e concedei-nos a grande graça de perseverar constantes, até a morte, no fiel cumprimento dos nossos deveres e no vosso santo serviço, para que possamos chegar todos à pátria bem-aventurada, onde Vós, com o Pai e o Espírito Santo, viveis e reinais – Deus – por todos os séculos dos séculos. (HERBERHOLD, 1962, p. 153).

Para a observância dos bons costumes e a perseverança neles, ensina o *Adoremus* que a criança ou o jovem devem, primeiramente, buscar instruir-se na lei de Deus, acima de tudo pela/na leitura edificante de livros, folhetos, revistas e jornais que preguem os ensinamentos concernentes às leis e convenções da Igreja Católica Apostólica Romana. Destarte, para uma educação religiosa e moral, dentro dos preceitos do cristianismo, os pais deveriam permanecer sempre vigilantes e, para não irem contra os santos ensinamentos dos mandamentos da lei de Deus, deveriam cuidar diariamente “[...] da educação física, intelectual, e principalmente da educação religiosa dos filhos.” (HERBERHOLD, 1962, p. 69).

A leitura piedosa do *Adoremus*, por transmitir ensinamentos de bons costumes cristãos e, mais ainda, por ensiná-los entrelaçados com aqueles bons costumes socioeducativos que dizem respeito à oralidade, à escrita e à escolarização, desponta ao lado das demais obras religiosas como modeladora de práticas de bons costumes aceitos pela sociedade, e também pela Igreja católica. Os profícuos ensinamentos para o exercício de atos e gestos piedosos desdobraram-se nas práticas socialmente partilhadas por nossos antepassados e, por que não dizer, por nós mesmos, hoje investigadores desta história da leitura em Caicó, século XIX.

*História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, a leitura de crianças e jovens

[...] quando orardes, [...] orai secretamente ao vosso pai [...] quando jejuares, unge a cabeça e lava o rosto, afim de que os homens não reparem que jejuas, [...] e teu Pai, [...] que vê o que há de mais secreto, dar-te-á a recompensa. (HEUSER, 1984).

A obra *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, exposta nos oratórios domésticos, perfilava-se ao lado da *Imitação de Cristo* e do *Adoremus*, conforme o inventário de Medeiros Filho e Faria (2001). Destinada ao uso familiar, para o catecismo das crianças e dos mais jovens, ou para auxiliar no sacrifício da missa, dispensava qualquer concessão da autoridade religiosa.

A *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* – obra de gênero catequético – está didaticamente dividida em Antigo Testamento (desde a criação do universo ao nascimento de Jesus Cristo) e Novo Testamento ( desde a vida pública de Jesus Cristo até sua ascensão ao céu). A título de lembrança, a Bíblia Sagrada começou a ser escrita em torno do ano 1250 a.C. e foi concluída cem anos depois do nascimento de Jesus Cristo. Portanto, levou onze séculos para ser escrita, por isso é composta pelo Antigo e o Novo Testamento.

A segunda metade do século XVII é o período da publicação da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, por Nicolas Fontaine (1625-1709), possivelmente um sacerdote, a quem era permitido publicar obras religiosas. Essa obra, de ampla circulação, alcançou o século XVIII, inclusive no Nordeste do Brasil, e continha quadros ilustrativos, com 86 estampas, as quais, segundo Chartier (2004), facilitavam aos leigos a meditação e a observação das representações bíblicas e, assim, a preparação espiritual para a vida em comum e para a eternidade.

Conforme Chartier (2004), nas localizações campesinas da França do século XVIII, a Bíblia circulava sob a forma de sumários e compilações, como aparece na *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*. Essas adaptações ou compilações passavam então a “alimentar” – pela leitura feita ou ouvida – o exercício da fé, da gratidão, da coragem e da humildade, para a salvação da alma.

Verri (2006) informa que, no século XVIII, mais precisamente no ano de 1795, Pernambuco e as capitanias anexas (Paraíba e Rio Grande do Norte) receberam de Portugal, entre outros livros destinados aos meninos e meninas, exemplares da autoria de Nicolas Fontaine. Para o historiador Araújo (1999), dentre os livros recomendados para as aulas de primeiras letras na Bahia, estava também essa obra de cunho catequético.

Ainda em 1800, segundo esse historiador baiano, uma quantidade expressiva de livros oriundos do governo de Portugal foi destinada ao capitão Antônio Manoel de Melo Castro e Mendonça, governador da Província de São Paulo, que deveria responsabilizar-se pela venda. Dentre esses livros, estavam 480 catecismos da doutrina cristã, sem especificação de títulos. Não estaria aí incluída a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*?

Ora, é claro que o pensamento que meditava sobre aquela leitura de ensinamentos catequéticos de/para exaltação da fé religiosa e de condutas morais e sociais subsidiava os atos e fatos da vida comunitária. Assim sendo, em 1803, foi publicada, em Lisboa, por Roque Ferreira Lobato (possivelmente sacerdote), outra edição de *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*. Especialmente adaptada em versos, e com quadros ilustrados, destinava-se às meninas de primeira idade e de primeiras letras. Além dessa edição, apareceu ainda, no século XIX, um resumo em prosa, do francês Martinho de Noirlieu, destinado às crianças em geral, com notória aceitação entre os leitores brasileiros, atingindo, até 1898, seis edições em português.

A edição compilada por José Inácio Roquette – um dos tradutores da *Imitação de Cristo* –, publicada em Paris no ano de 1836, iguala-se à anterior em aceitação entre os leitores da época, de maneira que em 1863 já havia atingido quatro edições. Em terras brasileiras, o propósito de catequese, notadamente das crianças em idade escolar, favoreceu a que surgissem sucessivas reedições da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, parte delas atestadas na literatura historiográfica, através de registros feitos por Abreu (2003), Algranti (2004), Araújo (1999), Araújo (2003), Figueirêdo e Araújo (2007), Medeiros Filho e Faria (2001), Verri (2006) e Villalta (1997).

A publicação aqui analisada é a quinquagésima, editada pela Vozes em 1984. Com comentários feitos por Frei Bruno Heuser, da Ordem dos Frades Menores (O.F.M.), mantém a estrutura didática do Antigo e Novo Testamento, além de conter uma sucinta história da Igreja católica: suas primeiras conquistas litúrgicas, pregações e as perseguições sofridas pelos cristãos católicos.

Segundo Medeiros Filho e Faria, todo o conjunto de ensinamentos de teor prático e fervoroso, bem como de condutas morais e sociais cristãs levou uma parcela da população de Caicó do século XIX a adquirir a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, como antes frisado, visando, acima de tudo, à educação catequética pelos pais, para suprir, com suas lições e ilustrações, a assistência religiosa precária à época, o que era motivado pela escassez de clero ou de agentes pastorais nas igrejas e capelas da freguesia.

Nessa direção, Medeiros Filho e Faria confirmam que a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* foi um livro de leitura intensamente aconselhado por sacerdotes, desobrigueiros, missionários, capelães, visitantes diocesanos e até dirigentes políticos que viviam na circunscrição da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, ou que a visitavam.

No decorrer dos oitocentos, portanto, os livros catequéticos eram indispensáveis para a preparação da exaltação da fé e de condutas morais cristãs entre as crianças, os jovens e também os adultos. Os textos eram compartilhados através da leitura em voz alta ou declamados, para as devidas apropriações, e, ainda, cobrados nos preparatórios que antecediam o sacramento do matrimônio. A leitura da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* consagraria, ainda, o propósito do aprendizado e a imitação da doutrina pregada pelos apóstolos, que endossava os gestos do ler meditando, do ouvir com atenção e compreendendo, do repetir em voz alta ou silenciosamente, tal e qual a didática impressa na redação e na ilustração dessa obra.

Como mostram as investigações de Abreu (2003), Algranti (2004) e Araújo (1999), a aceitação, pelos leitores brasileiros oitocentistas, dos livros religiosos, como a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, tinha estreita relação com a família, que auxiliava a Igreja católica na preparação da criança para o cumprimento dos mandamentos e dos atos litúrgicos e para a aceitação dos ensinamentos bíblicos. Por sua vez, a escola atualizava e ampliava esses ensinamentos preparatórios morais e sociais. Assim era para ser; assim, talvez, aconteceu.

Da mesma maneira como abordamos a *Imitação de Cristo* e o *Adoremus*, indagamos: quais os ensinamentos estritamente preparatórios destinados às crianças e aos jovens em idade escolar, para uma exaltação, ou melhor, para uma apropriação mental da fé e da moral católica, já envolta por uma rede de práticas culturais permitida pela leitura feita, ouvida e repetida de obras religiosas? E, numa indagação mais ampla: quais seriam dos laços de ensinamentos de apropriação com a oralidade, a escrita e a escolarização?

Remetendo ao trajeto de vida de nossos bisavós, avós, pais e aos nossos próprios, em Caicó e no Seridó, lendo, ouvindo ou folheando uma obra religiosa com quadros ilustrados como a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, passamos simbolicamente da condição de “analfabetos” da doutrina da fé e da moral cristã para a de potenciais aprendizes de uma vida de contrição, coragem e humildade, em vista do viver e do morrer “sacramentado”. Daí sua primazia no universo infantil, seja para leitura no âmbito doméstico seja no escolar.

Como explica Chartier (1999), há sempre intenções, mesmo que contrastantes, pelas quais investimos na força da leitura feita, ouvida, murmurada ou silenciosa de certo livro, quando temos em vista um *continuum* de redes de práticas que organizam, histórica e socialmente, os modos de acesso aos textos – nesse caso específico, os textos católicos de

especial destinação à população infantil e jovem em idade escolar. Subliminarmente, estabelecem-se laços entre escrita impressa, oralidade e leitura feita, ouvida ou copiada para fins de memorização, ou melhor, com a intenção de firmar apropriações culturais difundidas no mundo cristão. Daí também o recurso dos quadros ilustrativos com inúmeras estampas, que, de maneira geral “[...] funcionam como protocolos de leitura ou lugares de memória.” (CHARTIER, 1999, p. 20).

A educação catequética dos meninos e das meninas para a exaltação da fé e da moral, sob a derivação da doutrina cristã, guiava-se pelo quinteto escrita impressa, oralidade, leitura, ilustração e exercícios de fixação. A apropriação mental mediata, em uma palavra, variava de acordo com o aprendizado da recitação das lições, da memorização, do ditado e da cópia escrita pela caprichosa letra cursiva. Por uma dimensão didaticamente pedagógica, os ensinamentos apregoados – por exemplo, sobre o primeiro homem e a primeira mulher – facilitavam o esforço da recitação, da memorização, da assimilação, enfim, de específicas apropriações de práticas sociais articuladamente.

Adão e Eva tiveram muitos filhos e filhas. O primeiro chamava-se Caim; o segundo Abel. Caim era lavrador; Abel, pastor; as obras de Caim eram más; as de Abel, justas. [...] Certo dia, ambos oferecem um sacrifício ao Senhor; Caim ofereceu frutos da terra. Abel, as melhores ovelhas do seu rebanho. Deus agradou-se de Abel e de seu sacrifício, mas não lhe agradaram Caim e sua oferta. [...] Por causa desta preferência, Caim ficou tão indignado que o semblante se lhe tornou abatido. Deus repreendeu-o e disse-lhe: ‘Por que te irritas e por que razão teu semblante está abatido? Se praticares o bem, serás recompensado; mas, se fizeres o mal, sem demora o castigo te baterá à porta; vence essa inclinação para o mal e domina-te!’ (HEUSER, 1984, p. 18-19).

Dessa intencional associação postulada, quer se tratasse da escrita fixada pela oralidade correta, quer, inversamente, se regressasse à oralidade, pela escrita exercitada ou a leitura em voz alta, o elenco de ensinamentos edificantes transmitidos, abarcaria, portanto, a obediência ao poder de Deus, que, por sua onipotência, ordena, amaldiçoa, perdoa, liberta, salva. Assim, na vida em si, a narrativa de vidas do passado e os quadros ilustrativos aparecem como um universo austero, severo, que tanto ensina aos meninos e meninas quanto os amedronta.

Para o proveito educativo de todos, a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* narra fatos e atos do rei Davi, protegido e predileto de Deus, que escrevia livros e salmos. Nessa linha, lê-se: “Davi não era somente um rei poderoso: era também um grande profeta. Em seu livro de Salmos anuncia claramente a divindade, os sofrimentos, a ressurreição, a ascensão e a realeza do Messias.” (HEUSER, 1984, p. 98).

Nessa articulação entre instruir amedrontando e educar persuadindo a cada criança, jovem ou adulto católico, exigia-se a observância das leis de Deus – dentre todas, não pronunciar em vão o nome do Supremo todo-poderoso Senhor Deus – e irmanar-se daqueles sagrados ensinamentos da fé e da seriíssima moral da doutrina cristã. Há, assim, uma ânsia por apropriações ditadas por aquela escrita catequética, que era o tom da linguagem do livro, da família, da escola, que era também a linguagem de Jesus Cristo. Por essa irmanação, haviam as crianças de recitar trechos e imitar os exemplos transcritos, lidos ou ouvidos, como, por exemplo:

Quando Jesus chegou à idade de doze anos, subiram seus pais a Jerusalém, segundo o costume no tempo da festividade. Quando, acabados os dias festivos, voltaram para casa, ficou o menino Jesus em Jerusalém, sem que os pais o soubessem. [...] Aconteceu que, três dias depois, o acharam no templo, sentado no meio dos doutores, ouvindo-os e fazendo-lhes perguntas. Todos os que o ouviam pasmavam de sua sabedoria e das suas respostas. Quando, pois, o viram, admiraram-se. Disse-lhe sua mãe: ‘Filho, por que fizestes assim conosco? Teu pai e eu te procurávamos cheios de aflição’. Respondeu-lhes ele: ‘Por que me procuráveis? Não sabíeis que devo ocupar-me das coisas do meu Pai?’ Mas eles não compreenderam o que lhes dizia. (HEUSER, 1984, p. 169-170).

A catequese, que orientava instruindo a doutrinação cristã das crianças, eram, assim, lições que, recitadas, ditadas ou copiadas, fundiam e confundiam convicções fervorosas com constância de aprendizados doutrinários e com lições escolares.

Numa época em que “[...] predominava a leitura presa à Bíblia, ao ritual e à proteção das palavras sagradas e às suas histórias [...]” (VERRI, 2006, p. 47), esse livro catequético tornou-se um “tesouro” educativo providencial para a leitura de recitação, de memorização, de visualização dos quadros ilustrativos, conduzindo a criança para a exaltação da fé e a afirmação de uma rede de práticas sociais de cunho moral. Por seu caráter “pedagógico doutrinário” e seu gênero catequético, pode-se dizer, afinal, que ele instrumentalizava o aprendizado de subordinação perante Deus, Moisés, Jesus Cristo, os pais e as hierarquias do convívio humano. Um exemplo disso vinha do profeta escritor Moisés, pregador e obediente ao Senhor Deus.

Moisés escreveu as palavras do Senhor num livro, erigiu um altar e sacrificou vítimas, lendo em seguida, na presença do povo, o que tinha escrito, e todos prometeram a uma só voz: ‘Faremos tudo o que o Senhor ordenou.’ [...] Moisés transmitiu ao povo todas as palavras do Senhor. (HEUSER, 1984, p. 67 e 73).

Os ensinamentos dirigidos à educação catequética e à instrução moral fizeram da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* um veículo de intensa circulação nas mãos de pais, professores e crianças. Dessa maneira, talvez nossos bisavós, avós, pais e nós próprios – quando crianças, com desprendimento infantil, tenhamos recitado para nossos pais, professores e sacerdotes: “ [...] faremos [sempre] tudo o que o Senhor ordenou.” (HEUSER, 1984, p. 63). E, assim, tenhamos partilhado, cada um a sua maneira, das sociabilidades de práticas sociais difundidas pelos textos de livros religiosos, postulantes de apropriações mentais e comunitariamente articulados.

Das leituras intensivas feitas, murmuradas ou ouvidas de livro em livro – por exemplo, da *Imitação de Cristo* (gênero devocional), do *Adoremus* (gênero piedoso) e da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* (gênero catequético) –, derivava, como foi observado nesta investigação, o *continuum* de uma rede de práticas sociais religiosas individuais e comunitárias sob os fundamentos da doutrina moral e socioeducativa da Igreja Católica Apostólica Romana.

A reciprocidade da leitura na/pela intencionalidade da cultura do escrito (CHARTIER, 2004) afluiria, ademais, para as apropriações da familiaridade com atos, gestos e práticas religiosas sequenciadas. Havia, assim, a passagem para outras leituras oralizadas, e também para outras apropriações comuns e, ainda, para apropriações oblíquas. Nessa rede de sociabilidades leitoras, como indaga Anne-Marie Chartier,

[...] não é assim que se age nas boas famílias, lendo histórias para crianças, bem antes que elas aprendam a ler sozinhas? Quando começarem a se confrontar sozinhos à leitura, já terão na memória outros textos escritos, que descobriram ouvindo, e encontrarão um terreno familiar de estilos e temas. (CHARTIER, 1995, p. 41).

Inegavelmente, há razões palpáveis para assim pensarmos sobre a história da leitura em Caicó e seus arredores, no século XIX. Como leitura oblíqua, por exemplo, podemos recordar o intenso uso dos seletos *corpus* textuais de livros de gênero devocional, piedoso e catequético para a escola ensinar a sistemática passagem da leitura oral para a escrita cursiva, e, da mesma maneira, o vocabulário, as regras gramaticais, a memorização e, nessa sequência, a compreensão de vida comunitária e de “vida” pós-morte; enfim, as singulares apropriações mentais e sociais dos bons costumes da tradição cristã católica, que se encarregaram de cimentar uma urbanidade uniformemente em franco estabelecimento.

Na ordem dos testamentos e dos autos de contas

Ao emergir da palavra leitora dos textos religiosos lidos, murmurados e repetidos – como aqui defendemos –, os ensinamentos pedagógicos de cunho moralizante e instrutivo, como, por exemplo os da escolarização, eram afeitos às experiências individuais e comunitárias. Mas pensar uma história da leitura em Caicó no século XIX balizada pela convergência inerente aos ensinamentos transmitidos pela palavra leitora daqueles textos requer ir ao encontro de evidências, indícios, ou mesmo sintomas de práticas culturais daqueles veículos escritos, gradualmente apropriados.

Não obstante, uma história da leitura entendida como história de uma prática cultural situada numa rede de apropriações variadas requer, ainda, que se considerem aqueles ensinamentos transmitidos articulados com contextos e convenções gerais ou peculiares da época, como, por exemplo, a leitura repetida, a escrita restrita e nuançada pela oralidade corrente, a força da palavra impressa, a escolarização ocorrendo predominantemente nos ambientes domésticos, a obediência no cumprimento das práticas sacramentais, o cumprimento ordeiro dos preceitos da religião católica, que atuavam como resguardadores da ordem moral, cívica e política societária.

Assim, quaisquer que sejam as absorções culturais da palavra leitora dos textos religiosos *Imitação de Cristo*, *Adoremus* e *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento*, elas nos conduzem a reconstituir aquele procedimento, orientado por Chartier (2001), da escrita ditada à escrituração cronológica da leitura ditada nos quatro testamentos que aqui apresentamos – de duas mulheres, Joaquina Maria do Nascimento (testamento escriturado em 1850) e Ana Batista do Sacramento (em 1873), e dois homens, Gonçalo Correia da Silva (testamento escriturado em 1873) e Caetano de Souza Silva (em 1890). Reescreveremos suas histórias de si mesmos para outrem, nas quais se encadeiam e se enfeixam indícios de apropriações culturais, num primeiro plano. Mas devemos ressaltar que nossos quatro testadores viviam num universo existencial e mental posteriormente ultrapassado por outros ensinamentos pedagógicos e outras, inúmeras e variadas, apropriações culturais.

#### D. Joaquina Maria do Nascimento

Foi graças à oralidade, à leitura, à escrita, à escolarização elementar e à mentalidade coletiva costumeiramente preservada que D. Joaquina Maria do Nascimento, por estar enferma, ditou, no dia 22 de agosto de 1850, a escrituração de seu testamento, tendo como

testamenteiro seu sobrinho João Rodrigues Mariz, mediante a confirmação deste: *Dia e Era ut Retro* (Está tudo igual como a senhora já falou).

D. Joaquina Maria do Nascimento, natural da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, nasceu, e certamente foi batizada, no ano de 1791. Filha legítima do fazendeiro, Juiz dos Órfãos e Tenente Coronel Manoel Pereira Monteiro (o segundo) e de Teresa Maria da Conceição – falecidos –, era moradora do Sítio Curral Queimado (que fora de seu avô), pertencente à Vila do Príncipe. Faleceu solteira e sem filhos (tal como suas irmãs Teresa Maria de Jesus, Francisca Maria e Inácia) e exercitava relativamente a liturgia católica apostólica romana, em virtude das apropriações da palavra leitora ensinada e ditada dos textos de livros religiosos, principalmente, e das absorções culturais apreendidas no seio de sua ilustrada família.

No ano de 1850 (data da escrituração e aprovação do testamento) no Brasil – portanto no Rio Grande do Norte –, mulheres de bens materiais e simbólicos, como D. Joaquina, ainda não dominavam a escrita já prestigiada, embora algumas delas conseguissem ler. Herdeira de uma tradicional família católica e de proprietários de terras, D. Joaquina era neta do patriarca Manoel Pereira Monteiro e de sua esposa, D. Teresa Tavares de Jesus.

Em 1728, Manoel Pereira Monteiro, que também exercera a função de Juiz Ordinário e de Órfãos na povoação de Piancó (hoje Pombal, Paraíba), estabeleceu sua fazenda, Serra Negra, à margem esquerda do rio Espinharas, com currais e casas. Posteriormente, em 24 de agosto de 1735, ali mesmo na Fazenda Serra Negra, o tabelião Félix Gomes Franco lavraria a escritura de doação, pelo mesmo Manoel Pereira Monteiro e sua esposa, de meia légua de terra para a construção de uma capela com invocação a Nossa Senhora do Ó. Nessa capela, seriam celebradas missas diárias por seus dois filhos ordenados padres, João Pereira Monteiro e Fernando Pereira Monteiro, tios de D. Joaquina. (CUNHA, 1971).

Essa capela com invocação a Nossa Senhora do Ó foi a segunda a ser construída em terras do sertão do Seridó (a primeira foi edificada por volta de 1695, conforme anotado anteriormente, na página 92). Posteriormente, a capela com invocação a Nossa Senhora do Ó foi incorporada aos domínios da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana. Cabia, portanto, ao Capitão Manoel Pereira Monteiro, o título de padrinho da primeira igreja da freguesia. Foi, ainda, a Fazenda Serra Negra que deu origem à atual cidade Serra Negra do Norte (RN), e a capela à atual Matriz de Nossa Senhora do Ó.

Em 1774, o avô de D. Joaquina, Manoel Pereira Monteiro, impetrou à Sé de Olinda licença para a mudança da capela Nossa Senhora do Ó para um lugar decente, com patrimônio

decente, para erguê-la e paramentá-la, e assim foi autorizado. (MEDEIROS FILHO, 2002). Em 11 de julho de 1774 foi assinada, pela Santa Sé de Olinda, a provisão que autorizava a edificação e a bênção da nova capela. Então, começou a ser erguida a atual matriz, com invocação à mesma santa, concluída em 1781, possivelmente benta nesse mesmo ano pelo vigário responsável pela freguesia – Padre José Pereira Lobato –, e cuja provisão fora assinada pela Santa Sé de Olinda sete anos antes.

Numa espécie de aliança de fidelidade e de respeito aos preceitos misteres da Igreja católica, D. Joaquina, lúcida e moribunda, vivificou alguns de seus feitos gerais para escriturá-los em seu testamento. Com moderação e contrição, ditou:

Primeiramente encomendo minha Alma ao Todo Poderoso que [me criou], e lhe Rogo pelos merecimentos do Precioso Sangue de meu Senhor Jesus Cristo que me salve. Rogo [...] a Gloriosa Senhora Sant’Ana minha Padroeira, ao Anjo da minha Guarda a Santa do meu nome, e a todos os Santos e Santas da Corte do Céu queiram interceder por mim ao Senhor, para que a minha Alma entre segura na Glória para que foi criada. (NASCIMENTO, 1850, fl. 1).

D. Joaquina foi uma celibatária sem filhos. Pelos deveres imperiosos das obras de misericórdia para com a Igreja católica, a justiça temporal e seus parentes de sangue, D. Joaquina distribuiu seus bens acumulados com estima, mais para uns do que para outros.

Aos sobrinhos afilhados, Manoel Pereira Mariz Junior e Theresa Maria, destinou um valor de dez mil réis. O restante de seus bens materiais (envolvendo os escravos Maria, Vicência e Luiz) e também financeiros repartiu, com o dever da equidade, para seus universais e legítimos herdeiros – os dez filhos da sobrinha e afilhada Rosa Maria do Espírito Santo, casada com seu sobrinho João Rodrigues Mariz, seu testamenteiro e assinante, por cláusula expressa: “[...] por eu não saber escrever roguei a meu sobrinho João Rodrigues Mariz, este por mim assinasse depois de *me ter dito lido* [...]. Está tudo conforme ao que é ditado e por isso o mandei assinar pelo dito meu sobrinho.” (NASCIMENTO, 1850, fl. 2, grifo nosso). O tempo aqui na terra era, ininterruptamente, de trabalho e de penitências, devoções e piedosos bons costumes cristãos, pios e profanos. E também tempo de encomendar, continuamente, a salvação da alma.

A história de vida de católica praticante, devota da Gloriosa Senhora Sant’Ana e de Santa Joaquina, sobrinha de padres e cumpridora relativa dos atos e gestos pios e profanos, determinou que D. Joaquina ditasse o rito da cerimônia fúnebre de seu sepultamento, cuidadosamente cumprido em 10 de agosto de 1851, dia de sua morte, causada por uma pneumonia, quando tinha sessenta anos de idade. D. Joaquina recebeu todos os sacramentos,

como ordenava a madre Igreja católica e, acima de tudo, ensinavam os textos religiosos. Com palavras ditadas em voz alta, ela prenunciou em testamento seu velório e seu enterro de mulher cristã e proprietária de bens materiais e simbólicos. À semelhança dos santos e santas e investida de humildade, ordenou:

Meu corpo envolto em hábito branco será sepultado na Capela de Nossa Senhora do Ó de Serra Negra, onde estão sepultados os meus predecessores, acompanhada pelo Sacerdote que ali estiver de Capelão havendo, em não havendo será de forma que puder ser, de grade acima, e havendo Capelão este dirá por minha Alma Missa de Corpo presente. (NASCIMENTO, 1850, fl. 1).

Esses costumes ensinados e apreendidos, e de todo modo equivalentes às práticas culturais continuamente repassadas e apropriadas por mulheres e homens católicos de Caicó, e por extensão de toda a Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, foram rigorosamente cumpridos pelos familiares e pelo reverendo Joaquim Félix de Medeiros, vigário do povoado de São João, elevado a distrito em 1868 com o nome de São João do Príncipe. Como destaca Le Goff (2002, p. 244), “O encontro dos vivos e dos mortos no seio das grandes famílias se dá nos cemitérios.” Em outros termos, o momento dos sepultamentos sobressai como ocasião de sociabilidade fúnebre.

Tendo D. Joaquina a altivez de mulher católica de família tradicional do sertão do Seridó, proprietária de bens – terra, gado, escravos e joias –, esse encontro seria, material e simbolicamente, ornado por missa, velas, encomenda e cortejo do corpo até a cova, acima das grades da capela de Nossa Senhora do Ó de Serra Negra do Norte, paramentada por seu pai e onde estavam sepultados seus nobres familiares, dentre eles seus tios padres, José Pereira Monteiro e Fernando Pereira Monteiro.

No recibo do funeral e do enterro (transcrito nas contas do testamento) da agora finada D. Joaquina, morta em 1851, vê-se a interligação da cultura material e da cultura mental, no *modus vivendi*, com as sociabilidades formativas referenciadas por códigos de conduta e atitudes devocionais pias e profanas.

Ofício paroquial	10\$000
Caminho ao Pc. do pároco	7\$000
Do pagamento de Padre Joaquim Félix de Medeiros	4\$000
Velas do corpo	1\$600
Acompanhamento, encomendação e vela	1\$280

Missa de corpo presente	1\$000
Sacristão	\$520
Cova acima das grades	4\$000
Visita da cova	—
Caminho ao Padre Joaquim Félix de Medeiros	4\$000
Memento (momento da missa em que as preces são dirigidas ao morto)	2\$000
Missa de 7º dia	1\$000
Velas da sepultura	1\$600
<i>Soma</i>	<i>38\$000</i>

A escrituração das últimas vontades de D. Joaquina por meio de seu testamento, cuidadosamente ditado ao tabelião público, revela, antes de tudo, seu desejo simbólico de recordação de si mesma para outrem, ante o desígnio da morte. Além do mais, traduz algumas práticas sociais próprias da religião católica, dos deveres sociais e dos financeiros, devidamente apropriados do meio circundante, ou mesmo daqueles ensinamentos advindos dos textos de obras religiosas, lidas ou escutadas, dentre outros repassados pela força da oralidade e da linguagem escrita.

#### D. Ana Batista do Sacramento

Achando-se em idade avançada (setenta anos) e temendo a morte, D. Ana Batista do Sacramento, no dia 22 de outubro de 1873, chamou até sua residência, na Cidade do Príncipe, o tabelião público Inácio Gonçalves Vale, para ditado e escritura do testamento dela.

D. Ana Batista do Sacramento, nascida e batizada na Fazenda Boqueirão, no ano de 1803, era natural da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, filha legítima de Caetano Camelo Pereira e Clara Maria dos Reis (falecidos) e viúva de Germano Gomes de Brito, com quem foi casada na Igreja católica e com quem teve oito filhos.

Durante toda a sua vida ativa 77 anos, D. Ana Sacramento observou a liturgia católica apostólica romana, atenta à palavra leitora ensinada e ditada pelas pregações, ladainhas, orações e pelos textos de livros religiosos. Numa espécie de tradução dos sintomas

da religiosidade dos moradores daquela freguesia, os pais de D. Ana Sacramento, dias após seu nascimento, a batizaram com o mesmo nome da santa padroeira de Caicó (à época, Vila Nova do Príncipe), protetora e também intercessora de muitos que lá habitavam. Ainda criança, D. Ana Sacramento recebeu o sacramento da primeira eucaristia, através do qual o cristão recebe o “corpo” de Jesus Cristo.

No ano de 1832, aos 29 anos de idade, recebia o sacramento do matrimônio, ao casar-se com Germano Gomes de Brito, observando os ritos de cerimônias dessa magnitude, que eram confessar-se e prestar o exame da doutrina cristã, oral ou escrito. No assento do matrimônio, transcrito pelo padre coadjutor da freguesia, esse rito foi assim descrito:

Aos quinze dias do mês de novembro de mil oitocentos e trinta e dois pelas dez horas do dia na fazenda Retiro desta Freguesia do Seridó, tendo precedido as canônicas denúncias, sem impedimento, confissão, comunhão, e exame de doutrina cristã, ajuntei em Matrimônio e dei as Bênçãos Nupciais aos contrahentes GERMANO GOMES DE BRITO e ANNA BATISTA DO SACRAMENTO. [...] Foram testemunhas Joaquim de Santa Anna Pereira, e Jerônimo Emiliano de Freitas, casados, e moradores nesta Freguesia; de que para constar fiz este Assento, que com as ditas Testemunhas assino. Manoel Jozé Fernandes. Coadjutor Pro-Paroco. (ASSENTO DE MATRIMÔNIO, 1832, p. 98, grifo do texto).

Como era comum nas sociedades tradicionais e católicas, a vida matrimonial permanecia até a morte de um dos cônjuges. Quando morto o marido, a mulher mantinha-se de luto absoluto até a morte, como permaneceu D. Ana Sacramento, ao ficar viúva do esposo Germano Gomes de Brito. Nesse tempo em que viveu D. Ana Sacramento, o luto expressava, além dos preceitos cristãos, prestígio social.

Pelos deveres imperiosos com as obras de misericórdia perante a Igreja católica, a justiça temporal e seus parentes de sangue, D. Ana Sacramento, após o fiel cumprimento religioso do funeral e da celebração de missas em sufrágio da alma do Sr. Germano, fez a partilha de seus bens para ela, seus filhos e seus netos.

Seguidora dos princípios doutrinários cristãos propagados pela rede de práticas culturais que se ligam pela leitura, oralidade, escrita e, ainda, pela escolarização, D. Ana Sacramento associou-se às Irmandades da Freguesia, segundo reza seu testamento. Pelos indícios coligidos a partir do *corpus* documental, D. Ana Sacramento pertenceu, ao mesmo tempo, aos quadros da Irmandade de Sant’Ana da Freguesia do Seridó (fundada em 1754 e com Compromisso aprovado pela Resolução nº 14, de 18 de outubro de 1836), da Irmandade do Santíssimo Sacramento (fundada em 1756 e com Compromisso aprovado pela Resolução

nº 16, de 10 de outubro de 1836) e da Irmandade das Almas (fundada em 1791 e com Compromisso aprovado pela Resolução nº 15, de 18 de outubro de 1836).

No tempo da vida terrena de D. Ana Sacramento, era comum as mulheres casadas associarem-se às irmandades ao lado do marido. Assim sendo, pela assinatura de seu marido Germano Gomes de Brito e outros associados, no Termo de aprovação do Compromisso da Irmandade de Sant'Ana da Freguesia do Seridó, em 4 de abril de 1836, constatamos que essa testadora, devotíssima da Gloriosa Senhora Sant'Ana, também era uma de suas associadas.

D. Ana Sacramento, no fiel cumprimento da devoção cristã, pertenceu também à Irmandade do Santíssimo Sacramento, com assinatura postada no sábado santo de 1854, e nela permaneceu até 1880, em seus últimos dias de vida terrena. Seu marido, Germano Gomes de Brito, que também entrou para essa Irmandade no mesmo sábado santo de 1854, posteriormente se tornou um de seus escrivães, assumindo o cargo de 1864 a 1866. (LIVRO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO..., 1838-1880). Reza o Compromisso dessa Irmandade:

Servirão nesta Irmandade todas as pessoas, de um e outro sexo, e de melhor nota, tanto em procedimento, como em qualidade, desta e de outra qualquer Freguesia, que voluntariamente se quiser assentar por irmãos, pagando cada uma o seu anual mil e quinhentos reis, no fim de cada um ano, que se contará de Sábado Santo à Sábado Santo. (COMPROMISSO DA IRMANDADE DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO, 1836, fl. 2).

Geralmente, as irmandades tinham a função de representar, social e politicamente, setores e grupos de uma comunidade. (REIS, 1991). Dessa maneira, o Compromisso da Irmandade de Sant'Ana tece considerações referentes à obediência, aos ensinamentos orais e textuais da doutrina católica, à prudência temporal e à abertura para as luzes do saber dos irmãos da Irmandade de Sant'Ana da Freguesia do Seridó, responsáveis pelos deveres pecuniários de conservação do templo da matriz para dar culto à padroeira, por promoverem solenemente e com louvor sua festa no mês de julho de cada ano e custearem a celebração de missas em sufrágio das almas de seus defuntos. (COMPROMISSO DA IRMANDADE DE SANT'ANA..., 1836).

Conforme Reis (1991), no século XIX, no qual viveu D. Ana Sacramento, uma cartilha recomendava, como regra de bem viver, que os fiéis fizessem seu testamento enquanto gozassem de boa saúde física e mental. Porém, de acordo com a Bíblia Sagrada, o testamento só deve entrar em vigor “[...] depois da morte do testador. Permanecendo sem efeito enquanto ele [o testador] vive.” (ESPÍSTOLA AOS HEBREUS, 9, 16-17, 1995).

À semelhança de seu cônjuge e de toda a parentela, D. Ana Sacramento, no alto dos seus setenta anos de idade, invocou o escrivão público Inácio Gonçalves Vale, para que ela, em perfeito gozo de sua saúde física e mental, ditasse pacientemente seu testamento, o que aconteceu no dia 22 de outubro de 1873, em sua residência, em Caicó. Designou como seus testamentários Joaquim Francisco Quirino de Brito (filho), Erêncio de Freitas (cunhado) e o Padre Luis Marinho de Freitas (cunhado).

Assim como os demais moradores daquela freguesia, nossa testadora era profundamente religiosa e exercitava fervorosamente a “santa” fé católica. Numa espécie de aliança de fidelidade e de respeito cristão, e com declarada lucidez, D. Ana Sacramento vivificou seus feitos gerais, escriturando-os. Com moderação e altivez de mulher católica e proprietária de terras, declarou:

Primeiramente encomendo minha Alma ao Todo Poderoso que a criou e lhe Rogo pelo preciosíssimo sangue de meu Senhor Jesus Cristo a salve. Rogo a Maria Santíssima como mãe e advogada dos pecadores, ao anjo da minha guarda, à Santa de meu nome e com especialidade a Gloriosíssima Senhora Sant’Ana, minha muito amada padroeira, que sejam minhas intercessoras para que minha alma entre segura na glória para que foi criada. (SACRAMENTO, 1873, fl. 1).

Em seu testamento, D. Ana Sacramento, como mulher rica e vaidosa, católica fiel e cumpridora das leis de Deus e dos homens nas associações de que participava, determinou que a solenidade de seu sepultamento primasse pela sobriedade: duas capelas de missas em sufrágio de sua alma e uma capela de missas para a alma dos pobres desvalidos, seguindo as recomendações do Compromisso da Irmandade das Almas, que ordenava mandar rezar missas em sufrágio dos homens e mulheres pobres falecidos na Freguesia.

Ademais, a história de sua vida católica como praticante da doutrina católica e associada das Irmandades de Sant’Ana da Freguesia do Seridó, do Santíssimo Sacramento e da Irmandade das Almas levou-a a destinar seu rosário de ouro, com todos os seus pertences, cruz e angélica, à padroeira gloriosíssima Senhora Sant’Ana, como uma expressão do amor devocional, uma espécie de salvo-conduto para a salvação de sua alma. Ela declara redistribuir os bens que lhe pertencem – após retiradas as despesas com enterro, funeral e missas –, ficando a metade da terça parte para a neta e afilhada Francisca – filha de sua finada filha Izabel – e a outra metade para todos os outros netos que, necessariamente, fossem seus afilhados.

Como até ali se mantinha, os costumes ensinados e apropriados por mulheres e homens católicos de Caicó e, por extensão, da freguesia foram rigorosamente cumpridos pelos testamenteiros de D. Ana Sacramento, pelos familiares e pelos reverendos Padre João Avelino de Albuquerque Santos e Padre José Joaquim Fernandes, conforme documentado por recibos, nas contas do testamento.

Na nota escrita pelo Padre João Avelino, este declara ter recebido do Sr. Joaquim Erêncio Freitas, testamenteiro e genro de D. Ana Sacramento, a quantia de sessenta mil réis pelo enterro e visita de cova, após rezar as missas de sétimo e trigésimo dias. Em outro recibo, emitido pelo Padre José Joaquim Fernandes, certifica-se a celebração de três capelas de missas, por pedido verbal da testadora, sendo duas pela salvação de sua própria alma e outra pela dos pobres desvalidos da Freguesia do Seridó.

Almejando um jazigo perpétuo para si e para seus familiares, D. Ana Sacramento determinou que seu corpo fosse sepultado no cemitério público, e acima do cruzeiro, envolto em hábito preto, cor fúnebre e símbolo de prestígio social. (REIS, 1991). Sendo ela católica fervorosa e membro das Irmandades da Freguesia da Gloriosa Sant'Ana, o ritual fúnebre de seu velório foi ornado com missa, oração, ladainha, velas e sepultamento do corpo – como estava registrado em seu testamento –, no mesmo cemitério onde repousavam seus familiares falecidos.

No testamento de D. Ana Sacramento, análogo a tantos outros analisados, transparece uma inquietação, ou melhor, uma sensibilidade para com a boa morte quando a pessoa ainda está em gozo de bom estado físico e mental. Evidentemente, tratava-se de responder, do ponto de vista jurídico e religioso, a um ritual herdado dos pais pelos filhos, pelo menos desde quando no Seridó foram habitar.

Era necessário o testador nomear os santos intercessores de sua salvação, autorizando um sem-número de missas, para que a estada no purgatório fosse a mais breve possível. Ao mesmo tempo, buscava-se compensar os pecados repetidamente praticados com o pagamento de missas pelas almas dos pobres e desvalidos. Era conveniente ordenar a feitura da mortalha, instruir pormenorizadamente a cerimônia religiosa do funeral, com a segura presença do reverendo ou sacerdote de estima do morto, e constituía-se em boas maneiras e prova de urbanidade retomar por escrito, passo a passo, os ritos costumeiramente praticados pelos familiares ilustres já falecidos.

A preparação, bem antes da hora, para a boa morte cristã – melhor dizendo, para a passagem da vida terrena para a vida eterna – como fez D. Ana Sacramento, procedia de

distantes e dispersos ensinamentos religiosos propagados pela oralidade (ladainhas, orações, pregações), iconografias (afrescos, estampas, gravuras) e textos escritos (catecismos, bíblias, livretos sobre a arte de morrer, livros de horas).

Ter consciência do fim próximo da vida terrena representava não somente uma sensibilidade comum de cristianização da vida existencial, mas, sobretudo, o cumprimento de práticas culturais cristãs, produzidas e reproduzidas pela oralidade e por textos visuais escritos, que justapunham apropriações para bem morrer às apropriações para bem viver.

#### Sr. Gonçalo Correia da Silva

No apogeu dos movimentos de contestação da escravidão no Brasil, da aprovação da Lei Eusébio de Queiroz (1850), que acabou com o tráfico negreiro, e da sanção da Lei do Ventre Livre (1871), que deu liberdade aos filhos de escravos nascidos a partir de então, viveu o Sr. Gonçalo Correia da Silva, natural e morador do sítio Riacho de Fora (de sua propriedade), no município de Caicó, pertencente à Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana.

O Sr. Gonçalo Correia da Silva, cidadão católico, filho de Manoel da Rocha Freire e Maria Teresa de Jesus (falecidos), assim como D. Joaquina, se manteve solteiro e sem filhos. Alfabetizado na oralidade, na leitura e na escrita, estando com uma ferida cancrosa (possivelmente um cancro venéreo) em estado avançado, ditou, em 3 de agosto de 1873, seu testamento para o tabelião público Inácio Gonçalves Vale.

Pesquisadores da história local, como Dom Adelino Dantas (1979), reportam-se às causas *mortis* dos seridoenses nos séculos XVIII e XIX (especialmente entre 1789 a 1834), entre as quais sobressaem o cancro e um número sem conta de feridas de toda espécie, conforme os livros de óbito da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana e de suas capelas (Acari, Currais Novos, Jardim do Seridó, Jardim de Piranhas e Serra Negra).

Decididamente, por palavras proferidas e por gestos, o Sr. Gonçalo externalizou seus últimos atos devocionais, rogos de merecimentos e a encomenda de sua alma para Deus. A princípio, declarou seu estado físico, mental e, principalmente, suas devoções:

Eu Gonçalo Correia da Silva achando-me bastante doente de uma ferida cancrosa, porém em meu perfeito juízo e entendimento que Deus foi servido dar-me e não sabendo o dia em que o mesmo Deus será servido a chamar-me, faço este meu testamento pela forma e maneira seguinte [...]. Primeiramente encomendo a minha Alma a Deus que criou e lhe rogo pelos merecimentos do preciso sangue de Jesus Cristo a Salve. [...] Rogo a Maria Santíssima, mãe e advogada dos pecadores, ao Anjo da Minha Guarda, ao

Santo do meu nome e a todos os santos da Corte do Céu que irão ser meus intercessores no perigo transposto desta vida para a outra vida para que a minha Alma entre segura na Glória. (SILVA, 1873, fl. 1).

Entre suas últimas vontades, o Sr. Gonçalo discriminou o cumprimento da uma missa de corpo presente por sua alma, mais duzentas e cinquenta a serem celebradas posteriormente, mais cinquenta pela alma de seus pais, além de seis ditas pelas almas do purgatório. Pelas trezentas e seis missas em sufrágio pela brevidade da permanência de sua alma no purgatório, assim como das almas intencionadas, foi paga por seu testamenteiro e também cunhado, Luis Emiliano de Figueirêdo – irmão do Padre Gil Braz de Figueirêdo, cujo testamento e inventário serão analisados no próximo capítulo –, a quantia de trezentos e seis mil réis ao hospício – como eram chamados os colégios católicos – de Nossa Senhora da Penha, sem dizer a freguesia de pertencimento.

A vaidade inigualável das elites da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, com suas práticas culturais católicas cimentadas, situava-se numa rede circulante de apropriações diversas sobre o livro, a leitura, a oralidade e a escolarização. Assim sendo, o prestígio de certas sociabilidades formativas levou o Sr. Gonçalo a destinar ao Padre Manuel Salviano de Medeiros a quantia monetária de trinta e um mil e duzentos e quarenta réis, para a devida assistência espiritual no decorrer de seu funeral, cobrindo toda a celebração, desde a missa de corpo presente ao acompanhamento do cortejo fúnebre até o cemitério, com a decência necessária a todo morto que se transportava da vida terrena para a outra, para que sua alma entrasse “segura” na glória do reino de Deus.

No limiar da morte, amargando dor física e espiritual de um possível cancro venéreo, o Sr. Gonçalo procurou mais ainda compensar as vicissitudes humanas que lhe sobrevieram com atitudes devocionais, profanas ou piedosas. Por palavras aparentemente reveladoras de conduta cristã, repartiu com seus herdeiros legítimos bens materiais em parte herdados dos pais, por cinco destinatários socialmente distintos. À irmã Maria deixou a casa do sítio Riacho de Fora, como gesto de gratidão pelo zelo com que tratava da ferida cancrosa que o molestava; aos sobrinhos afilhados Manoel, João, Inácio e Maria destinou todo o gado *vacum* fêmea; ao afilhado filho do caboclo Targino concedeu uma podra de segunda muda; à escrava Severiana destinou duas novilhas; a todos os irmãos e irmãs assegurou o restante de seus bens materiais e financeiros.

Ademais, para obter a mercê de uma morte com o consolo da redução da pena dos pecados capitais ou veniais cometidos o Sr. Gonçalo declarava forro seu escravo Eliseu, após

sua morte e a partir do momento em que o testamenteiro lhe entregasse a carta de liberdade. Com esse gesto político, o testador cumpria a Lei do Ventre Livre (1871) e ainda exercitava uma atitude devocional profana, ensinada e apropriada através da palavra leitora lida ou ditada de textos religiosos, por exemplo.

Concentrando seus últimos desejos pios na almejada salvação de sua alma, o cidadão alfabetizado Gonçalo rogava, como última vontade, em perfeito juízo e entendimento da grandeza de Deus, a honestidade de seus testamenteiros na partilha de seus bens por herdeiros legítimos e instituídos. E, centrando-se na formalidade da escrituração de seu testamento, ditou suas últimas vontades, cuidadosamente escritas e lidas em voz alta pelo tabelião Inácio Gonçalves Vale e assinadas pelo testador.

Acreditava-se, sobretudo, que a morte não era apenas o fim da matéria (corpo), mas a transplantação da alma para outra vida, celestial, junto de Deus. Assim crendo, o Sr. Gonçalo encomendou aos santos de devoção os cuidados espirituais com sua alma. Após a missa de corpo presente e o cortejo fúnebre, acompanhado por familiares, sacerdotes e sacristãos, foi cuidadosamente sepultado no cemitério público, acima do cruzeiro, em 21 de setembro de 1873.

#### Sr. Caetano de Sousa Silva

Decerto, o século XIX constitui-se em um momento privilegiado para se alargarem, em Caicó, os laços afetivos, sociais e religiosos dos homens e das mulheres – prática cultural apropriada que vinha de longe, permanentemente plantada, transmitida. Tudo, ou quase tudo, favorecia o cultivo dos laços afetivos: batizados, casamentos, cerimônias religiosas, festejos de toda espécie, reuniões privadas, velórios e, ainda, visitas – esperadas ou inesperadas.

No ano de 1890, a festa da Gloriosa Senhora Sant'Ana, comemorada geralmente no mês de julho, foi a época escolhida pelo Sr. Caetano de Sousa Silva para a observância jurídica e religiosa de levar a termo a escrituração de seu testamento. Cidadão católico, temente de Deus, nascido no ano de 1818 e proprietário do sítio Solidão, situado no município de Caicó, era filho legítimo de Caetano Barbosa de Araújo e Maria Micaela dos Anjos Silva. Seu pai (conforme assento de óbito de 1842) fora sepultado envolto em hábito branco, acima das grades da matriz, o que denotava prestígio social.

No ano de nascimento de Sr. Caetano – 1818 –, dois fatos políticos sobressaíram: o primeiro foi o coroamento de Dom João VI (João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís

António Domingos Rafael de Bragança) como rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves; o segundo – que interessa particularmente ao Rio Grande do Norte – foi a criação da Ouvidoria do Rio Grande do Norte (independente da Paraíba), e, ainda, a da Provedoria da Fazenda dos Defuntos, Ausentes, Capelas e Resíduos, após consulta do rei Dom João VI à Mesa de Consciência e Ordens.

Pertencendo a uma família de prestígio social, o Sr. Caetano levava adiante muitos dos costumes aprendidos, cumpridos e compartilhados, dentre os quais sobressaía o de fazer-se presente na festa da Gloriosa Senhora Sant’Ana. Assim sendo, de fato, no dia 20 julho de 1890, ele, então com 72 anos de idade, deslocou-se de seu sítio Solidão para a cidade de Caicó, decididamente para a casa do capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega e D. Iluminata Nóbrega, prestigiosos fazendeiros, pais de Janúncio da Nóbrega Filho, Diógenes Celso da Nóbrega, Francisco Horácio da Nóbrega, Gorgônio Ambrósio da Nóbrega e Manuel Severiano da Nóbrega – que haviam fundado em Caicó, no ano de 1886, o Núcleo de Propaganda Republicana, o primeiro do Rio Grande do Norte.

A preocupação primeira do Sr. Caetano era assistir, naquele domingo, às cerimônias festivas dedicadas à padroeira dos caicoenses, o que evidencia algumas de suas práticas católicas cristãs apropriadas de diversos ensinamentos de textos de cunho religioso. A obra *Imitação de Cristo*, por exemplo, ensinava a frequência às festas de santos e santas padroeiras como ato de renovar o fervor da fé católica e de preparo para a “festividade” da vida eterna. O gesto devocional de Sr. Caetano e de sua esposa era assistir com gente amiga da cidade esse acontecimento católico – as cerimônias particularmente dedicadas à Gloriosa Senhora Sant’Ana.

Acolhido na casa do capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega, o Sr. Caetano pretendia cumprir o ato legítimo de fé católica e dever civil, a escrituração de seu testamento, confiado, a seu rogo, ao tabelião público Inácio Gonçalves Vale. De igual maneira, dirigiram-se também à casa do capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega o tenente coronel João Damasceno Pereira de Araújo, o capitão Damião Salustino da Nóbrega, o capitão Manoel Salustiano da Nóbrega e D. Maria Liberalina da Glória (esposa do testador), seus constituídos testamentários, para, pontualmente, cumprirem as últimas vontades profanas e pias do Sr. Caetano.

No gozo de perfeita saúde e por não saber o dia em que Deus o tiraria da vida terrena, o Sr. Caetano abriu a escrituração de seu testamento professando seguramente as crenças que absorvera:

Primeiramente encomendo minha alma a Deus que nos criou. [...] Rogo a Santíssima Virgem, ao Anjo da minha guarda, ao Santo do meu nome e todos os Santos da Corte do Céu queiram ser meus intercessores no perigoso transporte desta para outra vida, afim de que minha alma entre depressa na glória para que foi criada. (SILVA, 1890, fl. 1).

O cidadão Caetano fora alfabetizado quanto ao ler, ao escrever, ao contar, ao rezar e aos bons costumes cristãos e urbanos, muito possivelmente pela modalidade da escolarização doméstica, sob a responsabilidade de um mestre-escola, ou mesmo de um familiar. Em primeiras núpcias, ele fora casado com D. Josefa Cavalcante de Albuquerque, com quem teve cinco filhos, sendo vivos então apenas três mulheres: Constância, casada com Trajano de Sousa Silva; Rosalina, casada com João Baptista de Maria; e Clementina, casada com José Alves Carneiro, certamente todos possuidores de fazendas. Quando viúvo de D. Josefa Albuquerque, o Sr. Caetano unira-se pelos laços indissolúveis do matrimônio com D. Maria Liberalina da Glória, mas com ela não teve filhos.

Quando ficara viúvo de D. Josefa Albuquerque, pensando certamente em casar-se novamente, haja vista ser isso indício de respeito social, o Sr. Caetano confeccionara um inventário extrajudicial para formalizar com equanimidade a distribuição dos bens que cabiam às filhas herdeiras, para se sentir quite com a lei de Deus e a dos homens.

Sem dúvida, a cadeia de obrigações de levar a efeito, ante o destino da morte e a consciência da idade avançada, a escrituração de seu testamento tornara-se inadiável, até para os devidos cuidados com os progressos de sua alma e a plena retidão na distribuição equitativa de seus bens materiais. Bem-aventurado seria o servo de Deus que a morte – fim derradeiro da vida – não encontrasse desprevenido, ensinava a *Imitação de Cristo*.

Com certa familiaridade, primeiro o Sr. Caetano determinou que a partilha de seus bens (fazendas e terras, principalmente) em duas partes iguais somente fosse realizada depois de avaliadas e satisfeitas as despesas que ocorressem: a primeira parte seria destinada a sua segunda mulher, e a outra, dividida em três outras partes, justamente distribuída entre D. Maria Liberalina (que era a terça de sua metade) e os herdeiros legítimos, suas filhas e seus netos.

Resignado diante do destino comum da vida eterna e inspirado nas leituras religiosas feitas e ouvidas, o Sr. Caetano ditou com segura clareza seus desejos pios, que, ao mesmo tempo, revelavam uma prática cultural vastamente disseminada e convenientemente apropriada entre homens e mulheres católicos com cabedal. Cientes do estabelecido por escrito no testamento, cabia a seus testamentários observar o cumprimento da determinação

de mandar celebrar cinquenta missas: dez pela alma dos pais do Sr. Caetano; dez pela alma de sua primeira mulher; dez pelas almas de seus filhos e filhas já falecidos; dez por sua alma e, finalmente, dez pela intenção de sua segunda mulher. Rogava apenas mais que, quando morresse, seu corpo fosse sepultado no cemitério público de Caicó.

Atento à onipresença das leis de Deus e das dos homens, escolarizado e educado nos bons costumes cristãos e urbanos, após o término da escrituração de seu testamento o Sr. Caetano procedeu a uma leitura pausada, considerando que estava em tudo conforme o que havia ditado com firmeza, e assinou de próprio punho: Caetano de Souza Silva.

Àquela época, as leis vigentes mandavam que ao testamento, por ser um instrumento civil, fosse posteriormente dada fé ou que ele fosse aprovado pelo tabelião público. Portanto, no dia 22 de julho de 1890, precisamente dois dias após a escrituração, também na casa do capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega, perante o testador Caetano de Souza Silva e as testemunhas convocadas – coronel Baptista Mariz, capitão Olegário Gonçalves de Medeiros Vale, Dr. José da Silva Pires Ferreira, José Ignácio de Araújo e Manoel Augusto de [...] Araújo –, o testamento do Sr. Caetano foi lido em voz alta e o termo de aprovação foi assinado pelas testemunhas, para então ser dada fé pelo próprio tabelião Inácio Gonçalves Vale, mediante a assinatura e o sinal ou firma pública deste.

Nessa atmosfera sóbria, o Sr. Caetano, prudentemente, fechou com três pingos de lacre seu testamento, que somente seria aberto após seu falecimento. O intervalo de tempo para a abertura foi, de fato, até extenso: exatamente cinco anos e nove meses. Ela ocorreu no dia 23 de abril de 1896, um dia após o falecimento e o singelo sepultamento do Sr. Caetano, na casa do capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega, na frente do juiz distrital, capitão Pacífico Florêncio, do tabelião público, Inácio Gonçalves Vale, e das testemunhas Amaro Leopoldino da Costa, Honório Onofre de Medeiros, do próprio capitão Janúncio Salustiano da Nóbrega e das partes (herdeiros) a quem se destinavam, equanimemente, os bens materiais.

Com efeito, se a oralidade, a leitura, a escrita e a escolarização propiciaram a (re) produção de práticas culturais, com seus ritos e suas sociabilidades – como é o caso da feitura, aprovação e abertura de testamento de mulheres e homens possuidores de cabedal –, evidentemente subsistem, em cada um dos momentos desse todo, tanto vestígios de enraizamento da cultura dominante de vida social exemplar e de escritura de história resumida de si mesmo quanto sintomas de apropriações de bom grado repetidas e partilhadas com outrem.

## Na ordem das absorções culturais

A mesma voz fala em todos os livros, mas não ensina a todos do mesmo modo; pois eu sou o que interiormente ensina a verdade, perscruta o coração, e penetra os pensamentos, inspira as ações, distribuindo a cada uma segundo me apraz. (KEMPIS, 2005).

Antevista a razão porque se faz conveniente refletir acerca da história da leitura em Caicó, no século XIX – explicitamente, a leitura de um *corpus* de títulos religiosos ditos e ouvidos, como a *Imitação de Cristo*, a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* e o *Adoremus* – e trabalhando com vestígios diretos (livros religiosos que circularam em Caicó) e vestígios indiretos (ensinamentos transmitidos mediante a leitura desses textos católicos), chegamos, com o apoio da escrita testamentária e, até certo ponto, memorial, a reaver, ou melhor, a apreender práticas culturais absorvidas ou apropriadas da leitura feita e ouvida, relida e memorizada, recitada e murmurada. A atitude de ler ou ouvir o lido é um encontro do indivíduo com sua cultura e com as sociabilidades ali (in)formadas, considerando-se que,

Quando nos deparamos com algo significativo, tratamos de inseri-lo na ordem cognitiva que herdamos de nossa cultura; e em geral verbalizamos. Assim, os significados, como a linguagem, são sociais, independente da inflexão que lhes demos. Ao inferir significados, dedicamo-nos a uma atividade profundamente social, sobretudo quando lemos. (DARNTON, 1998, p. 202).

Advertida teoricamente por Darnton e caucionada pelos vestígios diretos e indiretos, pacientemente colhidos e cuidadosamente cruzados, pareceu-nos, que, pelo curso da circulação do livro de leitura religiosa, tornou-se exequível a expansão de uma bem-sucedida rede de práticas do catolicismo e, similarmente, das sociabilidades constituintes, entre mulheres, homens e crianças, dentre muitos dos moradores da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana. O texto de Juvenal Lamartine expressa minimamente um dos elos dessa rede de práticas do catolicismo e algumas das sociabilidades cristãs tecidas:

Antes da família se recolher para dormir, assistia a um terço ou novena tirados pelo dono da casa na sala do oratório. Os escravos assistiam do corredor, findos os quais todos os dependentes e escravos tomavam a bênção ao chefe da família e a sua esposa. (LAMARTINE, 1996, p. 34).

Naquele *corpus* de títulos religiosos difundido para leituras diuturnas intensivas subsistiam, fundamentalmente, ensinamentos prescritivos de ordem religiosa, moral e social, com o desígnio de análogas apropriações. Muito provavelmente, aqueles títulos religiosos (dentre outros) eram possuídos por uma parte dos familiares de D. Joaquina Maria do Nascimento (1791-1851), de D. Ana Batista do Sacramento (1803-1880), do Sr. Gonçalo Correia da Silva (?-1873) e do Sr. Caetano de Sousa Silva (1818-1896). Aliás, muitos dos historiadores do livro e da leitura estão ciosamente convictos de que livros impressos e certos manuscritos eram conservados pelas famílias e também herdados por parentes próximos. (JULIA, 1999). Nas proximidades do século XIX, em muitos lugares, assegura Chartier que “[...] os textos e os livros circulam na totalidade do corpo social e são compartilhados por leitores cuja condição e cultura varia muito.” (CHARTIER, 1999, p. 122).

Os indícios recolhidos nos testamentos de D. Joaquina Nascimento, de D. Ana Sacramento, do Sr. Gonçalo Silva e do Sr. Caetano Silva permitem deduzir-se que a leitura de títulos de larga circulação, como a *Imitação de Cristo*, a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* e o *Adoremus*, tornou-se, por força do intento de coesão social da religião católica entre os caicoenses, compartilhada, usufruída ou absorvida por nossos testadores e seus familiares. No cumprimento de seu dever de propagar as redes de sociabilidade em torno do catolicismo e de um repertório semelhante ao bíblico, a Igreja católica esforçou-se no incentivo à leitura, mas não incentivou a escrita, especialmente porque “Era útil que os paroquianos lessem a Bíblia e seu catecismo [...]” (LYONS, 1999, p. 167).

No curso do século XIX, principalmente nas sociedades de tradição católica, era comum (diferente para os homens) uma “[...] alfabetização feminina reduzida apenas à leitura, de acordo com uma representação comum, que não é unicamente popular, do que deve ser a educação das moças.” (CHARTIER, 2001, p. 81). Segundo esse historiador, é difícil mensurarem-se as leituras femininas, bem mais comuns do que antes se pensava. Decorre disso, acreditamos, a dificuldade que D. Joaquina Maria do Nascimento, que bem sabia ler, tinha para escrever.

Em relação ao século XIX, da onipresença da cultura oral e da gesticulação em demasia, do crescente progresso da publicação do livro impresso religioso e laico, da admiração que se desencadeou pelo objeto livro, os estudiosos da história da leitura confirmam a diversidade de práticas de leitura:

Ao lado do gesto silencioso no qual o contato se trava na intimidade entre um texto e seu leitor, outros acessos ao escrito continuam a ser praticados: a leitura em voz baixa para si mesmo, a leitura simultânea de várias pessoas

em círculos limitados, a leitura coletiva de tipo litúrgica, na qual ora o ministro lê para todos, ora cada um segue em seu livreto o texto do canto comum. (GILMONT, 1999, p. 59).

Esse conjunto diverso de práticas de leitura estimulária, com efeito, o uso mais ou menos correto da oralidade, da escrita, a familiaridade com textos seletos da doutrina cristã elementar, o hábito da escuta e o desvelo pela escolarização. Pode-se, então, dizer que a leitura de obras católicas impulsionou uma rede de apropriação de outras práticas culturais mais ou menos uniformes? Vários ensinamentos do *best-seller* de devoção, ou de horas – *Imitação de Cristo* – oferecem roteiros que induzem a arranjar ou a ordenar atos e atitudes terrenas harmonicamente com gestos do devocionismo piedoso:

Devemos examinar e ordenar tanto o interior como o exterior, porque ambos importam ao nosso aproveitamento.

Nunca esteja de todo desocupado, mas lê ou escreve ou reza ou medita ou faz alguma coisa em proveito comum.

Até do tempo depende a conveniência e o atrativo das práticas; porque umas são mais apropriadas para os dias festivos, outras para os dias comuns [...]. (KEMPIS, 2005, p. 31).

Contudo, por vezes, no entremeio das leituras admissíveis, colocam-se apropriações imediatamente atrativas, referenciadas por condutas mundanas. Seguramente, o Sr. Gonçalo Silva, com suas preferências e particularidades de homem solteiro, pareceu-nos seguidor atento dos ensinamentos prescritivos de ordem religiosa, preferencialmente aqueles concernentes à preparação para a morte e à salvação da alma para Deus, lidos e ouvidos repetidamente.

O século XIX, para os sertanejos moradores da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana e das freguesias vizinhas, foi um período de estiagens, secas, epidemias, moléstias, pestes de toda natureza, morte – sobretudo pelo rigor da fome – de milhares de crianças, jovens e adultos e de incontáveis animais. Guerra e Guerra (1980) registram que, além dos anos de seca declarados, ao longo do século XIX – 1814, 1825, 1833, 1845, 1877, 1878, 1879, 1898 –, aqueles moradores, já herdeiros dos primeiros “povoadores de gados”, que conviveram com a abundância da água, de caça e de mel silvestre, sofreram com os anos de inverno escasso ou de chuvas irregulares.

Um morador da fazenda Cajueiro, pertencente à vizinha Freguesia de Nossa Senhora da Guia (Vila do Acari), educado nas leituras feitas e ouvidas de obras religiosas, nas regras cristãs de viver dignamente e devotamente e no apego à escolarização – Manoel Antonio

Dantas Corrêa (1769-1853) –, ensaiou, em um “caderno” de anotações, em torno do dia 15 de junho de 1847, uma crônica nominada a *posteriori* “Secas mais notáveis e suas consequências.”

Antes de tudo, um esclarecimento: originalmente foi o historiador Macêdo (1998) o constator das crônicas de Manoel Corrêa moldadas pelas leituras da Bíblia. Na sua investigação, esse historiador afirma acreditar que

[...] um livro em particular da Bíblia serviu como *intertexto* estruturador da tecitura narrativa que ordena a crônica. O ‘Êxodo’ é este texto manancial com o qual a todo momento nos esbarramos. (MACÊDO, 1998, p. 74, grifo do autor).

Para o historiador que a lê e a interpreta, logo vem ao pensamento que o estilo de escrita do autor tem a força da apropriação da leitura de textos bíblicos, ou melhor, da absorção dos ensinamentos dessas leituras. Apropriações de leitura de textos bíblicos – o livro do Êxodo e a *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* – desdobraram-se na prática da escritura de um outro texto, preservando, em parte, o estilo. Vejamos:

#### Livro do Êxodo

Se recusar, infestarei de rãs todo o teu território. O Nilo ferverá de rãs [...] As rãs subirão sobre ti, sobre o teu povo e sobre todos os seus servos [...]. Aarão estendeu a mão com sua vara, e feriu o pó da terra: houve mosquitos sobre os homens e os animais. [...] surgiu na casa do faraó, na da sua gente, uma multidão de moscas, e todo o Egito foi devastado pelas moscas. (ÊXODO, 8, 2-24, 1995, p. 107-108).

[...]

#### História Sagrada do Antigo e Novo Testamento

Saíram das águas inumeráveis rãs, que penetraram as casas e foram encontradas até na cama e na comida do faraó. [...] Grandes nuvens de mosquitos deixaram-se cair sobre os homens e animais e os molestaram de mordeduras. [...] Vieram enxames de moscas perigosas, em tal quantidade que invadiram a terra e todas as casas, causando tormentos atrozes. (HEUSER, 1984, p. 55).

Acompanhemos, a seguir, a escrita de Manoel Antonio Dantas Corrêa, sem perder de vista os textos religiosos acima.

#### Crônica

Entrou o ano de 94; e nele foi favorável o inverno; mas logo sucederam três gêneros de peste; a primeira foi de gafanhotos de asas que devoravam toda a sorte de folhas e frutos das plantas; [...] a segunda peste foi de cobras cascaveis, e eram em numerosa quantidade [...]; a terceira peste foi de ratos, e tão numerosa que os rastos dos outros animais de um dia, não se viam no outro [...].

[...]

Prosperaram os tempos; multiplicaram-se os gados, e o povo à proporção. Findou-se aquele século [XVIII], entrou o presente [XIX] sem falência de chuvas; mas como este Seridó seja um sertão escaldado e por sua natureza falto de inverno, vindo os anos de 8 e 9 faltaram as chuvas; mas sem haver morinha nos gados, nem fome no povo; vindo o de 14, e neste alguma morinha houve nos gados, pois estes multiplicaram aqui mais do que em outro qualquer sertão. [...] Foram decorrendo os tempos com mais ou menos chuvas até que chegou o de 25; neste faltaram as chuvas totalmente; não só neste e sertões visinhos, como mesmo pelos brejos. (CORRÊA, 1847, 1980, p. 18).

Em conformidade com o que afirma Chartier (1990), ao escrever – em um dia, em uma semana ou em um mês, não importa –, o cronista das secas mais notáveis dá prova de que a leitura de uma obra adquire força de ensinamento, quando depende de três variáveis: o texto, o objeto que lhe serve de suporte (livro, oralidade) e a prática por meio da qual o indivíduo dele se apodera ou se apropria (texto lido, escutado, murmurado, transmitido), com intenções diversas.

Numa aproximação a Chartier (2001), entendemos que a leitura pode tornar-se uma prática social criadora, que permite múltiplas decifrações, quando situada numa rede de elos e combinações com outras leituras. Escritos em anos distintos, com suas regras, convenções, destinações, os textos do livro do Êxodo (Bíblia Sagrada, 1447 a.C., 1995) e da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* (16-?, 1984) tiveram apropriações e decifrações criativas, através da rede de práticas de leitura ou de escuta que a partir deles se formou. Reconhecer essa assertiva é instaurar uma ordem entre eles e o texto da crônica do criativo Manoel Corrêa, como contraponto de apropriações de leituras inscritas nas práticas que as produzem.

No meado do século XIX, assistiu-se desigualmente à referida passagem da leitura intensiva à extensiva. De fato, acreditamos que a leitura intensiva, e feita diversamente, de obras e *best-sellers* religiosos manteve-se preservada no tecido familiar dos moradores da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana. Uma vez possuído, o livro era abrigado em torno do oratório.

Inseparável do livro e de seus textos, o impulso para as práticas de leitura deveu-se, todavia, à combinação dos ensinamentos religiosos com os degraus da idade. Antes de tudo, lia-se e ouvia-se a leitura de *Imitação de Cristo*, para que o jovem e o adulto exercitassem uma vida moral e espiritual à altura dos ensinamentos devocionais do místico agostiniano Johann Gerson Tomás de Kempis. A leitura feita ou ouvida do *Adoremus*, preponderantemente, orientava a criança maior, o jovem e, ainda, o adulto a memorizarem,

pela repetição, orações, cânticos, o *officium* e preces para o exame de consciência antes do sacramento da confissão auricular e para uma boa morte. Enquanto isso, a leitura repetida da *História Sagrada do Antigo e Novo Testamento* destinava-se principalmente à educação catequética realizada pelos pais para os filhos em idade próxima da primeira comunhão, principalmente.

Se certas leituras educativas foram produto de determinadas circunstâncias comunitárias, ou mesmo socioculturais, evidentemente existia correlação entre umas e outras, com vistas a uma equilibrada apropriação de bons costumes cristãos, de práticas familiares e comunitárias, repassadas de pais para filhos. O fato é que, por muito tempo, em Caicó e em lugares circundantes se preservaram costumes sociais e práticas devocionais, continuamente transmitidos e geralmente apossados.

Quando adoecia um fazendeiro sertanejo, e o seu estado de saúde se agravava, os amigos e parentes mais próximos revezavam-se em torno do leito, numa assistência espontânea, auxiliando a família nos cuidados com o enfermo. Vindo o mesmo a morrer, tratavam de expedir portadores às pessoas amigas, participando a morte e a hora em que devia partir o enterro no rumo do cemitério da freguesia. (LAMARTINE, 1996, p. 113).

Entender a dimensão prática das apropriações ou absorções culturais é, sobremaneira, atentar para o fato de que as transferências agem na totalidade do social, inevitavelmente nos planos mental, material e simbólico. Os testamentos de D. Joaquina Nascimento, de D. Ana Sacramento, do Sr. Gonçalo Silva e do Sr. Caetano Silva referenciam e enfeixam em alguns ângulos, posturas (interiores e exteriores) tidas e havidas como civis ou civilizadas, que, para eles, se sobrelevaram como convenções de ordem social e práticas culturais enraizadas e partilhadas pelo grupo social a que pertenciam. Por essa e por outras razões, a leitura tem “[...] mais freqüentemente valor de sintoma de enraizamento nos grupos sociais que praticam as formas dominantes da cultura do que valor de instrumento da mobilidade cultural em direção a esses mesmos grupos.” (HÉBRARD, 2001, p. 37).

Enfim, as modalidades de leitura feita e ouvida, relida e memorizada, recitada e murmurada dos livretos de devoção, da literatura litúrgica e de textos catequéticos – no cotidiano familiar de D. Joaquina Nascimento, de D. Ana Sacramento, do Sr. Gonçalo Silva e do Sr. Caetano Silva, nos rituais da Igreja católica, nas reuniões das irmandades e nas aulas de religião da escola primária – inspiraram, reproduziram e guiaram, despercebidamente, a apropriação de práticas culturais de ordem religiosa, moral e social escritas nessas obras, suscetíveis de uma pluralidade de apreensões, por vezes criativas, percepções e atitudes

coletivas, nos diversos níveis e estratos sociais. Por isso, foi fundamentalmente indispensável a apropriação do objeto cultural livro, preferencialmente o livro religioso, e da oralidade, práticas sociais apoderadas, apropriadas.

## Capítulo quatro

---

*Leituras de ciências empíricas para viver saudável e fervorosamente*

O NON PLUS ULTRA  
DO  
**LUNARIO**  
E PROGNOSTICO PERPETUO  
GERAL E PARTICULAR PARA TODOS OS REINOS E PROVINCIAS

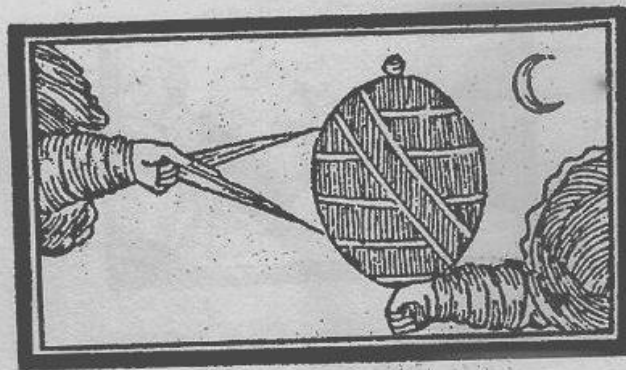
COMPOSTO POR

JERONYMO CORTEZ, VALENCIANO

EMENDADO CONFORME O EXPURGATORIO DA SANTA INQUISIÇÃO, E TRADUZIDO  
EM PORTUGUEZ POR

**ANTONIO DA SILVA DE BRITO**

E no fim vae acrescentado  
com uma invenção curiosa de uns apontamentos e regras para que se saibam  
fazer prognosticos e discursos annuaes sobre a falta  
ou abundancia do anno, e um memo-ial de remedios unversaes  
para várias enfermidades



LISBOA  
MDCCIII

  
EDITORIAL  
vega

Figura 06 | Folha de rosto do *Lunário e prognóstico perpétuo*, de Jerônimo Cortês Valenciano  
Fonte | *Seridó* – séc. XIX (fazendas & livros)

# FORMULARIO

E

## GUIA MEDICO

CONTENDO

a descripção dos medicamentos,  
as doses, as doenças em que elles são empregados,  
um Compendio alphabetico das Aguas mineraes,  
uma selecção das melhores fórmulas,  
um Memorial therapeutico, remodelado em harmonia  
com as modernas idéias e progressos mais recentes  
da Medicina e dando o tratamento de todas as doenças,  
em especial dos paizes quentes, a prophylaxia das doenças  
contagiosas, o diagnostico e o modo de debellar as  
doenças de ordem medica e de ordem cirurgica,

POR

**PEDRO LUIZ NAPOLEÃO CHERNOVIZ**

DOUTOR EM MEDICINA, CAVALLEIRO DA ORDEM DE CRISTO  
E OFFICIAL DA ORDEM DA ROSA DO BRAZIL

A Pharmacopeia foi minuciosamente revista por M. H. LACROIX  
Membro da Sociedade de Therapeutica e da Sociedade  
de Pharmacia de Paris, que a remodelou em conformidade  
com o CODEX, ultimamente sancionado pelo  
Governo da Republica Franceza.

Com cerca de 800 gravurãs intercaladas no texto, muitas laminas  
e mappas especiaes, um Formulario muitissimo completo  
e uma interessante resenha das ultimas novidades  
scientificas, enriquecido com um copioso Vocabulario  
portuguez-francez e outros melhoramentos que  
os leitores apreciarão.

DECIMA NONA EDIÇÃO

REFUNDIDA, MUITO CORRECTA E AUGMENTADA

TOMO I

PARIS

LIVRARIA de R. ROGER e F. CHERNOVIZ

95, BOULEVARD RASPAIL, 95

1920

Reservados todos os direitos

Figura 07 | Folha de rosto do *Formulário e guia médico* – Guia Chernoviz, de Pedro Luiz Napoleão Chernoviz

Fonte | Acervo de Franselma Fernandes de Figueirêdo

## Leituras de ciências empíricas para viver saudável e fervorosamente

[...] o exame dos textos e contextos pode nos fornecer dados suficientes para estabelecermos algumas inferências abalizadas sobre o significado que os livros tinham para os leitores [...]. (DARNTON, 1998).

A povoação gradativa da Ribeira do Seridó (como Caicó foi denominado a princípio) começou na segunda metade do século XVII, antes mesmo da chamada Guerra dos Bárbaros, ou Confederação Cariri (1683-1697), e intensificou-se no século XVIII e em parte do século XIX. Nessa ribeira, bem erma, para usar um termo de Medeiros Filho (1983), havia terras virgens, com um poço com água permanente, um córrego ou lagoa próximos ao leito de um rio, que convidavam ao criatório de gados.

Instalado o sítio de criar gados – algumas vezes denominado fazenda, após ser assumida a finalidade econômica –, o posseiro passava a ali viver e conviver, com esposa, filhos, empregados, vaqueiros e, alguns, com escravos. Cuidava logo de legalizá-lo, através de solicitação escrita (carta) de uma sesmaria ou data de terra dirigida ao capitão-mor da capitania ou ao governador de Pernambuco, e, após a confirmação régia, a sesmaria concedida era assentada no livro de Registro de Datas e Sesmarias da Capitania, outorgando-se sua legitimidade e propriedade. (MEDEIROS FILHO, 1983). O ato de requerer a sesmaria ou data de terra por escrito e posteriormente legalizá-la perante assento em livro próprio denota que, entre aqueles primeiros moradores sesmeiros, já havia certo convívio com a cultura da escrita, da leitura e, quiçá, com a escolarização.

Os primeiros povoadores que chegaram à Ribeira do Seridó são reconhecidos pela historiografia local como oriundos, alguns, de lugares próximos, outros de lugares distantes: alguns moravam antes na própria capitania do Rio Grande ou nas capitanias da Bahia (de onde se originaram as primeiras requisições de sesmarias nessa ribeira), da Paraíba e de Pernambuco (principalmente de Olinda, Igarapé e Goiana); e muitos outros, que vieram de lugares mais distantes, em grande parte eram portugueses, naturais do Minho e dos Açores, mas também do Douro, da Estremadura, de Trás-os-Montes. (MEDEIROS FILHO, 1983; SANTA ROSA, 1979).

Sobremaneira, esses primeiros povoadores e seus descendentes diretos possuíam e preservaram o “espírito” de desbravamento do trabalho pastoril, o desvelo pelas artes ou ofícios artesanais e pela cultura da escolarização. Havia posseiros vários – sargentos e

capitães-mores, tenentes-coronéis, alferes, mestres de campo, homens e mulheres – com graus de escolarização distintos. Com disposição de desbravamento, dentre eles também havia os reverendos curas, conforme atesta outro reverendo, Dom Adelino:

[...] na vanguarda de batedores de sertões não vieram somente plantadores de currais. Apareceram também muitos reverendos curas, fascinados igualmente das coisas do reino deste mundo. Nas listas de sesmeiros daqui e dalém incluem-se centenas de padres, não menos solícitos em requerer as costumadas três léguas de fundo e uma largura para acomodar seus gados ou plantar lavouras. (DANTAS, [1961], p. 27).

A morada em fazendas com o criatório de gado – *vacum*, cavalariço, *ovelhum*, *cabrum* e *muar* –, uma das intenções econômicas, era resguardada pelo cultivo da agricultura doméstica (arroz, batata-doce, feijão, jerimum, mandioca, milho e, ainda, o alimento para o rebanho). Para lidar com as tarefas diárias, do criatório à lavoura, da sobrevivência humana à vivência social, e cuidar, no dia a dia, dos afazeres domésticos, aqueles moradores necessariamente detinham o conhecimento específico da prática de alguma ciência: como edificar casas e currais, amansar a terra, lidar com o gado, tratar das doenças que acometiam o rebanho, a si próprios ou a *outrem*.

A edificação da morada de casa (geralmente, construída de taipa) era moldada pela vida singela daqueles povoadores e envolvia, a seu redor, as oficinas artesanais (em forma de tendas ou latadas), as casas de farinha e rações dos animais e dos currais de pau a pique, espaços de trabalho onde eram estabelecidas relações sociais diversas, em grande parte favorecidas pela oralidade das prosas (conversas), dos boatos, histórias de lobisomem e outros eventos.

Como afirmamos no capítulo anterior, a vida cotidiana daqueles moradores da Ribeira do Seridó e de seus descendentes estava entrelaçada com a devoção aos santos e santas padroeiros e a seus protetores. A distância entre as fazendas, os povoados, vilas e cidades, dificultava o acesso de alguns desses moradores às capelas e igrejas, o que reforçou ainda mais o costume de se possuir oratório (espécie de pequeno altar) no interior da casa de morar, fomentando a fé e a prática religiosa ritualística (missas, novenas, terços) e social (festejos juninos, por exemplo). Esses oratórios, construídos em madeira, enfileiravam:

[...] *vultos* de santos [em ouro, ou madeira de cedro]. [...] Além dos ‘vultos’ [...] coroas de prata lavrada; resplendores de prata; crucifixo de ouro; vulto do Santo Crucifixo, de latão, com cruz de madeira; Espíritos Santos, de ouro, de prata; Nosso Senhor Encarnado, com um castão de ouro à cabeça; [...] vultos de Santa Ana [...]. (MEDEIROS FILHO, 1983, p. 96, grifo do autor).

Em alguma medida, o apego às coisas do saber, transmitido ou não pela escola e pela escrituração das coisas materiais conseguidas, reforçado pela oralidade e, até certo ponto, pela leitura intensiva, ganhou merecida reverência já na Ata de Instalação da Povoação do Caicó, na qual consta a assinatura do professor primário José Feitosa, ao lado das de criadores de gado, agricultores, militares e artesãos, provavelmente setores de prestígio da época. Muitos daqueles moradores também conheciam alguns princípios da ciência empírica, sabendo bem como regular, legalizar, seus bens pessoais – datas de terra – e os sociais da povoação de Caicó.

Podemos, assim, dizer, que o povoamento da Ribeira do Seridó e, nessa faixa de terra, o de Caicó, esteve conjugado com o labor do criatório do gado (pecuária), com a agricultura de subsistência, com a religiosidade e com o gosto, digamos assim, do ler ou do ouvir ler, do escrever e do escolarizar, de alguns. Fato é que o historiador Dom Adelino Dantas[1961] faz referência à primeira escritura de doação de gado *vacum* e cavalariagem à Fazenda do Santíssimo Sacramento, em 23 de abril de 1769, pelo devoto da Gloriosa Senhora Sant’Ana José Gonçalves Ferreira, o doador e acendedor da primeira lâmpada (alimentada de azeite) do Santíssimo Sacramento da atual matriz de Caicó. Com exceção do doador, que grafou seu nome com uma cruz – seu sinal costumado –, as testemunhas, ilustres senhores especialmente por ele convidados, solenemente subscreveram seus nomes: o Padre Manoel Rodrigues Xavier (vigário, escrivão do documento e proprietário de terras), o frade José de Santo Tomaz (carmelita reformado), o mestre Manoel Ferreira e os senhores José Domingos da Costa e Manoel Moreno.

Dom Adelino [1961], ressaltando o gosto do ler ou ouvir ler e do escrever do sertanejo, bem como a profunda sensibilidade humana e cristã católica deste, transcreve a carta do patriarca Joaquim de Santa Anna Pereira (1782-1854) – proprietário da Fazenda Saco – dirigida ao filho Padre Francisco Justino Pereira de Brito, em 1849, quando do falecimento de Maria Terêsa das Mercês, mãe deste último e esposa do primeiro.

Casa, 30 de novembro de 1849

Padre José,

Caríssimo filho, com o coração partido te participo que no dia sexta feira, 23 do corrente, ao por do sol, deu o último suspiro a minha fiel Consorte tua Mãe! Já morreu! Já se acabou! Aquela de quem infinitos benefícios recebemos! Já não existe mais. Louvores ao Criador! Deixou-me o consolo de expirar dando mostras da verdadeira Cristã; recebendo todos os socorros da Igreja. Deus a quisera favorecer com Sua Divina Glória. Ora vê como estou hoje? Órfão. Só me restam os queridos filhos a quem me acostarei; neles confio, olharão sempre para mim. Nada mais tenho a dizer-te. Estimo estejas bem aceito dos povos, e que já vás percebendo alguma melhora de

saúde. Eu te abenço de coração e de te desejo o quanto deva. De teu Pai, com muito afeto, Joaquim de Santa Anna Pereira. (PEREIRA, 1849, [1961], p. 106).

No século XIX, morar em fazenda, criar, plantar, cavalgar, praticar atos piedosos e de devoção, viver comunitariamente e sobreviver biologicamente exigia certo número de ofícios especializados, para se confeccionarem instrumentos de trabalho utilizados no trabalho da pecuária, da lavoura e da vida doméstica, prenhe de rituais religiosos e festivos. Os labores da vida comunitária nos sítios, fazendas, arraíás, vilas e povoados exigiam, portanto, a especialidade dos mestres de ofício: ferreiros, carapinas – ou carpinteiros –, artesãos de couro, oleiros, dentre muitos outros.

Nesse mundo do trabalho, o mestre artesão ferreiro sabia muito bem fabricar, em sua tenda, enxadas, enxós (estes, instrumentos utilizados para desbastar a madeira), fechaduras, foices, ferraduras e ferros de marcar gado, machados, pregos e tachos, que auxiliavam nos afazeres com o gado e com a agricultura. O carapina geralmente trabalhava à sombra de uma árvore ou latada, fabricando mesas, bancos, imagens religiosas, malas e estrados, destinados ao uso doméstico e aos atos religiosos. O artesão de couro era aquele que confeccionava urus (espécies de caçuás utilizados para o transporte de alimentos e de matéria-prima ou matéria industrializada), a indumentária do vaqueiro, selas, arreios, primando em tudo pelo bom gosto e, por vezes, pela distinção social. O oleiro dedicava-se à feitura de telhas para a construção das casas de morar, das capelas e, posteriormente, também à fabricação de tijolos, utilizados na construção das casas de fazenda, das igrejas, das repartições públicas e das escolas. (MEDEIROS FILHO, 1983).

O Brasil do século XIX, por assim ser, era um território de dimensões agrárias e criadoras. A agricultura e a pecuária constituíam a principal fonte de trabalho e renda. A população, extensamente campesina, dependia da agricultura, do comércio local ou ambulante, da manufatura e dos avanços tecnológicos dirigidos ao bem-estar e à obtenção de mais rapidez no favorecimento do trabalho produtivo.

Nessa atmosfera de viver e trabalhar no ambiente rural e de certos experimentos agrícolas e criatórios apoiados em avanços técnicos e tecnológicos, no reinado de D. Pedro II – Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga de Bragança e Habsburgo (1840-1889) – instituições de pesquisa agropecuária propagaram-se, a partir da fundação do Imperial Instituto Baiano de Agricultura (Engenho de São Bento das Lajes, na Vila de São Francisco,

aprovado pelo Decreto 2.500-A, de 1º de novembro de 1859). Não tardaram: a abertura do Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura ([Recife], aprovado pelo Decreto nº 2.516, de 22 de dezembro de 1859); a do Imperial Instituto de Agricultura Sergipano (Aracaju, aprovado pelo Decreto nº 2.521, de 20 de janeiro de 1860); a do Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, (Jardim Botânico do Rio de Janeiro, aprovado pelo Decreto nº 2.607, de 30 de junho de 1860); e a do Imperial Instituto Rio-Grandense de Agricultura ([Porto Alegre], aprovado pelo Decreto nº 2.816, de 14 de agosto de 1861). Esses Imperiais Institutos de Agricultura, com seus estudos técnicos e tecnológicos, introduziram máquinas e instrumentos menos pesados na lide do trabalho agrícola.

O século XIX foi também o da progressiva abertura das Faculdades de Medicina do Rio de Janeiro (1808) e de Salvador (1808) e de instituições científicas, como a Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro (1829), que, de alguma maneira, debateram e divulgaram conhecimentos das ciências médicas.

Almejando uma aproximação mais estreita entre os conhecimentos das ciências médicas resultantes das pesquisas acadêmicas sobre saúde humana e doenças, docentes e discentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e membros da Sociedade de Medicina fizeram circular, por um longo período (1813 e 1843), revistas, anais e jornais: *O Patriota* (1813- 1814), *O propagador das ciências médicas ou anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia para o Império do Brasil e nações estrangeiras* (1827-1828), *Semanário de saúde pública* (1831-1833), *Diário de saúde* (1835-1836), *Revista Médica Fluminense* (1835-1841) e *Revista Médica Brasileira* (1841-1843).

Além dessas publicações especializadas, há uma literatura de manuais e formulários, que também foi responsável pela divulgação, por distintos e longínquos recantos do Brasil, de uma larga contribuição acadêmica especializada na prevenção e no tratamento de doenças e na indicação de fórmulas para fabricar medicamentos. Conseqüentemente, essa circulação resultou numa convivência quase obrigatória da ciência médica com os costumes populares de curar das doenças – o curandeirismo –, especialmente praticado por fazendeiros das províncias do Nordeste brasileiro e – porque não– por padres, homens livres, mulheres e escravos.

De modo geral, esses impressos tinham a incumbência de transcrever a medicina científica para a população leiga. Eram uma literatura popular do tipo “faça você mesmo”, mas com premissas científicas, que, pouco a pouco, disseminou pelo Brasil afora saberes e práticas da medicina doméstica, intensamente exercitada e incansavelmente apropriada por

leitores e leitoras assíduos do século XIX, estendendo-se até os dias atuais. Esses impressos, legítimos agentes da medicina popular brasileira, geralmente eram escritos por médicos que faziam parte da Academia Imperial de Medicina, ou tinham boas relações com as autoridades médicas do Império.

O fato é que, com a criação da Imprensa Régia, em 1908, gráficas e livrarias propagaram-se e até especializaram-se em algumas áreas do conhecimento humano. Pela pesquisa de Hallewell (1985), a Tipografia E. H. Laemmert, estabelecida no Rio de Janeiro, na rua da Quintanda, nº 77, concentrou suas publicações numa literatura técnica e do tipo “faça você mesmo”, particularmente especializada em agricultura, ciência popular, culinária, economia doméstica, etiqueta e medicina, que circulou por muitos cantos do Brasil.

Essa casa editora de procedência francesa, constatando as dimensões agrárias e criatórias do Brasil oitocentista bem como a expansão dos Institutos Imperiais Agrícolas e das instituições de ensino superior e científicas, publicou e difundiu, nos principais centros comerciais brasileiros, uma literatura de medicina prática, que respondia aos problemas imediatos da dispersa população brasileira, com grande escassez de médico e daquela literatura do tipo “faça você mesmo”, explicitamente destinada aos proprietários de terras e de gado, às donas de casa e cozinheiras e, certamente, aos estudantes dos institutos e instituições de ensino superior.

A título de exemplo, perfilamos, lado a lado, algumas obras levantadas por Hallewell (1985) e, ainda, por Schmidt (2004): *O Manual do agricultor brasileiro* (1839, major Carlos Augusto Taunay, em colaboração com o botânico Riedel); *Dicionário de medicina popular e das ciências acessórias para uso das famílias* (1842, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz); *Formulário e guia médico do Brasil, ou Guia Chernoviz* (1846, 1852 e 1856, Pedro Luiz Napoleão Chernoviz); *Guia do jardineiro, horticultor e lavrador brasileiro* (1853, Custódio de Oliveira Lima); *Manual prático da agricultura intertropical* (1860, S. V. Vigneron Jousselandiere); *Tratado da cultura do algodoeiro do Brasil ou arte de tirar vantagens dessa plantação* (1862, major Carlos Augusto Taunay e Padre Antônio Caetano da Fonseca); *Dicionário de medicina doméstica e popular* (1865, Theodore Langaard). Essa mesma casa editora republicou, ainda, o *Lunário e prognóstico perpétuo, geral e particular para todos os reinos* (1703, 1848, Jerônimo Cortês Valenciano).

Para atender a demanda por leituras, principalmente leituras de obras do tipo “faça você mesmo”, periódicos (por exemplo, *Jornal das Famílias*, editado por Louis Baptiste Garnier, 1863-1878) e folhetins (*Clamores da agricultura no Brasil*, Francisco de Paula

Cândido, 1859) disputavam mercados e leitores homens e mulheres. (PINHEIRO, s.d; SCHMIDT, 2004).

Em sua pesquisa em inventários *post mortem* das leituras oitocentistas, principalmente, Jorge Araújo (1999) flagra leitores preferenciais de obras técnicas e obras do tipo “faça você mesmo”, como: *Agriculture complete ou l’arte d’amilia... les terres*; *A voz da natureza*; *As frutas do Brasil*; *Armazém de sobras*; *Compendio de botânica*; *Compendio para o curso de química*; *Dicionário de agricultura*; *Dicionário botânico*; *Ecologia rural*; *Economia rural*; *Farmacopéia contemporânea*; *Fazendeiro do Brasil*; *Lições da natureza*; *L’Agriculture simplifíee selon les regles dès anciens*; *Livro grande de ensino de cavalos*; *Livro mais pequeno para se conhecer as qualidades dos cavalos*; *Manual de agricultura*; *Manual de astronomia*; *Manuais do fundidor*; *Noticia da lei da natureza*; *Química de Seabra*; *Tratado sobre o relógio de sol*, além do *Lunário e prognóstico perpétuo*, objeto, aqui, de análise. Em face da preferência dos leitores da época, Jorge Araújo sentencia:

Nisso seguramente se diferencia o século XIX de seus antecessores: na variação em número de livros e no interesse por novos conhecimentos demonstrados pelo leitor. Em número, a propósito, sobretudo quanto mais em datas mais recentes até a primeira metade do período, vão aparecendo títulos e mais títulos muitos diversamente dos acentuados no século XVIII. (ARAÚJO, 1999, p. 316).

Mais ainda: a onipresença de uma literatura adquirida em outros países e em catálogos de editoras brasileiras, ditada pelas exigências imperativas de maior rapidez e racionalidade no trabalho produtivo, dispersou infinitamente a população leitora por redes de sociabilidade instrutivas e formativas, segmentando apropriações e aquisições culturais de uma oralidade e de uma escrita compatíveis com o padrão da língua portuguesa dos textos lidos, ou mesmo escutados, decorados, recitados. A carta do patriarca Joaquim de Santa Anna Pereira dirigida ao filho Padre Francisco Justino Pereira de Brito, em 1849, quando do falecimento de Maria Terêsa das Mercês, exemplifica a leitura vertida para a oralidade e, explicitamente, para a escrita; portanto a leitura como um bem cultural que se situa em uma rede de práticas culturais: publicação de uma literatura técnica e do tipo “faça você mesmo”, divulgação em catálogos editoriais, comercialização e aquisição por diferentes canais de vendas. Por fim, a apropriação da leitura feita ou ouvida era, portanto, materializada num bem cultural (crônica, cartas, escrituras) e num bem espiritual (devoção aos santos e santas padroeiros e protetores e atos piedosos).

Abordar uma história da leitura no Caicó oitocentista apoiada numa literatura do tipo “faça você mesmo” e situada numa rede de práticas culturais almejando outras inúmeras práticas culturais é alertar para a constatação de Darnton (1992) de que textos escritos, vida em sociedade e leitura estavam intimamente associados.

Em sendo assim, neste capítulo, almejamos destacar os ensinamentos do tipo “faça você mesmo” prescritos nos almanaques ou manuais laicos *Lunário e prognóstico perpétuo* e *Formulário e guia médico – Guia Chernoviz* –, que remetam para a associação entre texto escrito, vida em sociedade e leitura lida, escutada e recitada, perceptível nos indícios, pormenores inscritos em testamentos, inventários *post-mortem*, crônica, entre outros escritos. É importante lembrar, ainda com o apoio de Darnton (1992, p. 212), que homens e mulheres leram ou escutaram muitas leituras “[...] para salvar suas almas, para melhorar seu comportamento, para consertar suas máquinas, [...] para tomar conhecimento dos acontecimentos de seu tempo, e ainda simplesmente para se divertir.”

Na ordem dos ensinamentos transmitidos

*Lunário e prognóstico perpétuo*, leituras de proveitos

A agricultura domina a indústria manufatureira com toda a superioridade das obras de Deus sobre as obras dos homens. [...] Cultivando a terra, o homem tem a consciência da sua própria fraqueza; ele sabe que tem necessidade de clemência do Céu, do calor do Sol que amadurece aos seus trigos, da fecundidade da chuva que os banham. [...] Há nas emanações da terra uma espécie de bondade e de saúde moral, que se comunica àqueles que a amam e cultivam. (VALENCIANO, 1980).

Desde meados do século XV, pelo menos, notas de leituras relatam a passagem dos *lunários perpétuos* de mão em mão, entre leitores e não leitores europeus. Data do ano de 1473, em Portugal, a publicação do primeiro *lunário perpétuo*, destinado a ensinar ciclos solares, lunares, religiosos e civis e assuntos relacionados ao tempo passado, ao presente e ao vindouro. (MARREIRO, 2004). Em 1494, 21 anos depois dessa primeira publicação portuguesa, circulou, em Barcelona, uma edição em italiano do *Lunari i repertori del temps*, escrito por Bernardo Granolach, considerado uma obra de ímpar curiosidade, por reunir e explicar, de modo popular, os conhecimentos das ciências empíricas modernas. (POEL, s.d).

No século seguinte, o XVI, como dissemos no primeiro capítulo desta tese, circulou, na sociedade camponesa italiana, uma edição do *Lunario ao modo di Itália calculato composto nella città di Pesaro dal ecc<sup>mo</sup> dottore Marine Camilo de Leonardi*, a qual, foi uma das obras possuídas, lidas e, de alguma forma, apropriadas pelo moleiro Menocchio, da aldeia italiana de Montereale, nos domínios de Veneza. Nesse mesmo século, em 1574, também foi publicada a primeira edição de um *Lunário* em língua espanhola.

A edição portuguesa, composta por Jerônimo Cortês Valenciano, natural de Valência, na Espanha, segundo Cascudo (1953) foi adaptada da edição espanhola de 1574. Essa edição foi impressa em Lisboa, em 1703, na oficina de Miguel Menescal da Costa, uma tipografia, diga-se, do Santo Ofício. Daí em diante, outras edições se seguiram, como a de 1757, publicada em Lisboa pela Oficina Domingos Gonçalves, traduzida em português por Antônio da Silva Brito e emendada conforme o Expurgatório da Santa Inquisição. Muitas outras edições dessa tradução foram reeditadas em Lisboa, ao longo do século XIX, pela Tipografia de José Batista Morando (1861), pela Casa da Viúva Bertrand e Filhos (1866) e pela Veja (1878).

Chartier (2001) faz referência à grande circulação de *lunários perpétuos*, por muito tempo responsáveis por moldar maneiras de pensar e de contar. Intensamente lidas, relidas e memorizadas, essas obras impressas eram, sobretudo,

[...] objeto de manipulações freqüentes, de repetidas consultas [...]. Suas divisões e seus referenciais organizam, portanto, a escrita íntima, como atesta o exemplo de numerosos jornais [crônicas] e memórias que inscrevem os acontecimentos da existência pessoal ou familiar nos calendários e mapas astronômicos fornecidos [...]. (CHARTIER, 2001, 88).

No Brasil, muitos são os *Lunários* listados pelos historiadores em remessas para algum destinatário. Vários são arrolados em inventários, ou mesmo citados em memórias de leituras, pelo menos desde o início do século XVIII, período em que foi publicado em Portugal, com o título *Lunário e prognóstico perpétuo para todos os reinos e províncias*, composto por Jerônimo Cortês Valenciano. Uma dessas memórias de leituras, o diário de Antônio Gomes Ferrão Castelo Branco – senhor de engenho da Bahia, familiar do Santo Ofício da Inquisição, cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da Casa Real, secretário da Academia Brasílica dos Renascidos e fluente em língua francesa –, escrito por volta de 1755, revela apropriações dos ensinamentos relativos às condições meteorológicas e de atitudes de resignação diante da vida:

As últimas observações do nosso senhor de engenho em seu diário dizem respeito ao ordenamento da intimidade. Um ordenamento que se vale, como critério, de um lunário ou ‘prognóstico’, como era então chamado: ‘modo de saber se fará chuva ou sol nos doze meses do ano.’ A partir desse título pomposo, Castelo Branco perde-se em cálculos baseados nas condições meteorológicas [...]. O cuidado com que calcula e descreve as possíveis chuvas, secas, ventos e trovoadas revela a sua necessidade de ordenar preceitos de ação, resignação e esperança, armando-o contra os possíveis infortúnios a surgir em seu caminho. (DEL PRIORE, 1997, p. 297).

A leitura desse almanaque foi extensiva a padres, como não poderia deixar de acontecer, auxiliando-os no ofício religioso de facilitar, orientar e ensinar aos seus paroquianos tudo o que pertencia a Deus e aquilo que pertencia ao homem social. Segundo Jorge Araújo (1999), entre os bens arrolados no inventário do padre mineiro José Luís Soto, em 1800, está um exemplar do *Lunário e prognóstico perpétuo*, o composto por Jerônimo Cortês Valenciano, ao lado de obras religiosas, históricas, civis e educativas.

A leitura, sendo situada numa rede de práticas culturais, almeja outras inúmeras práticas culturais e, por ser assim, o almanaque *Lunário e prognóstico perpétuo* é um dos objetos da literatura de ficção. No romance *Luzia homem* (1903), de Domingos Olímpio, ambientado nos episódios da seca de 1878 na extensão do Nordeste brasileiro, o *Lunário* foi investigado pelo autor:

Não havia mais esperança. Os horóscopos populares aceitos pela credence, como infalíveis: a experiência de Santa Luzia, as indicações do Lunário Perpétuo e a tradição conservada pelos velhos mais atilados, eram negativas, e afirmavam uma seca pior que a de 1825, de sinistra impressão na memória dos sertanejos, pois olhos d'água, mananciais que nunca haviam estancado, já não marejavam. (OLÍMPIO, 1829, p. 61).

Nesse século de credices religiosas e até fanáticas, a leitura do *Lunário e prognóstico perpétuo* também foi intensamente exercitada – ao lado da *História da princesa Magalona* e da *História do imperador Carlos Magno e os doze pares de França* – por Antônio Vicente Mendes Maciel, o Antônio Conselheiro (1830-1897), líder espiritual do movimento messiânico conhecido como Guerra dos Canudos (1896-1897), em algumas regiões do sertão da Bahia. (MONIZ, 1984).

Adentrando-se o Ceará, especialmente em Juazeiro do Norte, terra do Padre Cícero Romão, as pesquisas de Marreiro (2004) apontam que, na década de 1940, o *Lunário e prognóstico perpétuo* foi adaptado e retitulado como *Lunário moderno ou manual do nordestino* e como *O juízo do ano*. Essa última adaptação, editada por Manoel Caboclo, atingiu a tiragem de 35 mil cópias e circulou entre os anos de 1960 e 1996.

Neste início de século XXI, no Nordeste brasileiro, os ensinamentos instrutivos do *Lunário*, em suas distintas versões, ainda permanecem sendo difundidos bem mais oralmente pelos “profetas do sertão”, ou “profetas das chuvas”. Um dos “valiosos” ensinamentos apropriados e permanentemente difundidos por esses profetas é a previsão de chuvas, segundo os fenômenos da própria natureza, que cobrem desde a direção dos ventos até ciclos solares e lunares. Um exemplo é dado por Marreiro (2004, p. 6), numa reportagem sobre o “profeta das chuvas” Chico Mariano, morador no sertão do Ceará: “Mariano fez previsão olhando para o céu do mês de julho: se em 1º de julho há nuvens, é janeiro de chuvas. Se o dia 2 é limpo, fevereiro é seco.”

No sertão de Caicó e arredores, moradores de sítios e de rua acatavam os prognósticos meteorológicos do *Lunário e prognóstico perpétuo* como sentença quase definitiva. Esse almanaque ensina minuciosamente o que são as ciências complicadas dos astros, das doze casas dos planetas, regras para conhecer as horas do dia e da noite, remédios estupefacientes para alguma moléstia nos humanos, nos animais e nas lavouras. E, ainda, oferece bons conselhos, à exceção dos que se refiram ao enfrentamento das desumanas secas.

Para Medeiros Filho e Faria (2001, p. 17), a leitura feita, ouvida e propagada de *Lunário e prognóstico perpétuo* foi muito bem apropriada pela verve oral entre “[...] os cantadores populares, na parte que eles denominavam ‘ciência’ ou ‘cantar teoria’, gramática, história, doutrina cristã, países da Europa, capitais, mitologia.” Noutro escrito, Faria (2001, p. 59) refere-se à longevidade dessa obra quase mítica: “Até bem poucos anos o *Lunário Perpétuo* representava o livro orientador de maior prestígio por aqueles mundos – influência substituída pelo Almanaque do Pensamento.”

No Rio Grande do Norte oitocentista, Hugulino Nunes da Costa (1832-1895), conhecido como Gulino do Teixeira, e Fabião Hermenegildo Ferreira da Rocha (1848-1928), o Fabião das Queimadas, eram dois dos muitos declamadores de versos populares que dominavam e conheciam de cor os ensinamentos desse almanaque de gênero autoinstrutivo.

Enfim, os declamadores decoravam letra por letra, ou melhor, cantavam ensinamento por ensinamento das ciências empíricas, por seus esforços de deles apropriarem-se. Por tantas maneiras diferentes de leitura do *Lunário e prognóstico perpétuo*, feitas por grupos sociais também diferentes, é que Cascudo (1984, p. 22) destaca esse almanaque, um “[...] incomparável elemento de consulta e de deleite [...]”, muitíssimo lido, escutado e propagado no sertão nordestino, desde que neste chegaram os primeiros desbravadores, trazendo, em seus baús e malas, esse livro de ensinamentos diagnósticos e prognósticos.

No século XIX e no seguinte, o *Lunário e prognóstico perpétuo* seria transladado para muitas e muitas versões da literatura de cordel, comumente recitadas e vendidas nas feiras livres nordestinas. Esse almanaque – para uns –, manual – para outros –, sucessivamente reeditado e tantas vezes emendado e acrescentado, foi, portanto, possuído, lido, relido, recitado, escutado, comentado, e seus ensinamentos devidamente apropriados por nossos tetravós, bisavós, avós – filhos, netos e bisnetos, de inúmeras famílias que moravam no nordeste brasileiro, em Caicó e arredores, principalmente.

O *Lunário e prognóstico perpétuo*, especialmente composto por Jerônimo Cortês Valenciano, continuou sendo publicado em Portugal pela Editora Lello e Irmão e, a cada reedição, passava por reformas e acréscimos, como ocorreu na de 1980, analisada neste capítulo. Adquirimos também outra edição (digitalizada), que está no Museu Histórico da cidade de Acari (RN). Esse exemplar, cuidadosamente ilustrado – com 36 figuras –, apresenta marcas que indicam sua publicação ainda no século XIX e seu pertencimento ao Sr. Antonio Clemente, como revela uma anotação na margem superior da página 246.

Na edição de 1980, ilustrada com apenas 23 figuras, reformada e muito acrescentada, por exemplo, foram atualizados cálculos dos tempos e conjunções da lua, os quais se afastavam de uma dita verdade. Vários são os trabalhos – principalmente, Araújo (2003), Araújo (2006), Barreto (2005), Cascudo (1972 e 1984), Figueirêdo (2007), Medeiros Filhos e Faria (2001) e Macêdo (1998) – que a ela se referem, atestando sua permanência cativa nas estantes e na memória dos sertanejos.

Esse almanaque de leitura do tipo “faça você mesmo” é de gênero autoinstrutivo de fundo religioso. Acatando essa classificação do gênero, perguntamos: quais os peculiares ensinamentos que estão intimamente associados com a sobrevivência dos humanos e a permanência da fé religiosa, mas também com a sobrevivência dos animais e da agricultura naquele sertão de moradores de Caicó e vizinhos? Haveria, outrossim, interseção desses ensinamentos com a própria leitura, a oralidade, a escrita e, ainda, a escolarização?

No *Lunário e prognóstico perpétuo*, os ensinamentos de proveito utilitário, destinados a ordenar o tempo social, orientar o movimento da natureza e as fases da vida humana – podemos assim dizer –, estão didaticamente mesclados com ensinamentos da sobrevivência dos humanos, dos animais, da agricultura e da permanência da fé religiosa. Nesse manual ou almanaque de gênero autoinstrutivo, a linha de separação entre proveitos utilitários da sobrevivência biológica e proveitos religiosos da alma é, assim, deveras tênue. O

tempo à mercê de Deus, que corresponde ao tempo de plantar e de colher, provém do labor de cada indivíduo.

O tempo a mercê de Deus:  
 Mas o lavor e os adubos  
 Provém dos cuidados teus.  
 [...]  
 O estrume não é santo, mas faz milagres.  
 As tempestades purificam o ar e adubam a terra.  
 Quem mal lavra, pouco ceifa.  
 Pelo S. Mateus pega o arado e lavra com Deus.  
 Quem não lavra quando pode  
 Não o faz sempre que quer.  
 Começa e acaba tudo a tempo. (VALENCIANO, 1980, p. 104-105).

Nessa linha tênue, o cristão deve manter fidelidade constante aos ensinamentos da Bíblia Sagrada. Do nascer ao morrer, deve vislumbrar, constantemente, a conservação da “saúde da alma”, jejuando nos quatro tempos do ano: (quartas-feiras, sextas-feiras e sábados, na segunda semana da Quaresma, na semana seguinte (do Espírito Santo), depois da Santa Cruz; e posteriormente ao dia de Santa Luzia), lendo ou declamando as chamadas ladainhas maiores (no dia de São Marcos, 25 de abril) bem como as ladainhas menores (todas as segundas-feiras, principalmente). É mister atentar para o fato de que “Os bons conselhos são avisos do Céu. As boas lembranças são como aves de arribação. Se logo não as apanharmos, pode ser que nunca mais voltem.” (VALENCIANO, 1980, p. 102).

Para um melhor proveito, ou aproveitamento autoinstrutivo, de seus tantos ensinamentos da Bíblia Sagrada, especialmente aqueles destinados ao ordenamento da vida terrena, o autor do *Lunário e prognóstico perpétuo* invoca os conhecimentos de Alfragano (astrônomo), Arnaldo de Vila Nova (médico), Avicena (filósofo e médico), Bernardo Granullachs (professor), Cláudio Galeno (médico), Caio Plínio Segundo (naturalista), Hipócrates (médico), Jacopo Sadoletto (papa), Leopoldo de Áustria (imperador romano) e Nicolau Florentino (médico). De suas leituras de Galeno, por exemplo, o autor recorta as fases ou idades da vida humana, articulando-as com o clima e a temperatura:

A primeira idade se chama Infância ou Puerícia, cuja qualidade é quente e úmida; a qual dura desde o nascimento até aos 14 anos.  
 A segunda idade se chama Adolescência, cuja qualidade é quente e seca, e dura desde os 14 anos até aos 25.  
 A terceira idade se chama Juventude ou Mocidade, a qual é muito temperada a princípio, e dura desde os 25 até aos 40 anos.

A quarta idade se chama Virilidade constante, cuja qualidade é algum tanto fria a seca: dura desde os 40 até aos 55.

A quinta idade se chama Senectude ou Velhice, cuja qualidade é fria, e seca excessivamente, e dura desde os 55 anos até o fim da vida. (VALENCIANO, 1980, p. 12).

Para a sobrevivência biológica e espiritual em qualquer uma dessas idades da vida, o homem que vivia no sertão, principalmente, necessitava dos específicos ensinamentos da ordem dos quatro tempos e de suas qualidades (primavera, verão, outono e inverno), do calendário gregoriano (ou de Gregório XIII), do ciclo solar (ou dominical), e ainda, do calendário das festas mudáveis da Igreja Católica (Septuagésima, Cinza, Páscoa da Ressurreição, Ladainhas ou Rogações, Ascensão de Cristo, Espírito Santo, Santíssima Trindade, Corpo de Deus e Santíssimo Coração de Jesus).

A escrita de uma história da leitura apoiada numa literatura do tipo “faça você mesmo”, enfim, espécie de uma ciência popular, como é o caso do almanaque *Lunário e prognóstico perpétuo*, requer atentarmos para seus ensinamentos como uma referência familiar, cristã e, sobretudo, comunitária. Como ressalta Chartier (2001), a leitura intensa de uma obra como *Lunário e prognóstico perpétuo* “[...] produz a eficácia [da leitura] do livro, cujo texto torna-se uma referência familiar, cujas fórmulas dão forma às maneiras de pensar e de contar.” Orientar a tábua das festas mudáveis era assegurar os ensinamentos desse livro e, igualmente, assegurar uma maneira de transmitir, assimilar e, assim, recitar seus ensinamentos:

Da Páscoa à Septuagésima vão .....	64 dias
Da Páscoa à Cinza vão .....	47 –
Da Páscoa às Ladainhas vão .....	37 –
Da Páscoa à Ascensão vão .....	40 –
Da Páscoa ao Espírito Santo vão .....	50 –
Da Páscoa à Santíssima Trindade vão .....	57 –
Da Páscoa ao Corpo de Deus vão .....	61 –
Da Páscoa ao Santíssimo Coração de Jesus vão ..	69 [dias]. (VALENCIANO, 1980, p. 48).

Em grande parte, a leitura, certamente compartilhada, de cada ensinamento do *Lunário e prognóstico perpétuo* levava adiante prognósticos de tempos passados difundidos pela linguagem escrita, de outras obras (por exemplo, o *Almanaque do horticultor*), além de escritos de autores leigos ou católicos (Alexandre I, Almonçor, Gregório IX, Gregório XIII e Júlio Cesar). As leituras e pesquisas tópicas, baseadas no *Almanaque do horticultor*,

orientavam o homem do sertão a lidar com a sobrevivência da vida biológica e a da natureza, pelo cultivo de jardins, hortas, árvores frutíferas e do trato dos animais. Na tábua desses ensinamentos, a fórmula de ler, memorizar, transmitir e repetir estava assim exposta:

Jardins – Neste mês [janeiro] deve continuar o arrancamento das plantas anuais velhas que tenham estendido a sua florescência até mais tarde. [...] As mudanças e transplantações também se fazem nesta época, aproveitando sempre os dias menos ásperos.

[...]

Hortas – Neste mês devem fazer-se as cavas para os espargos, alcachofras, abóboras e batatas; – cavam-se e estrumam-se os espaços desocupados para expor a terra, o maior tempo possível, aos agentes atmosféricos que as fertilizam e tornam mais própria para todas as culturas. [...] Neste mês semeiam-se alhos, favas, ervilhas, grãos-de-bico e batatas; – estas sementeiras temporãs carecem de mais cuidados para as preservar dos grandes frios; as batatas semeadas nesta época resistem melhor à moléstia que costuma atacá-las.

[...]

Arvoredos – Nesta época deve apressar-se, quanto possível, a plantação das árvores frutíferas em geral. [...] Quem quiser obter um bom resultado, tanto em relação ao vigor das árvores, como à abundância de frutos, não deve espaçar, além deste mês, a poda e limpeza das árvores frutíferas.

[...]

Gados – As vacas de criação começam a parir nesta quadra. Alguns cultivadores costumam dar-lhes na ocasião do parto uma nutrição abundante; é um grave erro. É necessário dar-lhes abundante alimento com antecipação de alguns meses; por esta forma obter-se-ão bezerros mais bem constituídos, e a produção de leite será mais abundante em todo o Inverno e na Primavera seguinte.

[...]

Estrumes – os excrementos de todos os animais mantidos à manjedoura devem merecer especial atenção do bom cultivador. É neste mês que se devem cavar e misturar, para depois serem empilhados. Do bom aproveitamento dos estrumes depende em grande parte a boa cultura; por isso todo trabalho com os adubos será bem compensado. (VALENCIANO, 1980, p. 57-59).

De maneira geral, esses e tantos outros ensinamentos escritos de certas ciências empíricas, para serem lidos, ouvidos e aplicados, estavam intimamente relacionados com o trabalho manual com a terra, com o criatório e, acima de tudo, com a saúde do corpo e da alma de homens e mulheres. Por leituras referidas no tratado de medicina de Avicena, Jerônimo Cortês Valenciano asseverava a observância diária a Deus:

Muito devemos, amado leitor, aos médicos doutos e peritos, pois com sua indústria e saber (*mediante Deus*), nos livram de muitos trabalhos e enfermidades, restituindo-nos a saúde perdida; porém entendo que lhes devemos mais por nos terem deixado regras, com as quais não somente poderemos conservar a saúde, porém também alargar os dias da vida. E

porque muitas vezes vem a enfermar o corpo por não ter saúde a alma, será bem que primeiro se dê uma regra e regimento espiritual do eclesiástico, para que cada um possa, como favor de Deus, conservar a saúde da alma, que é a graça, meio principal para conservar a saúde do corpo. *Charissime, time Deum. Et fuge a non timentibus eum.* (VALENCIANO, 1980, p. 210, grifo nosso).

Um regimento de saúde para alargar os dias de vida temporal e espiritual é descrito por esse escritor espanhol, com atenção para a eleição do tempo dos banhos e das cautelas necessárias:

[...] é de notar que o banho se toma por dois respeitos: ou para limpeza, ou para a saúde. Se se toma somente por limpeza, em qualquer tempo se poderá tomar, guardando as convenientes cautelas, tais como ser a água limpa, não ter alguma indisposição do estômago, ter a digestão feita, etc. Se os banhos se tomarem para alcançar saúde, se há de considerar a enfermidade, se requer águas frias, mornas ou quentes e se essas águas devem ser doces, salgadas, alcalinas ou sulfurosas, pois todos tem virtudes para umas e não para todas as moléstias, e por isso será muito prudente que os enfermos consultem os médicos antes de tomarem os banhos e assim os banhos serão de grande proveito. As pessoas que sofrem dos pulmões (bofes), do fígado, dos rins, das hemorróidas e dos intestinos, do coração e da bexiga, devem acautelar-se dos banhos salgados e do mar, porque lhes serão em demasia nocivos. (VALENCIANO, 1980, p. 208-209).

A habilidade de preparar chás, xaropes e lambedores caseiros à base de rosas, folhas, flores, sementes e raízes, geralmente nativos, requeria a leitura quase diária, ou mesmo diária, das tábuas de receituários, algumas delas ainda hoje preservadas pelo povo sertanejo. Virtudes e propriedades para viver com mais saúde acudiam, cada uma, pelo devido nome.

As rosas [...] das quais a medicina faz uso: *Rosa de cão* ou *silva-macha* – *Rosa-de-cem-folhas* ou *rosa de alexandria* – *rosa-de-musgo*. As folhas destas flores são adstringentes e o chá delas serve para combater as inflamações dos olhos, lavando-os com esse chá e para gargarejos nas moléstias de garganta.

A hortelã tem a virtude de matar e lançar fora as lombrigas do ventre e bichos do estômago.

A *hortelã-pimenta* emprega-se contra as cólicas nervosas, diarreias, vômitos espasmódicos, tosses convulsas, asma e como vermífuga ou contra vermes.

Anis ou erva doce [...] é dela se usam as sementes ou frutos contra a flatuosidades intestinais, cólicas das crianças, diarreias crônicas, etc.

As folhas de alecrim e as sumidades dos ramos floridos são excitantes, e empregam-se contra as digestões difíceis ou laboriosas, tosses úmidas, escrófulas, etc.

Arbusto bem conhecido [sabugueiro], cujas flores secas, depois de maduras, são empregadas como sudorífico nos refluxos, constipações, inflamações dos pulmões, sarampo, escarlatina e em todas as moléstias em que convém promover a transpiração.

O óleo de rícino é laxante e um dos purgantes mais usuais e goza também de propriedades contra os vermes intestinais. (VALENCIANO, 1980, p. 217, 245, 248, 260, 266, 268).

Leitura do tipo “faça você mesmo”, o *Lunário e prognóstico perpétuo* ensinava, outrossim, receitas para o tratamento de abscessos ou tumores (papa medicamentosa de semente de linhaça, de batata ou de malva cozida), aftas (purgar o indivíduo com óleo de rícino), ardor no urinar (banho morno de assento, esfregações com óleo canforado no baixo-ventre e papa de linhaça), cálculos ou pedras na bexiga (banho morno e xarope de ópio e de flor de laranjeira), caspas (lavar a cabeça com mistura de aguardente de cana e uma gema de ovo), cólica de crianças (banho morno, linhaça cozida sobre ventre, chás de erva-cidreira ou de flores de laranjeira), diarreias (chá de semente de linhaça, clara de ovo batida em meia xícara de água morna com açúcar e papa de linhaça sobre o ventre), hemorróidas (purgantes brandos de óleo de rícino, injeção de água fria ou morna e limonada de citrato de magnésia).

No modo de vida simples do homem e da mulher do século XIX, a leitura do tipo “faça você mesmo” encontrou um terreno favorável para socializar inúmeros ensinamentos úteis relacionados à maneira de fabricar grudes ou colas, tirar nós de tinta de escrever, confeccionar pomadas para tingir o cabelo de preto e água para tornar os cabelos castanhos.

A história da leitura relativa às atitudes de viver e sobreviver fervorosamente em lugares sertanejos ou litorâneos longínquos é, portanto, bem intencional. Ela postula uma conciliação da saúde corporal e espiritual de homens e mulheres com o tempo social, a diversidade da natureza, as fases da lua e, mais ainda, com o temor a Deus.

O que teme a Deus fará coisas boas, que são medicina conservativa da saúde e da alma, e preservativa muitas misérias, trabalhos e enfermidades do corpo. Diz mais o verso [Eclesiástico, Provérbio 15] que, para conservar o santo temor de Deus, convém que nos apartemos e fujamos daqueles que não temem, porque, como diz o Provérbio: *Cum santo sanctus eris, & cum perverso perverteris*: e assim, perdido o temor, se perde o respeito, e de perder o respeito nasce a total ruína da saúde espiritual e corporal. (VALENCIANO, 1980, p. 210, grifo do autor).

Não obstante, a educação escolar das novas gerações era inseparável da leitura extensiva e da escuta de proezas de homens valentes, de santos e santas patriarcas e matriarcas, das tábuas de receituários, das casas dos planetas, dos prognósticos para cada ano, do calendário gregoriano, do ciclo solar – ou dominical –, do trabalho agrícola, da economia doméstica e até de jogos de entretenimento. Como não poderia deixar de ser, a educação

escolar das crianças dependia da leitura de bons livros, que era uma das instâncias de úteis apropriações.

Que os teus filhos saibam ler, para se aconselharem com os bons livros, que aconselham bem e de graça! – Como não é agradável, reunida a família em torno do lar, em uma longa noite de Inverno, ouvir com curiosa atenção a história dos santos patriarcas, a narração da proeza de nossos honrados e valentes pais, a exposição de práticas agrícolas, melhores de que as vossas, e mesmo a leitura dessas linhas que vos estou dedicando! Fazei, bons lavradores, fazei com que vossos filhos saibam ler, escrever e contar; porque esta é a primeira porta do saber. (VALENCIANO, 1980, p. 103).

A escrita encadeada nos textos do *Lunário e prognóstico perpétuo* facilitaria, indiscutivelmente, a leitura feita ou ouvida de cada tábuca de ensinamentos e, mais ainda, sua recitação pelos cantadores ou declamadores de versos populares nas feiras nordestinas. A leitura ou a escuta de *Lunário e prognóstico perpétuo* era, todavia, um forma de apropriação das ciências empíricas ensinadas por astrônomos, médicos, naturalistas e até papas.

Sendo a leitura do almanaque *Lunário e prognóstico perpétuo* situada numa rede de práticas culturais e almejando inúmeras outras práticas culturais, foram seus ensinamentos incessantemente apropriados pelos poetas cordelistas trazendo “[...] as fórmulas que são precisamente as da cultura oral.” (CHARTIER, 1990, p. 125). O *Lunário e prognóstico perpétuo*, assim como os livros de cordel da *bibliothèque blue* analisados por Chartier, era facilitador do oralizar, do transmitir e do recitar.

Essa leitura é, igualmente, um reencontro, no livro, com textos já conhecidos, pelo menos em parte, e de maneira aproximada. Muitas vezes lidos em voz alta por um leitor oralizador [...] — os textos de cordel podem ser memorizados por ouvintes que, uma vez confrontados com o livro, os reconhecem mais do que os descobrem. (CHARTIER, 1990, p. 130).

O encontro da leitura de ocasião com a recitação dos versos de cordel reforça continuamente a cultura da oralidade e a leitura feita, ouvida ou murmurada.

O *Guia Chernoviz*, “farmácias” por escrito

A infusão do café torrado é um excitante muito agradável que facilita a digestão. Como remédio é aconselhada na asma, enxaqueca, coqueluche, catarros crônicos, gota, areias, amenorréia, para combater os efeitos do envenenamento pelo ópio e pelos outros narcóticos, e para facilitar a redução

da hérnia estrangulada. Neste último caso toma-se uma xícara de infusão de café torrado, de quarto em quarto de hora. Há exemplos em que a hérnia estrangulada se reduziu espontaneamente com a sexta xícara. A redução é devida às contrações intestinais produzidas pelo café. A infusão de café torrado, ou a decocção de café não torrado administra-se com vantagem contra as febres intermitentes. (CHERNOVIZ, 1920).

O *Formulário e guia médico*, popularmente conhecido como *Guia Chernoviz* é, ao lado do *Lunário e prognóstico perpétuo*, ordenado pelo inventário de Medeiros Filho e Faria (2001) como um livro de prateleira lido, relido e escutado. Seus ensinamentos foram apropriados por muitos homens e mulheres do sertão seridoense.

O *Guia Chernoviz* – a “bíblia dos boticários” – era fonte permanente de leitura/consulta por parte de acadêmicos, autodidatas, farmacêuticos, intelectuais médicos e populares, que também o divulgaram. Enfim, homens e mulheres (dos segmentos sociais médio e alto), de algum modo, tinham o cuidado com a própria saúde, com a de familiares e a dos outros. Dentre as obras impressas analisadas nesta tese, essa foi a última a circular em Caicó, tendo em vista que sua primeira edição – dedicada ao Imperador do Brasil, D. Pedro II (1840-1889) –, foi publicada no Rio de Janeiro, na Tipografia Nacional, em 1841. Informamos Guimarães (2003) que essa obra foi financiada pelo próprio autor, Pedro Luís Napoleão Chernoviz, e por um amigo dele. Dado o sucesso das vendas, as três edições seguintes (1846, 1852 e 1856) foram editadas pela Tipografia E. H. Laemmert, localizada no Rio de Janeiro.

Pedro Luís Napoleão Chernoviz, nome abasileirado de Piotr Czerniwicz, cavaleiro da Ordem de Cristo e oficial da Ordem da Rosa, era popularmente conhecido no Brasil como o Dr. Chernoviz. Nasceu na Polônia (em Lukov), a 11 de setembro de 1812, onde viveu sua infância e sua adolescência. Em 1831, estudante de medicina na Universidade de Varsóvia, participou de um levante contra o domínio russo, sendo obrigado a sair de seu país e emigrar para a França, onde recebeu abrigo, juntamente com milhares de outros poloneses. Na França, doutorou-se em Medicina, pela Escola Médica de Montpellier (1837), defendendo a tese intitulada *Diagnóstico diferencial dos tumores do escroto*. No início de 1840, após ter atuado no combate a uma epidemia de cólera em hospitais de Paris, mudou-se para o Rio de Janeiro, onde exerceu a medicina por quinze anos. (GUIMARÃES, 2003; 2005).

Em dezembro de 1840 o Dr. Chernoviz já teve seu diploma reconhecido pela Faculdade de Medicina, e logo foi aceito como membro titular da Academia Imperial de

Medicina, ao apresentar a memória intitulada *O uso do nitrato de prata nas doenças das vias urinárias*. Casou-se, em 1846, nessa cidade, com uma brasileira filha de franceses, Julie Bernard. Em 1855, retornou com a esposa e os seis filhos, para viver em Paris, onde faleceu, em 1881. Na condição de membro da Academia Imperial de Medicina, escreveu artigos na *Revista Médica Fluminense* (1835-1841). Já morando em Paris, entre 1868 e 1881, publicou mais de vinte artigos na *Gazeta Médica da Bahia* (1866-1934).

Com pouco mais de dois anos clinicando no Rio de Janeiro, o Dr. Chernoviz, a par do adiantamento das descobertas terapêuticas das ciências médicas, estudou e pesquisou as doenças tropicais mais comuns no Brasil bem como classificou algumas plantas de nossa flora. Todos esses conhecimentos, somados aos anteriormente adquiridos na Escola de Medicina de Montpellier e à experiência nos hospitais parisienses, levaram-no a escrever o *Guia Chernoviz*, como já frisado.

Já da primeira edição do *Guia Chernoviz* foram vendidos trezentos exemplares, um número considerável, para a época. A partir da quinta edição, em 1860, esse manual de medicina popular passou a ser impresso em Paris, originalmente em língua portuguesa e, depois, traduzido para o espanhol e o francês. Tanta era a procura que, em 1890, completou catorze reedições, frequentemente atualizadas e revistas pelo autor. A décima sexta edição foi impressa em 1897, dezesseis anos após a morte do Dr. Chernoviz, pela Livraria R. Roger e F. Chernoviz (empreendimento do filho do autor).

Conforme Guimarães (2003) e Medeiros Filho e Faria (2001), pouco tempo depois do *Guia Chernoviz*, o Dr. Chernoviz publicou o *Dicionário de medicina popular* (1842), impresso no Rio de Janeiro, pela Tipografia E. H. Laemmert, em dois espessos volumes. A primeira edição vendeu três mil exemplares; a segunda, aumentada, também foi impressa pela Tipografia E. H. Laemmert, em 1851, em três volumes.

Tamanha foi a repercussão desse *dicionário* que ele transpôs as fronteiras do Brasil e também passou a ser impresso em Paris, logo a partir de sua terceira edição, datada de 1862. Em 1890 chegou à sexta, em dois volumes, editados pela livraria R. Roger e F. Chernoviz. A quinta edição teve uma versão em espanhol. Segundo Pinheiro (s.d.), o *Dicionário* contém uma descrição detalhada de causas e sintomas das doenças tropicais, tratamento e receituário especial de inúmeras moléstias, listagem de plantas medicinais e alimentícias, e muitos outros ensinamentos úteis à vida sadia.

Além do *Guia Chernoviz* e do *Dicionário de medicina popular*, o Dr. Chernoviz também escreveu na França e publicou em Paris, pela Casa do Autor, *História natural para*

*meninos e meninas de sete a quinze anos, escrita de um modo recreativo; ou a conversação de um pai com seus filhos acerca de muitos animais e plantas* (1862, com 154 figuras) e *Modo de conhecer a idade do cavalo, do burro, das bestas muares, do boi, do carneiro, da cabra, do porco* (1866, com 52 figuras).

No Brasil, muitos foram os eruditos e os populares, espalhados por distintos recantos, que leram, ouviram, apropriaram-se de partes do *Guia Chernoviz* ou que comentaram e receitaram oralmente trechos dos ensinamentos dessa obra. Relatos de memória testemunham sua leitura entre homens e mulheres na segunda metade dos oitocentos. Nas reminiscências da infância e da juventude de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt e Maria Paes de Barros, filhas de latifundiários da Bahia e de São Paulo, respectivamente, há referências às leituras desse manual de medicina popular. (BITTENCOURT, 1992; BARROS; 1998).

Além dos relatos de memória, obras consagradas da literatura brasileira também fazem menção às constantes leituras do *Guia Chernoviz* e a consultas feitas a ele. No romance *Inocência* (1872), do Visconde de Taunay (Alfredo Maria Adriano d'Escragolle Taunay, 1843-1899), o personagem Cirino de Campos, estudante de Farmácia da escola de Ouro Preto, filho de boticário e ex-funcionário de uma botica, viajava para fazendas, vilas e povoados de Minas Gerais e Mato Grosso, a medicar, sangrar e retalhar. Por suas leituras diárias e repetidas do *Guia Chernoviz*, conhecia de “cor e salteado” os ensinamentos que orientavam seu ofício de receitante.

Em localidade pequena, de simples boticário a médico não há mais que um passo. Cirino, pois, foi aos poucos, e com o tempo, criando tal ou qual prática de receitar e, agarrando-se a um [Guia] Chernoviz, já seboso de tanto uso, entrou a percorrer, com alguns medicamentos no bolso e na mala da garupa, as vizinhanças da cidade à procura de quem se utilizasse dos seus serviços. [...] Toda a sua ciência assentava alicerces no tal Chernoviz. Também era o inseparável *vademecum*; seu livro de ouro; Homero à cabeceira de Alexandre. Noite a dia o manuseava à sombra das árvores ou junto ao leito dos enfermos. [...] Chernoviz [...] no interior do Brasil é obra que incontestavelmente presta bons serviços, e cujas indicações têm força de evangelho. (TAUNAY, 1984, p. 24-25, grifo do autor).

Especialmente no Nordeste, populares e pessoas ilustres leram, releram e divulgaram o *Guia Chernoviz*. Assim agiram o coronel-médico da Guarda Nacional Ramiro Ildefonso de Araújo Castro, morador de Ilhéus (Bahia) e o Padre Cícero Romão Batista, famoso líder messiânico e patriarca do Juazeiro (Ceará). (GUIMARÃES, 2003). Acrescentamos, ainda, o Padre Gil Braz de Figueirêdo, da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, que leu o *Guia Chernoviz* e também o *Dicionário de medicina popular*, como veremos adiante.

No século XX, o escritor Moneiro Lobato (1882-1948), em *Urupês* (1918), especialmente no conto *O engraçado arrependido*, narra a vida cotidiana, mundana, as crenças, os costumes e tradições do caboclo Pontes, morador do interior de São Paulo, um típico contador de piadas. Esse caboclo, não cansava de ler e reler o *Guia Chernoviz*. (LOBATO, 1961).

No romance *Sinhazinha* (1929), Afrânio Peixoto (1876-1947) descreve certos aspectos da vida no sertão baiano de Caetité, no século XIX. Nesse sertão, um fazendeiro, de tanto ler e reler os ensinamentos terapêuticos descritos no *Guia Chernoviz*, tornou-se um bom conhecedor da medicina popular. (PEIXOTO, 1962). Em outras palavras, a leitura dos ensinamentos do *Guia Chernoviz* o fez apropriar-se de preceitos das ciências médicas.

Escritores célebres traziam a cultura popular para o conto, a poesia e o romance. O *Guia Chernoviz* é, ainda, objeto de atenção de Cora Coralina (1889-1985), no conto *O lampião da rua do fogo* (1985), e de Carlos Drummond de Andrade (1902-1987), no poema *Dr. mágico*. Em investigações acadêmicas, alguns historiadores da cultura, como Guimarães (2003, 2005), Figueiredo (2001, 2002), Figueirêdo e Araújo (2007), Medeiros Filho e Faria (2001), Nava (1949) e Santos (2008), fazem menção à circulação, a leituras e a apropriações dessa obra.

Para os historiadores Medeiros Filho e Faria (2001), o *Formulário e guia médico*, popularmente conhecido como *Guia Chernoviz*, foi um dos livros mais frequentes nas estantes sertanejas, ao lado do *Lunário perpétuo* e de obras religiosas. Sendo esse manual um guia de orientação prática de gênero prescritivo, perguntamos: quais os ensinamentos dirigidos a uma vida saudável e à cura de doenças de homens, mulheres e crianças sertanejas, nas fórmulas, nos remédios naturais e industriais do *Guia Chernoviz*? É possível perceber uma associação das ciências médicas teorizadas por Dr. Chernoviz com a leitura, a oralidade, a escrita e a escolarização?

Neste capítulo, analisamos um fac-símile da 19ª edição, refundida, aumentada e ilustrada (com 426 figuras), impressa, em Paris, pela livraria de R. Roger e F. Chernoviz, em 1920. Esse fac-símile foi reimpresso pela Editora Itatiaia, em 1996.

O *Guia Chernoviz*, de orientação prática, outrossim de leitura de ocasião, é pouco acessível a populares, devido a sua linguagem médica. Nesse manual, o autor formulou um programa de ensinamentos práticos, distribuídos pelas seguintes indicações: *considerações acerca de arte de formular ou receitar; operações farmacêuticas; formulário dos*

*medicamentos e plantas do Brasil*; e o *memorial terapêutico*, sobre o qual decorreremos sucintamente.

A indicação *considerações acerca da arte de formular ou receitar* consta de ensinamentos dirigidos aos médicos, farmacêuticos e estudiosos. Apoiado nas ciências médicas, o autor prescreve fórmulas convenientes para a fabricação de líquidos e pílulas. Dentre essas fórmulas, destacam-se as de *elixir paregórico* (5 a 10 gotas, para 24 horas), *extrato de ópio* (5 a 10 gotas, para 24 horas), *óleo de fígado de bacalhau fosforado* (20 gramas, para 24 horas), *iodo a 10º* (0,25 grama, para 24 horas) e *xarope de belladona* (5 a 10 gotas, para 24 horas). Regras para a redação das fórmulas também aparecem descritas, destacando-se que se deve considerar a clara escrita, a oralidade e a leitura cuidadosa:

Determinar se o medicamento é para uso interno ou externo. De ordinário não se faz entrar na fórmula instrução mais extensa: esta se recomenda de viva voz ao próprio doente, ou às pessoas que o tratam, ou se deixa escrita em papel separado. Esta instrução deve explicar o modo por que se há de empregar o medicamento, e em que dose; se ele deve ser administrado em uma ou mais vezes no dia; e se as xícaras, colheres, gotas etc. (CHERNOVIZ, 1920, p. 42).

As *operações farmacêuticas* orientam os procedimentos específicos de cortadura, depuração, evaporação, infusão, fermentação, filtração, lavagem, machucação, pulverização, torrefação e trituração, no preparo dos medicamentos. E o instrumental industrial indispensável? O Dr. Chernoviz enumera: alambiques, balanças, cálices, caçarolas, congelador, conta-gotas, espátulas de marfim, gamelas, lâmpada para álcool, microscópio, termômetro, tesouras, dentre muitos outros.

O *formulário dos medicamentos e plantas do Brasil* apresenta um glossário em ordem alfabética, contendo o nome do medicamento ou da planta, a descrição e a posologia de cada um deles. Sobretudo, esse *formulário* destinava-se a ensinar como curar e prevenir doenças tropicais e corriqueiras. Destacamos, a seguir, alguns dos medicamentos e plantas tropicais por ele citados ainda conhecidos.

*Ácido bórico, ou sal sedativo* (desinfetante) – sólido empregado em cistite, furúnculo, tuberculose, inflamação intestinal e blenorragia.

*Ácido sulfúrico, ou óleo de vitriolo* – líquido utilizado, externamente, para cauterizar verrugas e feridas. Diluído em água adstringente, é destinado a anemia, disenteria, escorbuto (alteração das gengivas), febre, hemorragia, sarampo, suor abundante e vômito.

*Alecrim* – arbusto de folhas duras, estreitas e muito aromáticas. O chá é admitido para a cura de anemia, anorexia, digestão difícil, tosse úmida, tuberculose linfática e em banhos aromáticos.

*Alfazema* – planta de folhas agudas, flores azuladas e cheiro aromático. Excitante, é posta em uso principalmente para banhos. A água de alfazema é indicada para a doença dos olhos.

*Alho* – planta cultivada em horta e usada no tratamento de verminose.

*Angico* – árvore que produz uma goma que, imersa em água morna ou em infusão de flores malvas, é usada no combate à bronquite.

*Bicarbonato de soda* – medicamento que exerce uma ação geral sobre as trocas nutritivas. É curativo nas diversas manifestações de enxaqueca, diabetes e gota.

*Boldo* – planta de folhas cinzentas, de cheiro aromático e balsâmico. O chá é indicado para cólicas hepáticas, corrimento vaginal, congestão, gonorreia e reumatismo.

*Erva-doce* – planta de caule liso, folhas de cheiro aromático suave e de sabor um tanto doce. Estimulante contra gases intestinais, cólica de crianças e diarreia crônica.

*Fedegoso* – planta de cheiro forte e sabor amargo. A raiz serve contra moléstias do fígado; as folhas, contra as verminoses.

*Hortelã* – planta de cheiro agradável e sabor picante. Excitante, emprega-se em casos de asma, cólica nervosa, diarreia, tosse, verminose e vômito.

*Macela* – planta de cheiro forte e sabor amargo. Tônico e estimulante admitido nas cólicas nervosas, falta de apetite e indigestão.

*Romãzeira* – planta de flor vermelha e fruto redondo, seco, de sabor ácido, e semente carnosa. A raiz é indicada contra solitária; das flores, não abertas, e da casca do fruto, faz-se gargarejo para a garganta.

*Sabugueiro* – planta de tronco mole e folhas opostas. O chá das flores secas alivia febre, constipação, bronquite, defluxo, escarlatina, inflamação da pele ou dos olhos e sarampo; o da raiz, verminoses.

O *memorial terapêutico* intercalado no *formulário dos medicamentos e plantas do Brasil* reporta o leitor às ciências médicas modernas do século XIX, ou melhor, às substâncias destinadas, por exemplo, ao tratamento de *eczema e úlcera cutânea* (óleo de castanha de caju e polpa de cenoura), *calos nos pés e nas mãos* (emplastos), *contusão* (papa de farinha de

mandioca, mel e vinho), *convulsão* (chá de folha de laranjeira), *ferida* e *cancro uterino* (polpa cozida de jerimum), *fraqueza* (chá de erva de são João), *sarna* (chá de folha de fumo), *amarelão em crianças* (chá de babosa), *mau hálito* (folha de eucalipto e pastilha de carvão vegetal) e *rouquidão* (gemada e óleo de eucalipto). Também ensina a produzir *cosmético para armar o cabelo* (pomada de folhas de louro) e *desodorizador de ferida* (argila em pó previamente aquecida).

Na lógica da cultura médica do século XIX, O Dr. Chernoviz ensina que a dosagem de cada medicamento variava segundo a idade, a estação, a moradia, o sexo e o temperamento. Diz ele:

[...] a dose de um medicamento deve ser menos forte para a mulher do que para o homem, para as pessoas irritáveis e fracas do que para aquelas cujo corpo está endurecido pelo trabalho; para os habitantes dos países quentes do que para os dos países frios; no verão do que no inverno. Esta diferença deve ser graduada segundo as idades: assim as pessoas são tanto mais impressionáveis pelos medicamentos, quanto mais jovens. (CHERNOVIZ, 1920, p. 45).

Esses ensinamentos de orientação empírica aproximam, sobretudo, a medicina científica e a popular, esta de apropriação bem mais acessível à parcela maior da população. Levam a imaginar uma profunda ligação entre uma vida biológica sadia e a natureza campestre do Brasil, ondulada por ambientes de flora, fauna, olheiros de água, rios, terras planas e chãs de serras.

No século XIX, a casa era o centro da produção de alimentos, medicamentos, de vivências, sociabilidades, de tratamento e cura dos males físicos e biológicos. A água e o fogo eram indispensáveis aos cozimentos. Se as plantas continham inúmeras propriedades medicinais, aromáticas, curativas, higiênicas, a água estava, indispensavelmente, na composição de quase tudo, ou de tudo mesmo. Era usada para beber, para banhar-se, para liturgias da Igreja católica, para as vivências do dia a dia. Para os sertanejos de Caicó, ela era tão indispensável como as crenças religiosas. O bom uso terapêutico da água modelava os costumes ditos civilizados que a ela se associavam. Assim sendo, o Dr. Chernoviz deteve-se em descrever certos poderes curativos da água:

A água é um medicamento frequentemente empregado no tratamento de muitas moléstias. A água fria estimula, fortifica; a água morna é antiflogística; a água quente rubifica e queima. As fomentações d'água fria são úteis nas contusões, torceduras, inflamações do cérebro, hemorragias, a água morna é empregada como emoliente. Na temperatura de 35° cent., em injeções é o melhor meio para estancar a hemorragia uterina depois do parto. A água fervendo ocasiona instantaneamente a vesicção da pele, e

pode substituir as cantaridas, quando é necessário produzir um efeito pronto; como por exemplo nas asfixias.

[...]

É muito empregada atualmente a água quente em cirurgia. [...] Nas moléstias dos olhos as aplicações d'água quente já são clássicas. Nas úlceras da córnea, nas infiltrações difusas e circunscritas, nas queratites agudas ou crônicas com ou sem espasmos [...] também é muito útil contra as úlceras antigas, um banho local duas vezes por dia ou fazer loções quentes pela manhã [...]. (CHERNOVIZ, 1920, p. 270 e 292).

Leitura de ocasião de homens e mulheres, tendo em vista os imperativos higiênicos, morais e religiosos o *Guia Chernoviz* definia e classificava os banhos d'água e seus poderes medicinais calmantes e excitantes:

Medicamentos externos, em que se mergulha por algum tempo quase todo o corpo, ou só alguma de suas partes. No primeiro caso chamam-se *banhos gerais*, no segundo *pediluvios*, *munuluvios*, *semicupios*, ou *banhos de assento*, conforme a parte do corpo que se acha mergulhada no banho. Os banhos distinguem-se em *frios*, *frescos*, *tépidos* e *quentes*.

Os *banhos frescos d'água corrente* empregam-se com vantagem contra as escrófulas, hipocondria, histerismo, amenorréia, raquitismo, etc.

Os *semicupios frios* tem frequentemente suspenso as hemorragias uterinas, ou fluxos hemorroidais abundantes.

Os *banhos frescos* não convêm durante a menstruação. As pessoas afetadas de aneurismas, de pelegmasias, as que são sujeitas a hemoptises devem igualmente abster-se deles.

Os *banhos tépidos* são emolientes e calmantes. Convêm nas febres inflamatórias, nas plegmasias abdominais e cutâneas, [...] reumatismo agudo, irritações nervosas espasmos, insônias, cólicas, moléstias sífilicas. [...] Estes banhos são também úteis para facilitar os partos.

Os *banhos quentes* são excitantes, sudoríficos e revulsivos. São aconselhados nos reumatismos crônicos, em certos casos de secura da pele acompanhada de sintomas de irritação de algum órgão interno; para provocar as hemorróidas, etc. (CHERNOVIZ, 1920, p. 98).

A sociedade moderna é, indiscutivelmente, a sociedade da escolarização e do trabalho fabril, com suas longas e cansativas jornadas de trabalho. A postura corporal correta para as atividades da leitura e da escrita escolares é também um ensinamento pedagógico do Dr. Chernoviz que, apropriado corretamente, desencadeava hábitos e atitudes indispensáveis numa jornada de trabalho de oito a doze horas, por exemplo. Recorrendo aos especialistas em educação, o Dr. Chernoviz assim fundamenta suas teorizações, visando à apropriação devida por parte de todos os estudantes.

Os snrs. Péchin e Ducroquet, dois beneméritos a quem este ramo pedagógico muito deve, demonstraram o alto papel da escrita sob o duplo ponto da preservação da vista dos alunos e das precauções a adotar para lhes evitar

tristes e irremediáveis deformações do esqueleto, – ocupam-se dos métodos – escrita direita e escrita inclinada – e dão a preferência à segunda [...]. Na escrita inclinada, a criança apóia e firma na mesa ambos os cotovelos, mas o cotovelo direito fica fixo. Para traçar a palavra os dedos têm movimentos de flexão e extensão executados pelos músculos sinérgicos. [...] Enquanto se escreve, a cabeça executa um movimento de rotação da esquerda para a direita combinado com um movimento de extensão da cabeça [...]. A escrita melhor [...] é aquela que logra aliar-se à melhor atitude de repouso. Ora, essa é incontestavelmente a inclinada, em que o indivíduo se firma e se apóia em ambos os cotovelos que se conservam fixos, tendo a coluna vertebral bem direita e os ombros sempre à mesma altura. (CHERNOVIZ, 1920, p. 721-722).

No século XIX, a leitura é um ato individual ou coletivo, mas sempre variado e variando. Perguntamos, então: não se lendo diretamente no livro aprende-se? Um programa de ensinamentos práticos acerca da arte de formular, receitar, tratar e curar através de remédios naturais e industriais, situado numa rede de práticas culturais referenciada pelo livro intercede, conforme nossa tese, em sua apropriação tanto pela leitura feita, ouvida e memorizada, como pela cultura da oralidade reinante.

Seja como for, no século XIX, a cultura médica (empírica) de grande parte da população de Caicó foi profundamente absorvida dos ensinamentos do *Guia Chernoviz*. Porém, os usos e aplicações recomendados eram, muitas vezes, seguidos, outras vezes autônomos. Até certo ponto, as condições materiais de vida determinavam isso ou aquilo. Aliás, ensina-nos Chartier:

Se muitos não podem ler diretamente, sem mediação, a cultura da maioria é, contudo, profundamente penetrada [pela leitura do] livro, que impõe suas normas novas, mas que também autoriza usos próprios, livres, autônomos. (CHARTIER, 2004, p. 91).

Com seus tantos textos de leituras de ocasiões, o *Guia Chernoviz* encadeou uma rede de práticas culturais que fazia com que a arte de tratar, de curar doenças comuns e moléstias graves de homens, mulheres e crianças sertanejas fosse apropriada por populares, por força da cultura da oralidade, por intermédio de benzedeiras, rezadeiras, parteiras, como veremos mais adiante.

Na ordem do testamento e inventário do Padre Gil Braz de Figueirêdo

Anteriormente, neste capítulo, fazemos uma referência a Dom Adelino, o qual trata dos primeiros povoadores do Seridó, notadamente dos de Caicó. Entre muitos, estavam reverendos curas da “alma”, e por vezes dos “males do corpo”, fascinados pelas coisas do reino da terra. Outro pesquisador da história local, Santa Rosa, acentua:

Da abundância de padres nos sertões – homens dotados de instrução superior – resultou que se difundissem as letras e aparecessem tantos homens cultos em relação ao meio e à época. [...]. Daí, a instrução de certo relevo adquirida por tantos sertanejos. (SANTA ROSA, 1974, p. 41 e 107).

A princípio, uma observação: em documentos como testamentos e inventários, deparamos tanto com uma história resumida de si mesmo *dita* quanto com uma que se situa como *entredita* ou *subentendida*.

A história [resumida] de si mesmo *dita* pelo Padre Gil Braz de Figueirêdo, nosso tetravô, começa pelo ritual da escrituração de seu testamento: “Saibam quantos este testamento e disposição de última vontade [...]” Com cinquenta e sete anos de idade, acometido de uma moléstia, o Padre Gil Braz chamou a sua casa, situada no sítio Maracujá (Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó), o tabelião público Inácio Gonçalves Vale, para determinar todos os encaminhamentos para a salvação da alma no reino de Deus:

Primeiramente encomendo minha alma a Deus que a criou, e lhe rogo pelos merecimentos do Seu preciosismo Sangue a Salve. Rogo ao Anjo da minha guarda ao Santo do meu nome, e com especialidade a Santíssima Virgem como mãe e advogada dos pecadores, queiram ser meus intercessores no perigoso transporte para a outra vida, a fim de que minha alma entre segura na glória para que foi criada. (FIGUEIRÊDO, 1878, f. 1).

Nessa história de si mesmo, o que fica *entredito*? Pela pesquisa de Araújo (2007), o Padre Gil Braz, filho primogênito de João Bento da Silveira Figueirêdo e Ana Maria do Sacramento, nasceu no ano de 1821, no distrito de Patos (Paraíba), que integrava o município de Pombal (Paraíba). Em 1836, quando tinha 15 anos de idade, com toda a sua família (pai, mãe, o irmão Luiz Emiliano de Figueirêdo) e escravos, Gil Braz mudou-se daquela freguesia para a da Gloriosa Senhora Sant’Ana, indo morar no sítio Riacho dos Cavalos, próximo a Caicó.

O ano da escrituração do testamento – 1878 – foi um ano de inconstância de chuvas. Em 1876, os seridoenses haviam presenciado excesso de chuvas e inundações. Em 1877, haviam sofrido com a ausência de chuvas (extinção da lavoura, doença, fome, miséria,

emigração). Em 1878, vivenciaram tanto os males das inundações de 1876 quanto os da seca de 1877. O exaustivo trabalho dos comissários vacinadores muito pouco impediu as epidemias de febre palustre, varíola confluyente e maligna. Os historiadores Guerra e Guerra descrevem os prenúncios e as ausências das chuvas:

Em fevereiro continuam as chuvas de modo pouco animador. Em março voltam os horrores, sustos e continua como d'antes a miséria, a fome; as chuvas caídas até princípio deste mês são pouco abundantes. Em abril aparecem de novo as chuvas; mas o inverno prossegue com interrupção; há calamidade porém, de fome, mortes e misérias, sem interrupção em todo sertão. (GUERRA; GUERRA, 1980, p. 39).

O menino Gil Braz e seu irmão provavelmente aprenderam as primeiras letras com a mãe ou mesmo com um mestre-escola. E os estudos de humanidades? Existindo em Caicó, desde 1803, uma Escola de Gramática Latina, não teriam estudado o adolescente Gil Braz e seu irmão nessa instituição de formação clássica das elites seridoenses? Possivelmente sim, por volta de 1846. Segundo Araújo (2009), nessa época a direção e a docência dessa Escola estavam entregues ao professor Joaquim Apolinar Pereira de Brito, sobrinho do Padre Francisco de Brito Guerra, já então falecido.

Nessa história de si mesmo, o que está *dito e entredito*? Por volta de 1848, os pais, certamente vislumbrando uma formação sacerdotal para o filho primogênito e o segundo, os enviaram, como acontecia com a maioria dos estudantes da Escola de Gramática Latina, a prosseguir os estudos – diga-se, os estudos superiores – no Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça de Olinda. Conforme o trabalho de Araújo (2007), o jovem Gil Braz, então com 27 anos, quis ser sacerdote; Luiz Emiliano preferiu tornar-se fazendeiro, casar-se e ser pai de família. Em 8 de dezembro de 1849, o seminarista Gil Braz ordenou-se presbítero secular do Hábito de São Pedro por esse seminário-colégio, no qual também se ordenara o professor, intelectual, político e vigário da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó Padre Francisco de Brito Guerra.

Entre 1850 e 1855, o Padre Gil Braz exerceu o sacerdócio na capela do distrito de Santa Luzia, filial da Freguesia de Nossa Senhora da Guia, da Vila de Patos. Mais ou menos por esse período, esteve como coadjutor do Padre Tomás de Araújo Pereira, vigário da Vila do Acari, na povoação de Currais Novos (circunscrita à Freguesia de Nossa Senhora da Guia, dessa Vila). A documentação analisada leva-nos a deduzir que, entre 1855 e 1878, ele cumpriu ofício sacerdotal na capela de Santo Antônio, do sítio Maracujá (Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana), onde permaneceu até sua morte. No período de 1861 a 1864, de

acordo com Araújo (2007), o Padre Gil Braz e seu irmão Luiz Emiliano exerceram mandatos de vereador em Caicó.

Mas o que está *subentendido* na história resumida de Padre Gil Braz no testamento? Membro das Irmandades da Freguesia (Irmandades de Sant’Ana, do Santíssimo Sacramento e a das Almas), ele, assim como quase todos os sacerdotes daquela época, envolveu-se afetivamente com duas jovens, pelo menos.

A primeira foi Carlota Joaquina do Sacramento, filha de Sebastião Lopes Galvão e Maria Francisca de Moura. Para o pai de Carlota Joaquina, proprietário de fazendas na povoação de Currais Novos, o Padre Gil Braz comprou terras para que construísse uma casa de morada. A jovem Carlota Joaquina do Sacramento, seduzida pelo Padre Gil Braz – no tempo em que esteve como coadjutor do Padre Tomás de Araújo Pereira –, tornou-se mãe de dois dos filhos daquele: Benjamin de Figueirêdo da Silveira Galvão (1851-1930) e Filadelfo Galvão de Figueirêdo (1852-1916), nosso trisavô. Evasivo, não dito, o nome do pai de Benjamim é omitido no assento de batismo, assinado pelo vigário, o Padre Tomás Pereira de Araújo.

Benjamim, filho natural de Carlota Joaquina do Sacramento, nasceu a seis de abril de mil oitocentos e cinquenta e um, e batizado solenemente em Currais Novos pelo Padre Francisco Rafael Fernandes, de minha licença: foi madrinha Vicencia Lins de Vasconcelos, de que para constar mandei fazer este assento, que assino. Vigário Tomás Pereira de Araújo. (ASSENTO DE BATISMO, 1851, p. 35).

Celebrante na capela de Santo Antônio, no sítio Maracujá, e sensível aos encantos femininos, o Padre Gil Braz enamorou-se, depois, da prima Maria Brasileira de Jesus, com quem manteve um relacionamento sentimental um tanto longo e deveras pródigo em filhos – onze rebentos vieram ao mundo desse caso de amor do Padre Gil Braz com Maria Brasileira (cinco homens e seis mulheres): Odilon Fulgêncio de Figueirêdo (1865-1913), Nestor Carbiniano de Figueirêdo (1866-19?), Maria da Conceição (1868-1868), Benigno (1869-18?), Concessa Maria de Figueirêdo (1870-19?), Agrícola Braz de Figueirêdo (1871-19?), Maria (1872-18?), Benigna (1874-18?), Diógenes Marcelino de Figueirêdo (1875-19?), Gil Braz de Figueirêdo (1877-19?) e Maria (1878-1880).

Dos onze filhos do Padre Gil Braz com Maria Brasileira, apenas sete estavam vivos – eram menores de idade – quando da escrituração do testamento: Odilon Fulgêncio (13 anos), Nestor Carbiniano (12 anos), Concessa Maria (8 anos), Agrícola Braz (7 anos), Diógenes Marcelino (3 anos), Gil Braz (1 ano) e Maria (14 dias de nascida). Não dito, não

escrito o nome do pai de Nestor Carbiniano, tal como aconteceu nos assentos de batismos dos outros filhos do Padre Gil Braz com Maria Braziana. O assento de batismo foi assinado pelo vigário, o Padre Francisco Rafael Fernandes.

NESTOR filho natural de Maria Braziana de Jesus, desta Freguesia, nasceu em oito de setembro, e foi solenemente batizado no Oratório Maracujá desta Freguesia a dezoito de outubro de mil oitocentos e sessenta e seis pelo Padre Antonio Germano Barbalho Bezerra Tote, de minha licença. Foram padrinhos Anastácio José de Araújo, casado com Rosa Maria de Lima da Freguesia de Santa Luzia, do que mandei fazer este Assento assino. Vigário Francisco Rafael Fernandes. (ASSENTO DE BATISMO, 1866, p. 87).

O que está *dito* no testamento do Padre Gil Braz? Ele ditou, para que fosse registrado, que a seus pais cabiam seus bens patrimoniais acumulados. Eram eles os legítimos herdeiros de seus sítios Cachoeirinha, Campo dos Veados, Juá, Maracujá, Piató, Quipauá, Tanque d'Água (na zona do Seridó) e Benfica (próximo a Santa Luzia). Ademais, seus pais passariam a ser proprietários de escravos, objetos de prata, gado muar e cavalariças, ovelhas e bens de raiz (casas de morada em Caicó e em Santa Luzia, engenho de alambique no sítio Maracujá, açudes, terras de pastagens, terras com plantação de fruteiras e de cana-de-açúcar, casas de farinha e roçados).

Com tamanho cabedal, o que destinou o padre aos próprios filhos? Apenas fixou a terça parte de seu legítimo pertencimento – depois de deduzido o funeral, para o bem da alma –, dividida em partes iguais “[...] aos sete filhos de Maria Braziana da Conceição, a Filadelfo Galvão de Figueirêdo e Benjamin de Figueirêdo da Silveira Galvão, sendo estes últimos casados, e os sete primeiros menores a qual será tirada dos bens que poderem ser.” (FIGUEIRÊDO, 1878, f. 1).

Pelo avanço de sua moléstia, pressentindo a morte avizinhar-se e lutando para sua alma entrar mais ou menos segura na glória do reino de Deus, por palavras pensadas e ditas designou como testamentários dois de seus filhos (Benjamin de Figueirêdo da Silveira Galvão e Filadelfo Galvão de Figueirêdo) e seu pai (João Bento da Silveira Figueirêdo). Rogava-lhes, por serviços a Deus e a sua mercê, cumprirem e fazerem cumprir, desde o instante de sua morte reconhecida, tudo o que era por ele dito.

Declaro que falecendo nesta Freguesia, meu corpo em vestes sacerdotais será sepultado no Cemitério Público da Freguesia, no lugar competente acompanhado pelo Pároco da Freguesia, ou Sacerdote de sua comissão, e pelo mais, que comodamente podem assistir meu enterro que será feito de conformidade com o uso e costume da Freguesia e devido ao meu estado de Sacerdote = que os Sacerdotes; que assistirem ao meu enterro dirão por minha alma missa de corpo presente [...]. (FIGUEIRÊDO, 1878, f. 1).

Em face dos usos e costumes cristãos, determinava o ritual do funeral com missa de corpo presente e sepultamento assistido pelo pároco da freguesia. Ainda mais: ordenava a seus testamenteiros mandarem dizer todas as capelas de missas que porventura ficava a dever, segundo suas palavras, “[...] não por omissão minha, mas sim pela moléstia que Deus foi Servido a cometer-me, as quais constam do meu assento em livro para isso destinado.” (FIGUEIRÊDO, 1878, f. 1).

Sua história resumida de si termina com a leitura em voz alta do testamento pelo tabelião público Inácio Gonçalves Vale. Estando o testador com a mão trêmula a ponto de não poder sustentar a pena, por ele assinou o tabelião, a seu rogo – Gil Braz de Maria Santíssima. Por que Gil Braz de Maria Santíssima, e não Gil Braz de Figueirêdo, seu nome de batismo? Que se subentende dessa atitude do padre? Um servo não comum, diante de Deus e de seu rigoroso juízo, em que nada é oculto, naquela penúltima hora de vida biológica, por palavras e obras, não quereria o Padre Gil Braz, do Todo-poderoso, o perdão de seus “pecados carnis”, subscrevendo-se como Reverendo Gil Braz de Maria Santíssima?

No dia 20 de agosto de 1878, três dias após a escrituração do testamento, o Padre Gil Braz faleceu em sua residência, no sítio Maracujá. Todos os ritos solenes dos funerais foram rigorosamente cumpridos por seus testamenteiros, inclusive além do que foi por ele dito: missa de corpo presente, com cantos sacros entoados por um dos professores da Escola de Gramática Latina, Manoel Pinheiro Brasil (quem sabe, fora professor do Padre Gil Braz), e sepultamento numa catacumba do cemitério público de Caicó, assistido por sete sacerdotes.

Procedeu-se ao auto do inventário de bens no mesmo ano da morte do Padre Gil Braz, em 1878. Entre os bens patrimoniais listados pelos avaliadores, constam alguns que podem indicar seus santos protetores, como é o caso de um oratório de cedro preto, ornado com os “vultos” do Senhor Jesus Cristo e de São José. Além disso, a sala da residência, ou talvez o ambiente do quarto de dormir do sítio Maracujá eram decorados com quadros do Coração de Jesus, Santo Antônio e São José, o carpinteiro. Quadros e imagens de santos, pela explicação de Chartier (1990, p. 190), são destinados a “[...] recordar, massivamente, as verdades da fé cristã, mostrar a autoridade da Igreja Católica, alimentar as práticas de devoção.”

Fascinado pelas coisas do reino da terra (escravos, objetos em prata, gados, mulheres e propriedades), não obstante o revendo Gil Braz de Maria Santíssima fez parte do quadro intelectual da Igreja católica e da sociedade de Caicó. Antes de tudo, formou-se na Escola de

Gramática Latina de Caicó e no Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça de Olinda. Leu obras clássicas de Teologia, Filosofia, Retórica e muitas outras; interpretou para os fiéis católicos, em suas homilias e pregações, preceitos da Igreja católica; na função de vereador, discutiu e elaborou leis e posturas municipais.

Na listagem de livros que consta nos autos do inventário do Padre Gil Braz, como visto incompleta, percebe-se a preferência pela leitura de textos de teologia, de filosofia e de medicina prática. Lembrando a explicação reforçativa do Darnton (1992, p. 212), “A leitura não se desenvolveu em uma só direção, a extensão. Assumiu muitas formas diferentes entre diferentes grupos sociais em diferentes épocas.” O conjunto dos livros arrolados indica o repertório de Gil Braz:

Um Breviário em quatro volumes	8\$000
Uma obra em três volumes – Sermão do Rego	4\$000
Uma obra em quatro volumes – [Frei Francisco do] Monte Alverne	9\$000
Uma obra [teologia] faltando um volume – [Frei Francisco do] Monte Alverne	2\$000
Um livro – Ofício paroquial	2\$000
Um dicionário de medicina – [Guia] Chernoviz – em dois volumes e um formulário	12\$000
Uma obra – Voz evangélica	1\$000
Um Missal	10\$000

Entre os livros religiosos indispensáveis às leituras e celebrações eclesiais de “cura da alma” e das desobrigas, sobressaem: breviários, missal, ofício paroquial, sermões e voz evangélica.

Mas quem seria Monte Alverne, tão lido e, quem sabe, relido pelo Padre Gil Braz? O Frei Francisco do Monte Alverne (1788-1858) é sublinhado por Duran (2004) como tendo sido um proeminente orador sacro e tribuno erudito que misturava, em suas homilias, preceitos religiosos e política imperial. Por designação de Dom João VI, mantida por Dom Pedro I, cumpriu o ofício de Pregador Real. É autor de um compêndio de Filosofia e, especialmente, de livros de oratória (publicados pela Tipographia Laemmert, em 1853 e 1854). Os livros de oratória (quatro volumes) reuniam 81 sermões (congratatórios, quaresmais, fúnebres e de mistério).

Por outro lado, sendo o Padre Gil Braz proprietário de sítios, terras, animais e escravos, o *Guia Chernoviz* não seria uma leitura necessária à apropriação de receituários concernentes ao tratamento de males comuns e graves, sangrias, manipulação de medicamentos, bem como um guia de vida saudável?

O certo é que, como um intelectual praticante da leitura de textos filosóficos, literários, teológicos, políticos, medicinais – ligadas às circunstâncias que as haviam produzido –, o Padre Gil Braz incentivou a aquisição do domínio da leitura, perpetuando ensinamentos. Reafirma Chartier:

A leitura não é separada de outros gestos culturais como a audiência de livros lidos e relidos em voz alta, no seio da família, [dos templos católicos], a memorização daqueles textos ouvidos, decifráveis porque já reconhecidos, ou a recitação daqueles que foram aprendidos de cor. (CHARTIER, 2004, p. 217).

A leitura feita ou ouvida era uma prática formadora de hábitos culturais, como o encontro de fiéis católicos no templo, na capela, na família, para a escuta da leitura de livros lidos e relidos – a *Bíblia*, o *Adoremus*, a *História Sagrada*, bem como o *Lunário e prognóstico perpétuo*, o *Guia Chernoviz* –, poemas de cordel, e até cartas.

#### Na ordem das absorções culturais

Obstinados em ensinar fórmulas de remédios, métodos terapêuticos de tratamento homeopáticos e alopáticos, eram, portanto, livros, dicionários, folhetos. Naquela época, notavelmente, “Uma vez escrito e saído das prensas, o livro, seja ele qual for, estava suscetível a uma multiplicidade de usos.” (CHARTIER, 2004, p. 173).

A história da leitura é, como visto, a leitura situada em uma rede de práticas culturais, a partir do texto do livro lido, relido, escutado, memorizado, recitado intermitentemente. Ainda para Chartier (2001, p. 84, grifo nosso), muito da leitura ouvida, murmurada, memorizada e recitada “[...] não distingue o ler do contar e alimenta-se dos mesmos *textos escutados muitas vezes* – o que é a própria condição de sua compreensão possível, a despeito da leitura pouco inteligível que aí é feita.”

No século XIX, o aperfeiçoamento das tecnologias concernentes à impressão de livros e impressos, o papel menos caro, apesar de ainda raro, a ampliação gradativa da escolarização e a abertura de bibliotecas resultaram na intensificação e diversificação das

leituras individuais e grupais. Não há dúvida de que existia uma rede encadeada (digamos assim) entre leituras exercitadas e ofícios profissionais e domésticos.

A partir de meados do século XIX, o ato de ler – mais praticado por uns e menos por outros – torna-se um ato social indispensável a qualquer coletividade, que depende continuamente da linguagem escrita. Lia-se oral e silenciosamente nas escolas, tendo-se em vista a aquisição de conhecimentos culturais; lia-se oral e silenciosamente nas repartições de trabalho, nas câmaras de vereadores; lia-se oral e silenciosamente nas reuniões das Irmandades; e lia-se como um exercício espiritual oral e silencioso na totalidade dos cultos católicos.

Em contraposição ao senso comum, e nos limites dos vestígios pesquisados, uma parcela razoável dos moradores de Caicó e, por extensão, da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana tinha afeição pela leitura. Como não poderia deixar de ser e acontecer, muitos eram aqueles que liam pela escuta, pela audição do texto escrito, pela murmuração do texto apreendido, especialmente os destinados às leituras de ocasião, grandes estimuladores da permanência da cultura da oralidade.

Pelas investigações de Araújo (1985), a “arte” terapêutica popular era [é] exercitada enormemente pelas mulheres – sejam elas donas de casa, benzedadeiras, rezadeiras, parteiras. Para esse pesquisador da cultura popular, sem sombra de dúvida uma literatura exemplar que teria fundamentado a “medicina caseira” do povo sertanejo e sua transmutação em remédios teriam sido os livros medicinais do *Dr. Chernoviz*, subsidiados pelos textos do *Lunário e prognóstico perpétuo* e complementados pelas fórmulas das curas dos indígenas e dos africanos que aqui chegaram. Principalmente, o *Dr. Chernoviz* subsidiou, por muito e muito tempo, o diagnóstico dos sintomas das doenças mais comuns e o tratamento delas, bem como a difusão da terminologia médica.

No *mister* da homeopatia em Caicó, alguns homens eram os “doutores” das fórmulas medicinais avançadas, ditas científicas. Nessa labuta, estavam o Dr. José Eustáquio de Araújo (popularmente conhecido por Araujinho, pai do farmacólogo José Gurgel de Araújo) e o Dr. José Pires Ferreira. (COSTA, 1999; MEDEIROS, 2004). O professor, capitão da Guarda Nacional e homeopata prático Antônio Martins de Oliveira Nóbrega possuía uma pequena farmácia em Caicó e outra no distrito de São Fernando. (MEDEIROS, 2010).

Médicos como Araujinho e Dr. José Pires Ferreira bem como o farmacólogo José Gurgel de Araújo (filho de Araujinho) e o farmacêutico prático Antônio Martins de Oliveira Nóbrega tinham, mais ou menos, em comum o conhecimento das ciências médicas. Em

alguma medida, receitavam, pelas fórmulas homeopáticas, a cura de cada enfermidade. Para o pesquisador da cultura popular Iaperi Araújo, eles

[...] conheciam medicamentos de produção industrial, mas em grande parte das vezes preferem a polifarmácia para o tratamento de patologias mínimas. Em alguns lugares até dão pontos de suturas em ferimentos, colocavam ossos nos lugares, ‘encanavam’ braços quebrados, utilizando uma mistura de breu com ovos que somente larga quando a fratura está consolidada ou mais modernamente utilizam o gesso. Faziam curativos e aplicavam injeções. (ARAÚJO, 1985, p. 31).

Portanto, como era de se esperar, existe uma variação considerável de relatos que, de fato, indicam o leque das apropriações de nossos antepassados moldadas pelas leituras feitas e ouvidas dos textos do *Lunário perpétuo* e do *Guia Chernoviz*. É uma literatura de memória de infância e de vida familiar, aqui qualificada, por empréstimo a Peter Burke (2006, p. 73), como sendo uma “história social do lembrar.”

O professor, fazendeiro e chefe político Artéfio Bezerra da Cunha, nascido, no ano de 1888, em Serra Negra, bem próximo de Caicó, rememora as doenças que “corriam” por aqueles sertões bem como as fórmulas dos remédios rotineiramente usadas por sua mãe, D. Sinhá, dada a educação doméstica que recebera de seus progenitores.

Vomitórios de ipecacuanha preta para pneumonia ou pleuriz. Cataplasma de mostarda para remover tumores; unguento de cebola branca, alho farinha de mandioca e óleo de coco, para arrancar fragmento de terra e pedacinhos de espinho de uma estrepada; um purgante de jalapa para tontura, um ramo ou mesmo congestão; água de sabão para envenenamento; cabeça de lagartixa bem murchada, ótimo unguento para estrepadas; limão bem espremido numa xícara com mel de abelha, maior remédio para as crianças atacadas de garrotilho ou crupe; cozimento de casca de jurema preta para tomar na boca, reduz qualquer inflamação na parte dentária; a raspa da casca da quixabeira, da favela, a água da bananeira, são melhores que arnicas para pancadas, contusões e até ataques ou inflamações nos rins; três colheres de leite de pião bravo, em fusão numa garrafa de aguardente de primeira, tomando um cálice toda manhã e um banho ligeiro, às cinco horas matutinas, cura todo entrevado; a folha de hortelã miúda, feito chá, cura todo o doente de ameiba; a pimenta malagueta bem machucada, em fusão com o leite, cura toda mordedura de cobra; o entre casca do trapiá e o tipi, curam os reumáticos. (CUNHA, 1971, p. 28).

A natureza era sempre imprevisível em suas cruéis secas e enchentes, porém pródiga em sua rica flora local – favela, hortelã miúda e graúda, jurema, pião bravo, pimenta malagueta, quixabeira, trapiá –, fornecedora dessas plantas “sagradas” para chás, cozimentos, infusões, emplastos, e até defumações. As plantações de bananeira, cebola-branca, coco, limão, laranja bem como as das ervas medicinais enfileiravam-se ao redor ou mesmo no

quintal da casa de morada. No sítio Maracujá (ou nos demais), do Padre Gil Braz, fruteiras e cana-de-açúcar compunham a paisagem.

Os meninos de sítio Baixio – Celina, Laércio e Safira –, educados, à luz da cultura rural sertaneja, numa casa em que se fazia de tudo (cadeiras, tamboretas, roupas, tamancos, palitos, pavios, sabão, remédios), assistiram à prática da medicina caseira do José Bezerra de Araújo (1879-1963) e de dona Maria Dina Bezerra (1900-1992) e tornaram-se sujeitos dessa prática. O Sr. José Bezerra sarjava os panarícios dos filhos com uma sovela (espécie de agulha reta ou curva) e tratava os ferimentos comuns com lã de verniz, vedando-os e assim evitando contaminações. Dona Maria Dina, senhora de saberes apreendidos, em parte, com pais e familiares, por esses elos e aprimoramentos diários, dominava um relativo receituário de curas dos males mais comuns.

As gripes eram curadas com leite ferrado, lambedores, chá de limão e cebola no sereno. [...]. Se tínhamos febre, o remédio era fazer o abafador: um chá bem quente e cobertor, para suar e a febre passar. As doenças do intestino eram curadas com caldo de arroz, água de coco, chá de cidreira e de casca de laranja. [...] Durante muito tempo escovamos os dentes com água de juá, pois não se comprava pasta de dente. (BEZERRA; ARAÚJO; AMMANN, 2009, p. 150).

Práticas a que dona Maria Dina firmemente recorria eram as rezas da dona Maria, que exercia o ofício de parteira e tratadeira pós-parto. Com um galho verde, dona Maria rezava e curava espinhela caída, quebranto, ramo, dor de ouvido, o que aparecesse nos meninos do sítio Baixio. O antropólogo Araújo afirma:

As comadres sabiam rezar crianças com mau-olhado e pessoas doentes. Quando abria-se a boca desmesuradamente e por várias vezes, como acontece no bocejo do sono, imaginava-se logo um mau-olhado do adulto. Os olhos caíam nos cantos e as pálpebras ficavam pesadas. Sonolência, corpo dolorido. [...] Passando-se o galho em cruz sobre a cabeça do doente [se diz esta reza]: ‘Com dois te botaram, com três eu te tiro. Com as forças de Deus, olhando, se homem ou mulher, há de ser retirado. Oh! Meu Deus e a Virgem Maria, há de ser retirado esse olhado com os poderes de Deus e da Virgem Maria. Se for bicha há de ser retirada. Se a bília, há de ser retirada. Se for no pulmão, há de ser retirado. Com os poderes de Deus e da Virgem Maria, há de ser retirada.’ Reza-se então 3 Ave-Marias e 3 Salve-Rainhas. (ARAÚJO, 1985, p. 31 e 53-54).

As leituras de ocasião apreendidas pelas senhoras rezadeiras contribuía para que se difundisse a terminologia médica e também para que se reproduzisse a fervorosa crença em Deus, na Virgem Maria e na Gloriosa Senhora Sant’Ana. De todo modo, rezas fortes, como a descrita acima, obedeciam a regras éticas. Um rezador renomado esclareceu a Juvenal

Lamartine (1996, 85) o teor dessa ética: “As rezas fortes [...] se forem ensinadas de homem para homem ou de mulher para mulher, perdem toda sua força; só se conservam quando transmitida entre pessoas de sexo diferente.”

É de se recordar que muitas dessas mulheres, ao lado dos “raizeiros”, possuíam suas “farmácias” – “bancas” empilhadas de folhas, cascas de troncos, raízes, resinas para defumação e mezinhas. Rara era a dona de casa que não conhecia “de cor e salteadas” as fórmulas para a cura, por exemplo, de achaques, bicheira, espinhela caída, gota serena (perda da vista), quebranto – ou mau-olhado –, “vento-caído”. E sabiam receitar chás, infusões e o elixir da longa vida.

Uma constatação se entremostra. Vida cotidiana e vida relativamente sadia se completavam em face da fecundidade da flora local. Para Boaventura (1989), tal equilíbrio dependia da união entre a dieta alimentar e a medicina caseira. Evidentemente, muitas curas se deviam, ao mesmo tempo, a uma e à outra. O médico e historiador da cultura local Dr. Paulo Bezerra, nascido na cidade do Acari por volta dos anos de 1930, experimentou profundamente a farmacopeia seridoense. Tendo sido criança de sítio, diz ele:

[...] entre os seis e os onze anos, não fui levado a médico nem me costuraram. Uma papa de azeite de carrapato, sal e cebola, do conhecimento do meu pai, acudiu-me em três ocasiões [de queda]. Colocando-a num pano fino atado sobre o ferimento. Um santo remédio. O azeite é obtido da semente do que chamam carrapato ou carrapateira ou mamona [...] e que depois de ser pilada, a pasta resultante é posta em água quente para flutuar o azeite a ser colhido. [...]. E o sal vinha da salina e a cebola da horta. Isso era a ciência do povo. (BEZERRA, 2010, p. 2).

No ano de 1856, com o flagelo da seca entremeado com os “duros golpes” da epidemia da cólera *morbus*, o governo de Dr. Antônio Bernardo Passos, nas diligências oficiais, organizou comissões de beneficência nas freguesias (por exemplo, a Comissão de Beneficência da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana do Seridó), destinadas a prestar socorro público, principalmente aos pobres. A Comissão e os voluntários cadastrados dirigiram o tratamento

[...] da cólera *morbus* guiados pelos folhetos, adrede publicados para suprirem a falta de médicos, a fim de acudirem a pobreza em geral analfabeta, e completamente alheia ao uso e aplicação de remédios os mais comezinhos. (FALA COM QUE O EXMO SR. DR. ANTONIO BERNARDO PASSOS DIRIGIU..., 1856, p. 15).

Numa primeira providência, fez-se chegar aos mais pobres uma dieta alimentar composta basicamente de arroz, bolacha, farinha de mandioca, e também desinfetantes e medicamentos, juntamente com os folhetos. Vejamos:

Azeite de mamona	Carteira homeopática
Frasco de espírito de cânfora	Frasco de licor anticolérico
Frasco de tintura de ipepacuanha	Frasco de tintura de monesia
Frasco de santonina	Frasco de tintura de sulfúrio
Folheto de Dr. Sabino	Folheto de Dr. Moscovo
Folheto sobre o tratamento da cólera <i>morbis</i>	Garrafa de água antipestilencial
Garrafa de álcool	Garrafa de iabarraque
Garrafa de acetato de amoníaco	Garrafa de óleo de amêndoa doce
Garrafa de óleo de rícino	Tubo de vacina

A Comissão de Beneficência da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana do Seridó, instalada em Caicó, no socorro público prestado aos pobres, distribuiu oito barricas de bolacha, nove sacos de arroz, seis peças de baeta, nove carteiras homeopáticas, cinco vidros de espírito de cânfora e inúmeros folhetos que orientavam sobre o tratamento da cólera *morbis*.

A dieta alimentar, geralmente baseada em derivados do leite (queijo, coalhada), mel silvestre, milho, feijão, arroz da terra, peixes dos açudes (traíra e curimatã), batata e frutas (como goiaba, melancia e o fruto do maxixe), no período de seca reduzia-se, lastimavelmente, a frutos silvestres, farinha, feijão, raízes, xiquexique, melancia, jerimum, melão e raiz de mucunã.

É evidente que a forma como se dava a alternância entre a estação seca e a chuvosa condicionava diagnósticos e prognósticos de inverno satisfatório ou estiagem dolorosa. Era a ciência empírica do sertanejo especulando segundo suas leituras acumuladas. Nos termos de Cascudo,

Os velhos sertanejos, habitantes do interior [...], convenceram-se de que as epidemias, grandes estiagens, proximidades de épocas tumultuosas e sangrentas, fazem-se preceder por mudanças atmosféricas, de aspectos inusitados, ventos álgidos ou ardentes, breves, mas de suficiente penetração. Também vapores, certos nevoeiros estranhos, provocando suores viscosos, arrepiamentos inexplicáveis, sensação de mal-estar, calefrios, inquietações. Há uma pressão incomum. (CASCUDO, 1971, p. 135).

Nas décadas de 1950 a 1980, raro foi o caicoense que não conheceu e até se receitou com o Sr. Manoel Cardoso de Araújo, o famosíssimo Dr. Raiz. Em face do progresso de seu negócio como vendedor de plantas medicinais e de “químico” de garrafadas, o Dr. Raiz tinha a cidade de Caicó como um bom mercado consumidor, e as mulheres como suas maiores e mais fiéis freguesas. Reforçando a perpetuação da cultura popular, em face da força da oralidade, mas instigada por alguma leitura ouvida e propagada, o escritor José Lucas traz à memória social um conto que narra o ofício desse célebre raizeiro.

Toda a Caicó conhece o popular Dr. Raiz, ou simplesmente ‘seu’ Manoel Raizeiro, que perambulou de rua em rua [...] todos os dias, oferecendo o admirável sortimento de sua farmácia ambulante. Conduzia, invariavelmente, uma cesta abarrotada de raízes, folhas e sementes de inúmeros exemplares da flora seridoense. As ‘mezinhas’ que não podem faltar [...] são a batata-de-purga, a ipecacuanha, a marcela, o cumuru, a cabeça-de-negro, a erva-cidreira, o mastruz etc. No entanto, o nosso Dr. Raiz, com 28 de experiência no ofício da medicina popular, receita, com segurança, cerca de 100 produtos de nossa geobotânica. [...] Analfabeto, não precisa de anotações; sabe de cor e salteado todas as indicações de cerca de uma centena de plantas medicinais. (LUCAS, 1983, p. 96-97).

O historiador Darnton (1998, p. 201) adverte que geralmente “[...] os leitores se apropriam dos textos a sua maneira, projetando nos livros todo tipo de ideias pessoais, em vez de receber passivamente as mensagens neles impressas.” Onde há memória social escrita, há relatos reveladores da absorção, muitas vezes, fragmentada, de leitura feita ou ouvida. Isso pode ser percebido na produção empírica da fabricação de remédios homeopáticos e caseiros, prática cultural que insiste em se manter, mas também em se renovar.

Conclusões

---

## Conclusões

Ao longo do século XIX, a leitura de livros variados – preferencialmente escolares – reverteu-se na progressiva formação de uma mentalidade mais ou menos compatível com as permanências e as mudanças culturais impostas pelo próprio século, segundo circunstâncias tecnológicas, sociais e territoriais e, ainda, a força da oralidade, que insistia, e insiste, em perpetuar-se.

Não obstante, a escrita da história da leitura dos moradores da Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana trouxe-nos ângulos de visão jamais imaginados. No século XIX, mulheres e homens profundamente católicos apossaram-se, de muitas maneiras, pontual e seletivamente, de leituras de textos de livros. Poucos eram os caicoenses que sabiam das datas cívicas, mas quase todos sabiam, em face das leituras feitas ou ouvidas dos sacerdotes e dos fiéis, os dias santos recomendados pela Igreja Católica Apostólica Romana, com especial atenção para os dos santos e santas de devoção. Na atmosfera cultural desse século, a força das práticas de leitura intensiva e, depois, extensiva planeou sociabilidades universais, como a gradativa ampliação da educação escolar primária pública e coletiva.

Com base em indícios da documentação e da literatura que lemos e analisamos, é possível dizermos que, pela confluência das práticas de leituras feitas, ouvidas, repetidas, memorizadas, reconhecidas, mulheres e homens apropriaram-se distintamente de partes dessas leituras para transmutá-las em aquisições e habilidades básicas para o trato cotidiano.

Havia, nesse contracanto, por um lado, a formação de uma rede de práticas culturais explicitamente manifestadas nos/pelos ensinamentos escolares, religiosos e laicos, destinados a apropriações gerais ou específicas; por outro, o desenvolvimento mental e motor para escrever exercícios escolares, cartas, versos de cordel, crônicas, inventários, testamentos, orações, nomes de santos e santas e diversos bens culturais.

As práticas das leituras escolares, envoltas por critérios didáticos e pedagógicos, repartiam-se por todas as matérias de estudos da escola primária – aritmética, educação moral e cívica, história, geografia, catecismo –, impulsionando várias outras práticas culturais de sociabilidades leitoras: de folhetins, de romances, de jornais, de livros de orações, de versos de cordel.

Pelas práticas de leituras dos textos *Lunário e prognóstico perpétuo*, de gênero instrutivo, por exemplo, o fazendeiro, o agricultor e o trabalhador rural absorveram e acreditaram, que, pela força da fé cristã e das orações nos novenários e procissões, o Todo-

poderoso Deus os atenderia, mandando chuvas de março a junho. Já os textos de leituras prescritivas do *Guia Chernoviz* contribuíram para o desenvolvimento de habilidades para a prontidão do cuidado de si mesmo, de familiares e de *outrem*, através de diversas fórmulas convenientes de remédios, líquidos ou sólidos.

As práticas de leituras religiosas, de gênero devocional, piedoso e catequético, partilharam entre os fiéis de credo católico ensinamentos de atitudes de profunda retidão para o cumprimento dos mandamentos da Lei de Deus, dos sacramentos e dos costumes cidadãos.

Pelos vestígios diretos e indícios indiretos que respaldam a tese deste trabalho de doutorado, situaríamos, por exemplo, um dos relatos de si contado por João Bernardo de Medeiros para seu filho Manuel Medeiros, que, por sua vez, conjugando a cultura da oralidade com a cultura da escrita, publicou os textos orais de seu pai na forma de livro. Esse fato já não conteria a dimensão das sociabilidades em torno da leitura e da vida cultural no meio de indivíduos comuns?

O seridoense João Bernardo de Medeiros, nascido na fazenda Dominga, no dia 23 de junho de 1898, reproduziu, no século XX, o que absorveu dos pais, do meio vivido e da escolarização primária. Ler, conversar, viajar e trabalhar sumarizava sua filosofia de vida, plenamente ativa. Aluno do professor e poeta Moisés Lopes Sesion, no lugarejo São Fernando (pertencente ao município de Caicó), João Bernardo tinha por hábito “quase religioso” a leitura diária de prosa e de versos. Em meio às inúmeras narrativas contadas por João Bernardo a seu filho Manuel Medeiros, transcrevemos aquela, que, de alguma maneira, corrobora nossa tese de doutorado:

*No Sertão, raras eram as casas em que não existisse uma verdadeira coleção daqueles modestos folhetos, procedentes dos mais variados autores, contando histórias, ora sensacionais, ora tristes, que mereciam ser lidas e relidas. Algumas pessoas de tanto repetirem a letra [leitura] acabava decorando os versos, isso proporcionava motivo de satisfação. Gostavam de transmitir cantando ou declamando diante das rodas de amigos, em momentos de folgas ou mesmo a leitura era feita para pessoas analfabetas comumente depois da ceia, antes da dormida e, conforme o trabalho, em plena atividade. (MEDEIROS, 1990, p. 33, grifo nosso).*

Começando com o propósito de escrever uma história da leitura em Caicó, no século XIX, alcançamos o entendimento de que as práticas culturais, especialmente as práticas dos costumes seridoenses são, sobremaneira, resultado de apropriações de leituras de textos escolares, religiosos e laicos, incentivadoras de outras práticas de leituras, intensivas e extensivas. Se a leitura feita, ouvida, repetida, memorizada e reconhecida é encadeadora de

práticas de costumes universais e locais, não obstante teria sido a força da oralidade a pedra de toque da reprodução e da longevidade dessa leitura, bem como de sua travessia do século XIX para o século XX, e, ainda, dos resquícios de certas permanências neste século XXI. Em parte, essa rede de práticas culturais, reproduzida pela força da transmissão oral, persiste desde os tempos de nossos trisavôs.

A história da leitura em Caicó, no século XIX, é, de muitas maneiras, a história de práticas – da cultura rural e urbana, da educação escolar e religiosa, da mentalidade de mulheres e homens escreventes de testamentos e inventários, da preparação das crianças para a primeira comunhão – transmitidas a nossos avós, em grande parte a nossos pais e, somente em parte, a nós mesmos. Na fronteira entre cultura rural e cultura urbana, educação escolar e educação religiosa, cultura universal e cultura local, muitos homens, mulheres e crianças foram herdeiros e perpetuadores dessas práticas de leitura, graças à escrita de textos de gêneros variados, mas, principalmente, à força da oralidade sobrevivente em cada sertanejo do Seridó.

Todavia, o pesquisador que se propõe investigar uma história de práticas de leituras enfrenta o esquecimento, as lacunas da história social. Entretanto sobrevivem indícios, ou mesmo evidências, tidos e inscritos no conjunto do *corpus* documental. Tais indícios e evidências permitiram-nos apreender que, naquele século XIX, as práticas de leitura em Caicó eram apropriadas ou absorvidas de maneiras variadas e com usos até contrastantes, porquanto teriam sido mais ou menos exercitadas na escola, na biblioteca, na moradia, na Igreja católica, no ato da escrita do testamento, no trabalho e na roda de amigos e familiares.

Referências

---

## Referências

### **Livros**

ABREU, Márcia. **Os caminhos dos livros**. Campinas: Mercado das Letras/ALB; São Paulo: FAPESP, 2003.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Livros de devoção, atos de censura**. Ensaios de história do livro e da leitura na América Portuguesa (1750-1821). São Paulo: Hucitec, 2004.

ALVES, Boaventura Eurico. **Fidalgos e vaqueiros**. Salvador: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

ARAÚJO, Antônia Figueirêdo de. **Retalhos de família: revivendo gerações**. Caicó: Mater Dei, 2007.

ARAÚJO, Douglas. **A morte do sertão antigo no Seridó**. O desmoronamento das fazendas agropecuaristas em Caicó e Florânia (1970-1990). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006.

ARAÚJO, Iaperi. **A medicina popular**. 2. ed. Natal: Nossa Editora/Fundação José Augusto, 1985.

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Ilhéus (BA): Editus – Editora da UESC, 1999.

ARAÚJO, Marta Maria de. **José Augusto Bezerra de Medeiros: político e educador militante**. 2. ed. Natal: EDUFRN/ Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte/ Fundação José Augusto, 1999.

ARIÈS, Philippe. **História da morte no ocidente: da Idade média aos nossos dias**. Tradução Priscila Vianna de Siqueira. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

BARRETO, Luiz Antônio. **Folclore – invenção e comunicação**. Aracaju: Typografia Editorial/Scortecci, 2005.

BARROS, Maria Paes de. **No tempo de dantes**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

BEZERRA, Celina Maria; ARAÚJO, Laércio Bezerra de; AMMANN, Safira Bezerra. **Meninos de sítio: falando sobre cultura sertaneja**. 2. ed. Natal: Ed. Os Autores, 2009.

BÍBLIA SAGRADA. **Êxodo**, 2-24. Tradução do Centro Cíclico Católico. 96. ed. São Paulo: Ave-Maria, 1995.

- \_\_\_\_\_. **Epístola aos hebreus**, 9, 16-17. Tradução Centro Cíclico Católico. 96. ed. São Paulo: Ave-Maria, 1995.
- BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. **Longos serões do campo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Tradução Mariza Corrêa. 1. reimp. Campinas: Papyrus, 1997.
- BURKE, Peter. **A cultura popular na idade moderna**. Europa, 1500-1800. Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **Variedades de história cultural**. Tradução Alda Porto. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Nacional, 1976.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Cinco livros do povo**. Introdução ao estudo da novelística no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1953.
- \_\_\_\_\_. **Tradição, ciência do povo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.
- \_\_\_\_\_. **Ontem**. (Magações e notas de um professor de província). Natal: Imprensa Universitária, 1972.
- \_\_\_\_\_. **Dicionário do folclore brasileiro**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1984.
- \_\_\_\_\_. **Literatura oral no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Global, 2006.
- CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1998. (v. 1).
- CERVANTES DE SAAVEDRA, Miguel de. **Dom Quixote de la Mancha**. Tradução Viscondes de Castilho e Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1981.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa: Difel, 1990.
- \_\_\_\_\_. **A ordem dos livros**. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII. Tradução Mary Del Priori. Brasília: Editora Universitária, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Leitura e leitores na França do antigo regime**. Tradução Álvaro Lorencini. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

- CHARTIER, Anne-Marie. **Práticas de leitura e escrita** – história e atualidade. Tradução Ana Maria de Oliveira Galvão e outros. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.
- CHERNOVIZ, Pedro Luiz Napoleão. **Formulário e guia médico**. 19. ed. Paris: Livraria R. Roger e F. Chernoviz, 1920. (2 v).
- COMÊNIO, João Amós. **Didática magna**. Tratado da arte universal de ensinar tudo a todos. Tradução e notas Joaquim Ferreira Gomes. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985.
- CORALINA, Cora. **Estórias da casa velha da ponte**. São Paulo: Global, 2000.
- COSTA, Sinval. **Os Álvares do Seridó e suas ramificações**. Recife: Editora do Autor, 1999.
- CUNHA, Artéfio Bezerra da. **Memórias de um sertanejo**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.
- DANTAS, Dom José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: Gráfica do “O Monitor”, [1961].
- DARNTON, Robert. **O beijo de Lamourette: mídia, cultura e revolução**. Tradução Denise Bottmann. 1. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária**. Tradução Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DAVIS, Natalie Zemon. **Culturas do povo**. Sociedade e cultura no início da França moderna: oito ensaios. Tradução Mariza Corrêa. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- DELUMEAU, Jean. **A civilização do renascimento**. Tradução Manuel Ruas. Lisboa: Estampa, 1984. (v. 1).
- \_\_\_\_\_. **O pecado e o medo: a culpabilização no ocidente (séculos XIII-XVIII)**. Tradução Álvaro Lorencini. Bauru (SP): EDUSC, 2003. (v. 1).
- DICKENS, Arthur Geoffrey. **A contra reforma**. Lisboa: Verbo, 1972.
- DUBY, Georges. **Guilherme marechal ou o melhor cavaleiro do mundo**. Tradução Renato Janine Ribeiro. 3. reimp. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.
- FARIA, Juvenal Lamartine de. **Velhos costumes do meu sertão**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1996.
- FARIA, Osvaldo Lamartine de. **Notas de carregação**. Natal: Scriptorim Candinha Bezerra/Fundação Hélio Galvão, 2001.

- FARIA, Sheila de Castro. **A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. 2. reimp. São Paulo: Nova Fronteira, 1998.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. **A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.
- FISCHER, Steven Roger. **História da leitura**. Tradução Claudia Freire. São Paulo: UNESP, 2006.
- FLAUBERT, Gustave. **Madame Bovary**. Tradução Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2003.
- FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 30. ed. Rio de Janeiro: Record, 1995.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. Tradução Frederico Carotti. 2. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição**. Tradução Maria Betânia Amoroso. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- \_\_\_\_\_. **O fio e os rastros: verdadeiro, falso, fictício**. Tradução Rosa Freira d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- GONDIM, Isabel. **Reflexões às minhas alunas**. Para leitura nas escolas primárias do sexo feminino. 2. ed. Rio de Janeiro: Typographia Popular, de C. Vasconcelos, 1879.
- GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. **Secas contra a seca**. 3. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. (Coleção Mossoroense, v. 29).
- HALE, John Rigby. **A Europa durante o renascimento (1480-1520)**. Tradução António Babler. Lisboa: Presença, 1983.
- HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil: sua história**. Tradução Maria da Penha Villalobos e Lolio Lourenço de Oliveira. São Paulo: T. A. Queiroz/Editora da Universidade de São Paulo, 1985.
- HERBERHOLD, Eduardo, Frei O.F.M. **Adoremus**. Manual de orações e exercícios piedosos. 32. ed. Salvador: Editora Mensageiro da Fé, 1962.
- HEUSER, Frei Bruno. **História sagrada do antigo e novo testamento**. 55. ed. Petrópolis: Vozes, 1984.
- JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. Tradução José Claudino e Julia Ferreira. São Paulo: Cortez, 2004.

KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. Tradução Pietro Nasseti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

LE GOFF, Jacques. **São Luís: biografia**. Tradução Marcos de Castro. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2002.

LOBATO, José Bento Renato Monteiro. **Urupês**. São Paulo: Brasiliense, 1961.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Miscelânea**. O jornal e o livro. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1986. (Obras completas, v. 3).

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Alquimias da escrita: alfabetização, história, desenvolvimento no mundo ocidental do antigo regime**. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco, 2001.

MAXWELL, Keneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do iluminismo**. Tradução Antonio de Pádua. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

MEDEIROS, Manoel. **João Bernardo de Medeiros (seu humor)**. Natal: Gráfica Santa Maria, 1990.

MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

\_\_\_\_\_. **Velhos inventários do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

\_\_\_\_\_. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

\_\_\_\_\_. **Cronologia seridoense**. Mossoró (RN): Fundação Guimarães Duque, 2002. (Coleção Mossoroense, v. 1268).

\_\_\_\_\_. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

MEDEIROS FILHO, Pe. João; FARIA, Oswaldo Lamartine de. **Seridó – séc. XIX. (fazendas & livros)**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Marques Saraiva, 2001.

MELQUÍADAS, José. **Padre Francisco de Brito Guerra, um senador do império**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1987.

MONIZ, Edmundo. **Canudos – a luta pela terra**. 3. ed. São Paulo: Global, 1984.

- MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. **Leitura de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.
- NAVA, Pedro. **Capítulos da história da medicina no Brasil**. Rio de Janeiro: Brasil Médico Cirúrgico, 1949.
- NOBRE, Manoel Ferreira. **Breve notícia sobre a província do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1971.
- OLÍMPIO, Domingos. **Luzia-homem**. Prefácio Gustavo Barroso. 2. ed. Rio de Janeiro: A. J. de Castilho, 1929. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 14 jan. 2010.
- PEIXOTO, Afrânio. **Obras completas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1962.
- REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. 4. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RIBEIRO, Hilário. Duas palavras. In: RIBEIRO, Hilário. **Cartilha nacional**. Novo primeiro livro: ensino simultâneo da leitura e escrita. 228. ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1936.
- ROTTERDAM, Erasmo de. **De pueris (dos meninos)**. Tradução, introdução e notas Luiz Feracini. São Paulo: Editora Escala, s.d.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Júlia ou a nova Heloísa**. Tradução Fulvia M. L. Moretto. São Paulo: HUCITEC; Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.
- SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. **Acari: fundação, história e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Pongetti, 1974.
- SOUZA, Auta de. **Horto**. 4. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1970.
- TAMBARA, Elomar. **Bosquejo de um ostentor do repertório de textos escolares utilizados no ensino primário e secundário no século XIX no Brasil**. Pelotas: Seiva Publicações, 2003.
- TAUNAY, visconde Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle de. **Inocência**. 12. ed. São Paulo: Ática, 1984.
- VALENCIANO, Jerônimo Cortês. **Lunário e prognóstico perpétuo para todos os reinos e províncias**. Reformado e muito acrescentado. Porto: Lello & Irmão Editores, 1980.
- VERRI, Gilda Maria Whitaker. **Tinta sobre papel**. Livros e leituras em Pernambuco no século XVIII, 1759-1807. Recife: Editora Universitária da UFPE/Secretaria de Educação e Cultura, 2006.

XAVIER, Ana Paula da Silva. **A leitura e a escrita na cultura escolar de Mato Grosso (1837-1889)**. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

### **Capítulos de livros**

ARAÚJO, Marta Maria de; AQUINO, Luciene Chaves de; LIMA, Thaís Christina Mendes de. Considerações sobre a escola normal e a formação do professor primário no Rio Grande do Norte (1839-1938). In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho Lopes (Org.). **As escolas normais no Brasil: do Império à República**. Campinas: Editora Alínea, 2008.

ARAÚJO, Marta Maria de. Educação clássica da elite no século XIX. O ilustrado Seminário-colégio de Olinda e a Escola de Gramática Latina de Caicó. In: ARAÚJO, Marta Maria de (Org.). **História(s) comparada(s) da educação**. Brasília: Líber Livro/UFRN, 2009.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Livro de leitura: uma morfologia. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história**. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

BOTO, Carlota. Por uma ética em profissão: rumo a uma nova paideia. In: VASCONCELOS, Maria Lucia Marcondes Carvalho (Org.). **Educação e história da cultura: fronteiras**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002.

CHARTIER, Roger. Do livro à leitura. In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. 2. ed. rev. e 1. reimp. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

\_\_\_\_\_. As revoluções da leitura no ocidente. In: ABREU, Márcia (Org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas (SP): Mercado das Letras/ALB, 2002.

CHARTIER, Roger. Leituras e leitores “populares” da renascença ao período clássico. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1999. (v. 2).

DARNTON, Robert. História da leitura. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história**. Novas Perspectivas. Tradução Magda Lopes. 4. reimp. São Paulo: Editora UNESP, 1992.

\_\_\_\_\_. In: PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. **As muitas faces da história**. Nove entrevistas. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

DEL PRIORE, Mary. Ritos da vida privada. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano da vida privada na América portuguesa. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v. 1).

FARIA FILHO, Luciano Mendes. Instrução elementar no século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Circulação e uso do livro escolar de leitura em Pernambuco no século XIX. In: BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros escolares de leitura no Brasil**: elementos para uma história. Campinas: Mercado de Letras, 2009.

GILMONT, Jean-François. Reformas protestantes e leitura. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1999. (v. 2).

HANSEN, João Adolfo. A civilização pela palavra. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Valentin Jamerey-Duval aprendeu a ler? In: CHARTIER, Roger (Org.). **Práticas da leitura**. Tradução Cristiane Nascimento. 2. ed. rev. e 1. reimp. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

\_\_\_\_\_. As bibliotecas escolares. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). **Educação, memória, história**: possibilidades, leituras. Campinas: Mercado de Letras, 2004.

JULIA, Dominique. Leituras e contra-reforma. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1999. (v. 2).

LUCAS, José. O respeitável dr. Raiz. In: VÁRIOS Autores. **Rastos caicoenses**. Mossoró (RN): Gráfica “Tercio Rosado”, 1983. (Coleção Mossoroense, v. 273).

LYONS, Martyn. Os novos leitores no século XIX: mulheres, crianças, operários. In: CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (Org.). **História da leitura no mundo ocidental**. Tradução Cláudia Cavalcanti, Fulvia M. L. Moretto, Guacira Marcondes Machado e José Antônio de Macedo Soares. São Paulo: Ática, 1999. (v. 2).

MACEDO, Joaquim Manuel de Macedo; GARNIER, B. L. Termos do contrato de venda e distribuição de Lições de Corographia do Brasil (1873). In: LAJOLO, Marisa & ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1998.

MEDEIROS, Dione Violeta de. **Olavo Medeiros**: imagens de uma vida no rastro da poesia. Natal: Camara 3 studio, 2004.

PAIVA, José Maria de. Igreja e educação no Brasil Colonial. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2004. (v.1, séculos XVI-XVIII).

PEIXOTO, Paulo Matos. Introdução. In: KEMPIS, Tomás de. **Imitação de Cristo**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2005.

REIS, João José. O cotidiano da morte no Brasil oitocentista. In: ALENCASTRO, Luis Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Império. 7. reimp. São Paulo: Companhia das letras, 1997. (v. 2).

SILVA, Ozângela Arruda. Lugares de compra, itinerários de leitura: circulação de romances em Fortaleza oitocentista. In: ABREU, Márcia (Org.). **Trajetórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

SILVA, Sílvia Aparecida José e. Romances em circulação e possibilidades de acesso aos livros em Campinas na década de 1870. In: ABREU, Márcia (Org.). **Trajetórias do romance**: circulação, leitura e escrita nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Mercado das Letras, 2008.

VILLALTA, Luiz Carlos. O que se fala e o que se lê: língua instrução e leitura. In: SOUZA, Laura de Mello e (Org.). **História da vida privada no Brasil**. Cotidiano da vida privada na América portuguesa. 7. reimp. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. (v. 1).

### **Artigos em revistas**

ARAÚJO, Marta Maria de; MEDEIROS, Maria das Dôres. As minudências da Biblioteca Olegário Vale (Caicó-RN, 1918-1920). **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, p. 186-208, jan./abr. 2008.

BARBOSA, Tatyana Mabel Nobre; PASSEGI, Maria da Conceição. Escritura feminina e mulher escrita: interfaces da formação autobiográfica docente. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 25, n. 11, p. 80-71, jan./abr. 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810-1910). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set/dez. 2004.

BOTO, Carlota. Imprensa, escola e a forma da leitura em Portugal no século XIX. **História da Educação**, Pelotas, v. 3, n. 6, p. 39-56, out. 1999.

CHARTIER, Anne-Marie. Leitura escolar: entre pedagogia e sociologia. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 17-52, set./dez. 1995. (Tradução Andréa Daher).

CHOPPIN, Alain. O historiador e o livro escolar. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 5-24, abr. 2002. (Tradução Maria Helena Camara Bastos).

DANTAS, Dom Adelino. De que morriam os sertanejos do Seridó antigo? **Tempo Universitário**, Natal, v. 2, n. 1, p. 130-136, 1979.

DURAN, Maria Renata da Cruz. Frei Francisco do Monte Alverne, pregador imperial: roteiro para um novo estudo. **Revista Intellectus**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 1-19, 2004. Disponível em: <<http://www.intellectus.uerj.br/Textos/Ano3n2>>. Acesso em: 5 maio 2010.

FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. O doutor de capa preta: Chernoviz e a medicina no Brasil do século XIX. **Revista UNI-BH**, Belo Horizonte, v.1, p. 95-109, maio 2001.

FRANÇA, Anna Laura Teixeira de. As possibilidades de ascensão social oferecidas no Pernambuco Colonial – Séculos XVII e XVIII. **Mneme. Revista de Humanidades**, Caicó, v. 5, n. 12, p. 1-10, out./nov. 2004. Disponível em: <<http://www.seol.com.br/mneme>>. Acesso em: 2 set. 2007.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. Chernoviz e os manuais de medicina popular no Império. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 501-514, maio/ago. 2005. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v12n2/16.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2009.

MOYA, Salvador de. Bispos do Brasil. **Revista Genealógica Latina**, [São Paulo], n. 4, p. 5-66, 1952. Disponível em: <<http://www.sfreinobreza.com/eclesiasticobispos>>. Acesso em: 24 maio 2009.

SANTA ROSA, Jayme da Nóbrega. A linguagem do seridoense – a influência do português arcaico e clássico. **Tempo Universitário**, Natal, v. 2, n. 1, p. 109-127, jan./jun. 1979.

SANTOS, Viviane. O misterioso doutor de capa preta. **Revista Hebron Atualidades**, São Paulo, n. 33, jan./fev. 2008. Disponível em: <<http://www.hebron.com.br/Revista/n33>>. Acesso em: 23 dez. 2009.

SAVIANI, Dermeval. Um barão brasileiro no congresso internacional de Buenos Aires: as idéias pedagógicas de Abílio César Borges, barão de Macahubas. **História da Educação**, Pelotas, v. 4, n. 7, p. 41-58, abr. 2000.

SCHMIDT, Carlos Borges. Literatura agrícola oitocentista. **Revista Jangada Brasil**, Rio de Janeiro, n. 66, p. 1-3, maio 2004. Disponível em: <<http://www.jangadabrasil.com.br/revista>>. Acesso em: 26 nov. 2009.

SOARES, Magda Becker. A reflexão pluridimensional da professora Magda Becker Soares. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 24, n. 10, p. 245-251, set./dez. 2005. (Entrevista).

TAMBARA, Elomar. Trajetórias e natureza do livro didático nas escolas de ensino primário no século XIX no Brasil. **História da Educação**, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 25-52, abr. 2002.

\_\_\_\_\_. Livros de leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do Sul no século XIX. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 31, n. 17, p. 73-103, jan./abr. 2008.

TEIXEIRA, Giselle Baptista; SCHUELER, Alessandra Frota de. Livros para a escola primária carioca no século XIX: produção, circulação e adoção de textos escolares de professores. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, n. 20, p. 137-164, maio/ago. 2009.

### **Artigos em sites**

PINHEIRO, Alexandra Santos. **Uma metalinguagem do fazer literário**: análise das narrativas publicadas no Jornal das Famílias. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

POEL, Francisco Van Der, Frei O.F.M. **O processo da cura na cultura popular**. Disponível em: <<http://www.religiosidadepopular.uaivip.com.br/medicina.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2010.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance brasileiro**: 1808-1860 (vertentes inglesas). Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

### Matérias em jornais

AULA Noturna. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 191-192, 15 mar. 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

AVISO. O Natalense, Natal, p. [1, 2 set.] 1832. In: MELQUÍADES, José. **Padre Francisco de Brito Guerra**, um senador do império. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, 1987.

BEZERRA, Paulo. Das mezinhas santas do sertão. **Tribuna do Norte**, Natal, p. 2, 14 mar. 2010. (Coluna Woden Madruga).

BIBLIOTECA ‘Club 20 de Janeiro’. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 194, 30 mar. 1889. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

CONVITE. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 192-193, 22 fev. 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

CONVITE. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 193, 8 mar. 1891. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

CORAÇÃO. **A República**, Natal, p. 2, 12 ago. 1890. (Tradução Manuel Dantas).

DECLARAÇÃO. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 86, 22 jun. 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

JORNAL O POVO. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 194, 14 dez. 1889. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

MARREIRO, Flávia. Profetas do sertão miram o horizonte para farejar chuva. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 6, 18 jan. 2004. (Caderno Brasil).

PROGRAMA. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 16-19, 9 mar. 1889. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

TIPOGRAFIA Democrata J. Renaud. Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 193, 1 maio. 1891. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

TIPOGRAFIA do Povo Jornal O Povo, Cidade do Príncipe, p. 130, 9 mar. 1889. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

TIP. RENAUD. Jornal O Povo, p. 142-143, Caicó, 26 out. 1890. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Caicó cem anos atrás**. Natal: Sebo Vermelho Edições, 2004.

### **Teses e dissertações**

FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes de. **Nas veredas da tradição seridoense**: uma introdução à leitura da obra de José Bezerra Gomes. 2002. 154 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2002.

GUIMARÃES, Maria Regina Cotrim. **Civilizando as artes de curar**: Chernoviz e os manuais de medicina popular no império. 2003. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) – Pós-Graduação em História das Ciências da Saúde, Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2003.

MACÊDO, Muiraktan Kennedy de. **A penúltima versão do Seridó** – espaço e história no regionalismo seridoense. 1998. 195 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 1998.

\_\_\_\_\_. **Rústicos cabedais**: patrimônio e cotidiano familiar nos sertões do Seridó (Séc. XVIII). 2007. 254 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.

MATTOS, Maria Regina Mendonça Furtado. **Vila do Príncipe** – 1850/1890. Sertão do Seridó – um estudo de caso da pobreza. 1985. 247 f. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1985.

SANTOS, Alcineia Rodrigues dos. **Temp(1)o da salvação**: representações da morte e ritos fúnebres no Seridó nos séculos XVIII e XIX. 2005. 179 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2005.

### **Trabalhos apresentados em Congressos nacionais e internacionais**

ARAÚJO, Marta Maria de. Os educadores, as educadoras e os livros de estudo e de leitura do caicoense no século XVIII. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26., 2003, Poços de Caldas. **Anais...**, Poços de Caldas: ANPED, 2003. 1 CD-ROM.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. História dos livros escolares: inventário do que oficialmente circulava nas escolas primárias amazonenses (1850-1900). In: ENCONTRO DE

PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 18., 2007, Maceió. **Anais...** Maceió: Universidade Federal de Alagoas, 2007. 1 CD-ROM.

FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes de. Por onde se iniciou o letramento do caicoense (1700-1735). In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 17., 2005, Belém. **Anais...** Belém: Universidade Federal do Pará, 2005. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Ensinamentos úteis dos manuais códigos do bom-tom e adoremus (Caicó-RN, século XVIII e XIX). In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2006. 1 CD-ROM.

FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes de; ARAÚJO, Marta Maria de. Reverências com que se devem fazer leituras devocionais (Caicó, século XVIII). In: COLÓQUIO NACIONAL DA AFIRSE – SECÇÃO BRASILEIRA, 4., 2007, Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2007. 1 CD-ROM.

FIGUEIRÊDO, Franselma Fernandes de; ARAÚJO, Marta Maria de. Há mais que leitura instrutiva na palavra impressa? (Caicó, RN – século XIX). In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 19., 2009, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB/Programa de Pós-Graduação em Educação do Norte e Nordeste, 2009. 1 CD-ROM.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. A circulação do livro escolar no Brasil oitocentista. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 28., 2005, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPed, 2005. 1 CD-ROM.

MORAIS, Maria Arisnete Câmara de. Reflexões às minhas alunas, um manual de conduta. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4., 2006, Goiânia. **Anais...** Goiânia: Universidade Católica de Goiás/Sociedade Brasileira de História da Educação, 2006. Disponível em: <[www.sbhe.org.br](http://www.sbhe.org.br)>. Acesso em: 15 mar. 2009.

SILVA, Hebe Cristina. A ascensão do romance no Brasil – considerações acerca da presença do gênero em anúncios do Jornal do Comércio. In: CONGRESSO INTERNACIONAL ABRALIC, 10., 2006, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: ABRALIC, 2006. 1 CD-ROM. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 19 fev. 2009.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **A formação do romance brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas)**. Disponível em: <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>. Acesso em: 8 mar. 2009.

### **Documentos eclesiásticos**

FREGUESIA DA GLORIOSA Sant'Ana do Seridó. Termo de matrimônio de Ana Joaquina do Sacramento e Francisco Correia d'Avila. Vila Nova do Príncipe, 1812. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

\_\_\_\_\_. Assento de matrimônio de Delfina Joaquina do Sacramento e Joaquim José d'Azevedo. Vila Nova do Príncipe, 1820. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

\_\_\_\_\_. Assento de matrimônio de Ana Batista do Sacramento e Germano Gomes de Brito. Vila Nova do Príncipe, 1832. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

\_\_\_\_\_. Assento de óbito de Caetano Barbosa de Araújo. Vila Nova do Príncipe, 1842. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhas famílias do Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1981.

\_\_\_\_\_. Assento de óbito do padre Francisco de Brito Guerra. Freguesia de Sant'Ana da Corte do Rio de Janeiro, 1845. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Cronologia seridoense**. Mossoró (RN): Fundação Guimarães Duque, 2002. (Coleção Mossoroense, v. 1268).

\_\_\_\_\_. Assento de batismo de Nestor Carbiniano de Figueirêdo. Cidade do Príncipe, 1866. In: ARAÚJO, Antônia Figueirêdo de. **Retalhos de família: revivendo gerações**. Caicó: Mater Dei, 2007.

\_\_\_\_\_. **Compromisso da Irmandade de Sant'Ana da Freguesia do Seridó**. Aprovado pela Resolução nº 14, de 18 de outubro de 1836. (Datilografado).

\_\_\_\_\_. **Compromisso da Irmandade das Almas da Freguesia de Sant'Ana do Seridó**. Aprovado pela Resolução nº 15, de 18 de outubro de 1836. (Datilografado).

\_\_\_\_\_. **Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Sant'Ana do Seridó**. Aprovado pela Resolução nº 16, de 10 de outubro de 1836. (Datilografado).

\_\_\_\_\_. Assinatura de D. Ana Sacramento postada no sábado santo de 1854. In: **Livro da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Freguesia de Sant'Ana do Seridó**. Caicó, 1838-1880. (Manuscrito).

FREGUESIA DE NOSSA Senhora da Guia. Assento de batismo de Benjamim de Figueirêdo da Silveira Galvão. Vila de Acari, 1851. In: ARAÚJO, Antônia Figueirêdo de. **Retalhos de família**: revivendo gerações. Caicó: Mater Dei, 2007.

PARÓQUIA DE SANT'ANA DE CAICÓ. Termo de designação do lugar que foi achado mais cômodo para a ereção da nova matriz da Senhora Sant'Ana, em 26 de julho de 1748. In: **Livro de Tombo da Paróquia de Senhora Sant'Ana**. Caicó, 1928. (Manuscrito).

\_\_\_\_\_. Cópia da pastoral do excelentíssimo e Rmo. Sr. Bispo Dom Frei Diogo. [Manda] renovar as promessas do batismo no domingo da Trindade, em 17 de abril de 1788. In: **Livro de Tombo da Paróquia de Senhora Sant'Ana**. Caicó, 1928. (Manuscrito).

POVOAÇÃO DO CAICÓ. Ata da instalação da Povoação do Caicó, 1735. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Índios do Açu e Seridó**. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.

### Legislação de Portugal e Brasil

BRASIL. **Carta Régia**. Autorizando a imprensa no Brasil. 1808. Disponível em: <[http://www.unicamp.br/iel/memoria/base\\_temporal/Historia/index.htm](http://www.unicamp.br/iel/memoria/base_temporal/Historia/index.htm)>. Acesso em: 19 fev. 2009.

\_\_\_\_\_. **Decreto de 27 de setembro de 1808**. Aprova a nomeação dos censores régios – Alvará de 20 de setembro de 1808. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/revista](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista)>. Acesso em: 20 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Resolução de 20 de julho de 1813. In: **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. (v. 2). Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes.htm>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

\_\_\_\_\_. **Ofício de 1º de março de 1821**. A mando de Inácio da Costa Quintela. Disponível em: <[www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br](http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br)>. Acesso em: 5 mar. 2009.

\_\_\_\_\_. Lei de 15 de outubro de 1827. Manda criar escolas de primeiras letras em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos do Império. In: LIMA, Nestor. **Um século de ensino primário**. Natal: Typographia d'A República, 1927.

\_\_\_\_\_. Lei nº 16, de 12 de agosto de 1834 (Ato Adicional). Faz algumas alterações e adições à Constituição política do império, nos termos da Lei de 12 de outubro de 1832. In: **Constituições brasileiras – 1824**. Brasília: Senado Federal; Ministério da Ciência e

Tecnologia; Escola de Administração Fazendária, 2001. (Organizador Octaciano Nogueira, v. 1).

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.500 A, de 1º de novembro de 1859. Cria o Imperial Instituto Baiano de Agricultura. In: CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa (MG): UFV/Imprensa Universitária, 1991.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.516, de 22 de dezembro de 1859. Cria o Imperial Instituto Pernambucano de Agricultura. In: CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa (MG): UFV/Imprensa Universitária, 1991.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.521, de 20 de janeiro de 1860. Cria o Imperial Instituto Sergipano de Agricultura sob as mesmas bases do Imperial Instituto Baiano. In: CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa (MG): UFV/Imprensa Universitária, 1991.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.607, de 30 de junho de 1860. Cria o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura. In: CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa (MG): UFV/Imprensa Universitária, 1991.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.816, de 14 de agosto de 1861. Cria o Imperial Instituto Rio-grandense de Agricultura. In: CAPDEVILLE, Guy. **O ensino superior agrícola no Brasil**. Viçosa (MG): UFV/Imprensa Universitária, 1991.

\_\_\_\_\_. **Os recenseamentos gerais do império: 1872 e 1890**. Banco de dados. Centro Brasileiro de Análise e planejamento, 1872. 1 CD-ROM.

\_\_\_\_\_. Aviso do Ministro dos Negócios do Império Pedro Leão Vellozo. Rio de Janeiro, 3 de novembro de 1882. In: **Fala com que ao Exmo. sr. dr. Francisco de Gouveia Cunha Barreto abriu em 9 de fevereiro de 1883 a segunda sessão da Assembléa Legislativa Provincial do Rio Grande do Norte**. Pernambuco: Typographia de Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, 1883.

PORTUGAL/BRASIL. **Ordenações Filipinas**. Rio de Janeiro: Edição de Cândido Mendes de Almeida, 1870. (5 v). Disponível em: <<http://www1.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/ordenacoes>>. Acesso em: 17 jul. 2008.

PORTUGAL. Alvará de 28 de junho de 1759. In: CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no Rio de Janeiro (1759-1834)**. Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

\_\_\_\_\_. Lei de 6 de novembro de 1772. In: CARDOSO, Tereza Maria Rolo Fachada Levy Cardoso. **As luzes da educação: fundamentos, raízes históricas e prática das aulas régias no**

Rio de Janeiro (1759-1834). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2002.

### **Legislação do Rio Grande do Norte, mensagens e relatórios**

RIO GRANDE DO NORTE. **Alvará régio de criação da comarca do Rio Grande do Norte**, 1818. Disponível em: <www.mp.rn.gov.br>. Acesso em: 28 set. 2009.

\_\_\_\_\_. Decreto de 27 de agosto de 1831. Haverá escolas de primeiras letras na Povoação de São Gonçalo, na Vila de Extremoz, na Povoação de Touros e na Vila Nova do Príncipe, na Povoação de Guamoré e na Povoação da Serra do Martins, cada uma destas seis escolas com o ordenado de 200\$000. In: **Coleção de leis, decretos e resoluções provinciais do Rio Grande do Norte**. Pernambuco: Typographia Santos & Companhia, 1832.

\_\_\_\_\_. Lei de 14 de setembro de 1833. Fica criada uma escola de primeiras letras na Vila Nova do Príncipe. In: **Coleção de leis, decretos e resoluções provinciais do Rio Grande do Norte**. Pernambuco: Pernambuco: Typographia Santos & Companhia, 1833.

\_\_\_\_\_. Resolução nº 27, de 5 de novembro de 1836. Aprovando os estatutos para as aulas de primeiras letras na Província do Rio Grande do Norte. In: **Legislação educacional da província do Rio Grande do Norte (1835-1889)**. Brasília: INEP/MEC/SBHE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Fala com que o Ilmo e exmo senhor doutor Antonio Bernardo de Passos dirigiu a Assembléa Legislativa Provincial, em 1º de julho de 1855**. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1856.

\_\_\_\_\_. Regulamento nº 4 de 13 de novembro de 1858. In: **Legislação educacional da província do Rio Grande do Norte (1835-1889)**. Brasília: INEP/MEC/SBHE, 2004.

\_\_\_\_\_. **Discurso pronunciado pelo exmo. dr. Casimiro José de Moraes Sarmiento na abertura da segunda sessão ordinária da Assembléa Legislativa, no dia 7 de setembro de 1845**. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1845.

\_\_\_\_\_. **Fala dirigida à Assembléa Legislativa do Rio Grande do Norte pelo presidente Benvenuto Augusto de Magalhães Taques, no dia 3 de maio de 1849**. Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1849.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor-geral da Instrução Pública, dr. José Moreira Brandão Castello Branco**. Natal: Typographia Liberal Rio Grandense, 1858.

\_\_\_\_\_. **Relatório com que o exmo. sr. dr. João José de Oliveira Junqueira abriu a sessão da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte em 1860.** Pernambuco: Typographia de M. F. de Faria, 1860.

\_\_\_\_\_. Lei nº 478, de 13 de abril de 1860. Ficam criadas cadeiras de primeiras letras para o sexo feminino nas Vilas de Príncipe, Mossoró e Papari, sendo uma cadeira para cada Vila. In: **Coleção de leis, decretos e resoluções provinciais do Rio Grande do Norte.** Pernambuco: Typographia M. F. de Faria, 1860.

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Rio Grande do Norte na sessão ordinária do ano de 1862, pelo presidente da província e comendador Pedro Leão Velloso.** Maceió: Typographia do Diario do Commercio, 1862.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor interino da Instrução Pública, dr. Aleixo Barboza da Fonseca Tinoco.** Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1867.

\_\_\_\_\_. **Fala com que o exmo. sr. dr. Gustavo Adolfo de Sá abriu a Assembléia Legislativa provincial em sessão extraordinária no dia 17 de fevereiro de 1868.** Natal: Typographia Dois de Dezembro, 1868.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor-geral da Instrução Pública, dr. Francisco Gomes da Silva.** Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1874.

\_\_\_\_\_. Lei nº 717, de 4 de setembro de 1874. Fica autorizada a aquisição de dois mil exemplares da obra Reflexões às minhas alunas da professora D. Isabel Urbana de Albuquerque Gondim. In: **Coleção de leis provinciais do ano de 1874.** Natal: Typographia Independente, 1874.

\_\_\_\_\_. **Relatório com que o exmo. dr. José Bernardo Galvão Alcoforado Junior passou a administração da província do Rio Grande do Norte ao exmo. sr. dr. João Capistrano Bandeira de Mello Filho, em 10 de maio de 1875.** Rio de Janeiro: Typographia Cinco de Março, 1875.

\_\_\_\_\_. **Fala com que o exmo. sr. dr. José Nicolau Tolentino de Carvalho abriu a 2ª sessão da 21ª legislatura da Assembléia Provincial do Rio Grande do Norte, em 18 de outubro de 1877.** Pernambuco: Typographia de M. Figueiroa de Faria & Filhos, 1877.

\_\_\_\_\_. **Relatório do dr. diretor-geral da Instrução Publica, Inácio Tavares da Silva.** Pernambuco: Typographia do Jornal do Recife, 1879.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor-geral da Instrução Publica, Manoel Hemeterio Rapozo de Mello.** Pernambuco: Typographia de Manuel Figueiroa de Faria & Filhos, 1883.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor-geral da Instrução Pública, Antonio de Amorim Garcia.** Natal: Typographia do Correio do Natal, 1886.

\_\_\_\_\_. **Fala lida à Assembléia Legislativa provincial do Rio Grande do Norte pelo Exmo. sr. dr. José Marcelino da Rosa e Silva, em 1º de novembro de 1888.** Natal: Typographia da Gazeta do Natal, 1889.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor-geral da Instrução Pública, Antonio de Amorim Garcia.** Natal: Typographia da Gazeta do Natal, 1889.

\_\_\_\_\_. Regulamento da Instrução Primária e Secundária do Estado do Rio Grande do Norte a que se refere o Decreto desta data (Decreto nº 18 de 30 de setembro de 1892). Reorganiza a instrução pública do Estado. **Decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte.** Natal: Typographia d'A República, 1892.

\_\_\_\_\_. Instrução pública. **A República**, Natal, p. 2, 5 ago. 1896.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor-geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas.** Natal: Typographia d'A República, 1899.

\_\_\_\_\_. **Relatório do diretor-geral da Instrução Pública, Manoel Gomes de Medeiros Dantas.** Natal: Typographia d'A República, 1900.

### **Testamentos, autos de contas e inventários**

COSTA, Cosme Pereira da. Testamento e autos do inventário Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1846 e 1866?. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

FERNANDES, cônego Manuel José. **Testamento e autos do inventário.** Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1851 e 1859 (Documentos manuscritos sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó/LABORDOC – Caicó).

FIGUEIRÊDO, padre Gil Braz de [Maria Santíssima]. **Testamento e autos do inventário.** Cidade do Príncipe/Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1878 e 1878. (Documentos manuscritos sob a guarda do 1º Cartório Público de Caicó).

GUERRA, padre Francisco de Brito. **Testamento e autos do inventário.** Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant'Ana, 1844 e 1845. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de.

**Cronologia seridoense.** Mossoró (RN): Fundação Guimarães Duque, 2002. (Coleção Mossoroense, v. 1268).

MARIZ, Antônio Álvares. Autos do inventário. Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, 1860. In: MEDEIROS FILHO, Olavo de. **Velhos inventários do Seridó.** Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1983.

NASCIMENTO, Joaquina Maria do. **Testamento e autos de contas.** Vila do Príncipe /Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, 1850. (Documento manuscrito sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó/LABORDOC – Caicó).

SACRAMENTO, Ana Batista do. **Testamento e autos de contas.** Cidade do Príncipe/Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, 1873. (Documento manuscrito sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó/LABORDOC – Caicó).

SILVA, Caetano de Souza. **Testamento.** Caicó/Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, 1890. (Documento manuscrito sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó/LABORDOC – Caicó).

SILVA, Gonçalo Correia da. **Testamento e autos de contas.** Cidade do Príncipe/Freguesia da Gloriosa Senhora Sant’Ana, 1873. (Documento manuscrito sob a guarda do Laboratório de Documentação Histórica do Centro de Ensino Superior do Seridó/LABORDOC – Caicó).

### **Fontes construídas**

ARAÚJO, Guilhermina da Silva. **Entrevista sobre escolarização primária doméstica.** Caicó, 28 dez. 2004.

MEDEIROS, Maria das Dores. **Relato escrito sobre seu bisavô Antonio Martins de Oliveira Nóbrega.** Caicó, 2 maio 2010.

### **Crônica e carta**

CORRÊA, Manoel Antônio Dantas. [Secas mais notáveis e suas consequências]. Vila de Acari, 15 de junho de 1847. In: GUERRA, Phelippe; GUERRA, Theophilo. **Secas conta a seca.** 3. ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980. (Coleção Mossoroense, v. 29).

PEREIRA, Joaquim de Santa Anna [carta], 30 de novembro de 1849, Fazenda Saco, Vila do Acari, [para] padre Francisco Justino Pereira de Brito, Vila do Acari. In: DANTAS, Dom José Adelino. **Homens e fatos do Seridó antigo**. Garanhuns: Gráfica do “O Monitor”, [1961].